

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

BRUNO HENRIQUE SOUZA COSTA

**ADOÇÃO E CONSPIRAÇÃO NO PRINCIPADO ROMANO: AS PERFORMANCES POLÍTICAS DE
GALBA E OTÃO EM 69 D.C.**

Setembro de 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese

2. Nome completo do autor

Bruno Henrique Souza Costa

3. Título do trabalho

Adoção e Conspiração no Principado Romano: As Performances Políticas de Galba e Otão em 69 d.C.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Teresa Marques Goncalves, Professor do Magistério Superior**, em 10/01/2022, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO HENRIQUE SOUZA COSTA, Discente**, em 10/01/2022, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2533336** eo código CRC **0EFE6926**.

Referência: Processo nº 23070.049961/2021-27

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

BRUNO HENRIQUE SOUZA COSTA

**ADOÇÃO E CONSPIRAÇÃO NO PRINCIPADO ROMANO: AS PERFORMANCES
POLÍTICAS DE GALBA E OTÃO EM 69 D.C.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais

Orientadora: Professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves

Setembro de 2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Costa, Bruno Henrique Souza
ADOÇÃO E CONSPIRAÇÃO NO PRINCIPADO ROMANO:
[manuscrito] : AS PERFORMANCES POLÍTICAS DE GALBA E OTÃO
EM 69 D.C. / Bruno Henrique Souza Costa. - 2021.
CXCIV, 194 f.

Orientador: Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2021.

Bibliografia.

Inclui mapas, tabelas.

1. Poder. 2. Teatro. 3. Guerra Civil. 4. Principado. 5. Cenário
Político. I. Gonçalves, Ana Teresa Marques , orient. II. Título.

CDU 94(100)"652"+"653"



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **053/2021** da sessão de Defesa de Dissertação de **Bruno Henrique Souza Costa**, que confere o título de Mestre(a) em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um**, a partir da(s) **14h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“Adoção e Conspiração no Principado Romano: As Performances Políticas de Galba e Otão em 69 d.C.”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Ana Teresa Marques Gonçalves (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Rafael da Costa Campos (Unipampa)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Edson Arantes Júnior (UEG)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Ana Teresa Marques Gonçalves**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ana Teresa Marques Goncalves, Professor do Magistério Superior**, em 20/09/2021, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação**, em 30/11/2021, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2355237 eo código CRC 09569225.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, uma mulher batalhadora e sozinha que dedicou grande parte de sua vida para que eu pudesse ter escolarização e educação suficiente para chegar à Universidade Federal de Goiás e concluir este trabalho.

Agradeço de todas as formas à minha querida orientadora Professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves que aceitou com carinho e paciência o trabalho de orientar este trabalho e os que precederam. Agradeço também por apresentar inicialmente autores de obras magníficas como Tácito, Suetônio, Dião Cássio e Plutarco. E também sou agradecido pelos empréstimos e indicação de livros, assim como pelas correções detalhadas de cada trabalho que escrevi. Da mesma forma agradeço também aos Professores Rafael da Costa Campos e Edson Arantes Júnior por suas colaborações com este trabalho na banca qualificatória e por seus retornos para a Banca de Defesa. Muito obrigado.

Também agradeço à minha irmã mais velha, Luna Flávia Costa que sempre me inspirou e serviu de exemplo, desde quando a acompanhava em sua própria odisseia durante a faculdade de jornalismo. Sou grato à pela personalidade forte, que sempre me motivou, e por me instigar à leitura e à cultura em todas as suas formas.

Agradeço à minha companheira Natália Dutra Costa que está comigo desde o primeiro ano de graduação do curso de história, inicialmente como amiga e em seguida também como parceira, conselheira e consorte. Agradeço por me fazer uma pessoa melhor a cada dia e por sempre me incentivar a ir atrás do aprendizado cada vez mais.

Agradeço aos meus amigos de graduação com quem muito aprendi e compartilhei. Estes são: Lucas Rezende, Augusto Godinho, Uires Rosa, Letícia Cardoso, Gustavo Marques, Adriana Santana e Frederico Bittencourt, cada um por contribuir com suas amizades e parcerias. Obrigado UFG por fornecer o melhor dos ambientes para que essas amizades florescessem.

Agradeço aos meus professores de médio do extinto Colégio Estadual Parque Amazônia por acreditarem em mim e me fornecerem o melhor ensino possível, apesar das dificuldades de cada um. Professor Valmir Oliveira, Márcio Scott, Marco Aurélio, Marcos Manuel e Valéria Santos. Também declaro meus agradecimentos aos professores e diretores Batalhione e Rodrigo Rodrigues por me concederem bolsa integral em seus respectivos colégios da rede privada. Sem cada um de vocês eu jamais teria chegado aonde cheguei.

E por fim agradeço à instituição que tornou esta pesquisa possível, a CAPES. O financiamento provido por esta se fez essencial para que este resultado final fosse apresentado.

RESUMO

Grande parte da pouca historiografia brasileira acerca da Guerra Civil de 69 d.C., o Ano dos Quatro Imperadores, compreende este período como um momento conturbado, com atores políticos de pouca relevância e um momento da história romana que vive às sombras das dinastias Júlio-Claudiana e Antonina. Portanto, neste trabalho, nós rompemos com essa tradição e buscamos ressaltar a riqueza que a ascensão de Sérvio Sulpício Galba e Marco Sálvio Otão ao Império, traçando suas vidas e analisando os enunciados que suas performances nos revelam durante seus governos. Buscamos compreender este período como uma continuidade da reconfiguração do sistema político republicano, iniciado no fim do II séc. a.C. sendo a evidência mais forte disso o levante iniciado na Gália que terminou com a morte do Imperador Nero e a ascensão de um general, Galba, ao Império e posteriormente como Otão promove uma Conspiração para usurpar o poder imperial atribuído a Galba. Evidenciamos como as performances destes dois Imperadores necessitam de fachadas e performances militares para que fossem legitimados no poder. Dito isso, dissertamos num primeiro momento sobre as Guerras Cívicas de Caio Mário e Cornélio Sula, Pompeu Magno e Júlio César, e Marco Antônio e Otávio César e a constante formatação do generalato dos fins da República e seu papel na cena política de 69 d.C. No segundo momento abordamos o fim do governo de Nero, a *Bellum Neronis* e como a atuação de Júlio Vindex contribuiu para a ascensão de Sérvio Sulpício Galba e para a morte do último Júlio-Claudiano. Após isso dissertamos sobre a vida e as performances de Galba e o curioso episódio da adoção de Pisão Licínio Crasso, o César por cinco dias, sua morte na Conspiração de Marco Sálvio Otão, que termina com a morte de seu pai adotivo Galba. Num terceiro momento, discorremos acerca da vida e da performance de Otão e de seu honroso suicídio para após sua derrota para Vitélio na Primeira Batalha do Bedríaco e seus efeitos.

Palavras Chave: Poder; Teatro; Guerra Civil; Principado; Cenário Político.

ABSTRACT

Much of the few Brazilian historiography about the Civil War of 69 d.C., the Year of the Four Emperors, understands this period as a troubled moment, with political actors of little relevance and a moment in Roman history that lives in the shadows of the Julius-Claudian and Antoninian dynasties. Therefore, in this work, we will break with this tradition and seek to highlight the richness that the rise of Servius Sulpicius Galba and Mark Salvius Otho to the Empire, tracing their lives and analyzing the utterances that their performances reveal in their governments. We will seek to understand this period as a continuity of the reconfiguration of the republican political system, initiated at the end of the II century. A.D. being the strongest evidence of this the uprising initiated in Gaul that ended with the death of Emperor Nero and the rise of a general, Galba, to the Empire and later as Otho promotes a Conspiracy to usurp the imperial power attributed to Galba. We will show how the performances of these two Emperors need front and military performances to legitimize themselves in power. That said, we will first lecture on the Civil Wars of Gaius Marius and Cornelius Sulla, Pompey the Great and Julius Caesar, and Mark Antony and Octavian Caesar and the constant formatting of the generalate of the ends of the Republic and its role in the political scene of 69 D.C. In the second moment we will talk about the end of Nero's rule, Bellum Neronis and how the performance of Julius Vindex contributed to the rise of Servius Sulpicius Galba and to the death of the last Julius-Claudian. After this we will lecture on the life and performances of Galba and the curious episode about the adoption of Piso Licinius Crassus the Caesar for five days, his death in the Conspiracy of Mark Salvius Otho, which ends with the death of his foster father Galba. In a third moment, we will lecture on the life and performance of Otho and his honorable suicide after his defeat to Vitellius in the First Bedriacum Battle and its effects.

Keywords: Power; Theatre; Civil War; Principate; Political Scenario.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
PRIMEIRO CAPÍTULO	25
PRÓLOGO	25
1.1 A reconfiguração da República: declínio, crise, falência?.....	25
1.2. O início do Processo de Reconfiguração: a formação do generalato.....	28
1.2.1. A Primeira Guerra Civil: os protagonismos de Mário e Sula	28
1.2.2. A Segunda Guerra Civil: os protagonismos de Pompeu e Júlio César	37
1.2.3. A Terceira Guerra Civil: A configuração do Principado e a ascensão de Otávio Augusto	52
1.3 Principado e Imperador: formas e conceitos.....	58
SEGUNDO CAPÍTULO	67
PRIMEIRO ATO.....	67
2.1 O estado da arte: um breve balanço historiográfico.....	67
2.2 Nero, o Imperador Atingido No Coração Pelo Poder Público.....	70
2.3 A vida e a carreira de Sérvio Sulpício Galba: o Ilustre Ancião	84
2.4 A <i>Bellum Neronis</i> (68 d.C.)	89
2.5 Performance e governo de Galba.....	96
2.5.1 Episódio da Adoção: o herdeiro de Galba é descendente de triúnviros!.....	99
2.6 A Conspiração de Otão	106
TERCEIRO CAPÍTULO.....	118
SEGUNDO ATO.....	118
3.1 Marco Sálvio Otão: Um imperador afeminado entre os vícios e as virtudes.....	118
3.2 Família e antecessores de Otão	120
3.3 O pós-golpe: o breve Império e a performance do Imperador Otão	121
3.3.1 Otão e a memória de Nero.....	121
3.3.2 Otão e sua performance diante dos aliados de Galba.....	127
3.3.3 Otão e sua performance às tropas e ao Senado	129
3.4 A “Conspiração” contra o Imperador Otão: o surto pretoriano	136
3.5 A Guerra Civil de Otão contra Vitélio.....	143
3.5.1 A disposição das províncias	143

3.5.2 Principais generais e legiões	146
3.5.3 A Primeira Batalha do Bedríaco.....	153
3.6 A honrosa morte do Imperador: o suicídio de Otão.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	177
A) DOCUMENTOS TEXTUAIS	177
B) OBRAS DE REFERÊNCIA	178
C) OBRAS GERAIS.....	178
D) SITES CONSULTADOS	186
Tabelas :.....	188
Mapa do Norte da Itália	152
Tabela 1: Dinastia de Marco Crasso, Licinianos e Frugis	188
Tabela 2: Dinastia de Pompeu e Libones.....	189

INTRODUÇÃO

No ano de 2018, defendemos nosso trabalho para a habilitação em bacharelado, intitulado *As Descrições das Características Físicas nas Histórias de Tácito*, no qual procuramos analisar as imagens dos imperadores Galba, Otão, Vitélio e Vespasiano reproduzidas pelo autor romano Cornélio Tácito na obra *Histórias*. Trabalho este que é fruto de dois projetos voluntário de iniciação científica (PIVIC) elaborados durante dois anos de graduação nas dependências da Universidade Federal de Goiás (UFG).

O trabalho mostrou como o exercício do poder e as características físicas dos atores políticos estavam vinculados. Apontamos na pesquisa como o discurso criado por Tácito visava enobrecer o Imperador Vespasiano, tanto fisicamente quanto moralmente, em detrimento dos outros imperadores que participaram da Guerra Civil de 69 d.C. Percebemos também que no discurso taciteano existem diferentes noções de feiura e beleza. Acerca do feio existia a:

- 1) Feiura tirânica e anciã de Galba, que era acompanhada por características negativas como a debilidade física, devido à sua doença de gota, falta de autoridade, avareza e severidade.
- 2) Havia também a feiura viciosa de Vitélio, caracterizado por sua gluttonia e luxuosidade extrema, o que levava a um desinteresse militar, fazendo com que se corrompesse também as tropas que comandava, portanto, um mau imperador.
- 3) Com Otão, temos uma descrição ambígua, pois este é um belo feio. É belo fisicamente, porém sua beleza é repleta de vícios, sua postura afeminada e luxuosa faz com que seu caráter seja duvidoso para Tácito, semelhante a Nero, e, portanto, também, um mau imperador¹.
- 4) Ao tratarmos do último ator da guerra civil, temos o contrastante Vespasiano Flávio. Este é descrito por ser um bom e belo imperador, que por tanto destoar dos seus antecessores, parece ideal. Tem ótimas características, robusto, com idade, mas não idade que lhe trazia as qualidades de debilidade e tirania, como no caso de Galba, mas sabedoria e virilidade. A essas qualidades acompanham também a de bom general, detentor de vitórias na Guerra da Judeia. Devemos incluir na equação seu

¹ Embora tenha uma morte digna dos grandes, como vemos mais adiante.

filho primogênito, que é descrito como belo, mas diferentemente de Otão e Nero, sua beleza é descrita como majestosa e de bom caráter, não viciosa.

Apesar do discurso taciteano ser convincente ao ponto de querermos comprá-lo, nosso dever é problematizar e investigar os porquês desse discurso. Para que fizéssemos isso com maior aptidão, ampliamos o nosso *corpus* documental, buscando características destoantes na documentação acerca dos nossos atores políticos. Assim, acrescentamos outras duas obras como fontes primárias, sendo *elas As Vidas dos Doze Césares*, de Suetônio, *História Romana*, de Dião Cássio e as *Vidas de Galba e Otão* de Plutarco. Essas obras se mostraram essenciais para nosso recorte espaço-temporal e para o nosso objeto, visto que elas são essenciais para a compreensão do período histórico retratado e dos indivíduos que abordamos mais adiante.

Ao longo dos nossos trabalhos que antecederam a este, nos chamou a atenção a ausência de produções acadêmicas que enfatizassem a importância dos acontecimentos ocorridos na Guerra Civil de 69 d.C. e também acerca da ascensão dos Imperadores que naquele momento foram aclamados Imperadores, sobretudo em território nacional. Nas participações de congressos e simpósios temáticos víamos a superestimação e a sobreposição da figura de Otávio Augusto e dos demais Júlio-Claudianos com relação ao processo histórico de formação e constituição do Principado. Por isso, ressaltamos que, neste trabalho, tanto Otávio quanto os seus descendentes são colocados num longo processo histórico de reconfiguração do cenário e dos papéis políticos que não se encerra com Nero, apesar de ser com este que a Dinastia de Otávio se finda. Portanto, o início do ano dos quatro imperadores e as ascensões de Galba e Otão são vistos nesta pesquisa como um desdobramento dos acontecimentos ocorridos há mais de um século antes. Nos referimos às Guerras Civis de Caio Mário e Lúcio Cornélio Sula na década de 80 a.C., depois as de Gneu Pompeu e Júlio César em 49 a.C., e por fim as de Otávio e Marco Antônio em 31 a.C.

A relação entre esses períodos históricos relativamente distantes se dá pela análise daquilo que se formou com Otávio Augusto e que se pode compreender como cargo Imperial. O papel de Imperador, como vemos ao longo deste capítulo, não foi criado do nada, mas foi moldado por Otávio e seus contemporâneos a partir das experiências ditatoriais e das Guerras Civis que ocorriam há décadas, tendo seu embrião já com as ascensões de Mário e Sula, sua gestação com Pompeu e Júlio César e seu nascimento com Augusto. Desta forma o papel de Imperador está intrinsecamente ligado a estes generais e políticos romanos, que, pelo potencial político e predominância militar, atingiram grau superior de importância aos seus

contemporâneos, senadores e cônsules. Assim percebemos que o papel de imperador está entranhado numa complexa relação com o papel destes generais do fim do período Republicano e que esse papel se estende até a Guerra Civil de 69 d.C., pois as tropas terão um papel crucial para a aclamação dos Imperadores e que as atuações destes - Galba e Otão - se relacionam, apesar das diferentes estratégias, com a função de ultra general exercidas pelos membros da Guerra Civil do último século da República.

Devemos então apresentar as obras que usamos como fontes documentais primárias e a finalidade que cada uma possui nessa Dissertação, pois todas são obras que cobrem um grande espaço-tempo do qual não nos convém fazer a análise e a descrição densa de todo este período, mas apenas dos personagens que se portam na trama e dos acontecimentos promovidos por testes no teatro político. Desta forma, este trabalho se afeiçoa aos ensinamentos de Clifford Geertz pois compreendemos que o material do cientista humano está na interpretação da cultura e dos comportamentos perante os acontecimentos, “uma vez que o comportamento humano é visto como uma ação simbólica” (GEERTZ. 2008, p. 13). Uma de nossas pretensões é a de criar uma narrativa historiográfica e analítica capaz de compreender discursivamente parte do ano 68, mas principalmente a primeira metade do ano de 69 d.C., período que concernem às ascensões e governos de Galba e Otão e os acontecimentos desenrolados nos teatros políticos ao longo deste período. Desta forma, nosso trabalho compreende também um esforço antropológico, mas ciente dos limites desta prática na prática historiográfica, visto que o antropólogo, como presente dos acontecimentos, luta contra os próprios discursos ao fazer o trabalho etnográfico, enquanto os historiadores lutam contra os discursos daqueles que produziram a documentação que chegou a nós tentarmos ter acesso aos acontecimentos e indivíduos históricos.

Nossa primeira fonte documental se trata de Cornélio Tácito que nasceu por volta de 55-57 d.C. e morreu provavelmente durante o governo de Trajano, por volta dos anos 120 de nossa era. As *Histórias* de Tácito é a obra mais completa sobre a Guerra Civil que se forma neste ano, dessa forma, esta obra é nossa principal fonte acerca dos acontecimentos e dos governos de Galba e Otão.

Tácito escreve por volta de 110 d.C. (MORALEJO ÁLVAREZ. 1990, p. 14) e contou com diversos relatos orais dos contemporâneos do conflito. Nesta obra, Tácito narra o evento de forma muitíssimo detalhada, dedicando 277 parágrafos, de um total de 398, quase que unicamente para a descrição da guerra – ou informações que agregam a mesma, como

fragmentos de biografias dos personagens que a compõem. Ou seja, praticamente 70% dos parágrafos da obra são dedicados à Guerra Civil ou informações de relevância para ela. Cada um desses parágrafos contém descrições detalhadas de batalhas, discursos e criações imagéticas e de inúmeros personagens, incluindo dezenas de coadjuvantes, se mostrando um verdadeiro manancial de informações para o estudo do período, sobretudo acerca dos nossos atores principais. Contudo, fazemos uso parcial desta obra, visto que nosso objetivo é analisar as vidas e os governos de Galba e Otão. Para isso usamos sobretudo os livros I e II de Tácito, visto que as *Histórias* se iniciam com um breve resumo da situação do Império, até o parágrafo onze, e a partir do parágrafo doze, o autor latino se desbrava sobre a os acontecimentos abordados em sua obra, que se iniciam em janeiro de 69, com Galba sendo consagrado Cônsul de Roma, já soberano sobre o Império. E assim percorremos até a metade do livro II, na qual são descritos a derrota de Otão na batalha do Bedríaco, contra Aulo Vitélio e a descrição de seu suicídio, no parágrafo 49 do livro II. Este será o uso que fazemos das *Histórias* de Tácito ao longo deste trabalho.

Entretanto devemos ressaltar que as *Histórias* de Tácito é uma obra muito fragmentada e que, provavelmente tinha 20 livros, que correspondiam ao ano de 69 a 96, da revolta contra Galba até o assassinato de Domiciano (MASTER. 2012, p. 85). Ou seja, boa parte da obra foi perdida, sobretudo acerca da segunda metade do governo de Vespasiano e sua morte. Os governos completos de Tito e Domiciano também foram perdidos.

As *Histórias*, entretanto, não é a única obra de Tácito. Outra obra do mesmo autor, também historiográfica², os *Anais*, se mostra uma fonte importante para resgatarmos e entendermos os antecedentes da Guerra Civil de 69, sobretudo o fim do governo de Nero. Nesta obra o autor trata dos acontecimentos ocorridos durante a Dinastia³ Júlio-Claudiana, ou seja, o período que precede o nosso recorte espaço-temporal. Porém, para termos uma compreensão do ano de 69 como uma fase de transição entre dinastias, pegamos o fim da obra *Os Anais*, que

² Devemos deixar claro que ao citarmos historiografia com relação às documentações latinas, nós nos referimos ao sentido literal etimológico do termo, isto é, a escrita da história. Pois reconhecemos a distinção entre a história *magistra vitae* enquanto literatura e obre retórica da Antiguidade e da história científica e conceitual que se pratica a partir da modernidade.

³ Compreendemos dinastias romanas como uma linhagem de sucessão de um clã que não visa, obrigatoriamente, a sucessão de um primogênito consanguíneo, mas sobretudo a de um herdeiro político. Essa herança política era preferencialmente obtida através do laço sanguíneo, como nos casos de Tito Flávio Vespasiano e seu filho de mesmo *nomen*, mas também pelo ato da adoção, como vemos com Sérvio Sulpício Galba e Lúcio Calpúrnio Pisão Frugi Liciniano.

coincide com os relatos da desestruturação da Dinastia Júlio-Claudiana⁴, para destacarmos os fatores que lavaram ao fim desta dinastia e que desembocaram na Guerra Civil e na disputa de poder por quatro imperadores e generais romanos em um único ano, na qual consta a ascensão de Galba e Otão. Contudo, devemos ressaltar que estas obras são fragmentos e que trabalhamos com o que chegou até nosso tempo presente e que Tácito escreveu as obras em momentos diferentes de sua vida. Por mais que os acontecimentos das *Histórias* sejam cronologicamente posteriores aos dos *Anais*, a obra foi escrita antes. (WOODMAN. 1988, p. 160). As *Histórias*, desta forma, são datadas dos anos 110 d.C. enquanto os *Anais*, não se tem certeza se é uma obra acabada, pois há a probabilidade de o historiador ter morrido antes de acabá-la, tendo escrito ela entre os anos de 117 d.C. até sua morte em 120 d.C. (MORALEJO ÁLVAREZ. 1990, p. 15).

Porém, os escritos de Tácito não se limitam somente às obras de história sob o formato de anais, mas também ele escreveu uma biografia muito importante para compreender o pensamento taciteano e sua vida, pois se trata de uma obra sobre a vida de seu sogro, *Júlio Agrícola*, um importante general romano que foi o responsável por concluir o domínio da Britânia, iniciado por Júlio César nas *Guerras Gálicas*. Tácito também produziu uma obra muito peculiar chamada *Germânia*, que narra os costumes e hábitos dos povos da região.

Já nossa segunda fonte documental é uma compilação de biografias. Bem semelhante ao modelo historiográfico, porém com foco no entretenimento e na narrativa pessoal, as biografias construídas por Suetônio também se mostram um importante documento para a reconstrução dos acontecimentos que tratamos. Caio Suetônio Tranquilo, que nasceu por volta dos anos 69/70 d.C. e morreu entre os anos 140/150 d.C., foi um estudioso de retórica e orador que seguiu carreira como um erudito e professor de gramática. Constata-se ainda que, apesar da origem aparentemente humilde, Suetônio teve acesso à corte Imperial, tendo como seu principal mediador e amigo o célebre aristocrata Plínio, o jovem (SOBRAL, 2007, p. 10).

⁴ Os livros na obra de Tácito que compreendem o fim da Dinastia Júlio-Claudiana são os livros XII, XIII, XIV, XV e XVI. Esse recorte é necessário para compreendermos os fatores que levaram ao fim da dinastia e entendermos o processo de transição que se deu entre as duas dinastias. É possível encontrar vestígios de crise na Dinastia Júlio-Claudiana anteriormente, pois Tibério já enfrentava graves problemas com a elite aristocrata romana e sedições com as tropas (TÁCITO. *Anais*, I, XVI, XXVI, XXXI - XXXV). Havia ainda problemas internos à dinastia, pois o caráter ambíguo da sucessão de Augusto a Tibério fará com que possa haver mais de um pretendente às magistraturas imperiais, sendo múltiplos os assassinatos dentro das próprias famílias imperiais. A exemplo de Germânico que morre de causas misteriosas – supostamente assassinado por Tibério (TÁCITO. *Anais*, II, LXXXII).

A obra do autor latino comporta a biografia de doze imperadores romanos, de Otávio Augusto até Domiciano Flávio (devemos dar ênfase ao fato de que o primeiro foi o fundador da primeira dinastia, enquanto o segundo, filho de Vespasiano, é o último membro da segunda dinastia imperial). Assim, dos doze imperadores representados nas biografias, dois deles são atores do nosso recorte temporal: Galba e Otão que participaram na Guerra Civil de 69 d.C., Portanto, a obra de Caio Suetônio Tranquilo também se mostra um importante documento para a recuperação deste tempo ainda pouco enfatizado pela historiografia brasileira.

Devemos notar as diferenças e as convergências tipológicas e narrativas entre Suetônio e Tácito. Fica evidente, ao fazer a leitura das obras de ambos os autores, que eles chegaram a trocar informações de alguma forma. Autores nacionais, como Aldo Eustáquio Assir Sobral e Fábio Duarte Joly, discutem este aspecto. O primeiro aponta de forma superficial a possibilidade dos dois trocarem informações, talvez por ambos serem da ordem equestre ou por sua amizade com Plínio (SOBRAL, 2007, p. 10) o que é bastante improvável pois Joly (2005) parte do princípio de que ambos poderiam usar o mesmo *corpus* documental para a produção de suas narrativas. Joly propõe também a possibilidade de Dião Cássio também fazer o uso dos mesmos documentos que Tácito e Suetônio, mesmo há mais ou menos um século depois de ambos. Joly aponta também a possibilidade de autores anteriores a todos eles terem servido de substrato para as suas produções, a exemplo do Plínio, o Velho, que teria escrito uma *Historia a fini audifi bassi* (JOLY. 2005, p. 111-112), o que explicaria o nivelamento e a semelhança de parte informações acerca dos personagens e dos eventos narrados. É fato que há algumas semelhanças entre os autores, porém, há também os pontos de clivagem que buscamos evidenciar no decorrer das narrativas, intentando responder às nossas problematizações.

Já a terceira obra constituinte do nosso corpo documental é a *História Romana* de Dião Cássio. O autor é nativo da Bitínia, filho do Cônsul Cassio Aproniano e nasceu entre 155 e 164 d.C. Para nós do século XXI, Cássio possui uma personalidade e vida ambígua, pois este se trata de um grego que é Cônsul romano (MILLAR. 1964, p. 5-6). Assim, podemos constatar que o local e o tempo de fala de Dião Cássio são bem distintos dos autores das obras anteriores, o que reflete em sua narrativa e na sua versão da descrição dada aos fatos e aos personagens. Essas diferenças representativas são o que evidenciamos e é o que torna essa obra tão importante para a nossa pesquisa, pois sua perspectiva diferente nos possibilita perceber o

gradual protagonismo que as tropas ganharam no jogo político ao longo dos séculos⁵ e como os imperadores se preocuparam cada vez mais com os assuntos militares⁶, como o pagamento do soldo, a distribuição das tropas e, principalmente, sua performance militar dentro e fora dos campos de batalha.

O autor grego narra toda a constituição do Império Romano, desde o mito de fundação até o seu período de escrita, no III século d.C. Porém, como precisamos fazer um recorte programático, visto que fica inviável trabalhar toda a obra, recortamos a *História Romana* nos capítulos que correspondem ao nosso recorte espaço-temporal. Assim, trabalhamos o capítulo VIII, mas sobretudo os epítomes LXVII e LXVIII, que também narram o fim da primeira dinastia romana, os Júlio-Cláudios, perpassando pela Guerra Civil, pelo estabelecimento da Dinastia Flaviana até o seu fim com a morte de Domiciano.

Assim, trabalhamos aqui as melhores e mais completas obras que nos chegaram, para pensarmos as vidas de Galba e Otão e o início da Guerra Civil de 69 d.C. Visamos um trabalho que compensará o vácuo historiográfico brasileiro sobre o período e sobre estes personagens, mostrando a importância destes Imperadores e do Ano dos Quatro Imperadores para a configuração política do Principado Romano.

Tendo justificado os porquês instrumentais do uso de cada documentação citada acima, discutamos agora sobre os gêneros, os autores e os estilos de cada obra. O gênero historiográfico na Antiguidade é frequentemente usado como um dos principais gêneros literários do período Clássico. Portanto, devemos esclarecer ao leitor que esse gênero tem uma genealogia própria, pois é concebido inicialmente na Grécia, por Heródoto, e depois polido e estabelecido por Tucídides na Hélade do século IV a.C. A escrita do passado enquanto gênero só passa a ser exercida em Roma nos fins da República⁷, principalmente no território romano, por um processo de construção. Assim, devemos nos perguntar, então, como foi esse processo de

⁵ No primeiro capítulo desta obra, vemos como os soldados passam por um processo de ‘clientelização’ por Caio Mário e Sula (conceito pego de empréstimo da autora Norma Musco Mendes, em sua obra *Roma Republicana* - 1988, p. 65), e que no Principado de Augusto há a tentativa de tornar o exército algo pessoal do imperador, sendo designado um pagamento próprio aos soldados vindos das contas públicas, o soldo (MARTIN, 2014, p. 157).

⁶ Fator que se mostra fundamental para a manutenção do poder já na Guerra Civil de 69 d.C.

⁷ No segundo capítulo da obra *Historiografia: Salústio, Tito Lívio e Tácito*, Pedro P. Funari e Renata S. Garraffoni (2016, p. 31 – 42) descrevem como o processo de expansão na Grécia durante o séc., II a.C. repercutiu numa ambiguidade romana, que possuía o domínio imperial sobre o território grego, mas que se encontraram fascinados com a variedade da cultura escrita dos helenos.

construção do gênero da história em Roma? Por quais etapas passou? E principalmente, como a oratória é importante para sua composição?

Um dos responsáveis pela introdução do gênero historiográfico em Roma é o historiador heleno Políbio de Megalópoles. Foi feito prisioneiro pelos romanos no ano de 168 a.C., mas devido à sua intelectualidade notória, rapidamente se integrou à aristocracia romana, sendo responsável pela difusão do gênero historiográfico e também de autores áureos da história grega, como Tucídides. Políbio encontra em Roma o terreno perfeito para o desenvolvimento de uma história. Os romanos tinham uma consciência de passado e de presente como continuidade que permitia a um historiador fazer história em uma magnitude que não se encontrava na Grécia. Para Robin G. Colingwood, a preservação dos monumentos permitia com que os historiadores tivessem vasto conhecimento sobre um passado remoto (COLINGWOOD. 1994, p. 60). Além disso, sabemos que por tradição os *pontifices maximi* de Roma eram responsáveis, tradicionalmente, pelos calendários consulares, ou seja, os *fasti consulares*, o que permitia uma preservação da memória em formato de anais (CÍCERO. *Do Orador*. II, 51). Não é à toa que historiadores posteriores, como Tito Lívio e Dião Cássio se arriscaram a investigar a história de Roma desde os seus primórdios. Contudo, esse princípio da história de Roma é cheio de incertezas e imprecisões históricas, sendo suas lacunas construídas pela memória imaginativa e pelas literaturas mitológicas (CATROGA, 2015, p. 17), como a *Eneida* de Virgílio.

A história helenística chegou a Roma como um gênero já estabelecido (FUNARI; GARRAFFONI, 2016, p. 27), porém, podemos perceber que não houve um consenso sobre um estilo específico de história no início da República. A historiografia romana neste período era algo experimental e discutível. Cícero, por exemplo, um dos maiores nomes dentre a República de sua época (I a.C.), debate sobre as leis e os usos da oratória na escrita da história:

Pois a história não era mais que a confecção de anais [...] sem ornamento algum, deixou apenas os monumentos relativos aos tempos, aos homens, aos lugares, aos acontecimentos. Portanto, como entre os gregos foram Ferecides, Helânico, Acusilau e muitos outros, assim foram nosso Catão, Píctor e Pisão, os quais não sabiam com que coisas se orna um discurso (pois isso foi importado recentemente) e, desde que se compreendesse o que diziam, julgavam que o único mérito oratório era a brevidade (CÍCERO. *Do Orador*, II, 12, 52 – 53).

Vemos neste trecho que houve uma estilização do gênero historiográfico. Este papel na sociedade romana coube, principalmente, ao orador. Cícero critica as afirmativas de que a *breuitatem* seria o único empréstimo válido da oratória para a escrita da história. Seu personagem, Antônio, pelo qual Cícero transpassa suas intenções, demonstra como havia múltiplas ferramentas retóricas que os oradores poderiam usar para ornar o gênero historiográfico e como ambos se complementam:

[...] não vedes a que ponto a história é função do orador? Não sei se a mais importante pela riqueza e pela variedade do estilo. Nem a encontro em lugar algum especialmente contemplada pelos preceitos dos retores. [...] Com efeito, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer algo falso? Em seguida, não ousar dizer que não seja verdadeiro? Que não haja, ao se escrever, qualquer suspeita de complacência? Nem o menor rancor? ⁸ [...] e não se fale só dos feitos dos próprios homens, mas, com relação aos que se distinguem pela reputação e pelo nome, também da vida e do caráter de cada um. Quanto à economia da linguagem, deve-se perseguir um gênero oratório difuso e arrastado, que flua regularmente com uma certa suavidade, sem essa aspereza própria do tribunal e sem os agulhões que as fórmulas que têm no fórum. [...] No mesmo silêncio jazem muitas outras funções do orador: exortações, preceitos, consolações, advertências, as quais têm relação com a eloquência mais refinada (CÍCERO. *Do Orador*, II, 12, 62 – 64).

Esse trecho nos revela o quanto importante é a função do orador para a sociedade romana e também para a escrita da história. Ele nos é essencial pois duas de nossas documentações partilham da influência ciceroniana e mesclam sua escrita com o exercício oratório. De um lado temos Tácito, um dos oradores mais relevantes de sua época, que chegou a escrever uma obra de caráter retórico chamada *Diálogo dos Oradores* que tinha o propósito de discutir as diferenças de liberdade de expressão entre a República e o Principado. De outro, temos Suetônio, que apesar de compor a elite senatorial também praticava a oratória e fazia parte da corte imperial. Duas de nossas documentações são repletas de usos da *eloquentia*⁹ e, de acordo

⁸ Apetrecho retórico, emblemático em Tácito, que no início de suas *Histórias* afirma, “entretanto aqueles que professam juramento incorruptível de verdade deve escrever a respeito de alguém sem amor e sem ódio” (TÁCITO. *Histórias*, I, 1, 4). Demonstrando sua semelhança com o método de escrita da história pautada na verdade defendida por Cícero.

⁹ Compreendemos que Dião Cássio, mesmo sendo grego, também detém características semelhantes. A ele, preferimos a denominação de “retórica”, a prática grega. Não é apenas uma questão terminológica, visto que nós

com Ronald Syme, “Cícero continuava sendo o modelo necessário para os estudantes da eloquência” durante os primeiros séculos do Principado (SYME. 1958, p. 114).

Todavia, apesar do pretenso profissionalismo discutido por Cícero, em nossa leitura fica evidente o caráter retórico e teatral das *Histórias*.

Suetônio, como dito, escreve as *Vidas dos Doze Césares*. Porém, é evidente certa ambiguidade entre a história e as biografias na Antiguidade. O que de fato diferencia as obras de Tácito e Dião Cássio para as *Vidas* de Suetônio? Quem responde a esta pergunta é Andrew Wallace-Hadrill em sua obra *Suetonius*:

Tácito fez uma demonstração de impor o formato analítico ano a ano que deriva da historiografia republicana: ainda, como revelam suas divisões de livros, as vidas e mortes de césares articularam a estrutura. Dião Cássio era mais aberto: ele normalmente antecede um novo governo com uma discussão sobre a personalidade do governante. Durante o período que se seguiu, Dião teve que confiar amplamente nas séries de biografias imperiais que agiram como uma continuação de Suetônio. [...] Suetônio foi muito modesto ou honesto para desafiar Tácito. Mas ainda havia espaço para suplementar sua obra. Como um intelectual e servo de Césares, ele tinha algo a acrescentar.

não partilhamos da ótica de Edwin Du Bois Shurter de que retórica e oratória são sinônimas em sentido, mas não em prática (1912, p. 3-4), visto que gregos e romanos possuem fórmulas diferentes de persuasão e práticas literárias. Mesmo que Dião Cássio escreva num período de dominação romano, compondo o Senado e a corte Imperial de Septímio Severo, o autor é grego da região da Bitínia e escreve em grego. É impossível abordarmos a relação grega e romana sem abordarmos a questão de helenização e romanização. Vemos essa situação complexa como algo natural da cultura, contudo, o conflito de identidades entre gregos e romanos possui uma série de particularidades. É evidente, como demonstra Simon Swain que a elite romana tinha múltiplos interesses em se apropriar de certas práticas gregas e que isso afetou profundamente a educação da elite senatorial romana e a formulação da oratória do fim da república. (SWAIM, 1996, p. 22-3). Ver *Hellenistic world and the coming of Rome* de (1984) e *Culture and national identity in Republican Rome* (1992), ambas obras de Erich S. Gruen. O autor defende, de forma geral, que a relação Romana e grega é ambígua, visto que “Muitas figuras públicas em Roma expressavam familiaridade, admiração e envolvimento próximo com a cultura grega”, porém “retornos gregos e filósofos se encontraram expulsos da cidade mais de uma vez durante o segundo século” (GRUEN, 1992, p. 223-224). Quem desenvolve bem o assunto é Erich S. Gruen especialmente num capítulo de sua obra “The appeal of Hellas” em que a ordem dominante romana tinha interesse e apresso pela cultura grega, sobretudo a intelectual, mas tinha estranhezas com a religião e demais valores, e por isso buscava controlar a proliferação desses valores helenísticos (GRUEN, 1992, p. 270). Esse relacionamento ambíguo e estranho permanece também no período do Principado, pois Paul Veyne cita o caso de Nero que durante seu governo descolonizou a Grécia, tirando dali o seu governador da elite senatorial romana. Esse fator teria sido um dos motivos de sua extrema popularidade entre os gregos, mas também da insatisfação da elite romana e um dos principais motivos de seu fim (VEYNE, 1987, p. 17-18).. Sobre esse assunto e a morte de Nero, nós retomamos no início do segundo capítulo desta dissertação

Historiadores e biógrafos complementam um ao outro; não há necessidade de fazer escolha (WALLACE-HADRILL, 2004, p.8).

E acrescenta ainda que o principal ponto de clivagem entre as biografias e as histórias é que a

Biografia tinha (e tem) sua própria estrutura. Ela é cronológica apesar de ser uma cronologia não ditada pelo calendário, mas pelo ritmo da vida humana, reprodução, nascimento, crescimento e morte. [...] A vida de um aristocrata romano, se descrito por um membro de sua *gens* em seu texto funerário, ou por Plutarco e Suetônio, passa por uma progressão necessária de estágios, como a aquisição da *toga virilis* ao atingir sua masculinidade, o primeiro cargo militar, a primeira campanha e a promoção ao cargo oficial ou do *cursus honorum*. [...] A descrição do caráter, hábitos e aparência física são quase inevitáveis (WALLACE-HADRILL, 2004, p.9).

E é por esta abordagem que as *Vidas* de Plutarco e de Suetônio nos são tão interessantes. O tom único dos biógrafos ao tratar das descendências, das relações de amizade e das famílias nos permite complementar parte dos dados históricos e dos acontecimentos da Guerra Civil de 69 d.C. Os detalhes interpessoais, as árvores genealógicas e informações como a obtenção do *laticlavus* e os relacionamentos com a elite romana são peças fundamentais para pensarmos os nossos atores políticos e como ocorreu a construção de suas performances.

Dião Cássio, por outro lado, coletou seu material durante o governo de Septímio Severo e escreveu grande parte da obra durante o período de Alexandre Severo, por volta de 222 d.C. (BARNES, 1984, p. 241), é conhecido por sua ênfase no militarismo (HARRINGTON. 1997, p. 161). Por essa singularidade, esta obra também se mostra muito importante para a escrita da história antiga contemporânea. Ela nos permite não só trabalharmos os períodos anteriores à hegemonia Júlio-Claudiana, mas o autor grego nos fornece uma chave de interpretação única, que é o recorrente ganho de protagonismo das tropas no jogo político do Principado e da aproximação do ator político romano ao exército e às conquistas militares. Vale lembrar que Galba e Otão durante a Guerra Civil foram aclamados pelas tropas e só assim passaram a ser reconhecidos como *imperator*, ou seja, chefes supremos das forças armadas romanas. No caso de Vitélio, como chegamos a ver em seu enfrentamento contra Otão, o protagonismo das tropas era tanto que seus desejos suplantavam os do Imperador, na concepção crítica mordaz de Tácito (TÁCITO. *Histórias*, I, 62). Diante disto, fica evidente que após a morte de Nero, a posição de Imperador estava entrelaçado com o bom relacionamento das tropas e que esta posição não

necessariamente dependia do lugar que o Imperador aclamado ocupasse na hierarquia romana, mas sobretudo da sua capacidade de mobilizar tropas e se relacionar com o Senado.

Tendo esclarecido essas questões a respeito das documentações e dos seus gêneros literários que abordamos, discutamos agora sobre a teoria e a metodologia usadas no processo de elaboração desta Dissertação. Por mais que ultimamente seja obsoleta a descrição dos métodos teóricos nas introduções dos trabalhos, neste trabalho deve-se abordar tal assunto, pois repercute diretamente na forma como pensamos as divisões dos capítulos e na estrutura na qual o trabalho foi pensado. Assim, construímos essa dissertação por duas tramas principais. Sendo a primeira uma trama geral, que se dá pela configuração do Principado enquanto sistema político, que é confirmado pela eclosão da Guerra Civil de 69 d.C. e pela ascensão da Dinastia Flaviana como única e soberana, ao fim da Guerra. E a segunda trama que se compreende pelo acontecimento em si e o desenrolar dos teatros políticos durante a guerra.

A primeira parte deste trabalho, período que antecede a guerra de 69 d.C., nós chamamos de prólogo¹⁰. O recorte que abordamos está naquilo que entendemos como o início da reconfiguração do sistema republicano, que tem início entre a tensão e a disputa de poderes entre Caio Mário e Sula e a primeira Guerra Civil. Descrevemos analiticamente parte do processo histórico, e como os atores históricos, Cornélio Sula, Gneu Pompeu, Júlio César e Otávio César contribuíram para a reconfiguração do sistema político que se entendia por República e que, academicamente, se convencionou chamar de Principado, após o domínio de Otávio Augusto e de seus partidários.

Portanto, devemos exaltar a grande influência do sociólogo Norbert Elias e suas contribuições para a nossa compreensão sobre o que é poder e os comportamentos sociais¹¹. Pois compreendemos poder enquanto um amontoado de tensões exercidas por diversos atores e indivíduos ou grupos políticos, e como se dá transformação dos sistemas institucionais e simbólicos, a partir da qual se dá a reconfiguração do Estado das coisas (ELIAS. 2001, p. 246).

¹⁰ Parece ser um termo muito adequado, visto que prólogo deriva da palavra “prologus”, que tem por uma de suas definições “discurso que introduz, em certas peças teatrais, o tema que será representado” (PRÓLOGO. In: Larousse ática: Dicionário de Língua Portuguesa, 2001, p. 805). Normalmente entoado pelo coro – mas também pode ser entoado por algum dos atores, como no caso de Medéia de Sêneca –, fornece a base contextual e também introduz os personagens, para que os espectadores/leitores já estejam habituados aos nomes e aos acontecimentos ao início da peça teatral. Neste trabalho, contudo, o prólogo, trata-se de compreender o fim do sistema que entendemos por República Romana.

¹¹ Como nos ensina Elias (2000), na introdução e no primeiro capítulo, denominado “Considerações sobre o método”, em sua obra *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*.

Outra contribuição de Elias a nosso trabalho se dá por meio de Roger Chartier, e seu desenvolvimento das teorias de Elias, em *História Cultural: entre práticas e representações* (2002), sobretudo no capítulo três “Formação social e *habitus*: uma leitura de Norbert Elias”. Buscamos perceber ao longo do trabalho como os atores políticos se revezam no poder através da formação social de múltiplas instituições imaginativas, reconfigurando o cenário político e gerando novos *habitus*, costumes e sistemas de poder.

Ressaltamos que o próprio cargo de Imperador não é algo institucional no Império Romano, mas que é objeto de uma formação social ao qual se convencionou (nunca de forma unânime) relegar o poder a um único cidadão de destaque, o *Princeps*, atribuindo-lhe as mais importantes magistraturas do Império, mas que sabiamente tem que tomar cuidado para não exceder ou se abster em demasia em sua performance. Durante o prólogo de nosso trabalho buscamos desenvolver isso, pretendendo responder enfaticamente às perguntas: como se configurou a posição de Imperador em Roma? Como as relações sociais entre os diversos elementos da sociedade romana e os poderes foram reconfigurados ao longo desse primeiro século de guerras civis e de tensões políticas? E mais adiante, quais os pré-requisitos para se tornar e se estabelecer como um imperador romano no cenário político da Guerra Civil de 69 d.C.?

A seguir, os próximos capítulos, preferimos chamar de atos. Temos o ato primeiro, que se trata do segundo capítulo. Nele, abordamos a crise do governo de Nero e o fim da Dinastia Júlio-Claudiana, que vinha sendo posta em xeque desde a Conspiração Pisoniana em 65 d.C. e depois da revolta de Júlio Vindex, que como teve como consequência a *bellum neronis*, a aclamação de Galba pelas tropas e o suicídio do último Príncipe da linhagem de Augusto. Porém nossa ênfase será a vida e o governo de Galba, e os riquíssimos acontecimentos que denominamos de “episódio da adoção” e o “Conspiração Otonina” performados por Galba, Otão e Pisão e narrados por Tácito e Dião Cássio, e presente nas *Vidas de Galba e Otão*, tanto na versão de Suetônio como na de Plutarco.

Em seguida, no segundo Ato e terceiro capítulo nós discorreremos sobre a vida e governo do Imperador Otão e sobre a sua performance Imperial. Analisamos sua assimilação e distanciamento com relação a Nero de acordo com suas conveniências e como buscou performar enquanto um sujeito clemente, que perdoou seus inimigos visando apaziguar instável situação em que se encontrava após usurpar o governo de Galba e de seu herdeiro. Observamos também neste ato como Otão mudou seus hábitos, se comportando de formas diferentes antes

e depois do poder, para que assim fosse melhor interpretado por seus súditos e colegas de poder, mas como nos discursos das documentações havia a ausência de uma performance de liderança militar por parte de Otão, fator decisivo para que seu poder fosse colocado em xeque. Estes assuntos se tratam pois daquilo que compreendemos por performance e atuação no exercício do poder, visto que até no fim do seu ato e vida, a morte de Otão é representada como uma morte honrosa, através do suicídio, para que se poupassem vidas romanas com o fim da Guerra Civil, enquanto Galba é representado como um ultrajante, morrendo por este mesmo motivo. Desta forma dissertamos sobre estes Imperadores, pois buscamos perceber como os atores políticos tentaram performar e tensionar múltiplos componentes de poder a seu favor e como suas representações através das documentações nos permite enxerga-los enquanto genuínos atores políticos.

Devemos deixar claro que a concepção de indivíduo político usada neste trabalho é semelhante ao método de Georges Balandier e Erving Goffman. Em *O Poder em Cena*, Balandier (1982, p. 6) afirma que “o imaginário ilumina, pois, o fenômeno político [...]. Todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelas ilusões do teatro”. É nessa lógica do drama que os personagens buscam performar no teatro dos poderes, e para fazerem isso com a melhor proficiência possível, usam dos recursos disponíveis para ampliarem seu poder, conseguirem legitimidade e permanecerem como o protagonista da obra. Para a compreensão desses recursos teatrais, elencamos Goffman, que nos mostra como é feito o uso de “fachadas” sociais. Nas palavras do próprio autor a “fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado, intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 1975, p. 34).

Desta maneira nos é conveniente definir o que é teatro e performance, dois conceitos espinhais na construção desta narrativa historiográfica. O mundo como teatro na compreensão de Andrea Copeliovitch se dá da seguinte maneira:

“o teatro não se fixa na forma, nem perdura no tempo/espço, criando outras relações tempo/espço, as falsas sombras seriam o que obscurece a visão, diferente do que vela, possibilitando assim o desvelar e o dar-se da própria obra, que é a manifestação da própria vida, manifestação do mundo. O ator é parte dessa manifestação/obra. Deixa de ser Fulano ou Beltrano para ser Obra. Obra de arte viva.” (COPELIOVITCH. 2007, p. 6).

Sobre o fenômeno do teatro, Antonin Artaud ao refletir sobre o teatro de Bali afirma que a riqueza simbólica deste se dá pois

“em todos aqueles gestos, atitudes angulosas e brutalmente interrompidas, frases musicais que acabam logo, voos de élitros, ruídos de galhos, sons de caixas ocas, rangidos de autômatos, danças de bonecos animados, é que, através desse labirinto de gestos, atitudes, gritos lançados ao ar, através das evoluções e das curvas que não deixam inutilizada nenhuma porção do espaço cênico, surge o sentido de uma nova linguagem física baseada nos signos e não mais nas palavras. Esses atores com suas roupas geométricas parecem hieróglifos animados.” (ARTAUD. 2006, p. 56).

Assim, a compreensão dos gestos, da ocupação do espaço cênico e dos sons é essencial para a compreensão do sujeito enquanto ator e emissor de signos no teatro político. O ator para Constantin Stanislavski deve se preparar discursivamente e espiritualmente para preencher um papel. Ao longo de sua obra *A criação de um papel* (1984), Stanislavski estabelece que o ator deve passar por três fases para atuar em um papel. 1) O primeiro contato é “O período de estudo” do papel, em que se deve analisar sentimentalmente o que é exigido, assim como as circunstâncias externas ao papel, sua vida, nacionalidade e fatos. 2) O segundo contato é o “O período de experiência emocional”, onde o ator se depara pela primeira vez com aquilo que deverá ser e passa a usar sua “emoção criadora” para dar vida personagem, criando uma “partitura do papel”¹². 3) O terceiro contato é “O período de encarnação física”, na qual o ator está pronto para finalmente “ser”, momento em que se prevalece, ação corporal e se entrega ao inconsciente e às emoções (STANISLAVSKI. 1984). Por isso a necessidade de pensar o ritualístico e o teatral na instância da atuação.

Desta maneira, a performance, a escolha de como atuar, é vital para procurarmos as nuances e particularidades entre os comportamentos, gestos e signos emitidos de cada um dos nossos personagens. De acordo com Renato Cohen a performance para o público brasileiro está fortemente associada ao “improviso” quando se trata do oposto, pois performance é “preparação em detrimento do improviso e da espontaneidade” (COHEN. 2002, p. 27). A performance neste trabalho é o meio através do qual o ator busca preencher um papel, “é expressão cênica” (COHEN. 2002, p. 28). Portanto, a performance só acontece naquilo que podemos denominar

¹² Que se trata do conjunto de objetivos maiores e menores que o ator deve cumprir ao atuar um personagem, que se trata da sequência de ações feitas no enredo, como a ordenação do olhar, dos gestos e postura (STANISLAVSKI. 1984, p. 70-75).

de cena. A cena é, de acordo com Renato Cohen é uma relação entre uma tríade: atuante-texto-público (COHEN. 2002, p. 28-29). Em outras palavras, os atores políticos, visam preencher uma papéis formados pelo imaginário social. Como o papel do *pater familias*, ou do general, ou do político virtuoso e clemente. Para atingir seus objetivos e atuar num papel, eles precisam de ação. Portanto, a performance, neste trabalho, é uma forma de ação tanto do corpo, pelas quais os atores buscam melhor desempenhar os papéis atribuídos a eles ou que escolhem atribuir a si, mas também pelos comandos e ordens, através das quais o Imperador busca governar. Dito isso, para compreender as performances e os governos de Galba e Otão, extrapolamos o conceito de performance para além da mera ação, que o Imperador não governava sozinho, mas que contava com seus associados, colegas de império e uma extensa rede de relacionamentos que podia compreender seus libertos, amigos e súditos, aos quais delegava. Portanto, os imperadores atuavam também através das ordens, pois por mais que não fossem eles os executores da ação, seus efeitos repercutiam suas vontades e, desta forma, procuravam demonstrar os tons de seus governos.

A importância de Balandier e Goffman é determinante para a compreensão dos nossos atores políticos, pois cada um deles criaram uma fachada e um discurso específicos ao longo de suas vidas e de seus governos. Assim como no primeiro capítulo, fazemos uma descrição dos acontecimentos da guerra, mas buscando analisar as performances dos atores. Investigamos sobre as vidas dos personagens, suas ancestralidades, cargos ocupados, as relações com os membros da Dinastia Júlio-Claudiana, as relações com os exércitos e os laços de amizade. Para isso, fazemos uso extensivo das obras, buscando apreender o máximo das vidas e dos comportamentos dos nossos atores, o que nos permite traçar e definir, através de suas ações e discursos, seus papéis e suas performances.

Assim sendo não é exagero afirmar que na nossa leitura o mundo político é um teatro. Por isso dividimos essa dissertação de três capítulos em prólogo, primeiro e segundo ato. Os atores políticos desempenham seus papéis à medida que sua compreensão do imaginário e os conjuntos de significantes lhes ilustram o caminho. Logo, cabe atores políticos escolherem, de acordo com suas necessidades, julgamentos e conveniências a maneira de performar. Estes atores políticos, junto de outros fatores, como a cidade, edifícios, ruas, obstáculos e os grupos de pessoas ali presentes, são o que constroem a cena. E por este motivo nos é tão conveniente pensar a escrita deste trabalho como a elaboração de uma peça teatral. Esta é a nossa versão do teatro político ocorrido na primeira metade de 69 d.C., cujos protagonistas são, sobretudo, Galba e Otão.

PRIMEIRO CAPÍTULO

PRÓLOGO

Desta maneira, damos início ao nosso primeiro capítulo e o prólogo desta obra. Neste trabalho dissertamos sobre alguns conceitos desenvolvidos pela historiografia para descrever a passagem da República para o Principado. Logo após, abordamos as entre os membros do generalato romano e sobre os intensos conflitos políticos a partir do fim do II séc. a.C. que desencadearam três grandes e laboriosas Guerras Civis na República. As guerras aconteceram entre os famigerados generais, Caio Mário e Lúcio Cornélio Sula, Pompeu Magno e Júlio César e Otávio César e Marco Antônio. Estas foram os principais responsáveis pelo remodelamento do sistema político de República para Principado. As guerras civis foram o motor responsável pela transformação do sistema de poder, fazendo com que o poder se concentrasse, sobretudo, em figuras militares, originando posteriormente a figura do Imperador e *princeps*. Este foi o início do Principado. Ao final do capítulo tratamos a predominância de Otávio César e sua passagem para Augusto e, conseqüentemente, a criação da primeira dinastia imperial romana.

1.1 A reconfiguração da República: declínio, crise, falência?

A relação entre história e narrativa tem sido bastante debatida no período corrente nos cursos de formação de historiadores. Por isso, gostaríamos de dedicar um pouco deste início de capítulo a este tema e ressaltar que o principal esquema narrativo para tratarmos neste trabalho acerca do Império Romano será o cronológico. Assim sendo, devemos advertir que a cronologia é usada apenas como recurso e não como regra. Este recurso deve ser visto como uma forma de orientação, tanto para quem escreve quanto para quem lê. Para que se torne todo o emaranhado do passado inteligível, é comum que se coloque os acontecimentos em ordem. Porém, o dever do historiador da Antiguidade já não é mais narrar história como um compêndio de fatos, dando explicações macroscópicas para os acontecimentos das grandes estruturas do passado, como fez Edward Gibbon (2005) em *O Declínio do Império Romano*. Deve, todavia, o historiador antigo criticar o passado buscando responder perguntas que o interessam por seus incômodos sociais, sejam eles conscientes ou inconscientes; é esta a utilidade que tem o historiador¹³. Logo, a finalidade da narrativa cronológica se enfraqueceu, o texto histórico perdeu o seu caráter

¹³ Como já dito por Paul Veyne: “Primeiro dever do historiador é estabelecer a verdade e o segundo, explicar a trama” (VEYNE, 2002, p. 169). Apesar de partilharmos de um pensamento sobremoderno no qual não existe verdade absoluta, concordamos com Jeanne Marie Gagnebin, que reside “uma vontade de verdade” no trabalho historiográfico científico (GAGNEBIN, 2006, p. 39 – 47). Esse “lastro” de verdade subjetiva se encontra, por sua vez, na leitura crítica e densa da documentação.

somente narrativo e se tornou sóciocientífico, tendo o gênero historiográfico transcendido a mera característica narrativa.

Desta maneira, nosso trabalho segue lógica escrita de começo, meio e fim, com a finalidade de uma escrita didática embora acadêmica, mas sem nos limitarmos a isso. Começamos nossa história daquilo que escolhemos meticulosamente como o ‘começo’. Mas começo de quê? O início de um longuíssimo processo histórico, tão longo e vasto que se torna demasiado difícil estabelecer um ‘começo, meio e fim’. Convencionalmente se estabelece o começo da História Romana em 753 a.C. com a criação de um pequeno vilarejo na Península Itálica. Contudo, o nosso começo é diferente, pois não nos interessa dissertar, nesse momento, sobre a fundação da cidade de Roma e os acontecimentos que a levaram a ser a capital do maior Império da Antiguidade. Interessa-nos dissertar sobre a formação do Principado, ou seja, o começo de uma reconfiguração daquilo que era conhecida como República Romana e que se transformou em um outro sistema de governo, convencionalmente chamado de Principado Romano. Isso é que o chamamos neste trabalho de “configuração” política e ocasionalmente de “forma” política.

Forma é aquilo que dá morfologia à história. Como Norberto Luiz Guarinello (2003) informa, em seu texto *As Formas do Império Romano* (2003), o passado é inacessível por si só e só conseguimos alcançá-lo por meio de fontes, que, independente de quantidade e qualidade, nunca serão o passado propriamente dito. Portanto, como forma de racionalização, nós, sobretudo os historiadores, conceitualizamos o passado e o dividimos em formas. Neste trabalho com a Guerra Civil de 69 d.C. e a ascensão de Galba e Otão ao poder, acontecimentos que são vistos como um moldador do Principado Romano, visto que neste momento, um período de colapso da Dinastia Júlio-Claudiana e de sua extinção, os romanos e o Senado poderiam ter retornado à forma republicana, porém não o fez. Assim, trabalhamos a forma política que antecedeu ao Principado, a República, e a sua transformação em um sistema político monárquico. Este será o objetivo maior deste primeiro capítulo, definir os parâmetros de configuração do Principado; logo, é impossível fugir da ideia de um começo.

Então, onde estaria localizado na história romana esse começo? Norma Musco Mendes (2006), em *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômica, política e cultural*, dialoga com Thomas Mommsen e afirma que a “falência” republicana começou em 133/121 a.C. com os irmãos Graco, Tibério e Caio. Porém, o ponto de partida considerado nesse trabalho é outro. Greg Woolf (2017) afirma que “nenhuma crise foi maior que as guerras civis que

convulsionaram o Estado entre o assassinato dos Graco e a vitória de Otaviano sobre Antônio e Cleópatra na Batalha do Ácio” (WOOLF, 2017, p. 159). Deste ponto de vista, podemos apontar que a reconfiguração para o Principado tenha tido início com as aquisições de poder por Caio Mário e Sula. Foi na disputa pelo poder e a centralização do poder individual que se inicia a reconfiguração da República romana e esse acontecimento está diretamente ligado à ampliação da máquina imperial romana. Se temos como um dos nossos maiores objetivos compreender a estabilização do Principado por Otávio, devemos compreender o processo de reconfiguração que permitiu a Augusto estabelecer as mudanças que fez, visto que para Ronald Syme, “Augusto é o herdeiro de César ou de Pompeu, como queira. César o Ditador tem a maior culpa pela guerra civil. De fato, Pompeu não era em nada melhor. E Pompeu está diretamente ligado a Mário, Cinna e Sulla. Parece-nos inevitável pensar que o destino ordenou uma sucessão de tiranos militares” (SYME, 1989, p. 9). Porém, temos o propósito, como dito, de narrar os fatos em formato de reconfiguração do sistema político e não como uma revolução, que dá a entender que foi promovida por um único indivíduo ou um grupo de indivíduos que criou o Principado como algo organizado e meticulosamente pensado.

De acordo com Thomas R. Martin, a “destruição” do Império acontece paralelamente à ascensão de uma nova “classe”, com membros advindos da Ordem Equestre, conhecida por ter em seu seio vários “homens novos”. Homens Novos eram políticos romanos, normalmente da Ordem Equestre, que chegavam ao Senado sem ter antepassados que pertenciam à Ordem Senatorial (KONRAD, 2006, p. 174). E Martin acrescenta que os homens novos eram aqueles que atingiam o mais alto consulado apesar de não possuírem o mesmo histórico familiar ou traço genealógico antigo originário de Roma, como os *pater patriae*, ou patrícios, que era o principal parâmetro para a *nobilitas*, ou seja, a distinção social da elite senatorial e consular. Além disso, o autor acrescenta que ao fim do II século a.C. havia um contexto favorável para a ascensão de indivíduos *outsiders* à elite patrícia e senatorial vigente. Os conflitos sociais proporcionados pelos irmãos Caio e Tibério Graco, seguidos das revoltas dos escravos que uniu 70 mil escravos na Sicília em 134 a.C. e da guerra de Jugurta em 112 a.C., fez com as mudanças no imaginário político se tornassem necessárias para a centralização dos poderes nas mãos de indivíduos (MARTIN, 2014, p. 124 – 126). A centralização do Império no seu escopo sociocultural acontece também por pragmatismo. Conforme é discorrido por Roger Chartier em sua obra *História cultural: entre práticas e representações*, a sociedade é movimentada por uma dupla aliança entre os âmbitos objetivos e subjetivos, pois não existe origem definida para se determinar a ordem dos acontecimentos, mas sabe-se que as práticas agem nas instâncias

imaginárias assim como o imaginário tem influências nas atitudes dos indivíduos históricos (CHARTIER. 2002, p. 17).

De acordo com Alexandre Pacheco, o que Chartier propõe é mais do que uma simples conceitualizações dos termos “prática” e “representação”, mas sim toda uma elaboração de metodologia histórica, colocando representação “enquanto instrumento teórico-metodológico capaz de apreender em um campo histórico, particular, a internalização simbólica das lutas pelo poder e dominação entre os grupos” (PACHECO, 2005, p. 4). Ou seja, é através dos grupos e de seus integrantes, os personagens históricos, que uma sociedade é feita.

Dito isto, definido os conceitos que pautam grande parte deste prólogo, devemos analisar o processo de reconfiguração da República em Principado que se inicia com a primeira das guerras civis a serem abordadas neste trabalho que acontecem entre os generais Caio Mário e Sula.

1.2. O início do Processo de Reconfiguração: a formação do generalato

1.2.1. A Primeira Guerra Civil: os protagonismos de Mário e Sula

A República de acordo com as ponderações historiográficas foi um sistema político que perdurou por quase meio milênio, entre 509 e 27 a.C. Esta era parte crucial da identidade romana e continuou mesmo durante o Principado, pois representava a soberania do *SPQR*, *Senatus populusque romanus*¹⁴. Este sistema político se iniciou em 509 a.C. com a morte de Lúcio Tarquínio Soberbo, a partir de então o poder passou a residir nas mãos dos Patrícios, os “pais” fundadores. No lugar dos reis se colocaram dois cônsules eleitos por um ano e o Senado, composto pelos indivíduos mais poderosos, os Senadores, e juntos, essas duas magistraturas passaram a ser as instituições mais poderosas e responsáveis pela administração de Roma (GRIMAL. 2011, 34-35). E assim foi, até os primeiros conflitos entre o generalato romano, entre dois grandes indivíduos que movimentavam extensa força militar e distorceram as práticas republicanas, tencionando os poderes para si. Estes são os já citados Caio Mário e Lúcio Cornélio Sula.

¹⁴ “O Senado e o povo de Roma”, lema romano inscrito em seus monumentos (MONTANELLI. 1969, p.55; BEARD. 2017, p. 19).

Caio Mário nasceu em 157 a.C. em *Arpinum*¹⁵, advindo de uma família de equestres, entrou na política como um protegido da gente Metella¹⁶ e serviu primeiramente nas tropas como cavaleiro. Teria atraído a atenção do general romano Cipião Emiliano¹⁷ durante seus serviços na Numância¹⁸. Chegou ao status de tribuno militar e se tornou o primeiro membro de sua família a alcançar o Senado, casando-se em 111 a.C. com uma filha de família patrícia, os *Julii Caesares*, o que fez com que fosse reconhecidamente pertencente aos altos estratos da sociedade romana (KEPPIE, 1984, p. 39). Nos idos de 108 a.C., Mário alcançou o consulado. Este cargo foi durante a República a magistratura mais importante da política romana e sua aquisição significava a inserção do indivíduo e de sua família na *nobilitas* romana, se tornando um *homo novus*¹⁹. Com o apoio de tropas e mercadores, a candidatura de Mário foi efetuada e o comando das tropas para a guerra da Numídia foi transferida de Quinto Cecílio Metelo, seu aliado, para ele, por voto popular. Assim, Mário obteve o segundo consulado em 104 a.C., o que permitiu que ele continuasse a efetuar suas conquistas, ampliando mais solidamente seu poder sobre as tropas e aumentando sua fama frente à elite senatorial. C. F. Konrad resume que

por volta de 105, Mário estabeleceu o controle romano na Numídia, instalado outro sobrinho de Micipsa como Rei, forçado Jugurta a procurar refúgio com seu sogro, Rei Bocchus, na Mauritânia. E, indesejado de querer fazer guerra contra Roma, Bocchus abriu as negociações, permitindo que Mário caísse sobre Jugurta (KONRAD, 2006, p. 175).

Mário durante seus consulados foi um dos primeiros romanos a repensar a estrutura do exército. No ano de 107 a.C., ele promoveu uma reforma que permanece com algumas alterações até a primeira metade do Principado. As tropas com Mário passaram a ter a sua tradicional e característica divisão em legiões, com cada uma composta por 10 coortes, cada uma composta por 480 homens. Cada coorte possuía seis centúrias de oitenta homens,

¹⁵ Cidade localizada ao sul de Roma, atual Arpino.

¹⁶ Uma das famílias *nobiles* mais influentes deste período da República. Um dos principais nomes é Quinto Cecílio Metelo, que apoiou a candidatura de Mário ao consulado em 108 a.C. (KONRAD, 2006, p. 174).

¹⁷ Públio Cornélio Cipião Emiliano, neto por adoção famigerado herói de Roma contra Cartago, Públio Cornélio Cipião Africano. Este, o homem que impôs a derrota a Aníbal em 202 a.C. Cipião Emiliano, também herói, foi o responsável pela derrota contra os últimos cartagineses na Terceira Guerra Púnica e o responsável por reduzir Cartago a cinzas em 146 a.C. Era, portanto, um dos generais mais influentes e ilustres da República durante sua vida e os Cipiões, um dos clãs mais famosos (BEARD, 2017, p. 168).

¹⁸ Região da atual Espanha.

¹⁹ Ronald Syme explica que *homo novus*, em estrito senso, é o primeiro membro da família, seja patrícia ou plebeia, a assegurar o consulado e consequentemente o enobrecimento deste e de sua família; um fenômeno raro de se acontecer no período republicano (SYME, 1939, p. 11).

comandadas por um centurião. Essa reorganização, além de possibilitar a Mário todas as suas glórias militares, também incluiu o proletariado no corpo militar, parte fundamental para o empoderamento dos generais pois, dependendo da sua relação com as tropas, elas se tornavam verdadeiros exércitos de clientes. Como descreve Martin, “em outras palavras, soldados romanos pobres começaram a se comportar como um exército de clientes, seguindo o general como se fosse um patrono pessoal, a cujos comandos obedeciam, sem importar a vontade do Estado” (MARTIN, 2002, p. 129). Como lembra Greg Woolf,

Os laços íntimos formados entre Mário e Sula e seus veteranos não eram puramente sentimentais, tampouco fruto da grande quantidade de espólios que podia ser obtida em certas campanhas. O recrutamento crescente de cidadãos sem-terra tornava-os dependentes de seus generais para novos assentamentos (WOOLF, 2017, p. 179).

Para entendermos melhor este processo antes de partirmos para a Guerra Civil entre Mário e Sula nos anos de 87 a 82 a.C., vamos destrinchar os laços entre o imperialismo romano, o exército e um apetrecho da cultura romana já muito discutida, mas fundamental para a compreensão deste trabalho, o patronato e a clientela.

Richard P. Saller, em sua obra *Personal Patronage under the Early Empire*, reflete sobre este aspecto de aquisição e manutenção de poder na cultura romana. Saller o define como um conjunto de relações existentes entre dois tipos de pessoas pertencentes a grupos sociais diferentes, mas de ajuda recíproca. Ou seja, as relações de poder no ato de patronato são, sobretudo, assimétricas, mas ao mesmo tempo mútuo, para benefício dos dois ou mais atores envolvidos. Além disso, o autor diferencia o ato do patronato do ato da amizade, sendo que a “*amicitia* não carrega uma noção inerente de diferenciação com relação ao status social, visto que a palavra *amicus* era suficientemente ambígua para abranger tanto iguais quanto desiguais” (SALLER, 2002, p. 11).

A amizade romana, tinha sim seu sentido político, pois se era amigo de alguém, também se era seu aliado político. Contudo, David Constant (2005) em obra *A amizade no mundo clássico* ressalta que: os romanos estavam conscientes da diferença entre amigos íntimos e relações educadas ou úteis na vida pública” (KONSTANT. 2005, p. 181-2). O autor usa sobretudo Cícero para explicar como a *amicitia* tinha um significado instrumental e político, pois se tratavam de “parcerias confiáveis”, mas que recorrentemente podia ir além, pois o homem antigo não era desprovido de sentimentos, visto que a amizade romana “não é

totalmente despida de uma dimensão pessoal” (KONSTANT. 2005, p. 182). Essas definições por hora nos bastam, pois, as relações de patronato e amizade entre os atores políticos da Guerra Civil estão analisadas cada um em seu estudo de caso próprio nos capítulos subsequentes. Neste momento, a abordagem das relações de patronos e clientes é essencial exclusivamente para compreendermos a acumulação de poder pessoal na profissionalização do exército romano a partir das reformas de Mário no ano de 107 a.C. (KAMM, 2006, p. 13) e a paralela clientelização das tropas²⁰ ou proletarização das forças armadas²¹, que irá, originar durante o Principado e na Guerra Civil de 69 d.C., o papel de Imperador enquanto um benfeitor das tropas, e que será fundamental para a deposição de Galba e para a ascensão de Otão.

Além disso, o conflito entre a elite partidária aos *popularis* e aos *optimates*²² era nítido. Porém, dissertar sobre esse conflito não é o foco deste trabalho. Basta concluir que foi por meio do conflito desses dois grupos que se iniciaram as contendas entre Mário e Sula. De acordo com Dião Cássio, “Mário era no geral sedicioso e turbulento, amigo de toda a multidão da qual ele havia surgido e pronto para derrubar toda a nobreza” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XVI, 89, 2). Nesse trecho se demonstra o tom discursivo que se tinha acerca dos *popularis*. Mário buscou os meios militares para basear sua carreira, estabelecendo relações sólidas tanto com uma vasta parcela da plebe e do exército romano quanto com a elite. Após a vitória sobre Jugurta em 107 a.C., a rendição de Bocchus, rei da Mauritânia, no litoral oeste do mediterrâneo ao norte da África, e sua vitória sobre uma rebelião de escravos em 102 a.C., Mário conseguiu enormes riquezas em botins e atingiu um alto grau de popularidade entre a elite romana e o povo de Roma. Como prossegue Dião Cássio: “Com esses atos Mário, que anteriormente usufruía do apoio somente da plebe, pois surgiu dessa “classe” e ascendeu ao poder através dela, agora ganhou prestígio até com nobres que o odiavam, e assim, passou a ser adorado por todos” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXVII, 94, 1). Portanto, colocando nos termos de Konrad, Mário se tornou o “Salvador da Itália”²³

²⁰ Como chamado por Thomas R. Martin (2012).

²¹ Como conceitualiza a autora Norma Musco Mendes (1998).

²² Estes são dois grupos que se dividiam o Senado romano em dois grandes “partidos” (que nada tem haver com o sentido moderno do termo). Os *popularis* se apresentavam como defensores do *populus Romanus* e votavam leis que favoreciam aos camponeses. Os membros mais ilustres desse grupo eram os irmãos Caio e Tibério Graco, tribunos da Plebe em 133 e 123 a.C., sendo Júlio César também atribuído a este movimento posteriormente (WOOLF. 2017, p. 148-9). Já os *optimates* eram a fatia do Senado que pretendiam preservar o poder e conservar os direitos à elite.

²³ Esta é, na realidade, um dos subcapítulos de seu artigo: *From de Gracchi to the First Civil War (133 – 70) d.C.* (KONRAD. 2006, p. 167 – 190).

Contudo, Lúcio Cornélio Sula (138 – 78 a.C.), ator político e partidário dos *boni* ou *optimates*²⁴ emergiu como candidato favorito destes para que tivesse seus interesses representados. Apesar de todo o prestígio de Mário e de seu laço indireto com o patriciado romano, o cônsul dos *populares*²⁵ nunca obteve aceitação plena de sua ascensão ao poder. Desta forma, começou um conflito que foi marco decisivo para a reconfiguração da República Romana. Sula, o outro lado da moeda desta primeira Guerra Civil, era de família patrícia com ancestrais valorosos, foi questor de Mário na África por volta de 107 a 105 a.C. e ganhou reconhecimento pela expulsão de Jugurta na Guerra da Mauritânia enquanto subordinado a Mário, e nas também guerras de Cimbra²⁶

Foi esse o cenário político no qual Sula se inseriu após a Guerra Social ou Guerra Italiana nos anos de 90 e 89 a.C.²⁷. Após ir para a Guerra contra Mitrídates e expurgar as tropas do Rei do Ponto do território ateniense, ele anexou a Capadócia e a Bitínia²⁸ e ganhou popularidade inestimável, o que permitiu a ele e seus partidários expurgar os *popularis* da cidade (WOOLF, 2017, p. 154-155). Porém, após a guerra mal acabar, em 88 a.C., os conflitos civis em Roma causariam ainda mais perturbações na vida militar de Sula que marchou contra Roma após uma lei aprovada no Senado e promovida por Sulpício Rufo²⁹ de transferir a liderança da guerra contra Mitrídates de Sula para Mário. Após este ultraje, Sula fez algo inédito, pois marchou ele mesmo contra a cidade de Roma, matou Sulpício Rufo e forçou Mário ao exílio (WOOLF, 2017, p. 176). Tendo Sula ocupado Roma, forçou o Senado a votar suas leis e revogar as de Mário, de Sulpício e de seus aliados, e os declarou inimigos públicos, decretando sua morte. Nas palavras de Konrad, “para a *res publica* dos nobres, foi assinalado o começo do fim” (KONRAD, 2006, p.180).

O começo do conflito em Dião Cássio - a única das fontes que aborda esse recorte espaço-temporal – é ambíguo, já que da *História Romana* nos restam apenas fragmentos³⁰. Porém, é na ascensão de Sula que vemos o quão importante foi a conquista de territórios não

²⁴ Como os patrícios se referiam a si mesmos, “os bons” ou “os qualificados”.

²⁵ Aqueles que buscam popularidade com o *populus*.

²⁶ Guerras travadas contra o povo germânico dos cimbrios.

²⁷ Guerra em que cidades italianas se uniram contra Roma por falta de concessão de cidadania plena e representação da elite italiana no Senado.

²⁸ Ambos territórios pertencentes à atual Turquia.

²⁹ Konrad (2006, p. 179) explica que Sulpício, o mesmo que tinha garantido o consulado de Sula contra Caio Júlio César Estrabão foi manipulado por Mário, por troca de favores, a transferir o *imperium* e o comando da guerra contra Mitrídates para Mário.

³⁰ Relatos mais detalhados sobre esta segunda metade da República Romana foram escritos por Plutarco, Salústio e Apiano, como demonstra Konrad.

romanos e sua anexação ao território imperial para a glória pessoal e política em Roma. Essa ferramenta vai ser explorada por esses grandes indivíduos ao máximo para alcançar o poder, visto que as tropas usadas para a conquista, uma vez iniciada a prática de clientelização por Mário, possibilitava que essas mesmas tropas fossem usadas para a aquisição do poder pessoal. Esta prática se tornou um método, que se repetiu entre as grandes personalidades político-militares durante todo o período contemplado nesta Dissertação³¹. Konrad descreve que por este motivo Públio Sulpício Rufo mobilizou o Senado e facções de pessoas nas ruas para impedir a eleição de outro candidato e evitar que Sula conseguisse o consulado e assumisse o comando da primeira guerra contra Mitrídates, rei nos territórios asiáticos. Porém, Dião narra que Lúcio Cornélio Cina³² ao se tornar cônsul por volta de 87 a.C. se mobilizou para que Sula saísse da cidade de Roma e, portanto, ficasse privado de seus relacionamentos políticos. Apesar disso, Sula viu nisso uma oportunidade de repetir os exemplos de Mário e atingir a relevância militar equiparável ao seu adversário. Nas palavras de Dião Cássio: “Ele – Cina – fez de Mitrídates sua desculpa, pois realmente queria ele fora de seu caminho [...]. Para Sula, que viu a necessidade da guerra e estava ansioso por sua glória, fez todos os preparativos visando seus próprios interesses” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXX-XXXV, 102, 1)³³.

Esse trecho é especialmente interessante, pois podemos perceber como se moldou a relação da elite romana do período da República e do Principado com a arte da guerra e como essa relação muda no período dos imperadores. A exemplo de Nero, em que este tomou o cuidado de escolher o personagem político com menor visibilidade e proeminência política para enfrentar os Judeus na Guerra da Judéia nos anos de 66 d.C.³⁴. Para um imperador, principalmente os que tinham sua autoridade militar contestada, a escolha de um general para travar uma guerra em seu nome era algo semelhante ao de “pisar em ovos”, visto que dependendo da performance do general, este poderia atingir fama e vir a ameaçar a autoridade do Imperador. Essas relações imaginárias se encontram entrelaçadas com a construção da identidade imperial romana e da imagem de *imperator/princeps* que está por ser construída.

³¹ Que compreende o período de 68 a 69 d.C., e a morte de Otão por Vitélio na Primeira Batalha do Bedríaco.

³² Amigo político de Mário e partidário dos *popularis*.

³³ A narrativa de Konrad complementa a narrativa de Cássio que se encontra bastante fragmentada entre os livros XXX e XXXV. O autor moderno narra que Caio Júlio César Estrabão também almejava o consulado, apesar da falta de pré-requisitos por sequer ter sido pretor, rivalizando com Sula. Foi Sulpício Rufo que foi com clientes armados às ruas para impedir a eleição de Estrabão, possibilitando a eleição de Sula (KONRAD, 2006, p. 179). Permitindo perceber a importância de se ter influência e aceitação nas cidades e a capacidade de coordenar ataques pessoais em Roma para tensionar o poder a si.

³⁴ Vespasiano Flávio, fundador da Dinastia Flaviana em 69 d.C.

Não é atoa que, como vemos, o cidadão elencado pela Gália para se tornar Imperador no lugar de Nero foi Sulpício Galba, um dos romanos mais proeminentes em aspectos militares durante os idos de 68 e 69 d.C.

Cina, ao mesmo tempo que pretendia se livrar de Sula, queria também repatriar seus aliados políticos. Conforme Dião Cássio:

Quando Cina apresentou novamente a lei sobre o retorno dos exilados, Mário e aqueles que tinham sido expulsos com ele e levados às pressas para fora da cidade, invadiram a cidade com o resto de seu exército por todos os portões de uma vez e os fecharam para que ninguém escapasse e então matou a todos os homens que encontraram sem fazer distinções, tratando todos como inimigos. Eles dedicaram atenção especial a destruir aqueles que possuíam propriedade porque cobiçavam suas riquezas; destes abusaram das filhas e das esposas como se estivessem escravizados uma cidade estrangeira. As cabeças dos cidadãos mais eminentes eles prenderam à rostra, e essa visão tinha sido menos cruel do que tinha sido sua destruição (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXX-XXXV, 102, 8).

Portanto, temos nesse momento a completa ruptura de Mário com os interesses públicos, demonstrando que indivíduos que detinham o *imperium*, *amicitia* e clientela suficientemente grandes eram capazes de invadir Roma, forçar o Senado a votar as leis conformes seus desejos e assassinar quem lhes opusessem. Sula ao ter notícias da invasão de Mário a Roma fez um acordo com o Rei Mitrídates, e retornou a Roma, retomando o controle da capital com seu exército. No processo de invasão, grande parte dos aliados de Mário, incluindo Cina, morreram. Mário havia morrido tempos antes de forma repentina, capturado por uma tropa expedicionária do Ponto.

Ao tomar a cidade para si, Sula foi declarado *dictator* e estabeleceu outro método de consolidação de poder: a proscrição. Esta prática consistiu em estabelecer uma lista de inimigos políticos em que esses sujeitos eram caçados, mortos e seus bens eram leiloados a preços baixíssimos, o que fazia com que grande parte dos indecisos ou não atuantes diretos do conflito tomassem partido ao lado “proscritor”, visando os bens materiais dos proscritos. Grande parte dos membros da lista de proscrição de Sula foi morta, porém, alguns *popularis* e amigos de Mário conseguiram fugir; dentre os fugitivos, estava Júlio César, nosso próximo grande ator político nessa história. Konrad (2006, p. 182 – 183) relata que foram pelo menos dois mil nomes proscritos e talvez 100 destes eram senadores. Sula, então *dictator*, promoveu uma série de

mudanças em Roma para amenizar os conflitos sociais e a instabilidade política da República, mas, para isso, tomou atitudes antirrepublicanas³⁵. Ele ampliou o Senado e despojou os tribunos da plebe de seu poder político – que por vezes rivalizavam com o do Senado – o que fez com que os *popularis* se enfraquecessem e perdessem atuação política. Sula permaneceu no poder até o ano de 80 a.C. quando renunciou à sua ditadura, morrendo de causas naturais no ano seguinte (WOOLF, 2017, p. 176-178). Vemos na proscrição o início de um hábito que justifica, tempos depois, o assassinato deliberado de *nobiles* durante o Principado e, consequentemente, o eclipse destes membros.

Estabelecidas estas práticas de gravitação de poder, de proletarização dos exércitos e de pressão ao Senado, devemos prosseguir com nosso a trajetória narrativa. O próximo conflito que deve ser considerado para a reconfiguração da *res publica* em Principado é a Guerra Civil entre Cneu Pompeu Magno e Caio Júlio César. Para colocar em termos de “formas”, como dialogamos anteriormente, podemos considerar que Pompeu foi herdeiro político de Sula enquanto César o foi de Mário. Quem bem define o marco que foi o acontecimento político entre Júlio e Pompeu é Ronald Syme, que descreve: “O rompimento entre Pompeu e César e o desencadeamento de uma guerra em 49 a.C. fez aparecer o ato final da desconfiguração da República romana” (SYME, 1939, p. 8). Para Syme, a “oligarquização”, ou seja, a criação de alianças entre as famílias e o rompimento dos dois atores políticos com os *nobiles* romanos foi o que permitiu a Augusto fazer a sua “revolução”³⁶. Portanto, vemos como se deu a construção das carreiras de Pompeu e César, a aproximação dos dois indivíduos e a criação do chamado Primeiro Triunvirato, e o seu rompimento e como todos esses fatores contribuíram para a reconfiguração do cenário político. De acordo com Josiah Osgood, este é o momento em que se inicia *A Revolução Romana*. Ele acredita que o estágio inicial do fim da República começa com a aliança entre três generais – Crasso, Pompeu e César - que acontece de forma informal

³⁵ O rompimento de Sula com o bem estar da *res publica* e com o Senado foi tal que, conforme nos narra Dião Cássio, após a vitória sobre os samnitas no auge da sua ditadura, ele capturou os que se renderam voluntariamente no campo de batalha, os encaminhou para Roma e massacrou a todos no templo da deusa Bellona, obrigando todos os senadores a assistir aquilo que poderia ser o seu próprio destino (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXX-XXXV. 109, 5 – 7).

³⁶ O conceito de “revolução” em Syme é de que “numa revolução o poder da velha classe governante foi quebrado, tendo sua composição transformada. A Itália e as ordens não políticas da sociedade triunfaram sobre Roma e a aristocracia romana” (SYME, 1939, p. 8). Colocando em outros termos, a elite oligárquica romana perde espaço conforme os italianos entram no jogo político imperial. Processo que permite a Augusto fazer sua “revolução”, e que, olhando na perspectiva da longa duração, se amplia cada vez mais, visto que se inicia com a Guerra Social enfrentada por Mário, em que todos os italianos ganham cidadania, até a ascensão de Galba ao Império, visto que Galba, embora de uma família distinta, era de Terracina, uma cidade ao sul de Roma (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Vida de Galba, 4).

(OSGOOD, 2006, p. 3), enquanto o ato final seria a Guerra Civil de 49 a.C. contra a facção cesariana e os aliados de Pompeu (SYME, 1939, p. 8).

O processo de reconfiguração política também implica um movimento de reconfiguração social e cultural, como vemos em *Augustan Culture* de Karl Galinsky (1996) e *Rome's Cultural Revolution* de Andrew Wallace-Hadrill (2008). Este último afirma no prefácio de sua obra que “a transformação política do mundo romano está integralmente conectada com sua transformação cultural. A chave não é que a mudança cultural causa a mudança política, ambas não são reflexas uma da outra; mas que as duas são tão intimamente ligadas que sem a história cultural a história política é bidimensional” (WALLACE-HADRILL, 2008, p.19). Trata-se de um movimento multifacetado, pois é político, cultural e social.

O que é este estrato da sociedade romana que compreendemos como *nobiles*? Os nobres serão os principais atores a agir contra o generalato romano e seu principal método de estabelecimento na sociedade romana foi através do consulado. Nas palavras de Ronald Syme

O consulado não conferia meramente ao seu detentor dignidade para a vida: ele enobrecia a família para sempre. Dentro do Senado, tinha uma oligarquia, um círculo fechado, chamado *nobiles*, ou descendentes de casas consulares, sejam de origem patrícia ou plebeia, que estavam resguardados à suprema magistratura, o Consulado, como prerrogativa de nascimento e prêmio de ambição (SYME, 1939, p.10).

E complementa que esta magistratura permitia: “não a mera admissão ao Senado, mas o ambicionado consulado era conservado pela *nobilitas*. Era um escândalo e uma poluição se um homem sem ancestrais desejasse a mais alta das magistraturas na República Romana” (SYME, 1939, p. 11.). E também para além das atribuições simbólicas e tradicionais ao cargo de cônsul, havia as atribuições materiais e administrativas, visto que ser cônsul era dirigir, em conjunto, a *Urbs*, a capital de um Império. Garantir o consulado era estabelecer a proeminência no Senado, podendo convocar e liderar reuniões senatoriais, conservar grande parte da autoridade religiosa, pois cabia também aos cônsules realizar os rituais mais importantes, realizar eleições e, último e mais importante, a aquisição do *imperium*, podendo dirigir legiões,

travar batalhas e ampliar as fronteiras do Império (BECK, 2011, p. 78) e que concedia a maior honra e poder também na *domus*³⁷.

Porém, precisamos esclarecer que com as mudanças realizadas pelas agitações e mudanças políticas durante a reconfiguração da República, no Principado a magistratura de cônsul também foi reformada. Os *princeps* estabeleceram outras formas de se chegar ao consulado visando a manutenção de seu próprio poderio, visto que continuar a permitir a ascensão de indivíduos tão poderosos por meio do consulado significava ter sua própria predominância política ameaçada. Por este motivo, as funções de cônsul foram modificadas e os integrantes dos cargos, como também o acesso ao Senado, passaram a ser designados pelos imperadores. Tomando Tácito por exemplo, este ainda jovem teve acesso ao *laticlavus*³⁸ concedido por Vespasiano, e o consulado na segunda metade do ano de 97 d.C. pelo então Imperador Nerva. Syme completa que “para filho de um cavaleiro não aspirante aos comandos militares ele obteve uma boa carreira” (SYME, 1958, p. 63 e 70).

Desta forma, terminamos a primeira fase deste prólogo e vamos agora ao próximo conflito civil e generalizado romano. A guerra entre Pompeu e Júlio César é marcante e transformadora. Ao mesmo tempo que este conflito é um desdobramento dos acontecimentos anteriores, estes dois indivíduos elevaram as práticas anteriores à uma potência ainda maior, pois foram responsáveis por estabelecer ainda mais a figura generalato no jogo político da *res publica*.

1.2.2. A Segunda Guerra Civil: os protagonismos de Pompeu e Júlio César

Dissertamos agora sobre um momento em que o generalato romano rompeu de forma ainda mais drástica com o Senado e com as demais tradições republicanas. Estamos nos referindo à criação de uma instituição que surgiu a princípio de forma informal, sendo este o evento que a historiografia convencionou chamar de Primeiro Triunvirato, pois se tratou da união de membros da alta elite consular, com vastos poderes no que concerne à ancestralidade, poderio militar e também monetário, cujo desfecho foi a Ditadura Vitalícia de Júlio César. Este evento é convencionalmente chamado como Primeiro Triunvirato, pois surge somente a partir de acordos estabelecidos de forma informal entre seus três membros, Cneu Pompeu Magno,

³⁷ Ver: Hans Beck (2011, p.77-97) *Consular power and the Roman constitution: the case of imperium reconsidered*. Acrescentamos também que *domus* é o espaço residencial romano, lugar de memória e do culto familiar.

³⁸ Faixa púrpura transpassada pelo ombro, por cima da *toga* que simbolizava o cargo Senatorial. Desta forma, conceder o *laticlavus* era elevar alguém à posição de Senador.

Marcos Liciniano Crasso³⁹ e Caio Júlio César. Como acrescenta Woolf, “por acordo entre os três, Pompeu e Crasso assumiram o consulado em 55 a.C. Ambos receberam o domínio de uma grande província. Ao Pompeu foi atribuída a Espanha e ao Crasso foi concedida a província da Síria e um comando contra o Império Parta⁴⁰. A Júlio César foi concedida a permissão da Guerra na Gália aonde promoveu várias vitórias ampliando ainda mais sua popularidade” (WOOLF, 2007, p. 182 – 183).

A primeira menção a Pompeu em Dião Cássio acontece no fim do livro trinta e dois, no qual descreve que

Pompeu filho de Estrabão, foi comparado por Plutarco com Agesilau, o Lacedemônio. Ficando irritado com aqueles que dominavam a cidade⁴¹ rumou para Picenum por conta própria e formou um bando com os habitantes da cidade pensando em fazer algo grandioso que o tornasse famoso por conta própria; [...] e depois se juntou a Sula. Neste começo ele não se tornou nada além de um patrono, porém depois como o seu título indica, se tornou um Grande⁴² (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXXII, 107, 1).

Esse acontecimento ocorreu quando Pompeu tinha apenas 23 anos de idade. Já nessa idade, Pompeu possuía uma grande quantidade de clientes por herança de seu pai. O apoio concedido a Sula e a sua própria influência fez com que ao fim da Guerra Civil contra Mário, o então *dictator* Sula concedesse ao jovem Pompeu um triunfo⁴³. De acordo com Martin, isso foi um feito inédito e que abalou as estruturas da *res publica*, visto que a grande fama e poder de Pompeu de forma tão acelerada permitiu a ele chegar ao fim do *cursus honorum* e conseguir o cargo de cônsul muito antes do previsto, aos 36 anos, quando a idade prescrita era de 42 anos (MARTIN, 2014, p. 136-137).

³⁹ General romano da gente Licínia, uma família, ao que Dião Cássio indica, de um bom alcance na rede de poderes na república, mas mais conhecido por sua farta riqueza (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXXVII, 56, 4).

⁴⁰ “Além de ser uma terra rica, de cidades antigas e pela qual passavam grandes rotas comerciais, a Pártia havia sido conquistada pelo macedônio Alexandre, em seu caminho para a Índia, o modelo referencial dos Imperadores romanos do Alto Império, e havia uma boa justificativa para empreender este combate, pois sempre se poderia vingar a derrota sofrida no passado. A Pártia era símbolo de uma Ásia remota e nunca completamente dominada nem mesmo por Alexandre” (GONÇALVES. 2005, p. 14). Obter controle na Ásia, sobretudo contra o Império Parta, significava muito para o imaginário romano e também em termos materiais, pois servia para fortalecer as relações com os “estados-clientes” e agradar os soldados com o botim (GONÇALVES, 2005, p. 20).

⁴¹ Os *popularis* partidários de Mário e seus aliados.

⁴² Em alusão ao título e sobrenome “*Magnus*” que Pompeu ganhou anos depois.

⁴³ Ver o primeiro capítulo da obra de Mary Beard intitulada *Pompey’s Finest hour?* (BEARD, 2007, p. 7 – 41).

Ironicamente Cássio relata que não “relatará o progresso da carreira de Pompeu” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXXVI. 20. 1), porém logo em seguida o autor mostra como Pompeu conseguiu fama ao adquirir sucesso contra a extensa pirataria que acometia o Império Romano e suas rotas comerciais. O problema da pirataria chegou a ser tão sério na primeira metade do século I a.C., que até Júlio César se tornou vítima desta prática e ficou em cativeiro por 40 dias⁴⁴. Foi na oportunidade de combater a pirataria que Pompeu viu a possibilidade de acumular maior glória militar, atingindo poderes imperiais. Para termos dimensão dos feitos de Pompeu, Mary Beard comenta o seguinte sobre os triunfos que comemorou:

O primeiro teria sido por suas vitórias sobre os últimos partidários de Mário no norte da África em 81 ou 80, o segundo por suas vitórias na Espanha nos idos de 71 e o terceiro em 61 por seu retorno das conquistas na Ásia (BEARD, 2007, p. 7-8; 14-15).

Ou seja, Pompeu conseguiu, em três décadas, três triunfos em três por vitórias em continentes diferentes, sendo o primeiro de seus triunfos por volta dos 20 anos de idade, o que permitiu a ele ser, inquestionavelmente, um dos homens mais poderoso da República até sua derrota por Júlio César.

Dião Cássio relata um momento bem peculiar, que nos serve de exemplo para ilustrar como funcionavam as redes de relações de poderes dentro da elite romana, da reconfiguração que estava acontecendo nas relações entre o Senado e os generais e seus laços de clientela. Cássio nos aponta que Pompeu foi convocado da Ásia, após os eventos de Catilina, de volta a Roma por Metelo Nepos, para que se colocasse ordem no Senado. Contudo, Cássio revela que Nepos “realmente esperava que ele mesmo pudesse ganhar poder pelos distúrbios que ele provocava” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXXVII, 43, 1-2). Fato é que quando Pompeu veio a Roma

todos tinham medo de Pompeu, visto que ele não havia abertamente se desfeito de suas legiões e havia mandado a frente da comitiva Marco Piso, seu tenente, para procurar o consulado, eles adiaram as eleições para que ele pudesse atender a seu desejo; e na sua chegada elegeram-no com unanimidade. Pompeu o havia eleito não apenas para seus amigos, mas também para seus inimigos (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXXVII, 44, 3).

⁴⁴ SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Vida do Divino César, 4.

Pode-se perceber, por intermédio do relato de Cássio que nos idos de 62 a.C. a elite senatorial se via completamente acuada pelo *imperium* que detinham os generais como Pompeu. Esperava-se que Pompeu retornasse da Ásia como um novo Sula, visto que era seu herdeiro político e possuía a seu favor toda a clientela herdada de seu pai. No trecho é possível perceber também como funcionava a *gravitas* de poder em torno dos grandes atores políticos, visto que o simples desejo de Pompeu de que seu subordinado fosse eleito cônsul, um dos cargos institucionais de mais valor em Roma, fez com que o Senado o elegeisse sem questionamentos. A gravitação do poder em torno da clientela era, portanto, fundamental para o estabelecimento do próprio poder. Elevar alguém do seu círculo poderia significar trazer poder a si mesmo, visto que garantir o *imperium* em Roma a um aliado era aumentar os números de soldados a seu favor e também a fiscalização da oposição enquanto estivesse fora. Por este motivo, a *amicitia* se torna um valor tão cultivado entre a elite e sobretudo, entre o generalato. Contudo, apesar da força esmagadora de Pompeu, W. Jeffrey Tatum defende que ele não tinha intenções de romper tradicionalmente com o comando e esperava que sua extrema riqueza, popularidade e *gloria* já garantissem que todos os seus desejos fossem realizados. Entretanto, ainda encontrou resistência no Senado (TATUM, 2006, p. 197).

Cássio nos permite evidenciar a importância do *imperium* em solo romano e que havia, neste momento da história romana, dois tipos de poder paralelos e conflitantes. O primeiro era uma autoridade advinda dos resquícios da sistema republicano romano. Já o segundo derivava dos acontecimentos mais recentes e seria central para o processo aqui assinalado: o comando das tropas e o exercício do *imperium*. A seguir vemos como Cássio evidencia muito bem o conflito entre esses dois tipos de poderes e como se dava seu funcionamento em Roma, o berço do espetáculo.

Tudo começa quando Pompeu Magno de volta a Roma busca aprovar no Senado terras para seus soldados colonizarem, porém decide se separar da irmã de Quinto Cecílio Metelo Celer⁴⁵ no ano de 60 a.C., Múcia Metela. Metelo foi um nobre de vasta influência e de uma linhagem incontestável, pois advinha das *gentes*⁴⁶ Cecília e Metela⁴⁷. Conforme nos narra Cássio, “Metelo, furioso por Pompeu se divorciar de sua irmã apesar de ter filhos com ela,

⁴⁵ Consul em 60 a.C. e importante figura do cenário político republicano da época (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXXVLL, 49, 1).

⁴⁶ Conforme o *Oxford Latin Dictionary*: *gentes* é o plural de *gens* que carrega o significado de “um clã romano ou grupo familiar que compartilha o mesmo nome ou o mesmo ancestral comum” (GENTES. *Oxford Latin Dictionary*. 1968. p. 759).

⁴⁷ Como demonstra Syme na árvore genealógica dos *Metelli* (SYME, 1989, p.505)

vigorosamente se opôs a ele em tudo” (DIÃO CÁSSIO. *História Roman*, XXXVII, 49, 3-4). A separação significava não só o fim de um casamento ou laço matrimonial, mas o término de uma aliança selada entre duas *gentes*, ou seja, duas famílias que possuíam um trato não só verbal ou institucional, mas um tradicional⁴⁸, baseado na troca consensual de benefícios, advindos das práticas matrimoniais.

Após isso, Metelo Celer passou a integrar a oposição a Pompeu em todas as questões no Senado, limitando seus atos e podando os desejos do general romano. A situação chegou a tal ponto que Pompeu, numa tentativa de direcionar mais recursos a si mesmo, foi atacado por Metelo tão prontamente que este desejava colocar Pompeu na prisão (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXXVII, 50, 1-2). Após o ocorrido, Cássio narra que

Pompeu, portanto, vendo que não conseguiria nada por conta de Metelo e do restante declarou que eles tinham inveja dele e desejava deixar isso claro para a plebe. Temendo, contudo, que poderia falhar também com o suporte deles, e assim cair em vergonha ainda maior, abandonou suas demandas. Além disso, ele aprendeu que não possuía nenhum poder real, nada além de seu nome e da inveja resultante de sua autoridade, e de fato não recebia nenhum benefício advindo disso; então se arrependeu de ter se desfeito de suas legiões rápido demais e de ter se colocado à mercê do poder de seus inimigos (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXXVII, 50, 5-6).

Neste trecho fica evidente como se dava a configuração do poder nos períodos pré triunvirato, mas já denotando a reconfiguração evidente no sistema de poderes da *res publica*. É permitido evidenciar dois tipos de poderes conflitantes e que tinham seus interesses ameaçados mutuamente, pois de um lado havia os interesses do generalato romano que buscava aumentar e garantir o poder para si e seus partidários, e de outro havia o sistema burocrático republicano que, composto por membros da elite, buscava, por interesses próprios, meios de barrar o generalato e preservar a república. Pompeu junto com outros generais buscaram alternativas de superar as barreiras institucionais da república sem subjugar o Senado e invadir Roma e iniciar uma nova onda de proscricções. A esta alternativa é dada o nome de Primeiro Triunvirato, que, como aponta Greg Woolf, foi uma aliança não institucional entre três grandes

⁴⁸ Para ilustrar, cito o caso de Metelo Pio que, por ceder a filha em casamento a Pompeu, recebeu o consulado e a imunidade de acusações em 52 d.C. (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XL, 52)

atores políticos romanos, que antes rivais⁴⁹, acabaram formando uma coalizão para superar o poderio do Senado (WOOLF. 2017, p.180).

Evento diferente, mas de natureza semelhante ao de Pompeu, aconteceu com o outro grande ator político da época, Caio Júlio César. Cássio descreve como César, após sua pretoria, se tornou Governador da Lusitânia⁵⁰, também desejava emular o poder de Pompeu e de seus predecessores, Mário e Sula, e atingir grandes poderes (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXXVII, 52, 1-2). Para isto, enquanto Governador da Lusitânia, travou uma breve guerra contra a população local, nas Montanhas Hermínias, na região do atual Portugal, conquistando o território para Roma (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXXVII, 52, 4-5; 53 -1). Com isso César acreditava ter promovido feitos suficientes para atingir o consulado e ganhar a permissão para a realização de um triunfo assim que retornasse a Roma. Contudo, novamente um general e conquistador romano teve seu progresso barrado pela estrutura política institucional romana. Desta vez, foi Marco Pórcio Catão⁵¹ quem se opôs a César no Senado, impedindo que fizesse seu triunfo. Júlio desiste do Triunfo, pois poderia realizá-lo ao se tornar cônsul.

Diante deste impasse, César se vê obrigado a forçar alianças com outros indivíduos que também tinham suas expectativas políticas barradas pelo Senado. Assim, Cássio revela que

ele passou a cortejar Pompeu e Crasso e seus aliados e os demais mesmo que eles tinham seus próprios partidos⁵², e se opostos em tudo até então, pois possuísssem inimizades, mas conquistou a todos e foi eleito por eles com animosidade [...] Ele não estava contente com, mas realmente se aliou entre eles, não porquê desejava isso, mas por que ele percebeu que eles eram os mais poderosos. Ele entendeu bem que sem o elo entre os dois, ou de pelo menos um ele poderia nunca conseguir grande poder [...]. Essas considerações fizeram com que César buscasse seus favores e depois reconciliasse eles uns com os outros. Ele acreditava não poder conseguir qualquer poder sem eles também não temia que eles, por outro lado, pudessem harmonizar seus planos e se tornar mais fortes que ele. [...] Assim também pensaram Pompeu e

⁴⁹ Visto que César e Crasso adotavam a política dos *popularis*, abrir mão de suas facções para fazer uma frente ampla entre o generalato para sobrepor as tensões impostas pelo Senado foi algo inédito e que rompeu com as tradições políticas republicanas.

⁵⁰ Província que abriga territórios do atual Portugal e Espanha, ao sudeste da Península Ibérica.

⁵¹ Ou Catão, o jovem, foi um político romano conhecido por sua integridade moral, conforme demonstra Dião Cássio “Nenhum homem daqueles dias tomou partido na vida pública livre de desejos e ganhos pessoais, exceto “Catão” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, 37, 58, 3).

⁵² Ressaltamos que se tratam de “grupos de apoios”, uma vez que não existia partidos políticos no período clássico.

Crassus no momento em que acertaram a paz entre eles e aceitaram aceitar Júlio César em sua parceria e nos seus planos. Por Pompeu, em sua ótica, visto que não era tão poderoso quanto esperava ser⁵³, e vendo que Crassus estava no poder e que a influência de César estava crescendo, temia ser totalmente superado por ambos; e ele – Pompeu – esperava que eles o alavancassem para depois superar a ambos com sua velha autoridade sobre eles. Crassus pensou poder superar a todos por razão de sua família e de sua riqueza; e desde que era inferior a Pompeu, e pensando que César iria ascender ao topo, ele desejava coloca-los em oposição um contra o outro afim de que nenhum dos dois conseguissem vantagens. Pensou que seriam bons antagonistas, e também em benefício desta amizade entre ambos poderia ganhar honras de ambos. Mesmo sem apoiá-los em todas as causas, seja a do povo ou a no Senado ele fez de tudo pra avançar seu próprio poder. [...]. Assim os três por suas motivações próprias formaram suas alianças e as ratificaram com juramentos e gerenciaram assuntos públicos entre eles (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXXVII, 55-57).

Este é o relato de Dião Cássio acerca da formação do primeiro triunvirato. O autor nos permite evidenciar novamente o rompimento gradual entre o generalato e o Senado, desta vez não de forma brusca, como aconteceu nos períodos de Sula e Mário, pois o Senado buscou se fortalecer a si e a seus membros e também enfraquecer a ampliação dos poderes dos generais ilustres. O caso de Pompeu, quando o Senado barrou o projeto que permitia a ele distribuir terras para seus veteranos, o Conselho tentou evitar a formação de um laço irreversível de clientela que Pompeu estabeleceria com seus soldados e veteranos. No caso de César, Catão barrou o desejo de César de realizar um triunfo, o evento mais estimado no cenário e almejado para a conquista do reconhecimento e da fama militar tanto no período republicano quanto no imperial.

Para termos dimensão da importância deste evento para a cultura política romana, evocamos Mary Beard (2007) e sua obra *The Roman Triumph*. Triunfos eram desfiles militares em que os generais vitoriosos, no período da República, e depois os imperadores durante o Principado, irão promover para se vangloriar das conquistas promovidas por seus empreendimentos militares. Nos triunfos, os generais traziam como provas e demonstrações

⁵³ Visto que Metelo Céler e os demais aristocratas conseguiam barrar seus planos no Senado, como já demonstrado.

para o povo as estátuas, as obras de arte, cerâmicas e valiosas peças de ouro e prata, como estátuas dos povos submetidos ao controle romano.

A autora revela que para os romanos, um povo cujo imaginário e realidade social é ultra militarizada, as comemorações das vitórias e da soberania romana sobre os outros povos se tornaram obrigatórias para a aquisição de fama, influência e para a manutenção dos clientes e exércitos. Devido ao ganho de importância dessas paradas militares, os triunfos passaram a ter também as suas formas físicas e permanentes, isto é, os arcos *triumphalis*, que eram obras monumentais que tinham a função de ser um memorando físico das conquistas dos generais e de seus ganhos territoriais. Nos arcos *triumphalis* eram esculpidos relevos de forma narrativa das conquistas dos imperadores, a subjugação dos povos, as histórias das batalhas e também os saques e os templos que eram invadidos. Bons exemplos para este trabalho são os arcos do triunfo de Tito e de Septímio em Roma, além da famosa coluna de Trajano, mas foram construídos arcos em todas as regiões do Império, da Britânia à Síria, com a finalidade de demonstrar autoridade imperial também às províncias (BEARD, 2007, p. 43-45).

Logo os triunfos não eram meras apresentações dos bens materiais conquistados durante as invasões. Tinham um poder simbólico e teatral importantíssimo. Os generais e, posteriormente, os imperadores, encabeçavam os triunfos em suas bigas, com suas fachadas que simbolizavam seu poder e soberania, como armaduras e espadas ornadas. Sua comitiva, normalmente composta por seus familiares juntos no *front* da parada, os aliados e legados mais valorosos logo atrás, tinham o objetivo de serem vistos e associados ao poder e à autoridade do soberano triunfador. Os generais, neste contexto, devem ser considerados verdadeiros atores simbólicos em uma cena de exuberância e pompa, com o objetivo de legitimar seu poder tanto no campo simbólico quanto no material. Não era uma mera tradição extravagante, mas algo exuberante a ponto de terem banquetes lendários que enalteciam o poder dos generais perante seus subordinados no campo imaginativo. Beard relata que no terceiro triunfo de Pompeu, em 61 a.C., estima-se que foi distribuído pelas ruas em torno de 75 milhões e 100 mil dracmas de prata, o que seria suficiente para alimentar e manter viva uma população de 2 milhões de pessoas por um ano. Acrescenta ainda que as imagens trazidas do oriente após a vitória sobre Mitrídates capturavam o imaginário. Dentre elas estavam o trono de Mitrídates, com seu cetro e sua estátua esculpida em ouro sólido (BEARD, 2007, p. 9).

Deste modo, podemos perceber o quão foi importante foram as conquistas militares no campo da atuação e do poder simbólico. Cornélio Tácito afirma no livro V de suas *Histórias*

que no ano de 63 a.C., “o primeiro dos romanos que submeteu os judeus foi Pompeu, este penetrou em seu templo em virtude do seu direito de vencedor. Desde então se supõe que não havia imagens de deus algum, que era um santuário vazio e que os recintos secretos haviam sido saqueados” (TÁCITO. *Histórias*, V, 9, 1). A pilhagem romana era importante não só para a aquisição de riquezas para os generais e suas tropas, mas também era a maneira de provar simbolicamente a soberania militar romana sobre os outros povos.

Mas voltando à narração dos acontecimentos da Segunda Guerra Civil, Suetônio narra a gloriosa ascensão de César, em sua *Vida do divinizado Júlio César*, assim como Dião Cássio a partir do livro XXXVIII. Mas foi sobretudo nos epítomes XXXIX e XV que Cássio fez longuíssimas narrativas sobre as campanhas de Júlio César nas Gálias e na Britânia. Acerca do gênero confere notar que os relatos de Suetônio sobre a trajetória de Júlio César são bem mais concisos, mas trabalham com detalhes muitas vezes não pontuados por Cássio.

Júlio César por nove anos foi um dos maiores generais da República. Sua ação durante esse período foi essencial para a ampliação das fronteiras romanas. Segundo o Suetônio, toda a parte da Gália que está rodeada pelas pastagens de Pirineus, os Alpes, a Montanha de Cebenna e os rios Reno e Rodas cuja a circunferência é cerca de três mil e duzentas milhas, foram transformadas em províncias do Império, impondo neste território o tributo de quatro milhões de sestércios por ano. Ele foi o primeiro dos romanos a construir uma ponte e atacar os germânicos que viviam além do Reno, além de atacar os bretões e demandar tributos (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida do Divinizado Júlio César, 25).

Não só isso, mas também seguindo o exemplo de Pompeu, César fez investimentos imobiliários na capital, pois construiu o Fórum no valor de cem milhões de sestércios, ofereceu ao povo jogos de gladiadores e banquetes em memória de sua filha e esposa de Pompeu, a falecida Júlia, que morreu em meados dos anos 50 d.C. enquanto ele estava em campanha em suas empresas militares. Não obstante, também treinou seus soldados não na escola de gladiadores, mas deu treinamento personalizado, pois foram “treinados por cavaleiros romanos em suas próprias casas e até por Senadores experientes na guerra” além de “dobrar o pagamento das legiões perpetuamente” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida do Divinizado Júlio César, 26).

Todas essas atitudes garantiram a Júlio César uma aliança inquestionável pelos laços de patronato com suas tropas e com grande parte da plebe romana, além de inúmeras amizades com grandes equestres. De acordo com Antony Kamm (2006), em *Julius Caesar: a life-*

routledge, durante grande parte da república, os *equites* eram pessoas cuja propriedade permitia arcar com um cavalo no serviço militar. Porém, no contexto do século I a.C. os equestres também passaram por mudanças em sua organização, representando grande parte do poder ativo, logo abaixo dos senadores. Como os membros do Senado eram proibidos de participar das atividades comerciais, os *equites* eram responsáveis por praticamente todo o comércio romano (KAMM, 2006, p. 4), lembrando que Mário, por exemplo, foi um dos membros da ordem equestre a se tornar *homo novus*, como já foi dito. Os equestres passaram a compor setores estratégicos da sociedade romana, sobretudo após Otávio, pois este os colocou em posições chave, como no governo do Egito e também como membros da guarda pessoal dos imperadores, a Guarda Pretoriana.

A ordem dos cavaleiros, portanto, são peça fundamental para a compreensão da reconfiguração desse cenário político e para os eventos que viriam a acontecer na Guerra Civil de 69 d.C. Os equestres, de acordo com Ronald Syme

Das forças que estavam atrás ou através dela, ao lado das famílias nobres os cavaleiros eram os mais importantes. Através de alianças com grupos de financiadores, através do patronato exercido nos tribunais e as alianças pessoais bem definidas em toda a caminhada da vida romana, política dinástica pôde ganhar influência não apenas em Roma, Mas em cidades-estados por toda a Itália e em direções para além da vida política romana (SYME, 1939, p. 15).

Desta maneira, foi dessa ordem que Júlio César, em boa parte, se cercou politicamente e militarmente. Mais adiante, dissertando sobre o grupo cesariano, Syme revela que “senadores e cavaleiros, tal era o partido de César”, mas que apesar disso, “Roma conquistou um império: o destino da Itália foi decidido nas províncias” (SYME, 1939, p. 73). Ou seja, foi a partir das alianças e dos domínios provinciais que as guerras seriam travadas a partir de agora. Júlio César com toda sua tropa de itálicos fiéis, incluindo os membros do Senado e da ordem equestre, também tinha o apoio da Galia Comata que “proveu riqueza e a melhor cavalaria do mundo” e “continuou leal durante a Guerra Civil” (SYME, 1939, p. 75) contra Pompeu. Todavia, como se iniciou a Guerra Civil entre esses dois colossos do generalato romano?

César, tendo subjugado boa parte do território da Gália, finalmente no fim do poder concedido a ele, pretendeu voltar a Roma. Contudo, como narra Dião Cássio, Roma se encontrava um complicado momento em termos políticos. Quinto Pompeu Rufo, neto do

Ditador Sula, que servia como tribuno, foi colocado na prisão pelo Senado e “a mesma pena foi votada em outros casos daqueles que queriam cometer algum ultraje, esta tarefa foi concedida a eles⁵⁴ por Pompeu” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XL, 45). Tendo Crasso morrido na Guerra contra os Partos em uma das mais vergonhosas derrotas do imaginário militar romano, e também a esposa de Pompeu e filha de César, Júlia tendo morrido⁵⁵, além de Pompeu ter chegado ao consulado pela terceira vez, as relações entre César e Pompeu se tornaram turbulentas, pois o único vínculo que mantinha a aliança estabelecida, após a morte de Crasso, eram os laços matrimoniais entre as famílias por meio da filha de César (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XL, 44, 1 - 3). No meio de todas as turbulências entre os *popularis* e os *optimates*, e Pompeu também se vendo ameaçado pelo anunciado retorno de César, os membros do grupo de apoio de Pompeu sugerem que um *dictator* deveria ser escolhido para mediar a situação. Contudo, percebe-se que, por grande parte dos republicanos odiarem esta instituição devido às atrocidades que Sula cometeu quando Pompeu ainda era jovem, se tornar *dictator* não o faria mais popular, e decidem fazer acontecer as eleições para cônsul naquele ano, elegendo a Pompeu e Metelo Pio Cipião (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XL, 45, 4, 5; 46, 1).

Adrian Goldsworthy aponta que César sabia que seria processado por Catão ao retornar, e por isso desejava emendar uma magistratura na outra, chegando em Roma e sendo consagrado Cônsul, emendando uma campanha na outra e ampliar ainda mais suas glórias militares (GOLDSWORTHY. 2016, p. 287-8). César não desejava, após seu ápice de poder, riqueza e influência, se tornar um cidadão privado, ainda mais sob a assombrosa influência de Pompeu na capital. Nas palavras de Cássio, “ele estava com medo de cair sob o poder de seus inimigos” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XL, 60, 1-2).

E Pompeu, àquele período, já governada em prática de uma forma bem destoante ao do sistema republicano. Em 52 foi eleito Cônsul único e “recebeu todas as províncias espanholas e suas guarnições para governar por cinco anos, mas teve permissão de permanecer em Roma e governar por meio de legados. Tal caso, é, de muitas formas, uma grande subversão do sistema republicano tradicional” (GOLDSWORTHY. 2016, p. 288).

Ganhar o poder máximo era uma coisa, mas se estabelecer lá, nos tempos de César, era um fator muito complicado. A saída que César encontrou para tentar driblar o republicanismo

⁵⁴ *Optimates* aliados de Pompeu que compunham o Senado.

⁵⁵ Morreu no ano de 54 a. C. como é descrito por Dião Cássio (*História Romana*, XXXIX. 64).

ainda existente foi o de governar como um *Rex*, exceto pelo nome. Mesmo após ganhar o cargo de *dictator perpetuo*, César continuou enfrentando problemas, pois as tensões dos poderes não permitiam alguém com o poder absoluto em Roma. Andrew Wallace-Hadrill explica, em *Civilis Princeps: between citizen and king*, que se esperava destas figuras imperiais:

“certos tipos de condutas que sugeria a que um homem é igual aos seus companheiros; outras serviam para criar distância social. Nos termos latinos, o comportamento dos imperadores flutuava entre *civilitas*, a conduta de um cidadão entre cidadãos, e a *supervia*, o desdém típico dos reis ou dos seres super-humanos. (WALLACE-HADRILL. 1982, p. 33).

Assim, o afastamento de César da elite para as tomadas de decisões pode ser considerado um forte fator para o descontentamento com a figura pública de Júlio César. Tanto que não demorou muito para que os dois grupos senatoriais entrassem em um conflito. Quando um dos aliados de Pompeu, Marcelo⁵⁶, através de uma tentativa falha de exilar Cúrio⁵⁷, neste momento, os ânimos ficaram intensos no Senado (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XL, 65, 2-4). Marcelo quando percebeu que, apesar de Cônsul, não conseguiria ter influência sobre o Senado, pois grande parte dos Senadores estavam aliados a César, fugiu para Pompeu que estava nos subúrbios de Roma. Marcelo, ao encontrar Pompeu, sem voto, ou seja, sem autoridade legal, confiou a Pompeu a proteção da cidade com duas legiões de cidadãos, manobra fácil visto que César se encontrava ainda retornando a Roma, na volta de suas campanhas nas Gálias. Este, portanto, foi o início da segunda Guerra Civil entre Júlio César e Pompeu Magno. Cássio narra ao final do livro XL que Marcelo e Pompeu

Meramente exibiram suas inimizades contra César e depois fizeram preparações para fortalecer suas posições enquanto buscavam explicações plausíveis para reter as legiões que estavam com eles. Curio, tomou esses atos como pretexto e fez um violento pronunciamento à plebe sobre os dois cônsules⁵⁸ e Pompeu, e finalizando seu mandato, se juntou a César (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLII, 66, 5-6).

⁵⁶ Gaio Claudio Marcelo que apesar de ser ligado a César por casamento, era hostil a ele politicamente e era abertamente aliado de Pompeu (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XL, 59, 1). Era Cônsul no ano destes acontecimentos, em 50 a.C., e já tinha Gaio Cúrio por inimigo dos anos anteriores (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XL, 60, 1).

⁵⁷ Gaio Cúrio, da família dos *Curiones*, partidário de César, descrito por Dião Cássio como o detentor de um intelecto perspicaz, eloquente, bem confiado pela plebe e pródigo em dinheiro (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XL, 60, 2).

⁵⁸ L. Emilio Paulo e Gaio Marcelo, ambos partidários de Pompeu.

Fica evidente, portanto, que não é uma guerra de indivíduos isolados, mas de protagonistas políticos abrangentes que estão inseridos numa cena com múltiplos outros atores e diversos fatores que podem intervir a qualquer momento em sua ação. O teatro político romano é composto de múltiplas camadas, envolvendo diversos personagens em uma linguagem complexa e dirigida por normas culturais compostas por diversos graus de complexidade.

Sem mais delongas, César e Pompeu e seus respectivos grupos de apoio iniciaram uma Guerra Civil com duração de aproximadamente três anos, de 49 até 47 a.C. Pompeu acabou derrotado pelos cesarianos na Tessália (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLII, 1-5) e após fugir para o Egito, acabou perseguido e morto por homens apoiadores de Júlio César (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLII, 6-9). César após sua vitória chega ao ápice do poder que a República poderia vir a oferecer. Conforme nossas premissas, a República já no período de César estava em um formato que destoava da *res publica* tradicionalmente conhecida e, ao longo dos seus mais de quinze anos de *dictator*, César iniciou um processo que coube a Otávio consolidar e à Guerra Civil de 69 provar a sua conclusão, visto que com o último membro da Dinastia de Augusto morta, Roma finalmente poderia retomar ao poder Republicano. Mas em vez disso, Galba foi elencado ao poder imperial e depois Otão, Vitélio e Vespasiano fizeram o mesmo. Com César, alguns significados dos conceitos republicanos já foram transformados. Conforme narra Dião Cássio, após a morte dos restantes dos membros do grupo de apoio pompeiano e opositores de César, dentre eles o filho de Pompeu, que declarou vingança por seu pai na Hispânia, tornando o César ainda mais poderoso.

Depois desses eventos, o Senado concedeu a César a prefeitura dos costumes, *Praefectus moribus*, e também o status de *dictator* pelos 10 anos seguintes, contrariando o costume republicano em que as ditaduras tinham duração de seis meses (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLIII, 14, 2-5). A retórica de César no poder é a da *clementia*, pois sabia de toda a carga pejorativa que as ditaduras carregavam. Portanto, buscou retoricamente se distanciar das figuras de Cina, Mário e Sula, proclamando perdão e concedendo promessas ao povo e àqueles que eram estranhos a todo seu poder, atribuindo seu sucesso não à tirania, mas à Fortuna, que teria lhe concedido favores dos quais usou moderadamente (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, 15, 3-7). Não só isso, comemorou quatro triunfos seguidos, pelas Gálias,

Egito, por Fárnaces⁵⁹ e por Juba⁶⁰, quatro comemorações em quatro dias seguidos, todas com pomposidades magníficas (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLII, 19, 1-2).

No que se refere à vitória de César sobre Pompeu e seus aliados Woolf acrescenta que

Durante a república, era comum atribuir os sucessos de Roma à virtude dos líderes, e os fracassos romanos aos vícios ou, ocasionalmente, a erros que os líderes tivessem cometidos em rituais preparatórios. O resultado disso foi uma retórica moralizante que atingiu tudo o que sobreviveu em termos de discurso, histórias, biografias e inúmeras outras manifestações literárias. [...] A virtude e o vício eram também manifestados na esfera pública, na qual os romanos apresentavam-se como oradores, sacerdotes, magistrados e generais: assim, o sucesso de César em conquistar a Gália era prova de sua dinâmica retidão (WOOLF, 2017, p. 158).

Pensamos que esses mesmos ideais, que foram esquecidos sob os últimos Júlio-Claudianos, seja por conforto, conformidade ou pelo alto grau – que se acreditava ter – de estabelecimento político. Essas cobranças foram retomadas e exigidas durante a Guerra Civil de 69 d.C. em cada um de seus protagonistas. Percebemos em Galba e Otão um esforço para performar conforme as demandas da plateia na tentativa de estabelecimento e legitimação de poder naquele momento de instabilidade política.

Richard Billows atribui a vitória de César a um movimento político. De acordo com este autor, o sucesso e a popularidade de César se davam porque a plebe de Roma, parte do Senado e a elite provincial concordavam com o programa político de César. Mas qual? O programa político de estender os privilégios da cidadania romana de uma maneira mais justa e igual entre as pessoas da Península Itálica, de abrir as altas magistraturas e os corredores do poder para a aristocracia, de estender a cidadania para a população da Gália Cisalpina e ao norte da Itália. Eles entenderem que César queria quebrar com a oligarquia nobre que detinha todo o poder e privilégio em Roma (BILLOWS, 2009, p. 7).

A elite provincial veio a ter cada vez mais influência. Conforme adentramos no Principado, podemos perceber uma crescente autoridade dessa elite que deixou de ser mero cliente do generalato romano e passou também a fazer parte da elite romana. Conforme é

⁵⁹ Fárnaces II, Rei do Ponto e filho de Midrídates VI (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLII, 45, 1).

⁶⁰ Juba I, Rei da Numídia, norte do continente Africano. XLI, 41, 1).

confirmado por Ronald Syme: “Quando Nero caiu, um grande *arcanum*⁶¹ foi revelado para o mundo, eles disseram. Um imperador pode ser criando em outro lugar além de Roma. A coisa era óbvia desde o começo. César Augusto na primeira década de seu governo desconfiou dos *nobiles* e os excluiu dos altos comandos” (SYME, 1989, p. 275). Por isso, Júlio Vindex iniciou uma rebelião que aclamou um Imperador que se encontrava na Hispânia, Galba. Assim, pelo eclipse dos *nobiles*, coube a outros setores da sociedade imperial ocupar cargos de importância no Império, como os consulados, pró-consulados e os governos provinciais. Por isso Billows chama a atenção dos historiadores no que concerne à vitória de César sobre Pompeu. Pois foi a performance integracionista imperial de César que permitiu a ele ter um apoio tão forte dentro e fora de Roma.

No período republicano a figura do *Rex* tinha significado demasiado pejorativo. Roma enquanto uma *res publica* não via na figura real o que era necessário para governar o Império, pois sua autocracia e despotismo poderia levar Roma a rumos que não pertenciam ao interesse público. Além disso, a ideia de fausto e luxúria que era intrínseco às realidades orientais eram desprezadas pelo ideário romano, que prezava pelo general austero e comprometido com os interesses públicos. Além disso, a imagem de César passou por diversas associações com o divino, feitas não por ele, mas por membros de seu grupo de apoio. Essa constante associação com o divino fez com que sua aceitação entre os remanescentes membros da elite republicana diminuísse (GOLDSWORTHY, 2006, p. 493 – 495). Por isso o trabalho de Júlio César foi tão difícil de ser executado. Não havia precedentes históricos nem o conforto que os sucessores de Augusto tiveram ao obter o cargo imperial enquanto uma magistratura herdada, por pertencerem a *domus*⁶² e à *gens* marcada pela excelência.

Por esses motivos, César foi alvo de um golpe palaciano ocorrido em 44 d.C. Adrian Goldsworthy aponta que foram cerca de sessenta senadores que conspiraram contra César e por motivos variados. Mas, no geral, afirma que “os motivos dos conspiradores eram muitos e variados, mas por trás de tudo havia a sensação de que um homem possuindo poder permanente como César era incompatível com a República. O Estado devia ser dirigido por magistrados eleitos, titulares do cargo por um período limitado e guiado pelo Senado cujos debates foram abertos e dominado pelos mais distinguidos magistrados. Sob César muitas decisões eram

⁶¹ Mistério, segredo.

⁶² *Domus* é o espaço da casa, a residência urbana dos romanos.

tomadas atrás de portas fechadas pelo *dictator* e seus conselheiros privados” (GOLDSWORTHY, 2006, p. 500).

Dião Cássio relata que

César, que era de fácil acesso e afável como qualquer um [...], quando o momento veio, um dos conspiradores se aproximou dele, como se fosse agradecê-lo por algum favor ou outra coisa, puxou sua toga de seus ombros, dando o sinal acordado entre os conspiradores. Logo a seguir o atacaram por muitos lados e o feriram até a morte (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLIV, 19, 3-5).

Suetônio complementa que “os conspiradores tinham a intenção após assassiná-lo, de arrastar seu corpo até o Tibre, confiscar sua propriedade e revogar seus decretos; mas se abstiveram pelo medo de Marco Antônio, o cônsul, e Lépido, os mestres do cavalo” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida do Divinizado Júlio César, LXXXII, 4).

Foi com esses dois personagens, Marco Antônio e Emílio Lépido, com a adição de Otávio César, filho adotivo de Júlio César, seu herdeiro e *divi filius*, que foi composto o oficializado e constitucional Segundo Triunvirato. Com Júlio morto, iniciou-se um novo confronto na República, desta vez entre seus sucessores políticos, seu sobrinho adotado, Otávio César e os Senadores responsáveis por sua morte. Coincidentemente, ou não, o Segundo Triunvirato teve o mesmo fim do primeiro, originando mais Guerras Civis de escalas provinciais, com grandes números de soldados e membros da elite mortos. Isso fez com que o imaginário romano fosse, aos poucos reconhecendo que alianças políticas de divisões de poderes de forma equitativa entre os lados significasse um fim lógico para os romanos: a probabilidade de novas guerras civis. E para isso a única solução parecia ser a autarquia.

1.2.3. A Terceira Guerra Civil: A configuração do Principado e a ascensão de Otávio Augusto

A pessoa de Otávio é controversa, mas apesar de discordarmos da interpretação romantizada de Pierre Grimal⁶³, acordamos que sua importância no papel de reconfiguração do Principado enquanto sistema político é imprescindível. Por ser Filho do Divino Júlio e se declarar o herdeiro mais legítimo de César, Otávio herdou grande parte do apoio político e

⁶³ Onde o autor chega a afirmar que este imperador possui um “caráter quase miraculoso” (GRIMAL, 2011, p. 129).

monetário do pai, inclusive trazendo Marco Túlio Cícero⁶⁴ à sua causa, o ex-cônsul republicano mais ilustre de seu tempo (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLVI, 42, 2). Assim, em janeiro do ano de 43 d.C., já por volta de 17 anos, Augusto estava entre os mais poderosos do Império e já compunha o Senado e tinha uma pretoria plena, o que incluía a detenção do *imperium* (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLVI, 41, 3-4).

Contudo, foi no semestre seguinte que Otávio chegou ao tão cobiçado consulado, e usando a aliança com Marco Antônio e Lépido para crescer no Senado, foi escolhido para dar guerra a Antônio e submetê-los à vontade de Roma. Contudo, o que Otávio realmente visava era o engrandecimento pessoal e a popularidade marcial. E realmente o fez, quando se sobrepôs a Marco Antônio Motina, na Gália Cisalpina, ao retornar a Roma, o Senado com medo e coagido pelo domínio militar de Otávio César, escolheram a ele e Quinto Pédio como cônsules, embora Quinto fosse mais seu subordinado do que co-cônsul (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLVI, 45, 1-5; 56, 1). Dião acrescenta que “César (Otávio) tomou posse da cidade sem desferir nenhum golpe” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLVI, 45, 2) o que nos dá forte evidência de que Otávio, muito antes de vir a ser Augusto, já performava para criar um estado de *clementia* e *consensus* em torno de sua pessoa.

E curiosamente um evento similar ao que aconteceu com Júlio César, Crasso e Pompeu, também acontece com estes três membros do generalato, pois para superar as resistências que enfrentavam do Senado, Otávio Augusto se aliou a Marco Antônio que, por sua vez, já estava aliado a Lépido, antigo aliado de Júlio César. E, ironicamente, assim como o primeiro, o Segundo Triunvirato acabou da mesma forma, com uma Guerra entre os dois membros mais ilustres. De acordo com Cássio a aliança se deu pois

Ele (Otávio) percebeu que ambos eram poderosos e sabia que a harmonia deles se davam por seu parentesco; e não poderia usar somente da força contra eles, pois tinha esperanças de fazê-los serem a queda de Cassio e Brutus, que já eram bem influentes, e depois planejava coloca-los um contra o outro (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLVI, 52, 2-3).

Essa aliança, agora formal, teve a duração de dez anos e, nesse meio tempo, Otávio realizou sua vingança política, e assassinou os dois irmãos parricidas com a ajuda do aliado Antônio (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLVII, 37-49). Não somente, mas esse dueto

⁶⁴ Orador romano e o principal ator na contenção da Revolta de Catilina. Foi Cônsul em 63 a.C. (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXXVII, 10, 4).

extraordinário repeliu e matou Sexto Pompeu, filho e herdeiro de Gneu Pompeu (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLVIII, 45-49). Contudo, o momento chave para a virada inicial da República em Principado, enquanto forma de governo, se deu, inquestionavelmente, na vitória de Otávio sobre Marco Antônio e Cleópatra na Batalha do Ácio. Após aquele momento, Otávio passaria a ser “Augusto”, por sugestão do Senado, o que significava que ele estava imbuído de uma missão divina (GRIMAL, 2011, p. 129). Ali, Augusto tornou-se representante da “romanidade” que contrastava com a transgressora e orientalizada imagem de Marco Antônio⁶⁵. De acordo com Dião Cássio, “César pela primeira vez detinha o poder sozinho, e consequentemente, o período de seu governo começa a partir deste dia” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LI, 1, 1-2).

De acordo com Cássio o começo do conflito Marco Antônio e César Otávio se deu a partir de 33 d.C., “após a derrota de Sexto Pompeu, da conquista sobre os Armênios e da trégua dos partos, quando os dois se viraram abertamente um contra o outro e a população foi de fato reduzida à escravidão” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, L, 1, 2-3). Após isso Marco Antônio acusou Otávio César de usurpar o cargo, as terras e as tropas de Lépido e Sexto, quando deveria ser dividido em duas partes para ambos os triúmviros. Já Otávio acusava Antônio de manter o Egito e outras províncias sem seu consentimento, e de ter assassinado Sexto e de ter acorrentado o Rei Armênio, o que fez os romanos terem má reputação ao anexar a Armênia como província. Otávio também demandava metade sua metade dos espólios. Logo depois, durante os anos 30 d.C., Otávio fez um empreendimento de captura do Egito, a *Aegypto Capta*, que culminou com os assassinatos de Marco Antônio e Cleópatra, fazendo do Egito uma província exclusiva do Imperador (CAMPOS. 2013, p. 32).

Após os fins das guerras civis César Otávio estava sob controle total das coisas públicas, e mesmo assim, em uma jogada muito significativa, transferiu de volta o República para o domínio do Senado e do povo de Roma. Otávio passou a ser celebrado como o portador da paz e recebeu todas as honras par enfatizar a magnitude de seus acontecimentos. Os sacerdotes da religião romana foram instruídos a colocarem seu nome em todos cultos e seu aniversário e a data de sua vitória no Ácio passaram a ser feriados sagrados (ECK. 2003, p. 43). Logo então foi nomeado Augusto por decreto do Senado, título que consagrava sua coragem, clemência, justiça e piedade. Após isso, de acordo com suas próprias palavras, sobrepôs a todos em

⁶⁵ Como indica Paul Veyne, assim como já discutido com Erich Gruen e Simon Swain, a identidade romana estranhava o helenismo e por isso era incogitável um Imperador heleno (VEYNE, 2011, p. 2).

influência, embora não possuísse mais poder oficial do que qualquer um de seus colegas em outras magistraturas (*Res Gestae Divi Augusti*, I). Sabemos hoje que na verdade, este era o discurso de Otávio e que, não passava disso. O poder de fato estava em suas mãos e, portanto, após o Ácio e do recebimento de seu triplo triunfo em 29 d.C., Augusto e seus principais partidários, Agripa e Mecenas⁶⁶, passaram a remodelar as formas do poderio em Roma.

Embora para Eck, o debate entre Agripa e Mecenas no livro LII da *História Romana* de Dião Cássio seja mais um aspecto retórico, certamente reflete o fato de que Otávio e seus aliados mais confiáveis discutiram formas de governos que conservariam o poder em suas mãos de forma legal. Para isso, sob o discurso de restauração da República, Otávio e seus associados fizeram intensas reformas na administração, o que visava incluir novos patrícios e destinar certas funções religiosas somente a estes. Outro passo foi tornar Augusto o único soberano sobre as províncias e as tropas lá estacionadas, nas quais se baseavam a real fundação de seu poder. E embora, legalmente o Senado e o povo de Roma ainda fossem soberanos, não tinham poder de decisão algum (ECK, 2013, p. 45).

Não só isso, mas sua preocupação e desempenho com a manutenção e aprimoramento do espaço urbano também contribuíram com o consenso em torno de sua pessoa. O discurso restaurador, através do qual afirmava que, com as mudanças buscava retomar as raízes republicanas, enquanto na verdade aplicava drásticas alterações no sistema de governo aliados à intensas reformas do fórum, do Teatro de Pompeu, monumentos aos deuses, estradas e pontes (*Res Gestae Divi Augusti*, 34 1-5). Isso fez com que Otávio atingisse um grau de carisma sem precedentes no contexto romano e que marcaria a República, transformando-a gradativamente em uma monarquia. Como não havia procedimentos jurídicos que permitissem a transmissão de sua magistratura imperial, Augusto, quando consagrado *pater patriae* pelo Senado em 2 a.C. (*Res Gestae Divi Augusti*, 35, 1), encontrou nos pretextos da tradição romana a forma de atribuir a alguém a continuidade de seus deveres e portanto, da sua magistratura imperial. Assim, Paul Veyne saliente que “um imperador não sucede seu pai de maneira automática, por direito de

⁶⁶ Marco Vipsânio Agripa foi um amigo de infância de Otávio e um dos principais líderes navais na batalha do Ácio. É tido por um dos primeiros colaboradores de Otávio em seu governo e, por diversos momentos, ocupou importantes funções públicas no governo do *Princeps*. Já Caio Mecenas que afirmava ser descendente dos reis etruscos se equiparou a Agripa no âmbito civil, embora não tivesse os mesmos talentos militares. Mas, patrocinou poetas do período augustano como Virgílio, Horácio, Propércio e Vário. Quando morreu em 8 a.C., deixou todas as suas propriedades para Otávio, o que correspondia a aproximadamente um terço da cidade de Roma à época (GONÇALVES. 2013, p. 152-3).

herança; sucede-o *em* seu cargo, em cuja posse é explicitamente investido” (VEYNE. 2009, p. 2).

Houve um movimento muito interessante e fundamental para a reconfiguração do poder político em Roma. Ronald Syme (1989) revela em um dos capítulos de sua obra *The Augustan Aristocracy* que a elite romana, após a vitória de Otávio César sobre os traidores de seu pai, Cássio e Bruto⁶⁷, e depois da derrota de Marco Antônio, seguido das tentativas de conspiração de Sexto Pompeu e Emílio Lépido, ambos filhos de Triúnviros, a elite dos *nobiles* se reconfigurou de uma forma que não se buscou mais criar potenciais ameaças à paz civil⁶⁸. Syme elucida que após todo o período catastrófico de praticamente um século atravessado pelas constantes Guerras Civis, conspirações e proscricções, a sensação de voltar à normalidade após a soberania de Augusto foi reconfortante, podendo os *nobiles* finalmente se regozijarem novamente da prosperidade (SYME. 1989, p. 2-3).

De acordo com Syme, “noivado e matrimônio eram uma constante preocupação, e a discórdia política produzia notáveis irrupções” e segue afirmando que “responsivos à riqueza e ao sucesso, os nobres tinham recentemente se rendido a casar suas filhas e irmãs aos ranques inferiores” (SYME, 1989, p. 36). O cansaço dos *nobiles* por verem seus pais, amigos e parentes sendo mortos, perseguidos e usurpados por um século inteiro fez com que, através do cansaço, Augusto atingisse a amplitude de *consensus* que se propôs a ter. Não queremos em hipótese nenhuma descartar a boa performance e a atuação que Augusto teve em consolidar o próprio poder, porém, ao contrário do que costuma se fazer em trabalhos menos elaborados, o sucesso do poder em larga escala não depende exclusivamente do próprio ator, mas da comunhão de fatores manipulados por ele e seu grupo de apoio na forja da imagem imperial e da ideologia do *consensus*. A boa *fortuna* de Augusto aliada às alianças familiares elaboradas por seus predecessores e aproveitadas por Otávio, junto do desgaste de uma parcela dos *nobiles* que entraram em eclipse forçado fizeram com que Otávio obtivesse tempo o suficiente para ampliar, estabelecer e criar um sucessor para o seu poder Imperial.

Sobre este acontecimento, Tácito em seus *Anais* descreve que

⁶⁷ Os dois irmãos parricidas, Marcos Júnio Bruto e Caio Cássio Longino, filhos adotivos de Júlio César e os principais articuladores de sua morte. Suetônio relata que o Ditador tinha pela mãe de Bruto, Servília Cipião, grande paixão e este teria sido o motivo de que, quando Bruto viesse a assassinar César, este teria dito a seu filho, com grande pesar as famosas palavras “Até tu, meu filho?” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares, Vida do Divino César*. 50;82)

⁶⁸ Ver *The Hazards of life e Nobiles in eclipse*. In: *Augustan Aristocracy* (SYME. 1989, p. 15 - 50).

As antigas famílias nobres, ou as que ao depois se ilustraram por briosas ações, arruinavam-se todas pela sua grande magnificência, porque então não se levava a mal ao dar festas brilhantes ao povo, aos aliados, e aos reis, nem o ser obsequiado por eles; de sorte que, segundo cada um se fazia mais notável pelas riquezas, pela sua bela casa, e pelo imenso número de clientes, de tanto maior nome, e mais amizades gozava. Mas tanto que a tirania dos príncipes entrou a devorar tanta gente, e uma família ilustre foi um sinal de proscrição; todos os que escapavam começaram a ser mais prudentes. Os homens de fortuna, que vindos dos municípios, das colônias, e das províncias entraram a ser frequentemente nomeados para o senado, concorrera também muito para a frugalidade doméstica [...] Vespasiano foi, sem dúvida, o primeiro que apareceu com toda a simplicidade dos costumes antigos tanto na mesa quanto como no vestido, e daqui nasceu o desejo de imitar e agradar ao príncipe, pois que um tal desejo sempre é mais poderoso do que todas as leis e do que todos os castigos (TÁCITO. *Anais*, II, LV).

Logo, podemos evidenciar a explicação de Tácito para o eclipse, o obscurecimento, a perda de poder decisório dos *nobiles* em decorrência das tiranias principescas, e vemos já nos *Histórias* que nas performances de Otão e Galba, como vemos nos capítulos posteriores desta dissertação, irão, cada um à sua maneira, buscar angariar o apoio da elite senatorial e dos nobres para seu governo⁶⁹, uma performance que destoa com o retrato criado por Nero ao fim de seu governo e de sua vida. Assim, eles tentarão se reconciliar com a elite aristocrática romana para ter a aceitação necessária e permanecerem no poder.

Portanto, vemos como no período da Guerra Civil de 69 d.C. houve um lapso em que a *nobilitas* quebra seu eclipse imposto e Galba, um membro e remanescente de famílias ilustres e cheio de memória republicana, ainda pautado nas tradições, nos *mores maiorum*, demonstram vontades de atingir poder por meio de suas ações. Percebemos também como Otão, para se sobressair, consagrar-se vitorioso e se estabelecer no poder de comando imperial para travar a guerra contra Vitélio, teve de performar de uma maneira agradável aos interesses militares ao mesmo tempo que buscou se reconciliar com a elite aristocrática para conseguir o *consensus* em torno de sua imagem imperial após o seu golpe usurpatório contra Galba.

⁶⁹ Galba, como será discorrido no episódio da adoção o faz através da adoção de um jovem bem colocado na elite romana, e Otão o faz através da sua performance de governo, dando jantares à elite senatorial e também colocando-os em setores estratégicos.

1.3 Principado e Imperador: formas e conceitos

Disto isto, Norma Musco Mendes (2006, p. 27) emprega o termo “Monarquia Republicana” ao abordar da transformação de República em Principado. Mostra-se um termo apropriado, visto que o Senado constitui uma força ativa na medida em que seus atores políticos podem se organizar enquanto tais. Caso o monarca se demonstrasse alheio em demasia, ferisse o ego senatorial e, principalmente, se mostrasse ausente ao dever e aos mecanismos de contenção militar, tal qual Nero e Domiciano, cabia aos integrantes da elite senatorial que se articulassem para que se destituísse o Príncipe ou elegeisse um rival. As aclamações ao Império aconteciam por certos setores das tropas e também pela Guarda Pretoriana, como nos casos de Galba, Otão, Vitélio e Vespasiano. Mas era, por condições materiais, inviável se prosseguir no comando sem o consentimento da elite política e econômica, já que as empresas das Guerras Civis eram de custos enormes aos cofres e os donativos deviam ser mais do que prometidos, executados, para a manutenção da fidelidade do grosso das tropas.

Antes disso, devemos abordar o que pensamos conceitualmente sobre a transformação de República em Principado. Certos autores, como os já citados Ronald Syme e Andrew Wallace-Hadrill, pensam nessa mudança enquanto Revolução. Syme acredita que houve uma revolução do ponto de vista social e político, já Wallace-Hadrill, mais contemporâneo e membro da historiografia cultural de fins do século XX, pensa que a mudança ocorreu sobretudo no âmbito cultural⁷⁰ e mesmo Wallace-Hadrill aponta que “o conceito de ‘revolução romana’ é questionável em termos políticos porque não tem movimento em direção à democracia ou ao poder do proletariado, então seria inverossímil sugerir que as mudanças na cultura são dirigidas por um corpo de cidadãos ordinários, muito menos pelas massas. Mas nós podemos sustentar que houve uma revolução cultural em paralelo à política de Syme” (WALLACE-HADRILL, 2010, p. 36 – 37). Logo, percebemos certa provocação quando Syme denomina este episódio inteiro de “revolução”, mas que não cumpre a função conceitual que deveria enquanto um processo que tem a duração de quase um século.

Karl Galinsky (1996), entretanto, opta pelo conceito de “evolução”, o que dá um caráter processual a toda essa transformação abordada, entretanto, esta denominação em nosso entendimento carrega um sentido de uma história historicista já superado pela academia desde Foucault e pela Nova História Cultural com a contribuição de historiadores que passaram pelo processo de revisão histórica promovida por Foucault (2000) após suas obras, como *As palavras*

⁷⁰ Ver *Rome's Cultural Revolution* de Andrew Wallace-Hadrill (2008).

e as coisas, e graças aos historiadores da terceira geração dos *Annales*, como Paul Veyne, que pensaram a história como rompimento e transformação, e um inventário das diferenças⁷¹, ou um emaranhado de tramas e narrativas⁷², e não como fatos ordenados que tendem sempre à aprimoração da humanidade ou a um reordenamento veloz, automático e artificialmente construído, como a denominação “revolução” dá a entender.

Deste modo, optamos pelo termo já cunhado de reconfiguração, que tem suas bases na história social e representativa de Norbert Elias e Roger Chartier. Reconfiguração nos é conveniente, pois percebemos que não houve transformações radicais e não se trata de uma ruptura completa, pois os próprios romanos, como Tácito e Suetônio, continuaram chamando o sistema vigente de *res publica* ainda no II século d.C. A palavra latina *figura* no *Oxford Latin Dictionary* (1968, p.700) aparece com a seguinte definição: "1. Forma, composição, aparência" enquanto *figuratio* "2. Forma, formato ou design, arranjo, configuração". Chartier complementa afirmando que a *figuration* de Elias

é uma formação social cujo tamanho pode ser muito variável (os jogadores de um jogo de cartas, a tertúlia de um café, uma turma de alunos de uma escola, uma aldeia, uma cidade, uma nação), em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões (CHARTIER, 2002, p. 100).

Assim, neste trabalho, podemos traduzir figuração como os teatros políticos compostos pelos atores. Compreendemos que as configurações, as formas, são compostas por indivíduos que agem uns sobre os outros, com poderes co-independentes mais ou menos instáveis (ELIAS, 1990, p. 15), e é essa instabilidade que permite a mudança histórica e a consequente reconfiguração. O poder passa a ser majoritariamente do *Princeps* não porque ele simplesmente agiu para tal, mas porque com o crescimento do Império e a profissionalização dos exércitos, e a co-dependência do generalato e das tropas, a formação de coalizações e o medo de novas guerras civis passaram a suplantam o poder e os interesses do Senado enquanto instituição. Desta

⁷¹ Ver o discurso de Paul Veyne (1976) em *O Inventário das Diferenças*.

⁷² Em sua obra *Como se Escreve a História*, Paul Veyne desenvolve o conceito de *trama* que nos é muito caro na composição de nossa história do cenário político enquanto um teatro. De acordo com Veyne, “a palavra trama tem uma vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance” (VEYNE, 2008, p. 42). Assim, concordamos com o autor que a função da história não se resume a narrar, mas também explicar. E buscamos sobretudo explicar alguns dos muitos traços da cultura romana que são expressadas em nossa documentação que partilhava de sua própria linguagem e laços simbólicos e discursos sociais (GEERTZ, 1978, p. 36).

maneira, a figura imperial, sob Augusto, foi a forma como a sociedade romana buscou se refugiar das Guerras Civis, assim como foi a forma de Augusto se estabelecer no poder, pois inaugurou um modelo de governar ao performar conforme as demandas da sociedade romana.

Por isso essas palavras caem como uma luva em nossa compreensão histórica, pois esse sistema político que compreendemos por Principado nos semelha mais a um processo de rearranjo das formas republicanas e ressignificação das instituições e mudança nos hábitos. Boa parte dos mecanismos de aquisição e estabelecimento de poder no ano de 69 d.C. já existiam na República, assim como os grupos sociais, mas foram ressignificados ou reordenados. A própria soberania de um membro do generalato no Ano dos Quatro Imperadores é evidência disso, como é o caso de Galba e posteriormente de Vespasiano.

Sobre o tema Augusto, Mendes afirma que

durante o final da República, os chefes políticos recrutaram e sustentaram suas legiões, transformando os instrumentos de obtenção e manutenção de poder. Os imperadores romanos sistematizaram e regularam esta prática a seu benefício, tornando-se os chefes absolutos do exército. Augusto manteve sempre o exército do seu lado. Preocupou-se em assegurar a disciplina e fornecer recompensa aos soldados. Financiou a distribuição de terras e de donativos em dinheiro aos veteranos. [...] Os legionários estavam isolados politicamente, separados dos seus generais e ligados apenas ao imperador e através dele a Roma, personificada em sua pessoa. Isto ficou ainda mais evidente quando Augusto, no ano 6, criou o já mencionado Tesouro Militar. Trata-se, portanto, de uma etapa decisiva para a organização militar do novo regime, pois o exército dependia exclusivamente do Estado e, por conseguinte, do Imperador (MENDES, 2006, p. 32-33).

Otávio, na ótica de Mendes, promoveu uma reconstrução das máquinas institucionais cívicas e militares durante sua estadia no poder. Fez, através disso, uma constante consolidação do seu poder e a reconfiguração do sistema político ao aparelhar o Estado à sua influência. Não obstante, devemos perceber que as relações militares com os imperadores eram mais complexas, e em diversos momentos do Principado a autoridade “absoluta” do *Princeps* sob o exército foi posta em xeque, como no caso de Tibério, que logo ao chegar ao poder teve de enfrentar uma sedição promovida pelas legiões da Panônia⁷³ (TÁCITO. *Anais*, I, 15.) e também

⁷³ Província localizada ao norte da Península Itálica.

das tropas estacionadas na Germânia, por sua lealdade a Germânico César que obrigou suas tropas a jurarem lealdade a Tibério (TÁCITO. *Anais*, I, 13-14), para depois ser assassinado, deixando seu pequeno filho, Caio Calígula, como herdeiro que veio a ser futuro imperador.

No período republicano, o conceito romano de *imperium* foi fundamental para a perpetuação do poder e essa ideia continua importante no período de Augusto. Da palavra *imperium* surgiu a palavra *imperator*, que passou a ser usada para determinar o Príncipe⁷⁴. Contudo, quais outros elementos da cultura romana se destacaram para o processo de aquisição e legitimação do poder no período de Augusto?

De acordo com Mason Hammond, Augusto ao formar o Principado não criou uma posição única de poder, mas aceita do *Senatus populusque romanus* vários poderes, prerrogativas e funções. Mas, faz questão de controlar as tropas tanto quanto as províncias nas quais estavam estacionadas, o que com certeza o tornou o mestre do Estado (HAMMOND, 2016, p. 63). Mas o autor afirma ainda “que de acordo com muitas escolas, ele buscou manter a soberania do Senado e do Povo Romano para representar a si mesmo como seu agente, para restaurar a república como se ainda existisse [...] e não se perpetuar no controle absoluto como César o fez sob o título de *dictator*” (HAMMOND, 2016, p. 64).

Alguns historiadores citam *auctoritas* como o conceito principal para interpretar o poder augustano. Mas do que se trata exatamente este conceito? Karl Galinsky, em sua obra *Augustan Culture: an interpretative introduction*, define *auctoritas* como algo muito claro, mas que deixava o cargo imperial num estado ambíguo, visto que Augusto detinha sem nenhuma dúvida, após a batalha do Ácio, o poder supremo, contudo, sua retórica e performance foi a de se esquivar de todas as formas deste poder que era atribuído a ele. Portanto, o status de Augusto enquanto detentor de *auctoritas* foi reforçado por ele e por seu grupo de apoio, em todas as manifestações públicas e literárias. A retórica augustana e sua performance era a de que “ele superava a todos os outros em *auctoritas*, enquanto não possuía mais poder oficial (*potestas*) do que qualquer um de seus colegas em suas magistraturas” (GALINSKY, 1996, p. 11), como aparece no testamento de Otávio, as *Res Gestae Divi Augusti*⁷⁵. Sendo assim, Augusto performou na ambiguidade, no entremeio, no *métron* do poder político romano. Ele, apesar de ser um legítimo monarca, que concentrava todos os aspectos do poder de Roma, performou

⁷⁴ “A própria idade de Galba era objeto de escárnio e aversão para os habituados à juventude de Nero e, como é costume do povo, para aqueles que comparavam os imperadores pela forma e beleza do corpo” (TÁCITO. *Histórias*, I, VII, 5).

⁷⁵ Conjunto de escritos do próprio Augusto em que ele narra seus feitos e obras, antes de morrer.

enquanto um cidadão privado e guardião dos costumes, pois “*auctoritas* é, ou denota ser, uma qualidade inerente que emana de um indivíduo. Um dos mais antigos significados de *autor*, volta aos tempos das primeiras leis romanas, as Leis das Doze Tábulas, e diz respeito sobre àquele que permite e garante. Um tutor, por instância, é um *autor* no sentido de garantir a ação vinculante de seu pupilo” (GALINSKY. 1996, p. 12-13). Galinsky afirma que não se tratava de Augusto se sobrepor ao Senado, inutilizando-o, mas de se posicionar como princeps, o primeiro dos cidadãos, por seu mérito, pois “a prática política romana era familiar com as funções de *princeps* e de *autor*, quem poderia guiar o Senado e garantir estabilidade e *concordia* na república. Augusto veio a utilizar essas funções ao máximo” (GALINSKY. 1996, p. 15).

Logo, quando colocamos em contraste a fabricação das imagens monárquicas de César e as de Augusto, percebemos essa diferença, pois, enquanto *dictator*, e principalmente, *dictator perpetuos*, a posição simbólica de César era constantemente associada à imagem de *Rex*, o que carregava sentido pejorativo na aristocracia romana, e mesmo com o discurso e a performance de *clementia*, César acabou sendo assassinado. Já Otávio Augusto performou de maneira diferente, mesmo centralizando o poder prático ainda mais e perseguindo seus rivais políticos de maneiras desonrosas, sua performance e o estado de *consensus* e *concordia* que originou, junto de sua dedicação e velocidade em satisfazer os interesses públicos, em contraste ao demorado sistema parlamentarista (GALINSKY. 1996, p. 14), foram essenciais para Augusto permanecer no poder.

Tudo isso nos leva ao debate promovido pelo já mencionado Andrew Wallace-Hadrill e a ideia de *civiles princeps*. De acordo com o autor, não há dúvidas que o poder dos imperadores durante o Principado era absoluto e autocrático embora devesse agir como um cidadão comum (WALLACE-HADRILL, p. 1982, p. 35). Veyne ainda complementa: “Entre o cidadão e o rei, entre o bom imperador e um mau imperador a fronteira era tênue e podia ser ultrapassada com facilidade” (VEYNE. 2013, p. 11).

Grande parte das interpretações acerca de Otávio também foca no seu apreço pelos *mores maiorum*, que podemos entender como conjuntos de tradições romanas. Uma das formas de Augusto se estabelecer foi por meio do seu discurso de restaurador da república e dos costumes antigos. Sobre isso, Charles Wirszubski aponta que

sobre Augusto a forma de governo mudou, mas isso não significa romper com todos os laços do passado. Pelo contrário, o Principado Augustano inspirou um esforço consciente de enfatizar os laços entre o passado e o presente. A

República foi o período de glória e heroísmo da história romana, e assim não poderiam falhar em despertar a admiração de um patriota romano. [...] As simpatias republicanas de Lívio e Virgílio não eram de nenhuma forma inconsistente com suas alianças ao Principado. Não seria o Principado no seu melhor a preservação das tradições romanas? (WIRSZUBSKI. 1968, p. 135)

Esse trecho justifica porque Suetônio, e até mesmo Tácito, escrevendo ao início do II século d.C., ainda chamam o sistema político existente de República, pois *res publica* romana é mais do que um sistema político, mas é a existência de uma tradição. Por isso os *nobiles*, membros do Senado e dos destacamentos militares, como os Pretorianos, irão lutar contra as tiranias dos Imperadores, não pela mera existência de um monarca e de um homem que gravita o poder e o comando, mas sim pela ameaça desses monarcas aos costumes republicanos que ainda persistiam em alguns membros desta elite, sobretudo a ideia de *libertas* senatorial, que reside na capacidade destas elites aristocráticas em compor funções importantes no governo de um *Princeps*.

John Alexander Lobur (2008), no entanto, discorda de Galinsky no que concerne à *auctoritas*. Para este, há outras ideias centrais para se pensar o poder no Principado, sendo estas as noções de *concensus* e de *concordia*. Lobur chega a criticar Galinsky, afirmando que a complexidade e a ineficiência do uso isolado da *auctoritas* pode ser respondida com um conceito que explicaria como permitiu a aquisição de poder em torno de um único indivíduo e o estabelecimento do Principado, e este conceito seria o de *consensus* (LOBUR, 2008, p. 9). Não há como dizer que a elite pereceu sob todas as Guerras Civis, pois ela continuou existindo, inclusive seus membros atuavam intensamente nas Guerras Civis de 69 d.C.

Sobre isso, Paul Veyne afirma que “o poder imperial, é, portanto, uma delegação, uma missão confiada a um indivíduo pretensamente escolhido ou aceito pelo povo romano” (VEYNE, 2009, p. 1). Assim, como compreender o fenômeno da hereditariedade nesse contexto e diferenciarmos dos demais fenômenos dinásticos? De acordo com Veyne, o César sucede ao pai de forma automática, mas o sucede em seu cargo, após a preparação simbólica e institucional para tal. Desta maneira, a adoção passa a ser uma ferramenta de se estabelecer, pois a ausência de filhos significava uma provável vacância de poder caso o Imperador viesse a perecer, de qualquer forma que fosse (VEYNE, 2009, p. 2-3).

Tácito, em seus *Anais* ao narrar sobre o funeral de Augusto, revela que Otávio

para castigar os assassinos do pai tinha favorecido Antônio e tinha favorecido Lépido: mas quando este, no fim dos anos, se abismara numa imbecil indolência, e aquele se tinha engolfado em dissoluções e em vícios, já não restava à pátria, dilacerada pelos diferentes grupos de apoio, senão a autoridade e o governo de um só. Que desta forma a República recobrava sua dignidade e suas forças, e não com o título de um rei, ou de um ditador, mas simplesmente de um príncipe (TÁCITO. *Anais*, I, 9).

Nesse trecho tão curto, mas tão eloquente, Tácito reforça toda a narrativa que construímos até aqui e que continuamos construindo até o final desse capítulo. O cenário político romano necessitava de um único indivíduo no poder. Mas qual seria a solução, se não cabia no imaginário romano um *Rex*, que significava retroceder a Tarquínio, ou um *dictator*, que significava a derrota do Senado, como nos casos de Sula e César, e este mesmo órgão também não poderia admitir alguém que traísse a cultura tradicional romana?⁷⁶ A solução foi a figura imperial performar conforme um primeiro cidadão, que estava acima dos outros cidadãos de acordo com o caráter, pois ele tinha melhores qualidades, como *clementia*, *prudentia*, *virtus* e *iustitia*, e por estas características tinha uma capacidade de ordenar os *mores maiorum*, mas que legalmente se portava como um cidadão comum e que, principalmente, respeitava a posição política dos outros setores, que tensionavam o poder em Roma. Portanto, a performance do Imperador deveria ser a de um *Princeps*, o primeiro dentre os cidadãos, como Tácito narra.

Desta forma, para John Alexander Lobur o *consensus* foi a base da criação de uma ideologia imperial e, conseqüentemente, das estruturas funcionais do Principado romano. O *consensus* era, por sua vez, o conceito por trás da *auctoritas* (LOBUR. 2008, p. 9). Foi ao redor desta ideologia imperial que Augusto permaneceu no poder. Todos os mecanismos citados anteriormente neste trabalho são fundamentais para a aquisição do poder, mas foi com Augusto que se forjaram os mecanismos de permanecer e de se legitimar no poder, permitindo criar um genuíno governo Imperial e, fundamentalmente, formar Dinastias, elegendo herdeiros. Augusto, ao atingir o poder em 27 a.C., após ter eliminado todos os rivais, morreu só em 14

⁷⁶ Como Lobur aponta, o comportamento de Antônio, de se aliar à imagem do deus Dioniso e de performar conforme os refinamentos do leste foi explorado por Otávio durante seu conflito de 33 a.C. Esses comportamentos eram sensíveis a parte da elite romana que era avessa, tradicionalmente, aos modelos orientais (LOBUR, 2008, p. 15).

d.C., governando em absoluto por 37 anos, exercendo a atividade tribunícia durante todo esse período e tendo acumulado 21 títulos de *imperator* (TÁCITO. *Anais*, I, 9).

Todo esse período em que a cultura foi intensamente reconstruída pela literatura augustana, deixou profundo impacto na sociedade romana, pois Augusto é conhecido também por ser um reformador dos *mores maiorum*, agindo inclusive no âmbito legislativo para a manipulação e conservação dos costumes (COELHO, 2018, p. 18). Podemos compreender os *mores maiorum* como o conjunto de tradições romanas e que correspondem, sobretudo, aos ideais republicanos. Estes ideais vão “contra a corrupção dos costumes. Para isso, o Imperador não se limitou somente ao ramo artístico, mas também fez interferências diretas nas condutas das pessoas ao promulgar leis de comportamento e bons costumes, interferindo em assuntos sublimes, como o amor (COELHO, 2018, p. 20).

Percebemos isso também como um movimento natural da cultura romana. Se Augusto, ao fim da sua vida, era *Princeps, imperator e pater patriae*, natural que pudesse eleger alguém para herdar sua posição, assim como um *pater famílias* elegeria um dentre sua *gens* ou adotaria alguém para herdar seus bens, a clientela, os ritos familiares, manter a paz e continuar o consenso (CAMPOS. 2013, p. 30). Tácito evidencia isso nos seus *Anais*:

Para este (Tibério)⁷⁷ passou então tudo: é nomeado filho adotivo, colega no império, sócio na dignidade tribunícia, e depois apresentado a todos os exércitos, já não, como antigamente, só pôr os enredos tenebrosos da mãe, porém às claras, e com toda a publicidade” e Tibério logo depois “já tinha escrito aos exércitos como homem seguro e que tivera por herança o principado (TÁCITO. *Anais*, I, 3 e 7).

Pois por mais que Tibério fosse sucessor direto de Augusto, percebemos já que sua performance era diferente de seu antecessor (LOBUR, 2008, p. 13). Tácito narra esse tipo de performance em dois momentos. O primeiro é quando acontece em um espetáculo religioso e Tibério não se apresenta, e em outro quando Druso, filho de Tibério, presidiu combates de gladiadores, mas Tibério novamente não compareceu. Tácito revela que nos dois casos, a performance de Tibério destoava da de Augusto, pois este se comportava de forma afável aos espetáculos e ao povo, protegia os espetáculos, enquanto Tibério possuía um “humor melancólico” e “tinha outros gostos, outro caráter” (TÁCITO. *Anais*, I, 54 e 76).

⁷⁷ Parênteses nosso.

Ademais, como principal ponto de inflexão da elite aristocrática romana para com Tibério podemos evidenciar a sua saída da capital, pois de forma diferente de Augusto, Tibério fez como sede de seu governo a cidade de Capri. Entre 26-27 d.C. o Tibério Augusto, já Imperador, transferiu a si e a sua corte imperial para Capri e não mais retornou, hábito inesperado e que deixou o Senado descontente com sua persona, pois os senadores, diferente dos tempos de Augusto, tinha agora acesso reduzido ao Imperador, o que também insatisfez boa parte da plebe acrescidos do imaginário de perversidade em decorrência do isolamento do Imperador (CAMPOS. 2013, p. 15; 202).

Logo, estabelecido o devido prólogo e os conceitos, devemos concluir neste primeiro capítulo que a constituição do Principado enquanto um sistema político dinástico deve ser atribuído a Augusto, mas não cabe a um único indivíduo a reconfiguração de todo um sistema político. Delegar todo esse processo que, como demonstramos durou aproximadamente um século, a um único indivíduo é superestimar a *persona* de Augusto enquanto sujeito político. Devem ser atribuídas a Augusto as qualidades de um bom ator político, que soube manipular o imaginário a seu favor e inaugurar o sistema dinástico, mas nunca devemos atribuir a complexidade de todo um cenário, muito menos de todo um processo histórico, a um único ator. Toda cena histórica é constituída de múltiplos atores que tensionam o poder, e é a tensão entre esses indivíduos de poder que transforma um conjunto de cenas em um espetáculo, promovendo a mudança histórica.

Portanto, terminado o prólogo, neste primeiro capítulo vimos como se deu o início da reconfiguração do sistema político de *res publica* para o Principado, e vemos grande parte dos atores políticos e seus conjuntos que modificaram o poder a seu favor, um processo que se iniciou logo após as turbulências dos irmãos Caio e Tibério Graco, que deu origem a conflitos sociais e à primeira Guerra Civil da República Romana. Vimos como se estabeleceu uma nova categoria de indivíduos, os ditos generais, e como eles passaram a crescer em poder e em influência. Vimos que, apesar das tentativas, as alianças políticas entre indivíduos de igual ou de semelhante poder foram experimentos falhos na história política romana e que por três vezes um único indivíduo alçou o poder, restringindo o poder do Senado enquanto instituição. Contudo, vimos que foi Augusto, o último membro do generalato republicano, o responsável por performar de tal forma que finalmente inaugurasse um novo regime político em Roma, iniciando o que conhecemos como Principado, o governo dos *Princepses*.

SEGUNDO CAPÍTULO

PRIMEIRO ATO

Neste ato fazemos um breve balanço historiográfico sobre o nosso recorte temático. Após isso, buscamos contextualizar o leitor sobre a formação do teatro político de 69 d.C. Assim, em seguida abordamos o fim do governo de Nero e os motivos do início da derrocada de sua popularidade entre a elite romana. Em seguida descrevemos a *Bellum neronis*, momento em que Nero é chamado à Guerra Civil contra os gauleses, Júlio Vindex, seu líder, e Sérvio Sulpício Galba, o Imperador aclamado pelas na Hispânia. Com o suicídio de Nero, passamos a analisar a atuação e performance de Galba e os papéis que este imperador busca desempenhar na sua marcha a Roma e seu Governo. Também ponderamos o riquíssimo episódio da adoção de Lúcio Calpúrnio Pisão Frugi Liciniano por Galba, o início do clímax deste primeiro ato, seguido da Conspiração de Marco Sálvio Otão, o conjurador de Galba e o próximo Imperador do Ano dos Quatro Imperadores.

2.1 O estado da arte: um breve balanço historiográfico

Antes de nos debruçarmos sobre o nosso objeto, o estudo do Ano dos Quatro Imperadores, desejamos brevemente fazer um ‘estado da arte’ sobre a historiografia que está disponível sobre o tema, tanto em território nacional quanto estrangeiro. Começando com a literatura nacional acerca da Guerra Civil de 69 d.C., ela nos parece um tanto escassa. Isso se dá não pela falta de historiadores capacitados que estudam os circundantes dos eventos, mas por uma aparente falta de compreensão da importância da mesma como elemento consolidador do Principado. Estamos falando de um momento no qual a história romana poderia ter seguido rumos completamente diferentes. Temos em um único evento a ascensão do primeiro Imperador que não detinha ligação direta com os membros da Dinastia Júlio-Claudiana. Um ano atípico em que quatro Imperadores foram aclamados ao Império pelos destacamentos militares, seja pelas tropas provinciais ou pela Guarda Pretoriana, como foi o caso de Otão. Após quase um século de *pax romana*, a mesma foi interrompida drasticamente. E os Imperadores agora podiam ser construídos fora de Roma⁷⁸.

⁷⁸ “O fim de Nero, assim como havia sido agradável primeiramente por causa do entusiasmo daqueles que se alegram, da mesma maneira havia provocado várias paixões entre os ânimos não só na cidade, junto aos senadores ou ao povo ou ao soldado urbano, mas também em todas as legiões e em seus comandantes, logo que divulgado o segredo do Império: poder o Príncipe ser escolhido em outro lugar que não em Roma (TÁCITO. *Histórias*, I, 4, 2).

O episódio da adoção de Galba por Pisão e a conspiração palaciana de Otão são um manancial de informações sobre a sociedade, a cultura e a política romana e sobre as transformações pelas quais estavam passando a sociedade romana ao longo deste primeiro século de Principado. Então, por que não estudarmos este período?

Nas palavras de Maria Aparecida de Oliveira Silva, em seu capítulo “Galba, Oto e Vitélio”, no livro *Imperadores Romanos: de Augusto a Marco Aurélio*, Nero, Otão e Vitélio são “três imperadores considerados menores, mas que representam um momento importante para barrar o poder dos pretorianos e manter a estrutura política do Principado” (SILA, 2019, p. 121). Esta citação nos elucida, de forma geral, o quanto nossa academia é deficiente nos assuntos da guerra civil e em reconhecer a importância histórica desse acontecimento para o Principado, pois ela compra um discurso que é empregado pelos próprios autores clássicos, que relegam este período às sombras dos descendentes de Augusto e dos Antoninos, pois, como elucida Syme, “no que diz respeito a Tácito, os Imperadores, Galba, Otão e Vitélio não significam nada pra ele” (SYME, 1939, p. 146). Nas obras de Suetônio e Dione Cássio, também temos uma demonstração demasiada breve desse período da história romana, como se tivessem vergonha ou abalasse sua identidade romana moralizadora⁷⁹.

Além de Silva, temos outros dois autores da historiografia brasileira que passaram a se debruçar muito recentemente sobre o nosso recorte. Estes são André Luiz Leme (2017) que redigiu artigo de nome *Galba, Otão e Vitélio: O modelo dos Príncipes de Guerra Civil (68-69 d.C.) na crítica de Suetônio* e Ygor Klabin Belchior (2013), que também redigiu texto em formato de artigo científico intitulado *Aquele único e longo ano de Galba, Otho e Vitélio (TÁC. Dial., 17): as guerras civis de 69*. Percebemos que estes três textos encontrados em território nacional com relação ao assunto tratado nesta Dissertação são breves relatos sobre os três imperadores e que não se propõem a dissertar detalhadamente sobre o todo do acontecimento. Percebemos que propõem uma explicação rápida sobre quem foram estes três indivíduos “considerados menores” na história imperial romana, mas sem considerar os pormenores da Guerra Civil de 69, os atores coadjuvantes dessa história, os motivos das aclamações e das

⁷⁹ Basta colocarmos em contraste os cinquenta e sete parágrafos sobre a vida de Nero com os cinquenta e três parágrafos de Galba, Otão e Vitélio somados. Ou seja, as vidas dos três Imperadores não valem mais do que a do último dos Júlio-Claudianos. Talvez a brevidade de seus governos explicasse a brevidade do relato de Suetônio, mas Vespasiano se estabeleceu no poder por 10 anos e foi o único desde Tibério que morreu de morte natural, não sendo vítima de um golpe ou de guerra civil, e mesmo assim obteve a dedicação de apenas vinte e cinco parágrafos sobre sua vida na obra de Suetônio.

quedas de cada Imperador levando em consideração as complexidades narrativas e discursivas da documentação e do acontecimento.

Entretanto, no que concerne à historiografia estrangeira, contamos com importantes autores e contribuições sobre o nosso recorte. Um dos nomes que certamente possui mais peso nesta balança é o do historiador Gwyn M. Morgan (2006), que tem uma obra muito bem elaborada e desenvolvida de nome *69 A.D. The year of the four emperors*, além de alguns artigos temáticos sobre o período na ótica taciteana, como “The three minor pretenders in Tacitus, *Histories II*” (MORGAN, 1993, p. 769 – 796) e “An heir of tragedy: Tacitus *Histories* 2.59.3” (MORGAN, 1991, p. 138 -143), além de muitos outros trabalhos que exploram a ótica taciteana sobre os enunciados da Guerra Civil. Morgan faz um trabalho excelente. Contudo, nossas diferenças com ele estão em nosso primeiro capítulo, pois percebemos a importância de compreender a função do generalato romano e o impacto que esse tipo de atuação e performance tem no imaginário romano ainda no ano de 69 d.C. Morgan também, como nós, compreende a importância da figura de Augusto para o estabelecimento de um modelo, sendo este contemplado no papel do *Princeps*, porém, o compreende sob o âmbito da retórica, não apontando a importância da performance e da atuação no teatro político como conceitos relevantes para se compreender os acontecimentos da Guerra Civil.

Há também a obrigação de mencionar a obra de Kenneth Wellesley (2000), chamada *The Year of the four Emperors*, que faz um bom trabalho narrativo, analítico e biográfico em compreender os indivíduos da Guerra Civil de 69 d.C. Além da Bárbara Levick escreveu a introdução da terceira edição de Wellesley e também um artigo pioneiro chamado “L. Verginius Rufus and the Four Emperors” (1985), além da obra *Vespasian* (1999) que, apesar de ter seu foco na biografia de Vespasiano, faz a ligação devida entre este imperador e o cenário político de 69 d.C. Charles L. Murison também dissertou sobre o período e tem obras valiosas, dentre elas *Galba, Otho and Vitellius: Careers and controversies* (1993) e também artigo de nome “Galba in Germany A.D. 43?” (MURISON, 1985, p. 254 – 256).

Na ordem dos clássicos, vemos a obrigação de inserir Ronald Syme, que preocupado em refletir sobre a obra taciteana e os componentes do Principado, resvala sobre o período, tanto em suas obras *Tacitus* (1958), volumes 1 e 2, quanto na já citada *Augustan Aristocracy* (1989). Apesar destas obras de Syme terem foco em outros aspectos, o autor também foi responsável pela redação de artigos voltados aos temas do Ano dos Quatro Imperadores, como “Partisans of Galba” (SYME, 1982, p. 460 – 483).

Isto declarado, vamos agora à narração dos acontecimentos. Começamos discutindo, como já mencionado, o fim do governo Nero. Percebemos nos motivos da derrocada de seu governo e nos descontentamentos de certos setores da sociedade romana chaves fundamentais para a compreensão do cenário político de 69 d.C. e das aclamações dos Imperadores do Ano dos Quatro Imperadores. A figura de Nero, por mais que morta, continuava viva no imaginário romano e, de acordo com a documentação, servia de parâmetro sobre como performar.

2.2 Nero, o Imperador Atingido No Coração Pelo Poder Público

A partir deste momento, passamos a discorrer sobre os precedentes imediatos da Guerra Civil de 69 d.C. Como já dito, esse episódio começa com uma performance política de Nero que é um personagem muito debatido pelos acadêmicos de história atuais. Na maioria das vezes, esse debate acadêmico se dá pelos complexos e controversos discursos que seus contemporâneos fizeram, como é o caso de Tácito e Suetônio, mas também pelas repercussões e estigmas que esses discursos carregam no imaginário ocidental até hoje! Sobre Nero, não nos é conveniente fazer uma análise completa sobre sua vida, atuação e carreira, mas é muito proveitoso compreendermos os motivos de sua morte e, conseqüentemente, as causas da Guerra Civil de 69 d.C., onde a imagem e a memória de Nero também vão ser muito presentes a ponto de ter peso nas decisões políticas dos personagens em diversos momentos. Portanto, esse vai ser o uso que fazemos de Nero, como um instrumento de análise para melhor compreendermos os acontecimentos subsequentes.

Apesar da Guerra Civil de 69 d.C. ter sido um evento catalizador de grandes proporções que atingiu o Império, esse não foi o primeiro evento de tentativa de sedição contra Nero por parte de membros da elite romana. No ano de 65 d.C., Tácito, em seus *Anais*, e Dião Cássio nos informam sobre um evento que ficou conhecido como a “Conspiração Pisoniana”, que mobilizou uma grande proporção de pessoas da corte imperial e até dos setores militares, seja do exército ou da guarda pretoriana, e compreendemos pelo número de militares e oficiais envolvidos um prelúdio de algo maior que estaria por vir. Kenneth Wellesley também reconhece uma possível conexão entre a Conspiração Pisoniana e a morte de Sêneca⁸⁰ e dos demais membros implicados na conjura com a morte de Nero, mas escolhe não desenvolver sobre a trama (WELLESLEY. 2000, p.4).

⁸⁰ Lúcio Aneu Sêneca, filósofo e escritor, foi tutor de Nero durante o começo de seu governo.

Victoria Emma Pagán assegura que as conspirações, ou como aparece no latim, *coniurare*, fazem parte do imaginário romano e estão presentes em todas as fases de sua história. A morte misteriosa de Rômulo foi a origem de debates sobre uma possível conspiração contra o fundador de Roma por parte do Senado. Houve no início da República um complô para restaurar o último rei de Roma, Tarquínio Soberbo, como rei (EMMA PAGÁN, 2004, p. 4). O próprio Principado é repleto de armações contra a vida dos indivíduos. Por exemplo, Agripina e Nero conspiraram contra Britânico (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Nero, 33), filho biológico de Cláudio e depois contra a do próprio imperador. Segundo Suetônio, Nero “se não foi seu autor, foi pelo menos seu cúmplice” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Nero, 33, 1). Nero conspirou, mais de uma vez, contra a vida de sua mãe⁸¹. Portanto, podemos perceber a naturalidade com que nossa documentação trata do assunto, pois apesar de ser um acontecimento marcante, o atentado contra a vida de um *Princeps*, no caso de Nero, se fazia justo devido à sua performance duvidosa.

O relato de Dião Cássio é breve sobre o assunto, dedicando apenas um parágrafo à Conspiração de Pisão. De resto o autor grego se preocupa mais em relatar as mortes e exílio dos nobres em decorrência da conspiração do que em dar os pormenores da mesma:

Sobre os líderes da Conspiração, Dião Cássio nos informa:

Sêneca, contudo, e (Fênio) Rufo, o prefeito, e mais alguns homens proeminentes formam um golpe contra Nero, pois eles não poderiam mais aguentar seu comportamento vergonhoso, sua licenciosidade e sua crueldade. Eles desejavam, portanto, se livrarem desses males e ao mesmo tempo tirarem Nero de seu caminho – pois, de fato, Sulpício Aspro, um centurião, e Súbrio Flavio, um tribuno militar, ambos pertencentes à guarda pessoal de Nero, se entregaram se confessaram diretamente a Nero (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXII, 24, 1-2).

Tácito faz um longo relato que nos permite adentrar um pouco melhor na complexidade do acontecimento e, principalmente, vemos a importância dele com os eventos da Guerra Civil,

⁸¹ Conforme narra Suetônio, “farto de ver sua mãe controlar e criticar rigidamente seus atos e palavras, Nero de início se limitou a ameaçá-la por diversas vezes com o ódio público [...], Porém, aterrado com suas ameaças e transbordamentos, decidiu-se a eliminá-la; por três vezes tentou dar-lhe veneno, mas, percebendo que Agripina se munira de antídotos, mandou soltar as vigas de seu teto de um modo tal que a ação de um mecanismo fá-lo-ia tombar sobre ela enquanto dormisse. [...]” e após a tentativa de tentar afogar a sua mãe com um barco falso, “ordenou que executassem sua mãe, que passaria por ter-se suicidado quando a tentativa de crime foi descoberta” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Vida de Nero, 34).

pois Caio Pisão é “descendente dos Calpúrnios, e enlaçado pela parte paterna com quase todas as famílias mais distintas de Roma, tinha uma grande reputação entre o povo por algumas virtudes, ou antes pelas suas aparências” (TÁCITO. *Anais*, XV, 48, 2-3). Porém, devemos ressaltar que este não tem conexão direta com o Pisão que será adotado por Galba no ano de 69 d.C. Aquele tem por ascendentes os Crassos, os Frúgios e os Escribonianos (linhagem de Pompeu, vide tabelas 1 e 2).

Tácito também reforça a hipótese de Dião Cássio, afirmando que esses são os principais suspeitos da liderança da conspiração, mas acrescenta que

não é fácil mencionar quem fosse o autor de um projeto que arrastou tanta gente. Pela intrepidez e constância que mostraram na morte sabemos que Súbrio Flávio, tribuno de uma coorte pretoriana, e o centurião Sulpício Aspro foram os mais resolutos. Ódios violentos instigaram para ele Lucano Aneu, e Pláucio Laterano, cônsul designado; mas o primeiro satisfazia vinganças pessoais, porque Nero procurava ofuscar a glória dos seus talentos poéticos, e o segundo não tinha outro motivo senão um ardente patriotismo (TÁCITO. *Anais*, 49, 1-4).

Com esse trecho, podemos perceber que membros proeminentes, fossem eles cidadãos privados, como Sêneca, ou membros do destacamento militar, como o tribuno e o prefeito do pretório, ambos com um considerável poder de mobilização de tropas, já estavam insatisfeitos com a performance e o comportamento do Imperador. É permitido também evidenciar a extrema insatisfação dos *nobiles*, por meio da figura de Pláucio, que enquanto membro da ordem de mais alto grau de status da sociedade romana rivalizava com Nero não por assuntos pessoais, como Lucano, mas por uma questão que podemos categorizar enquanto “ideológicas”; pelo menos este é o discurso reverberado por Tácito.

Destas formas, ressaltamos que o discurso empregado em nossa documentação e por parte da sociedade acerca daquilo que é uma boa performance imperial foram atribuídos a Augusto e definidos pelos altos membros da sociedade romana, diz-se os senadores e os consulares. A boa performance é o *Princeps*, o primeiro cidadão que tem espírito superior e interesse pelo dever público.

Contudo, estes não são os únicos atores políticos a tramar contra a vida de Nero. Citamos nomes dos conjuradores que compõem na obra taciteana um verdadeiro elenco. São

estes: Flávio Cevino e Sexto Afrânio Quinciano Burro⁸², ambos da ordem senatorial; Túlio Senecião, Cervário Próculo, Vulcácio Ararico, Júlio Tugurino, Munário Grato, Antônio Natal e Márcio Festos, todos estes pertencentes à ordem equestre; Grânio Silvano e Estácio Próximo, tribunos de coortes pretorianas; e Máximo Escauro, e Veneto Paulo, ambos centuriões; e o já citado e um dos principais membros, por sua posição, o Prefeito do Pretório Fênio Rufo (TÁCITO. *Anais*, XV, 50, 1-3). O autor romano dá como explicação para esses acontecimentos uma “total decadência do império e o quanto se fazia preciso eleger outro chefe que salvasse o Estado” (TÁCITOS. *Anais*, XV. 50, 1). Para Tácito, enquanto um moralizador do Império e nostálgico da *res publica*, a corrosão moral do Império promovida por Nero era o fator espinhal para que todos esses ilustres e membros da mais alta sociedade romana se organizarem de forma tão concisa, sem que nenhum deles fosse responsável pelo vazamento ou delação das informações.

Miriam T. Griffin, em contrapartida, afirma que muitos oficiais presentes na conspiração tinham sim motivações pessoais. Grande parte dos oficiais da Guarda Pretoriana fizeram parte da guarda pessoal de Agripina, mãe de Nero, assassinada em 59 d.C. A morte da mãe por parte do Imperador foi apontada como um dos seus primeiros crimes de lealdade. Inclusive, o prefeito Fênio Rufo, ele mesmo, era um protegido de Agripina (GRIFFIN, 2000, p. 69). Nero, ao se livrar de uma âncora tão importante de seu poder de forma tão displicente, acabou por iniciar uma onda de insatisfações contra sua pessoa, que se acumulou com as saídas de Burro e Sêneca de sua causa e após o grande incêndio que aterrorizou Roma em 64 d.C., certamente abalaram o estabelecimento do Imperador nestes últimos anos de sua vida e serviram de presságios para a derrocada de Nero (GRIFFIN, 2000, p. 85). Contudo, concordamos que pelo alto número de oficiais do exército envolvidos na conspiração, este ato contra Nero é evidência de estes setores da sociedade romana estavam desgostosos com a performance do Imperador e desejavam um ator político que performasse conforme se exigia do papel imperial, um cidadão de boas virtudes e um bom general.

Tácito por esses motivos já anunciava o ano de 65 d.C. como um período em que “se fizeram públicos muitos prodígios que anunciavam desgraças mui próximas. Foram como nunca frequentes os raios, e apareceu um cometa, presságio que Nero sempre expiava com algum sangue ilustre” e

⁸² General e político romano de grande reputação militar e influência no período de Nero (TÁCITO. *Anais*. XII, 42, 1).

Também se falava de um novilho nascido no território de Placência perto da estrada pública, e que tinha a cabeça em uma coxa. E sobre isto, consultados os áuspices tinham interpretados a coisa desta sorte: - “Que o império do mundo ia ter outra cabeça, mas que não seria nem forte nem oculta, pois que o novilho tinha nascido antes do tempo, e junto da estrada pública” (TÁCITO. *Anais*, XV, 47, 1-2).

O que Tácito dá a entender neste trecho é que ele também, diferente de Dião Cássio, compreende que os eventos de 68-9 d.C. já são pressagiados em 65 d.C., três anos antes. As desgraças seriam, por sua vez, a insatisfação da elite neroniana e dos destacamentos militares que não se sentiam contemplados com Nero. Todos os assassinatos promovidos pelas desconfianças de Nero após a revelação do complô auxiliaram a instigar a revolta contra seu governo. Contudo, o presságio da criança revelado por Tácito é a forma de explicar a ascensão de Galba por meio dos conflitos, insatisfações e assassinatos que já eram muito evidentes desde 65 d.C. A segunda cabeça que surgiu era, pois, a cabeça de Galba, mas que foi fraco, pois “o novilho tinha nascido antes do tempo”, visto que, em nossa interpretação o nascimento no tempo certo seria Vespasiano, um ano antes. Este sim o detentor de uma boa performance para Tácito e que teria chegado ao Império no tempo certo. Vespasiano, portanto, pode ser interpretado como uma suposta criança madura, bem gestada e saudável.

Porém, acontece uma desgraça aos conjuradores, pois um liberto de Cevino, chamado Milicho desconfiou da trama. Milicho ao descobrir a verdade, almejando dinheiro e poder⁸³ que ganharia de Nero por revelar a verdade ao Imperador, acabou por sacrificar a vida de seu senhor e sua liberdade para que pudesse escalar na hierarquia social romana (TÁCITO. *Anais*, XV, 44). E por fim, o desfecho dessa trama se dá com a morte, tortura e delação dos conjurados e um aumento na perseguição dos cidadãos ilustres, mesmo que alguns não tivessem participação alguma na *coniuratio* (TÁCITO. *Anais*, XV, 47). Tácito aponta a morte de indivíduos, como Sêneca e Cornélio Pisão (TÁCITO. *Anais*, XV, 49-50), como efeito da delação de Sulpício Aspro, centurião de Nero. Quando interrogado pelo imperador, Aspro indica o motivo de sua conspiração e revela que “eu tanto amei quanto odiei você acima de todos os homens. Eu amei você, esperançoso que você provaria ser um bom imperador; E também tenho te odiado por que você foi se provou um bom Imperador. Eu não posso ser escravo de um cocheiro⁸⁴” (DIÃO

⁸³ E de fato o conquistou, como nos narra Tácito, o liberto “Milicho, grandemente premiado, tomou depois um nome grego, que quer dizer *conservador*” (TÁCITO. *Anais*, XV, 71, 1).

⁸⁴ Na tradução de Earnest Cary (2005) se encontra “charioteer” que, traduzindo literalmente para o português fica “cocheiro”. Contudo, compreendemos que esta afirmação de Aspro se dá pelo gosto que o Imperador tinha por

CÁSSIO. *História Romana*, XLII, 24, 2)⁸⁵. Portanto, vemos que a performance, o comportamento de Nero ao fim de sua vida não correspondia à exigida por alguns setores da sociedade romana. Mas nem sempre foi assim.

De acordo com Luciane Munhoz de Omena, Nero no começo de seu Principado teve o apoio, inclusive, de líderes da conspiração de 65 d.C., como o já citado Sêneca. Segundo a autora, a performance de Nero, quando auxiliado por Sêneca, antes do assassinato de sua mãe, era descrito nas obras senequianas *De Clementia* e *Apocolocyntosis* como o oposto de Cláudio, que era tirânico e promovia o desgoverno (OMENA, 2011, p. 160). Nero no discurso senequiano é “representante das virtudes, é regido por elas, e por assim dizer é o representante da ordem, o responsável pela reorganização social no *imperium romanus*” portanto a *clementia* “deve ser apreendida pelo esforço pessoal, assim o soberano, guiado por esta virtude, proporciona harmonia à sociedade. Como espetáculo de poder, a *clementia* posiciona o soberano em um espaço espetacular” (OMENA, 2011, p. 161) aonde cabe ao *imperator* performar conforme a cena exigida.

De acordo com Omena, que analisa a performance neroniana com base na *clementia* senequiana, o imperador com

interesse em obter aliados, a pacificidade e a qualidade de um pater, modelam as ações do imperador e criam imagens com as quais são relacionadas ao teatro em que o governante é um ator político, preocupado com sua manutenção e,

andar e desfilar nas ilustres bigas e quadrigas romanas, como nos informa Suetônio na seguinte passagem em que Nero “passando da Grécia para Nápoles, como fora naquela cidade que pela primeira vez ostentara seus talentos, entrou sobre um carro puxado por cavalos brancos, por uma brecha aberta na muralha, como costumam fazer os vencedores dos jogos sagrados; repetiu o espetáculo em Âncio, depois em sua propriedade de Alba e finalmente em Roma; mas em Roma, além do mais, apareceu no carro que outrora servira ao triunfo de Augusto, vestido de púrpura, uma clâmide semeada de estrelas de ouro, coroa olímpica à cabeça e coroa pítica na mão direita” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Vida de Nero, 25). Sobre as coroas, suas variedades em formas físicas e simbólicas, e os porquês de seus usos nas sociedades greco-romanas, ver: Marcelo Miguel de Souza & Thiago Eustáquio Araújo Mota em seu trabalho “A Apropriação das Tradições: Elementos Imagéticos e a Reacomodação do Sistema de Valores Honoríficos nos Usos de Coroas no Mundo Clássico”, em que os autores afirmam que a Coroa Pítia “era dada de quatro em quatro anos pelos jogos situados em Delfos. Era uma coroa famosa de louros conhecida entre os romanos por *corona triumphalis*” (2018, p. 94). Ressaltam ainda que as coroas no mundo grego possuíam funções sobretudo ritualísticas e esportivas, mas foram apropriadas pelos romanos visto que “pouco familiarizados com a dinâmica das competições do mundo grego, os romanos buscaram correspondências entre as premiações atléticas e os *dona militares*” (SOUZA; MOTA, 2018, p. 94).

⁸⁵ Temos relato diferente nos *Anais*. Tácito revela um Aspro mais resoluto contra Nero e com sua morte, e de acordo com o autor romano, o centurião disse as seguintes palavras quando questionado por Nero: “porque de outra sorte se não podia pôr termo a crimes tão enormes” (TÁCITO. *Anais*, XV, 68, 1).

interação com o *populus*, investe em suas imagens e suas aparências (OMENA, 2011, p. 155)

E prossegue afirmando que o

poder se exerce a partir de mecanismos disseminados em que todos os agentes atuam e sentem seus efeitos, seus variados dispositivos, que disser, o papel do *imperator*, não se reduz a simples e pura dominação, mas sim na construção e na atuação desse poder, que se expressa a partir do desejo do *populus romanus* (OMENA, 2011, p. 150).

Omena afirma que a performance de Nero se expressava a partir do desejo do povo, contudo, esse tipo de expectativa fez, futuramente, com que Nero performasse erroneamente no jogo político, pois suas atitudes acabariam pautadas no povo, mas não suprem as necessidades performáticas de grande parte da elite governante de seu tempo. Por isso, Nero após romper com sua mãe⁸⁶ e com Sêneca, sofreu uma tentativa de conspiração em grande escala em 65 d.C. e, finalmente, foi chamado à Guerra Civil por Júlio Víndex e Galba em 68 d.C. O desejo de performar para o povo e quase se tornar um artista foi a ruína de Nero. Como já evidenciamos, para Tácito, que é então interpretado como um representante dos ideais senatoriais, republicano-saudosista e moralizante⁸⁷, Nero levou o império à decadência moral e, se continuasse no poder, levaria à ruína institucional. Para Tácito e estes demais membros desta elite romana simpatizantes da moral tradicional, o vício era algo que corrompia não só a própria pessoa, mas tinha a capacidade de corromper aqueles ao seu redor, independentemente da posição que ocupava na sociedade, seja um soldado, um membro da elite senatorial ou da plebe. O modo de vida desbalanceado, a beleza enquanto luxúria e feminilidade eram constantemente associadas à decadência moral (COSTA, 2018, p. 51).

Quem apresenta outra perspectiva com relação ao fim de Nero é Paul Veyne (1987). O autor francês chama Nero de “indivíduo atingido no coração pelo poder público”, que a partir de um momento para de projetar a si como um cidadão romano e *imperator* e passa a convencer a si próprio e seus súditos de que seu gênio é superior, passando a viver uma utopia. De acordo

⁸⁶ Mason Hammond aponta que Agripina, mãe de Nero, foi responsável por sua ascensão ao poder e gozava de importantes laços mesmo entre as tropas (HAMMOND, 2016, p. 66). Miriam T. Griffin confirma, pois, “Agripina tinha criado um centro de alianças políticas e aliados [...]. A aliança com a Guarda Pretoriana foi crucial para seus planos. Estas coortes formaram a principal defesa corporal do Imperador, guardando sua câmara à noite e escoltando-o em Roma até o Senado e o acompanhando em suas jornadas (GRIFFIN, 2000, p. 67).

⁸⁷ Ou, como define Omena, “valores aristocráticos alicerçados na *virtus* (OMENA, 2011, p. 151).

com este autor, residia em certo setor do imaginário romano “uma moral cívica e que nada tinha de cínica, pelo contrário. Esta moral resume-se numa frase: só se pode ser honradamente governado por um homem que sabe governar as suas paixões” e reforça o que estamos a dizer desde o princípio, pois esta era “a moral dos nobres, dos notáveis” (VEYNE, 1987, p. 13). Neste sentido, o autor conserva uma perspectiva neutra com relação ao imperador, pois busca não responder se este foi bom ou mau, mas perceber as diferenças entre aquilo que a elite senatorial esperava e o que Nero de fato projetava de si.

Devido a isso, Nero teria colocado em ação um projeto político que foi, para Veyne, o fim de sua trajetória política. Para este autor, a derrocada de Nero nada teve a ver com

o escândalo causado pela partida de Nero para a Grécia a fim de aí ver reconhecido, em jogos ou em concursos, o seu gênio artístico. Até então, exercera de forma notável os seus poderes tanto na política interna quanto na externa. O motivo da queda final do imperador não reside, pois, nesse ponto. Nada tem a ver também com os seus crimes de serralho, nem com o cabotinismo por ele demonstrado na Grécia, pois tal cabotinismo não foi o que se julga; quando Nero se exibia em Olímpia como músico ou desempenhando o papel de cocheiro, não estava a abusar do grande poder que possuía para fazer que o cidadão privado se apercesse dos seus talentos; dava livre curso a uma utopia de caráter estritamente político, a do soberano que, para reinar, se socorre do fascínio ou do encanto do seu gênio pessoal. Foi por causa desta utopia que a ordem senatorial o derrubou (VEYNE, 1987, p. 16).

Desta forma, o problema de Nero teria sido então colocar em prática um projeto político que não condizia com as expectativas e necessidades dos altos setores da elite romana. Performar como alguém para além de um Príncipe não condizia com o imaginário político desta aristocracia. Embora a partir de Augusto e após sua transição política para Tibério se crie um pensamento político mais centralizado entre todos os setores da sociedade, havia reminiscências republicanas que não permitiam ao Imperador ser enxergado como um deus vivo. De acordo com Mason Hammond, “os poderes separados usufruídos por Augusto começaram a se consolidar em um cargo monárquico não somente na mente popular, mas também na prática legal, oficial e terminológica” (HAMMOND, 2016, p. 66). Este foi o verdadeiro motivo de, ao estourar a Guerra Civil de 69 d.C., o poder não ter retornado ao Senado e também não se terem criado novas alianças políticas entre os atores da Guerra Civil. Charles Wirszubski afirma que parte da população do primeiro século do Principado desejava a *libertas*, porém “o desejo de

restauração da República não era compartilhado por todos: alguns membros do Senado desejavam meramente apontar um novo *Princeps*” e que “houveram tramas contra as vidas de quase todos os Imperadores de Augusto a Domiciano, mas o objeto dos conspiradores era remover o *Princeps* do dia, não abolir o Principado” (WIRSZUBSKI, 1969, p. 126). O imaginário foi moldado no e após o governo de Otávio Augusto, porém, sob exigências muito específicas da sociedade romana que nenhum de seus descendentes parecem ter entendido direito, ou simplesmente, como no caso de Nero, de acordo com Veyne, desejaram ser contemplados enquanto seres com qualidades supra-humanas.

Compreendemos também que não é exagero destes personagens, como Domiciano, quererem se compreender enquanto deuses vivos. Certa parte do imaginário romano, sobretudo o oriental, facilitava muito esta compreensão. Contudo, no imaginário romano era mais caro aos indivíduos políticos se tornarem deus após a morte e da efetivação do ritual de divinização, a *consecratio*. E por isso, no fim da vida, Vespasiano, um exemplo de moderação para Suetônio, disse: “Que desgraça, vou tornar-me um deus!”⁸⁸ (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida Do Divinizado Vespasiano, I, 4). Esse imaginário é muito bem elucidado quando Sêneca escreve a sátira *Apocoloquintose*, sobre a apoteose de Cláudio, no qual após a sua *consecratio*, é transformado em abóbora em vez de em um deus. Cláudio, transformado em uma coisa horrenda, interage com outros deuses, como Júpiter, Apolo, Hércules e também Augusto. Estes debatem aos moldes senatoriais se Cláudio deve ser morto ou se deve ser aceito no panteão dos deuses. É Augusto quem fala por último e com eloquência e dignidade ao apontar os crimes de Cláudio e sua forma horrenda (SÊNECA. *Apokolokintosis*, X, 1-4). Após isso, Cláudio é levado para o além-mundo, onde Éaco o condena a jogar dados num copo sem fundo, nunca podendo ver os resultados. E depois é encontrado por Calígula que o pede como criado (SÊNECA. *Apokolokintosis*, XIV e XV). Este trecho, apesar de bem resumido, é muito significativo. Nos demonstra como são cruzados os imaginários políticos e religiosos romanos. Contudo, fica nítido que uma pessoa só deve ser considerada divina após a morte, e por isso Augusto, mesmo após o todo o espaço político conquistado, no máximo se atreveu em vida foi ser chamado de *divi filius*.

Este projeto político de Nero, como Veyne o coloca, é expressado nos últimos anos de seu governo, principalmente a partir de 67 d.C., em que Nero “passa a se sujeitar ao ridículo” e que “todo esse comportamento, mesmo assim, foi testemunhado, endossado, e aprovado, não

⁸⁸ “Vae, “inquit, “puto deus fio.” (SUETONIO. *De Vita Caesarum*. Vida do Divinizado Vespasiano. I, 4)

só pela multidão em geral, mas também pelos soldados. Eles o saudaram como Vitorioso de Pítia, Vitorioso de Olímpia, Vitorioso do Grande Passeio”⁸⁹ (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXXII, 9, 1 e 6; 10, 1). Podemos sentir o choque no tom de Dião Cássio pelos ultrajes de Nero ao costume romano, pois mesmo sendo grego, percebemos que o tom pejorativo em Dião Cássio para com Nero é quase como de um traidor da pátria e dos costumes, pois “quando recebia os senadores, ele vestia uma curta e florescida túnica e um lenço de pescoço árabe; no que concerne à vestimenta, ele já estava transgredindo os costumes” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXXII, 13, 3). E finalmente, quando retorna a Roma é saudado como “Vitorioso de Olímpia [...], Augustus! Augustus! Ó, voz divina” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXXII, 20, 5-6). Na performance de Nero não havia disfarce, e o discurso de Dião Cássio possibilita a afirmação de Veyne de que Nero tinha de fato um projeto político performático e que este contrastava com o papel imperial criado por Augusto e seus predecessores, pois Nero se tornou alheio às fachadas de *imperator*, enquanto líder militar e *civilis princeps*.

Sobre o papel militar que se esperava dos Imperadores, Campbell afirma que a partir do momento em que Otávio Augusto designou *imperator* como parte de seu nome ele “vinculou o exército próximo de sua pessoa, e este foi o seu legado para que todos os Imperadores carregassem atributos de generais romanos” (CAMPBELL. 1994, p. 68). Portanto, Nero ao desviar deste papel e começar performar como alguém de gênio superior, como um cantor e artista-nato, não só se desvirtuou do seu papel esperado, como também ofendeu a elite senatorial e os comandos militares. Esta foi, portanto, a performance de Nero, um ator que, no teatro político, apostou numa performance que buscava atribuir a si legitimidade e superioridade através de sua genialidade artística e superioridade de intelecto.

Devemos ressaltar também que não cabe a nós, neste trabalho, definir o governo de Nero como mau ou bom, muito menos definir este personagem como um bom ou mau Imperador, pois essa além de ser uma questão já muito desenvolvida⁹⁰, parece também não haver resposta certa. Portanto, Nero cumpre neste trabalho a ilustração de uma má performance diante dos discursos e retratos fornecidos pelas documentações tratadas neste trabalho, exclusivamente o comportamento político expressado publicamente, pois percebemos todo o

⁸⁹ Termo usado para denominar os atletas que conquistaram os jogos helenos de Pítia, Ístima e Nemeia (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXXII, 8, 3)

⁹⁰ Para Nero e as ambiguidades acadêmicas em torno deste personagem histórico, ver: *Nero e seu Principado: as visões de um debate* de Ana Lúcia S. Coelho (2019, p. 2-19).

complexo indivíduo e as extensas camadas de análises que existem acerca deste Imperador. Por isso, fizemos questão de tratar somente de Nero enquanto ator político no fim de sua carreira.

Desta forma, o desejo de atingir status político de supra-humano em vida não se resumiu a Nero. No que concerne a isto, temos outro exemplo de Príncipe que se propõe a ser cultuado para além do *status* da *civilitas*. Dio Cássio narra que uma das piores qualidades de Domiciano Flávio enquanto Príncipe era o seu desejo por ser venerado por seus súditos, e completa que alguns pareciam desprezá-lo por esta atitude (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXVII, IV, 2.). Além disso, Domiciano “insistia em ser referenciado como *deus* e *mestre*. Estes títulos eram usados não somente em discursos, mas também em documentos escritos” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXVII, V, 7). Isto e a sua falta de clemência teriam sido o motivo de ser amado pelo povo, mas também o motivo da ruína de seu poder (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXVII, V, 5). Tal relato reafirma a hipóteses de que “existia uma concepção plebeia da autoridade que era mais ou menos o inverso da dos notáveis” (VEYNE, 1987, p. 14). Assim também o faz Suetônio, que coloca em Domiciano todas as características de um tirano. De acordo com o biógrafo romano, o último dos Flávios “desde a mocidade, Domiciano mostrou-se soberbo até à imprudência, sem medidas em atos ou em palavras” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Domiciano, XII, 12) e chegando ao ápice do desrespeito, “com não menor imprudência, ao ditar uma carta circular para seus agentes, começou assim: “Nosso senhor e deus ordena que...” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Domiciano, 13).

Sobre a posição republicana da figuração política romana, Dião Cássio expressa a seguinte opinião:

Democracia, de fato, tem uma aparência justa, e dá impressão de trazer direitos iguais para todos sob leis iguais, mas seus resultados não parecem estar de acordo com seu título. A Monarquia, ao contrário, tem um som desagradável, mas é uma forma mais prática de governo sob a qual viver. Pois é mais fácil encontrar um único e excelente homem do que muitos deles, e se essa façanha já é difícil, é absolutamente inevitável que a outra alternativa seja reconhecida como impossível (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLIV, 2, 1-2).

Ou seja, para o autor que produziu sua obra na passagem do século II para o século III d.C. já se tinha a ideia bem clara de que para Roma, findada a República, era conveniente a criação de uma “República Monárquica e Dinástica”.

Em seguida, precisamos retomar dois indivíduos já citados, sendo estes Agripa e Mecenas, mais exclusivamente no debate retórico que estes personagens travam representado por Dião Cássio no livro LII de sua obra *História Romana*.

Quando Otávio ascende como triúviro único após sua vitória no Ácio em 31 d.C., tanto ele quanto seus partidários passarão a remodelar o Principado, e a partir de então, este novo sistema político começará a ter uma forma definida. Werner Eck afirma que foram estes os principais responsáveis pelas profundas alterações que levariam à transformação da República em Principado junto de Augusto (ECK. 2013, p. 42-3). Contudo, como Ana Teresa Marques Gonçalves aponta, este debate travado entre estes dois principais apoiadores de Augusto também pode ser considerado uma resposta política à situação do Império no período Severiano, um *locus* na narrativa de Dião Cássio. Ou seja, essa parte da obra, embora se trate de dois interlocutores do período de Augusto discutindo a forma pela qual ele deveria governar, na verdade, se trata de uma mensagem de Cássio aos seus contemporâneos, através da qual expõe suas genuínas opiniões pelas falas de Mecenas (GONÇALVES. 2013, p. 152). Todavia, reconhecemos nesse trecho as principais definições de monarquia para o discurso de Dião Cássio, através do qual este autor compreende o Principado, sua forma e sua natureza, pois, como aponta Fergus Millar: “ele delineia a constituição do Principado como se este estivesse em seu próprio tempo” (1964, p. 83). Assim, apesar de que Dião Cássio esteja se referindo ao período Severiano nas entrelinhas, foi pelas definições e ideias estabelecidas no livro LII entre o diálogo de Agripa e Mecenas que Cássio julgou os Imperadores anteriores, e por isso, se faz tão necessário o desenvolvimento dessa discussão.

O debate entre esses dois se dá sobre a forma sob a qual a República deveria prosseguir, se iria se tratar de uma monarquia ou de uma democracia. Agripa defende a democracia enquanto Agripa toma parte da monarquia. Entretanto, devemos ressaltar que, na visão de Dião Cássio, não se tratam de visões opostas, mas complementares. Isso acontece, pois, a democracia que defendida aqui pelo discurso diôneo não se trata da tradicional das pólis gregas, mas de uma democracia dos notáveis. Quando Dião Cássio pelo discurso de Agripa interpõe um oposto à democracia, ele cita a tirania e não a monarquia (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LII, 5, 1;

GONÇALVES. 2007, p. 154). Esta democracia, logo, deve emplacar os Senadores como principais agentes do Império, logo após o Imperador e garantir a *libertas* dos Senadores, pois:

“se por um lado, você não confiar nada a estes homens, mas colocar deveres no comando de homens comuns de origem indiferente, você irá rapidamente incorreria no ressentimento da primeira classe que se pensariam serem desacreditados e você rapidamente falharia em grandes negócios. Para qual boa coisa poderia uma pessoa ignorante de mau nascimento cumprir? Qual dos nossos inimigos não o desprezaria? Qual de nossos aliados o obedeceria? Qual, mesmo entre os soldados, não desdenhariam do fato de serem governados por tal homem? Portanto, não há a necessidade de explicar a você todos os males que naturalmente resultaria de tal condição (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LII, 8, 6-8).

Assim, quando Agripa supostamente defende a democracia diante de Otávio, estaria defendendo a igualdade de acesso aos patrícios e Senadores, para que a monarquia não evoluísse para uma tirania. Desta forma, as “colocações de Agripa não se contrapõem ao que seria em seguida exposto por Mecenas, mas, ao contrário, iniciam uma proposição que se tornaria mais prática nas sugestões de como este monarca, idealizado por Dião, poderia melhor administrar o Império. O que mecenas propõe logo a seguir é legitimamente uma monarquia. Sob este regime, governado pelo homem mais sábio, se deveria reorganizar o Estado, compartilhar o poder com os mais sábios e o comando aos mais espertos. Somente assim a *res publica* seria autêntica e capaz de garantir a liberdade (GONÇALVES. 2007, p. 155).

Mas ao fazer a defesa da monarquia para Otávio, Mecenas/Dião adverte que:

“Não desejo que você pense que eu estou lhe aconselhando a escravizar o povo e o Senado e logo após instaurar uma tirania. Isso é uma coisa que eu jamais ousaria sugerir a você e nem deveria você mesmo fazê-lo. A outra via, entretanto, deve ser honrável e conveniente tanto para você quanto para a cidade – Por isso, você deve, em consulta com os melhores homens, decretar todas as leis apropriadas, sem a possibilidade de qualquer oposição ou resistência a essas leis de nenhuma parte do povo; que você e seus conselheiros devem conduzir guerras de acordo com seus próprios desejos, e todos os outros cidadãos devem prestar obediência imediata a seus comandantes; que a escolha dos oficiais devem permanecer em você e seus conselheiros; e que você e eles devem também determinar suas honras e punições. A vantagem de tudo deve ser que tudo aquilo que você desejar em

consulta com os seus pares deve imediatamente se tornar lei. (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LII, 15, 1-3).

Para Dião, o Império era como um navio que precisava de um timoneiro único. E o líder deste barco, Imperador, deveria ser um homem de ação, um bom legislador e afável com os senadores, afim de que se garantisse presença inquestionável de aristocratas como seu governante (GONÇALVES. 2007, p. 156-7).

Portanto, é a partir desses preceitos que Dião Cássio irá julgar as performances imperiais e do ano de 69 d.C. Ao criar uma forma própria de Principado ideal visando seu próprio período e seus interesses, Cássio cria o parâmetro de avaliação dos Imperadores que narra ao longo da sua *História Romana*. Por isso, podemos concluir que a forma com que Dião julga os atores políticos, sobretudo os Imperadores, divergem dos demais autores, como no seu caso de leviandade com o retrato de Galba. Isso se deu, pois, este autor não estava exclusivamente interessado em criar *exemplas* retóricas, responsáveis pela distorção dos retratos imperiais, mas sim de julgá-los visando o interesse de sua classe e de seu tempo. O retrato diôneo de Galba, se comparada ao de seu antecessor, Nero, abrange as características citadas acima, visto que Galba emerge como um libertador do Senado e com a reputação de um homem ação, e por isso tem uma representação mais digna em sua obra se comparada aos demais, sobretudo Tácito e Suetônio.

O processo como descrito se iniciou com as primeiras Guerras Civis da República, se consagrou com Augusto, mas é só com o episódio da Guerra Civil de 69 d.C. que esse pensamento ficou estampado para a elite romana como um todo. O ano em que Nero morreu e consecutivamente quatro imperadores foram aclamados ao Império evidenciou para eles próprios que o sistema republicano necessitava de maior centralização no comando e na tomada das decisões administrativas. Essas demandas, abandonadas pelos últimos Júlios e Cláudios, sobretudo por Nero, vêm a se manifestar através do imaginário romano por meio de setores da sociedade: 1) A elite composta por *nobiles*, cavaleiros e senadores responsáveis por exigir do Imperador os atributos morais, a *virtus*, a *clementia*, a *libertas*, e até *virilis*; 2) as tropas, sobretudo o alto escalão, como os centuriões e generais que clamavam por uma figura imperial personificada num *Imperator*; 3) e a Guarda Pretoriana, que quando convinha buscava a chance de mediar o poder, como no caso de Cláudio, Otão e Nerva.

Infelizmente os *Anais* de Tácito carecem dos últimos dois anos de governo de Nero, que ou se perderam com o passar dos tempos, ou nunca foram escritos. Contamos somente com um

breve relato do início das *Histórias*, Entretanto, as narrativas sobre o fim de Nero de Dião Cássio oferecem informações suficientes para a compreensão do ocorrido.

Desta maneira, podemos concluir que a morte de Nero é fundamental para a compreensão dos acontecimentos que virão a seguir. Percebemos que a performance ao fim de sua vida foi responsável por uma revolta provincial que acabou com um Imperador sendo aclamado enquanto Nero ainda era vivo. Além disso, o fato desse Imperador ser uma linhagem tão boa e ilustre quanto a de Nero e de uma carreira militar tão estimada, fez com que Nero terminasse isolado no poder, optando por morrer. A partir de agora, portanto, iremos dissertar sobre a aclamação e atuação de Galba.

2.3 A vida e a carreira de Sérvio Sulpício Galba: o Ilustre Ancião

O começo do nosso fatídico evento se inicia com a ascensão de Galba ao Império, após a revolta provincial de Júlio Vindex⁹¹. A ascensão de Galba representa um marco na história romana não só pelo fim da Dinastia Júlio-Claudiana, após o suicídio de Nero, mas também pela ascensão do primeiro imperador feito fora de Roma,⁹² visto que o Galba foi aclamado *Imperator* ainda na Espanha e somente depois fez sua marcha para Roma.

Dito isto, dediquemos este momento para descrever exclusivamente da vida, carreira e ascensão de Sérvio Sulpício Galba. Nasceu, conforme é informado por Suetônio, nos anos do consulado de Valério Messala e Cneu Lêntulo no nono dia antes das calendas de janeiro (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 4). Trata-se, pois, de percebemos que o nascimento de Galba se deu no ano 3 a.C. do calendário cristão e no dia 24 de dezembro.⁹³ Galba nasceu em *Terracina*, uma cidade na costa italiana de notável fertilidade e de relevância comercial que contava com três vilas próximas. Se localizava logo ao sul de Roma, e era responsável pela conexão da *Urbs* com Cápuia, outra importante cidade da Península Itálica, por meio da Via Ápia, que foi construída a partir de 312 a.C.⁹⁴. Este é indiscutivelmente o ator da Guerra Civil de 69 d.C. com a melhor linhagem aristocrática, e também um dos mais ricos que

⁹¹ General e cavaleiro romano, oriundo da Gália, responsável pelo início da revolta contra Nero em 68 d.C., que resultou na aclamação de Galba e morte de Nero.

⁹² O grande mistério, ou *arcanum*, como descrito por Ronald Syme como um obviade, visto que “César Augusto na primeira década de seu governo destituiu todos os *nobiles* e os debandou de todos os altos comandos” (1989, p. 275)

⁹³ “L. LENTULO M. VALERIO. COS 751” (*Corpus Inscriptionum Latinarum*, XI, 1) Acessado virtualmente por <https://arachne.uni-koeln.de/Tei-Viewer/cgi-bin/teiviewer.php?manifest=BOOK-ZID878758>. (Data de acesso: 05/09/2020). A informação acerca do consulado de Valério Messala e Cneu Lêntulo também consta no início do livro 55 de Dião Cássio.

⁹⁴ Ver: *Terracina and the Pomptine Marshes* (DILKE, 1961, p. 172 e 175). Ver mapa da página 153.

alguma vez entrou na casa dos Césares (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 3,1), a ponto de Suetônio afirmar que seria demasiado cansativo enumerar as glórias e os ancestrais ilustres das *domus* Sulpícia e Lutácia. Galba também se gabava de, supostamente, ser bisneto de Quinto Catulo Capitolino⁹⁵, de quem herdava o sobrenome e a notoriedade Lutácia⁹⁶, apesar de não se ter prova alguma dessa afirmação. Além disso, também gozava do fato de ser descendente de Lúcio Múmio Acaico, Cônsul em 146 a.C., neste mesmo ano, foi o responsável pela destruição completa de Corinto e pacificador da Acaia. Acredita-se que deriva de Múmio uma forte tradição de austeridade que foi perpassada no âmbito familiar, pois Múmio ficou conhecido por não ceder aos luxos gregos e continuar como um romano austero no período republicano (BEARD. 2017, p. 206-7), fator também muito atribuído a Galba.

Assim, a *nobilitas* e a ancestralidade por parte da *gens* Sulpícia remonta ao período Republicano, certamente, a um tempo anterior a Mário e Sula. O primeiro Galba a atingir *status* consular foi um Sérvio Galba, conhecido por ser orador em seu tempo, ainda em meados do II século a.C. Este primeiro Galba teria tido um neto que após uma derrota nas eleições para o consulado contra Júlio César, tornou-se inimigo deste. Este Sulpício também foi centurião na Gália, e anos depois conspirou contra César juntamente com Bruto e Cássio (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 3, 1). Deste Galba dos tempos de César, o Imperador Galba de 68 d.C. seria então bisneto.

Contudo, há evidências ainda mais anteriores sobre antepassados do Imperador Galba, nos períodos da Segunda Guerra Púnica contra Aníbal (MORGAN, 2006, p. 31). Adrian Goldsworthy relata que após a vitória definitiva sobre os cartagineses em 202 d.C., apenas dois anos depois os romanos se depararam com o avanço de Filipe V, Rei da Macedônia, que declarou guerra a Atenas. Os atenienses solicitaram ajuda aos romanos, que apesar de cansados e exauridos pelo fim da Segunda Guerra Púnica, que sob o discurso do Cônsul Públio Súplicio Galba, foram à Guerra contra os macedônicos (GOLDSWORTHY, 2016, p. 96). Outro Galba, contudo, serviu posteriormente na Guerra de Conquista da Macedônia. Pois Goldsworthy menciona mais um Sérvio Sulpício Galba que serviu como tribuno sob o comando de Emílio Paulo na conquista da Macedônia por volta de 168 d.C. (GOLDSWORTHY. 2016, p. 123.). Tempo depois, por volta do ano 150 d.C. é atribuído um massacre a um pretor Sérvio Sulpício

⁹⁵ Catulo é tido como o homem de maior destaque no Senado no fim de 67 a.C., no período republicano nos momentos em que Pompeu crescia em poder e fama (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XXXVI, 30, 3-4).

⁹⁶ Plutarco também como Suetônio reafirma o orgulho da suposta ligação com Catulo, porém omite as vinculações mitológicas por parte de Júpiter e Parsífae (PLUTARCO. *Vidas Comparadas*. Vida de Galba. 3; SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Vida de Galba, 2).

Galba controlava uma rebelião na Hispânia Ulterior. Muito provavelmente este é o mesmo que serviu como tribuno de Emílio Paulo e também o primeiro Galba a atingir o *status* consular, descrito por Suetônio. Goldsworthy comenta sobre este Galba que “Muitos lusitanos e suas famílias haviam se rendido a Galba, depois de ele ter prometido que lhes daria terra onde viver [...]. Em lugar disso, Galba dividiu os homens em três grupos, desarmou-os e ordenou a seus soldados que os chacinassem” (GOLDSWORTHY. 2016, p. 137). Contudo, sobre este Galba, o autor não menciona nenhum laço de parentesco direto à família daquele que viria a ser Imperador em 68 d.C., mas pela constituição do *nomen* e pela menção de Suetônio as probabilidades são grandes.

Portanto, percebemos que a prática da dureza militar está na tradição familiar do Galba Imperador há mais de séculos. E o Imperador Galba assim como os Júlio-Claudianos buscou ressignificar a sua existência vinculando-se mitologicamente ao Panteão Romano. Portanto, expôs em sua casa uma árvore genealógica que remontava sua ancestralidade pelo lado paterno a Júpiter, e do materno a Perséfone, esposa do Rei Minos (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 3, 1).

Sobre isto, percebemos que Suetônio enquanto biógrafo demonstra um traço muito valoroso à cultura romana. O costume de se buscar os ancestrais dos *nomen*, ou seja, o fundador do clã, era costumeiro. C. J. Smith compreende que existia uma “tendência de tentar identificar o primeiro detentor do *nomen*, o ancestral da *gens*, e [...] é evidente que estas figuras são mitológicas e que a conexão com um único ancestral é ficcional” (SMITH, 2006, p. 15). Veyne complementa afirmando que no jogo da sucessão imperial, o Imperador não ascendia como um indivíduo isolado, mas como membro de uma *gens* e a “instituição imperial é, em parte, moldada por esse aristocratismo, pelo senso de transmissão gentílica. Sob a República, o filho herdava a fiel clientela política de seu pai” (VEYNE, 2011, p. 5). Isso acontecia pois no Principado o Imperador não assume a púrpura por apenas por se destacar entre seus iguais, “mas como membro de um clã, de uma *gens*, apoiado por aliados como a guarda imperial ou das legiões responsáveis por colocar no poder o imperador e seu clã” (VEYNE. 2013, p. 3). Logo, podemos perceber que embora estejamos nos referindo ao Principado, nada se criou ou surgiu do nada, os fatores e as formas republicanas apenas se reconfiguraram para se adaptar ao sistema imperial.

Charles Murison confirma nossa hipótese e afirma que “fora da(s) casa(s) Julii e Claudii, Galba era, em 68, provavelmente o romano mais distinto vivo, tanto em ancestralidade e

tradição familiar por um lado, quanto em conquista militar, após a morte de Córbulo⁹⁷ em 66 ou no início de 67” (MURISON, 1993, p. 31). Desta maneira, parece natural que Galba se tornasse imperador e isto também nos explica a confiança que Galba teve em se rebelar contra Nero. Pois o último Júlio-Cláudio já fora contestado anteriormente na Conspiração Pisoniana, sem o endosso de sua mãe Agripina e com as recentes rebeliões nas Gálias. Assim, é compreensível que Galba sendo o chefe militar de mais destaque na Ibéria, sendo aliado de Júlio Vindex e de Otão⁹⁸, poderia facilmente ser aceito em Roma e vencer Nero, como de fato aconteceu.

Seus antepassados recentes, isto é, do I séc. d.C., foram quase modestos politicamente, muito provavelmente pelo eclipse nobiliar promovido por Augusto e Tibério, ou seja, a elevação de mais equestres do que de senadores aos cargos administrativos. Logo, o avô do Imperador Galba se dedicou mais à literatura e à erudição, e teria composto valiosa obra histórica, chamada *História*. O pai, de mesmo *nomen*, também foi cônsul sob o governo de Tibério, mas depois se retirou da vida pública e passou a atuar como orador, mesmo que mediocrementemente (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 3, 4). Certamente este meio erudito significava um método de vida mais seguro durante os períodos de governo de Tibério e Calígula.

O *cursus honorum* de Galba foi distinto. Assumiu a *toga virilis* em 14 d.C., aos 17 anos (DIÃO CÁSSIO. 56, 29, 5). Também assumiu o consulado de forma bastante antecipada, por volta do ano 33 d.C. por volta dos 36 anos de idade quando a idade tradicional era de 42 anos (TÁCITO. *Anais*. VI, 16, 1). Antes do consulado também parece ter exercido uma pretura, sob a qual promoveu jogos e festivais, fornecendo um espetáculo fáustico em que elefantes dançaram na corda, um show inédito para a sociedade romana do período. Também governou a Aquitânia por aproximadamente um ano (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 6), o que Galba participou de todos os cargos públicos de distinção durante sua juventude.

Também sabemos através dos *Anais* de Tácito que Galba teve um irmão mais velho chamado C. Sulpício Sérvio Galba que foi feito Cônsul em 22 d.C. junto com um Décimo

⁹⁷ Cneu Domício Córbulo foi um general romano sob comando de Cláudio e Nero. Conhecido por seu comando Germânia Inferior, mas principalmente por suas conquistas no Oriente, na Pártia e na Armênia em meados de I d.C. Córbulo foi convidado ao suicídio por Nero em 67 d.C. (GOLDSWORTHY. 2016, p. 364; 390).

⁹⁸ Governador da Lusitânia e um dos primeiros a entrar no grupo de apoio de Galba.

Hatério (TÁCITO. *Anais*. III. 52, 1.). A informação do consulado deste irmão de Galba também se confere no início do livro 57 da *História Romana* de Dião Cássio.

Apesar de não ter, por nenhuma parte, o sangue dos Júlio-Claudianos, mais próximo deles sem lhes ser parente era impossível. Galba tinha por madrastra Lívía, segunda esposa de seu pai, Caio Sulpício Galba. Lívía Ocelares, portanto, o adotou e, durante determinado tempo usou o sobrenome dela, Ocelares. Também adotou o nome de Lúcio no lugar de Sérvio. Contudo, ao ser aclamado Imperador, retornou aos seus sobrenomes de origem (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 4, 1), talvez buscando se distanciar de suas conexões com os Júlio-Claudianos⁹⁹. Uma interpretação possível é que, buscando alternativas para melhor se estabelecer no jogo imperial, optou por seus sobrenomes tradicionais, pois sua conexão com Catulo, Senador Romano, certamente o legitimava diante dos nostálgicos da *libertas* republicana.

Em 41 d.C. sabemos que Galba agiu como governador provincial em seu pró-consulado na Germânia Superior. Lá, ele foi responsável por sobrepujar os Catos ao domínio romano, uma tribo germânica, o que tornou possível ao Imperador Cláudio assumir o título de *imperator*. Também ganhou insígnias de triunfo e um tríplice sacerdócio por sua conduta na Germânia e na África. O tríplice sacerdócio contemplava sua participação como membro dos quindecênviros, titanos e dos augustais (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 8; DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LX, 8, 6), o que lhe deu pretexto para ser Pontífice Máximo quando se tornou Imperador, obtendo os maiores títulos políticos e religiosos. Após essas conquistas Galba se retirou da vida pública, até ser enviado para governar a Hispânia Terraconense por volta de 60 d.C., província que governou até ser aclamado ao Império por Júlio Vindex (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 8-9). Galba também parece ter tomado partido na invasão da Britânia por volta de 43 d.C., contudo, Charles Murison contesta essa possibilidade devido à ausência de evidência de que Galba teria participado desta campanha (MURISON. 1985, p. 254-6).

Mas se Galba era tão ilustre, rico e de tão boa fama, por que Nero não o eliminou quando ainda tinha tempo? Plutarco responde a esta pergunta afirmando que Nero “ainda não aprendera a temer os cidadãos de grande respeito, pois, além da aparente natureza doce, a velhice

⁹⁹ Contudo, o relato de Plutarco é controverso, pois narra da seguinte maneira: “Galba estava também ligado a Lívía, esposa de Augusto, por laços de parentescos; e foi por esta razão, pelo favorecimento de Lívía, que ele saiu do palácio como cônsul” (PLUTARCO. *Vidas Comparadas*. Vida de Galba, 3,2). Enquanto em Suetônio não há menção desta Lívía com a família imperial de Augusto.

acarretava confiança na prudência” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Galba. I, 3, 4). Portanto, como vemos, a confiança de Nero e sua empresa performática frente ao governo foram os motivos de sua ruína e o motivo das rebeliões nas Gálias, que fomentaram a aclamação de Galba. Suetônio também aponta sua explicação, afirmando que Galba foi “aos poucos se abandonando à ociosidade e à preguiça a fim de não fazer sombra a Nero” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 9).

Isto dito, precisamos reconhecer que Galba não chegou ao poder por mero acaso e por simplesmente ser ilustre e demasiado rico. Os acontecimentos políticos que precederam ao seu governo foram, os reais motivos de sua aclamação e sua linhagem e riqueza sendo vetores que levaram Vindex a escolhê-lo como Imperador e que legitimaram essa escolha. Estes ocorridos foram a *bellum neronis*, como ficou conhecida entre os romanos, uma Guerra Provincial liderada por um general gaulês.

2.4 A *Bellum Neronis* (68 d.C.)

No ano de 68 d.C., a partir de janeiro, se inicia uma revolta na Gália conhecida como *bellum neronis* (TÁCITO. *Histórias*, II, 27, 2; BRUNT, 2014, p. 535)¹⁰⁰, ou seja, uma revolta contra o governo de Nero, sob a liderança do já mencionado Júlio Vindex. Este que, de acordo com Dião Cássio, era um gaulês

aquitânico, descendente da realza e por virtude disso seu pai se tornou um Senador romano. Era poderoso em corpo e astuto em inteligência, era habilidoso na guerra e cheio de ousadia por qualquer grande empresa; e ele também tinha um apresso pela liberdade e uma vasta ambição. Este era o homem que chefiava os gauleses (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 22, 1).

Uma parte da historiografia busca compreender a revolta de Vindex pelo conceito de patriotismo e o acontecimento como “um movimento nacional pela independência gaulesa” (BRUNT, 2014, p. 531). Contudo, Peter Brunt adverte que Vindex “levantou-se para acabar com a opressão, não somente da ordem senatorial a qual ele pertencia, mas também de todos os sujeitos romanos” (BRUNT, 2014, p.531). Este autor defende que não havia princípio patriótico gaulês, mas que se dispunham, numa certa maneira, de promover a *libertas* do *senatus populusque romanus*. Isto fica ainda mais evidente quando observamos o apontamento feito do

¹⁰⁰ O termo também é usado por Charles Murison (1993, p. 2) e por Barbara Levick (1985, p. 318).

Zonaras nos escritos de Dião Cássio, em que Vindex agiu da seguinte forma com seus partidários: “E fê-los jurar a fazer tudo do interesse do Senado e do povo romano e assassinar quem for contrário a seu propósito” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 23, 1).

Barbara Levick também concorda com essa perspectiva, afirmando que Vindex “não era nem um nacionalista gaulês nem um republicano à moda antiga, como uma vez fora suposto, mas um Senador romano ultrajado pela rapacidade da conduta de Nero com as Províncias e por seu deboche” (LEVICK, 1985, p. 321). Certas leituras compreendem Vindex como um gaulês romanizado¹⁰¹. Morgan, por exemplo, ressalta que o primeiro movimento de Vindex teria sido na passagem de 67/68 d.C. ao enviar cartas para governadores e ganhar seu suporte (MORGAN, 2006, p. 19). Provavelmente, foi a partir dessas cartas aos nobres no qual se acordou a aclamação de Galba ao Império por parte dos gauleses.

A Revolta que pretendia tirar Nero do poder, contudo, inicia sem Príncipe e Vindex não se proclama Imperador. Sabemos, contudo, que através das evidências numismáticas que Vindex anunciava que um novo Imperador estava por vir e que este buscava restaurar o sentido do Principado de Augusto, distorcido por Nero (KRAAY. 1949, p. 131-2). Vindex escolheu Sérvio Sulpício Galba para ser aclamado *imperator* nas Gálias, que veio de família patrícia e era no momento governador da Hispânia (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 23, 1). É preciso explicar também que, apesar de Galba estar na Hispânia, sua aclamação ocorreu na Gália por Vindex pois esta possuía muito mais peso nestas decisões, visto que era uma região fronteiriça e, portanto, com mais tropas estacionadas. E também o desejo de reconhecer a autoridade do Senado e do povo de Roma significava reconhecer Roma enquanto detentora de uma legitimidade Imperial tradicional, e o ato de fazer Galba, um grande nome da *res publica* romana, Imperador, reforça a ideia de que os desejos eram materiais e performáticos, visto que “os gauleses tinham sofrido muito pelas numerosas e forçadas taxas de imposto e ainda sofriam nas mãos de Nero” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 22, 2).

Tácito aponta que Galba foi feito Príncipe por sua autoridade sob a legião VI (TÁCITO. *Histórias*, V, 16, 3). Sabe-se também que Galba fez convocar uma legião própria da Hispânia nesse meio-tempo da *Bellum Neronis*. Esta seria a Sétima Legião Galbiana, sobre a qual Tácito faz referência no livro II, 62, 1. Posteriormente Tácito nos informa que esta foi anexada ao

¹⁰¹ Contudo, compreendemos a ideia e o conceito de “romanização” enquanto um processo unilateral e uniforme como ultrapassado. A romanização, assim como a helenização, são processos multifacetados e bilaterais, em que as culturas se integram e intercambiam. Vide: Richard Hingley, em *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha* (2010).

exército de Vespasiano (TÁCITO. *Histórias*, III, 7, 1; III, 10, 1). Moedas cunhadas na Espanha e na Gália para propagar a mensagem da Revolta de Vindex e Galba durante março e abril de 68 apelava tanto para a *libertas* senatorial quanto para a fidelidade das tropas, buscando significantes que instigasse a aproximação entre o novo Príncipe e seus subordinados militares (KRAAY. 1949, p. 135). Isso aconteceu pois, como já dito, Galba era um dos maiores comandantes vivos após a morte de Córbulo, ao qual Nero mandou assassinar. E Kraay aponta que “a remoção de Córbulo, um dos soldados mais bem sucedidos do Império, por um Imperador que nunca pisou num campo de batalha em pessoa pode abalar a lealdade das tropas” (KRAAY. 1949, p. 135).

Sob o governo de Galba em 69 d.C. os gauleses finalmente gozaram da ampliação da cidadania e da redução dos tributos, sendo estas as primeiras atitudes administrativas de Galba ao chegar ao Império (TÁCITO. *Histórias*, III, 3). Logo, como num laço de clientela, Galba teria sido favorecido pelos gauleses, e ao chegar ao cargo imperial, teria retribuído os favores enquanto patrono. Mas, mais tarde isso geraria um impasse, pois as tropas da Germânia, com ressentimentos por eles terem sido os responsáveis por pôr fim à sedição de Vindex, ficaram descontentes com Galba, por ter favorecido as tropas da Gália e não as da Germânia, e por isso, elegerão seu próprio Príncipe, Vitélio (TÁCITO. *Histórias*, II, 51, 1-2).

Outra justificativa encontrada na obra de Dião Cássio contra a revolta gaulesa liderada por Vindex foi expressa através de uma carta que ele teria enviado ao Senado. Nela Júlio Vindex afirmava que Nero “destruiu todo o mundo romano, porque ele tinha destruído toda a flor do seu Senado, porque ele desprezou e depois matou sua mãe, e não preservava sequer a aparência de soberania” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 22, 3). Neste momento da *bellum neronis*, Vindex aparece no discurso do historiador grego como alguém que não desejaria o poder imperial para si, então selecionou Galba para a posição, que, como dito, era governador da Hispânia, tinha poder militar, grandioso patrimônio e a uma das melhores ancestralidades que a Roma Imperial dispunha. O governador aceitou a posição e foi então o primeiro Imperador fora sem vínculos direto com a Dinastia Júlio-Claudiana, aclamado ainda na primeira metade de 68 d.C. (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 23, 1). Apesar de duas Províncias e de duas legiões, Galba ainda teria demonstrado relutância em assumir o poder supremo, pois quando assumiu o Império em Nova Cartago em abril de 68 se limitou a se chamar somente de “Legado do Senado e do Povo (KRAAY. 1949, p. 132).

O primeiro a dar guerra a favor de Nero contra os revoltosos gauleses foi Lúcio Vergínio Rufo, que também foi aclamado ao Império por suas tropas, mas se recusou a isso. Seus soldados teriam o saudado com os títulos de Augusto e César, e também teriam inscrito essas palavras em suas bandeiras, mas Rufo conseguiu persuadir os soldados a deixar essa escolha ao Senado e ao povo (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 25, 1-2). Devido a isso, Rufo teria atingido grande renome e consideração (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 29, 6), apesar de ter, posteriormente, sido afastado do comando militar por Galba (WELLESLEY, 2000, p. 15). Rufo nasceu por volta de 13 ou 14 d.C., em uma distinta família da ordem equestre. Obteve o consulado numa idade madura, por volta de 49 ou 50 anos e chegou ao consulado em 63 d.C. sob o governo de Nero. Em 67 d.C., Nero o nomeou ao governo da Germânia Superior (LEVICK, 1985, p. 322). Vergínio Rufo, apesar de ter sido lesado por Galba, continuou um nome forte e querido pelos soldados. Após a morte do Imperador Otão em abril de 69, os soldados destes, sem quererem jurar lealdade a Vitélio, foram a Rufo pedir que ele assumisse imediatamente o poder ou que se apresentassem como representante deles. Porém, novamente, Rufo negou aclamação para ser Imperador (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 18, 4-6; TÁCITO. *Histórias*, II, 59, 1-2).

Portanto Rufo foi, neste primeiro momento da *Bellum Neronis* selecionado por Nero para empreender guerra aos rebeldes gauleses, portanto desceu o Reno com suas legiões na cidade de Vesontio, aliada aos rebeldes. Mas quando Vindex veio em socorro à cidade, a diplomacia teria prevalecido. O líder gaulês teria proposto acordo ao governador que aceitou se juntar contra Nero, e fê-lo também por não querer fazer guerra contra Galba (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 24, 1-3). Desta forma Vergínio Rufo foi o primeiro general a desertar do governo de Nero e a passar para o partido de Galba. Podemos explicar isso pela fama que Galba tinha enquanto general, pois desde os tempos de Calígula, era reconhecido como bom general, rígido e austero, ao estilo republicano (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 6). Enxergamos nessa performance de Galba o seu sucesso inicial em atrair uma quantidade razoável aliados à sua causa, pois além de Rufo, Nero também encaminhou para lhe fazer frente Públio Petrônio Turpiliano, porém este também desertou para o lado de Galba com uma larga porção das tropas imperiais (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 27, 1). Desta forma podemos perceber que a fama de Galba como o melhor general vivo realmente foi um fator relevante para poder alcançar o cargo imperial, mas também vemos como a severidade e a avareza já mencionadas acabaram sendo algumas das causas do fim de seu governo e também de sua morte.

Enquanto isso em Roma, Ninfídio Sabino Flávio, irmão mais velho de Vespasiano e equestre, ocupava até aquele momento o cargo de Prefeito de Pretório, portanto, era líder dos homens estacionados em Roma responsáveis por proteger o Imperador Nero. Logo de início, ao se dar conta da aclamação de Galba e das deserções de Vergínio Rufo e de Públio Petrônio Turpiliano, Sabino se declarou a favor de Galba e fez crer que o novo Imperador, pelo tamanho de sua fortuna, pagaria grandes quantias aos soldados da Guarda Pretoriana se entregassem a ele o Império. Assim, toda guarda da cidade e os pretorianos, que haviam jurado proteger ao Príncipe, agora estava sozinho (TÁCITO. *Histórias*, I. 5, 1-2). Todavia, há indícios de que maquinava um projeto próprio de poder, e visava ele mesmo alcançar o cargo imperial, contudo, tal indício nunca se materializou.

Com a morte de Nero, Sabino enquanto principal Prefeito do Pretório se fazia o próximo no comando, e mesmo com Galba declarado Imperador pelo Senado, abocanhava todos os serviços para si na ausência do *novo Princeps*, visto que Galba se encontrava em marcha da Espanha para a Itália quando Nero faleceu. Acreditava que o então Imperador dificilmente chegaria a Roma, pois Galba contava com 72, avançadíssima idade para viagens de tamanha distância. Certamente acreditava que este morreria na viagem e que ele poderia reclamar ao Senado a magistratura de Augusto. Chegou a fazer um jantar em sua casa convidando todos os mais notórios e também a exigir que os assuntos imperiais por decidir no Senado fossem enviadas a ele e não a Galba. (PLUTARCO. *Vida de Galba*, I, 8, 1-6). Morgan apresenta uma hipótese diferente, afirmando que as intenções de Ninfídio eram, na verdade, colocar Galba em seu débito e ser eleito o único prefeito das tropas pretorianas¹⁰² (MORGAN, 2006, p. 29). Desta maneira, devemos reconhecer a importância de Sabino para a propagação e aceitação da *gens* Flávia em Roma. Diferente de seu irmão, que antes de assumir a Guerra da Judéia possuía pouca notoriedade, Sabino gozava de importante influência no contexto político romano e certamente trabalhou para a ascensão de seu irmão às magistraturas importantes e à corte neroniana (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida Do Divinizado Vespasiano, 2.).

Nero, se vendo isolado de todos os seus aliados políticos e militares, inclusive da sua Guarda Pretoriana, decidiu fugir de Roma. A versão fornecida por Suetônio e Dião Cássio é similar. Apresenta-se um Nero à beira da insanidade, pois o Imperador, segundo ele, desejava queimar a capital e navegar para Alexandria, porém, o que de fato ocorreu é que Nero com

¹⁰² O outro Prefeito do Pretório se tratava de Ofônio Tigelino. Tácito o descreve como alguém sombrio, protegido de Galba e colega de Tito Vínio (TÁCITO. *Histórias*, I, 72, 1-4).

medo até mesmo de aparecer em público e ser linchado, pois já não contava mais sequer com sua guarda pessoal, se dirigiu para uma propriedade perto de Roma acompanhado por seus libertos, com a cabeça sob um manto para não ser reconhecido (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Nero, 49; DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 27-29)¹⁰³. Lá ele se suicidou, com a ajuda de seus ex-escravos, antes de ser capturado vivo, uma atitude esperta percebendo a crueldade com que os romanos acabaram com as vidas de Galba e Vitélio, como vemos posteriormente. A data da morte de Nero é incerta, mas acredita-se que ocorreu em junho por volta do dia 9 ou 11 de 68 d.C. (MURISON, 1993, p. 27).

Apesar da derrota de Nero, Júlio Vindex após um infortúnio tirou sua própria vida. O relato de Dião Cássio dá a entender que após Vindex e Rufo fecharem acordo contra Nero por correspondências¹⁰⁴, as tropas de Vindex viriam exclusivamente se juntar às tropas germânicas de Rufo, que ocupava a cidade de Vensotio. Todavia pareceu que as tropas estavam marchando contra eles e não para se juntarem a eles. Diante disso, os soldados da Germânia decidiram por um ataque surpresa, saíram da cidade e caíram sobre os gauleses. Diante do mal-entendido e com grande parte de suas tropas assassinada, Vindex suicidou-se. Cássio relata que “devido ao perecimento de seus ele aborreceu o Destino, pois ele não foi capaz de alcançar seu desejo de grande magnitude, nomeadamente a queda de Nero e a libertação dos romanos” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 24, 3; BRUNT, 2014, p. 538). Todavia o relatado por Suetônio é que Vindex fora de fato derrotado por Vergínio Rufo, sem nenhuma menção de uma aliança provável. O biógrafo latino ainda acrescenta que a morte Vindex abalou Galba e que este “Como se houvesse perdido tudo, por pouco não renunciou à vida. Todavia, quando soube por mensageiros que entrementes tinha chegado de Roma que Nero morrera, todos juraram-lhe lealdade” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 11)

Dentre os principais membros da coalização que fortalecera a ascensão de Galba, com os já citados Vindex, Flávio Sabino e Turpiliano, haviam também dois nomes de considerável importância para o Imperador Ancião. Cornélio Lacão e Tito Vínio. Lacão era colega privado

¹⁰³ Os relatos são distintos sobre o fim da vida de Nero. Suetônio descreve um final mais tenso, em que Nero estava para ser apanhado nos últimos instantes, mas se mata antes dos homens de Galba pegá-lo vivo. E de acordo com Suetônio, Nero “mergulhou a lâmina no pescoço com a ajuda de Epafrodito” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Vida de Nero, 49). Enquanto em Dião Cássio, Nero é descrito como um paranoico para quem todos significavam uma ameaça. Até mesmo um cachorro que latisse em qualquer lugar ou um pássaro piasse já seria motivo de preocupação. Além disso, Nero em Dião Cássio não teria contado com ajuda de Epafrodito para se esfaquear, mas apenas para “dar-lhe o golpe final” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, 29, 2).

¹⁰⁴ Suetônio não parece ter tido conhecimento dessas correspondências e muito menos da aliança selada entre Galba e Vindex (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Vida de Galba, 16, 2)

e dos negócios do Imperador, e sua origem é desconhecida, tendo pouquíssimas informações acerca deste nas *Histórias* de Tácito, além de que foi feito Prefeito do Pretório de Galba, ao lado de Flávio Sabino. Já Tito Vínio era membro da elite aristocrática, bem posicionado em Roma, da família de pretores e o avô materno um proscrito. Sob o governo de Calígula foi oprimido, mas sob o governo de Cláudio ele conseguiu o comando de uma legião e depois uma pretura, desempenhando bem o seu papel. Tácito revela que num banquete de Cláudio, Vínio supostamente teria roubado um copo de ouro, e no dia seguinte, foi exclusivamente servido em copo de barro. Também foi procônsul na Gália Narbonense, quando iniciou sua amizade com Galba. Era tido como um homem de riquezas ao período da Guerra Civil, pois Otão queria ser seu genro e, quando Vínio morreu após o golpe conspiratório de Otão, o testamento de Tito Vínio foi anulado e Otão se apropriou de suas riquezas (TÁCITO. *Histórias* I, 48, 1-8).

Dito isto, a partir deste momento passamos a descrever o governo de Galba e a analisar sua performance imperial. Devemos lembrar que Galba não estava em Roma ao ser aclamado Imperador pelas tropas gaulesas e hispânicas; ele se encontrava na Hispânia nos idos de março, portanto, fez seu caminho a Roma deste ponto. Galba vitorioso e imperador aclamado, faz sua marcha a Roma.

Na sua marcha em direção a Roma, ao se aproximar da capital, foram de encontro a Galba os Guardas Pretorianos de Nero, tanto para pedir por clemência quanto para que permanecessem no cargo e também para fazer as exigências que Ninfídio Sabino havia prometido a eles em nome de Galba. Porém, é consenso em todas as documentações que Galba agiu de forma honrosa para a República e perigosa para si mesmo, e que sua performance foi demasiado violenta. Galba, aos pretorianos neronianos teria professado a seguinte frase “Eu estou acostumado a recrutar soldados, não os comprar” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XLIII, 3, 3; SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 16, 2; TÁCITO. *Histórias*, I, 5, 2), o que dava a Galba a imagem de extrema avareza. Vimos que Pompeu e César, após retornarem de suas conquistas, tinham como uma de suas prioridades políticas favorecer as tropas. No período de Augusto, a prática de dar terras aos veteranos se transformou, mas continuou a existir a preocupação em agradar financeiramente os soldados, pois Otávio criou a *Annona* Militar e se apropriou dos serviços de beneficiar às tropas e aos oficiais. Portanto, esperava-se que Galba, atingindo o Império, fizesse o mesmo e distribuisse donativos entre os seus homens. Contudo, performou de forma diferente e criou uma grande onda de insatisfação em torno de sua pessoa.

Galba também teria promovido um verdadeiro massacre a eles, pois não atendeu aos requerimentos das tropas pretorianas. Os pretorianos começaram a se revoltar, e Galba ordenou ali mesmo que suas tropas caíssem sobre eles. Na versão de Dião Cássio, pelo menos setecentos pereceram (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 3, 1-2). Além deles, morreram também Cingônio Varro, cônsul designado, e Petrônio Turpiliano, ex-cônsul, O primeiro por ter se associado a Ninfídio Sabino e o último por ser comandante de Nero. Sacerdotes e mais alguns outros foram acorrentados e arrastados por toda a cidade e depois executados. Tácito, enquanto orador, ressalta os que foram mortos sem serem ouvidos e julgados, o que certamente representava um ultraje aos membros deste ofício (TÁCITO. *Histórias*, I, 6, 1; DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 3, 4).

Tendo sido descritas estes feitos de Galba e a forma com que Galba chegou ao poder, agora devemos analisar a performance que os indícios documentais nos reservam sobre a atuação de Galba. Este que governou entre os dias de junho de 68 até 15 de janeiro de 69, dia que morreu e no qual se inicia o Ano dos Quatro Imperadores. Portanto, buscamos responder às seguintes perguntas: Como foi a performance de Galba? Para quem atuou? E Por que, se detinha tamanha riqueza e nobreza de linhagem, foi vítima de uma conspiração ainda num governo tão precoce?

2.5 Performance e governo de Galba

O comportamento de Galba é descrito na documentação de duas maneiras. Para Tácito, o comportamento austero e rigoroso do então imperador

louvada em outra época e celebrada por causa da glória militar, a sua severidade inquietava aqueles que desdenhavam a velha disciplina e que, de tal maneira, e de tal maneira foram acostumados por Nero durante quatorze anos que não amariam menos os vícios dos príncipes do que respeitariam as suas virtudes em outra época (TÁCITO. *Histórias*, I, 5, 2).

E este Príncipe por sua velhice estava já sem forças, possuía o caráter vacilante e falta de autoridade. As comparações com Nero eram inevitáveis, e muitos, acostumados com a beleza e a juventude de Nero, desdenhavam de Galba por sua avareza e decrepitude física (TÁCITO. *Histórias*, II, 7, 3). Enquanto Dião Cássio apresenta um contraponto muito interessante. Para o grego, as atitudes acima, mesmo que violentas, “mostram que Galba mesmo curvado pela idade e doença, ainda assim tinha sua mente vigorosa e ele acreditava que um imperador não deveria se submeter a compulsão nenhuma” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 3, 2), fator

nunca apresentado por Tácito, que tem pelo Imperador ancião total desprezo retórico com base no vitupério. O vitupério é um recurso retórico que visava evidenciar as características negativas do personagem retratado, muitas vezes comparando dois opostos, com tom de zombaria ou expressando licenciosidade sexual ou misoginia, no caso do vitupério ao feminino. (AGNOLON. A. 2007, p. 19-20).

Além de senil, Galba também ficou marcado discursivamente por sua avareza para com o povo. Em sua marcha para Roma, seria natural que o *imperator* distribuisse ao povo moedas, uma celebração e uma forma de ganhar apoio da plebe na cultura romana popularizada pelo generalato. Contudo, Galba, mesmo com sua já conhecida riqueza, ainda coletava dinheiro insaciavelmente, buscava gastar pouco e quando dava ao povo, não dava denários, moedas de prata, mas os sestércios de bronze (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 2, 1-2). Também devemos ressaltar um acontecimento em que este ator se colocou em contraposição a Nero nas medidas monetárias do Império e simbólicas perante a morte dos notórios. Nero concedeu presentes em dinheiro e propriedade para muitos por todo o Império¹⁰⁵, e Galba, ao se tornar Imperador, fez regressar todos esses presentes. Não somente, mas fez regressar todos os exilados por seu predecessor e os restos mortais dos membros da família imperial de Augusto¹⁰⁶. Fez um evento que colocou estes restos mortais no Mausoléu de Augusto¹⁰⁷. Por esta performance, de acordo com Dião Cássio, o Imperador foi “louvado, mas em contrapartida, também provocou risadas por vestir uma longa espada em seu flanco durante toda a marcha, pois era velho, fraco e senil” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 3, 4).

Suetônio menciona que Galba em sua marcha para Roma “vinha precedido de uma dupla reputação de crueldade e avareza. Primeiro porque punira as cidades da Espanha e das Gálias que tardaram em aderir à sua causa impondo-lhes pesadas multas e mesmo em alguns casos, mandando demolir suas muralhas e executar os oficiais de suas guarnições, bem como os agentes do fisco, sem lhes poupar as mulheres e as crianças” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 12). O biografista menciona também um caso em que Galba transformara os antigos remadores de Nero em legionários, mas que após utilizá-los, queria lhes rebaixar à posição de remadores. Contudo, os recém legionários que não quiseram a demoção

¹⁰⁵ Dois milhões e duzentos mil sestércios, de acordo com Tácito. *Histórias*, I, 20, 2.

¹⁰⁶ Neste episódio, Galba deve ser reconhecido por sua *pietas*, fator que só Dião Cássio resalta sobre este Imperador. Quem faz boa análise e defende essa piedosa performance de Galba é Patrick Kragelund, em artigo chamado “Galba’s “pietas”. Nero’s victims and the mausoleum of Augustus” (KRAGELUND, 1998, p. 152-173).

¹⁰⁷ Grande obra promovida pelo Imperador Augusto que buscou, através dessa construção, ser enterrado em Roma e instaurar a si e a sua *domus* o domínio simbólico mesmo após sua morte (BARROS, 2014, p. 37).

de seu novo status e que também pediam por uma águia e insígnias para sua legião, protestaram diante do Príncipe e por isso foram perseguidos pela cavalaria e dizimados (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 12).

Por isso Suetônio menciona que Galba ao chegar ao poder não conservou o favor que prestígio que alcançara. Que o Imperador Ancião conduzia muitos assuntos como um bom Imperador, mas que as boas ações não eram suficientes para lhes trazer boa fama como as ruins lhe traziam reputação de odioso (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 14).

Diante disso, a adesão a Galba, por mais que este tenha se tornado Imperador ratificado pelo Senado, não se deu de forma consensual pelo povo ao redor do Império. Apesar de fortes evidências de que no Oriente Licínio Muciano conservava quatro legiões na Síria não havia menção deste se fazer Imperador. Inicialmente os Flávios se aliariam a Galba, estando Ninfídio subjugado com a presença de Galba em Roma; Vespasiano, fazendo guerra na Judéia contava com três legiões. Este não conservava proximidades políticas com Galba, mas também não tinha inimizades, portanto, chegou a enviar seu filho mais velho para lhe prestar juramento de fidelidade (TÁCITO. *Histórias*, I, 4 e II, 1). A situação na Germânia, por sua vez, era bem diferente. Esta província era dividida em duas. Na Germânia Superior, se encontrava sob a tutela de Herdeônio Flaco, mas este era impotente por sua velhice e também enfermidade nos pés. Sem firmeza ou autoridade, a província se demonstrava inquieta e rebelde. Já as legiões da Germânia Inferior estavam sem governador e para este dever Galba enviou Aulo Vitélio, filho de censor e cônsul e que achava suficiente para conter os ânimos¹⁰⁸. (TÁCITO. *Histórias*, I, VIII, 3 -8). Contudo, não adiantou, e as tropas da Germânia Inferior acabaram por aclamar mais um Imperador, sendo este o seu mais novo Governador, Aulo Vitélio.

Os motivos da inquietação das *germânias* não são de todo claro, mas nos parece evidente um certo revanchismo entre as tropas da Germânia e das Gálias. Acontece que, como dito, as tropas gaulesas foram imediatamente beneficiadas com o governo do então Imperador, e as germânicas, que venceram os gauleses e o rebelde Vindex, se viam injustiçadas por nada terem ganho do novo Imperador, por isso se viam lesadas se comparadas com os benefícios concedidos aos gauleses e com medo por não terem aderido ao grupo de apoio de Galba de imediato (TÁCITO. *Histórias*, I, 8, 2). Dião Cássio reitera esta hipótese, pois o imperador não concedeu favores aos germânicos (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 3, 4).

¹⁰⁸ Sobre os quais exploramos melhor no nosso segundo ato deste complexo cenário político.

As inquietações com os setores militares também aconteciam em Roma e não somente nas províncias. Além de não ter pago as promessas feitas por Ninfídio Sabino seu nome e de ter mandado matar alguns pretorianos, Galba, conforme narra Tácito, destituiu da Guarda Pretoriana Antônio Tauro e Antônio Naso; das coortes urbanas, estacionadas em Roma, destituiu Emílio Pacense, e dos vigilantes, Júlio Fronto. Nas palavras de Tácito, esta atitude “não foi um remédio para os demais, mas o começo do temor, como se fossem afastados um a um com astúcia e por terror, sendo todos suspeitos” (TÁCITO. *Histórias*, I, XX, 6). Estas demissões, portanto, tiveram repercussão profunda no descontentamento a respeito do curso governo de Galba em Roma, além de fazer com que estes indivíduos, muito em breve, tomassem o partido do grupo de apoio de Otão¹⁰⁹ e compusessem a Conspiração Otonina. Este trecho destacar como uma mensagem clara de Tácito, pois este aponta que a Guarda Pretoriana, criada por Augusto, viera a se tornar um empecilho para seus sucessores e para as dinastias seguintes. Este corpo, portanto, precisaria ser manuseado com extrema cautela, pois era capaz de assassinar e elencar Imperadores, como fizeram com Cláudio e com Galba.

Porém, o “Imperador Ancião” acreditava que os motivos de tantas insatisfações contra seu governo se davam por sua ausência de filhos, pois este já se encontrava com setenta e dois anos em 69 d.C. Assim, decide adotar um rapaz, garantir a sucessão imperial e pôr fim aos questionamentos feitos a seu governo. Murison afirma que na noite de 9 de janeiro de 69 d.C., Galba recebeu uma carta do procurador imperial Pompeu Propinquo, instalado na Gália Bélgica, na qual o oficial lhe informou sobre o crítico caráter da Germânia. No dia seguinte, em 10 de janeiro, o Imperador decidiu a adoção de seu herdeiro imperial (MURISON, 1993, p. 62-3), mas sua performance não melhorou.

2.5.1 Episódio da Adoção: o herdeiro de Galba é descendente de triúnviros!

O processo de adoção no imaginário romano podia tornar o adotado o herdeiro não só dos bens físicos e materiais, mas membro de uma *gens*, um herdeiro dinástico e político que e passava a ser responsável pela manutenção da memória de seus antepassados. Assim foi com o caso de Otávio, que realizou a *consecratio* de seu pai e se declarou *divi filius*. Nesse sentido, o imaginário romano atribuía, durante o Principado, à figura do herdeiro o caráter de mantenedor da *pax romana*, que assegurava a hereditariedade dos magistrados imperiais e a ausência de Guerras Civis. Por isso, compreendemos esse acontecimento como um momento decisivo no

¹⁰⁹ Emílio Pacense é escolhido como comandante por Otão, e Júlio Fronto (TÁCITO. *História*. I, 87) chegou a ser tribuno militar do mesmo (TÁCITO. *Histórias*, II, 26) para fazerem guerra a Vitélio e às tropas da Germânia.

cenário político que estamos abordando. Ele não só dita a morte de um Imperador e de seu filho, mas também uma série de enunciados sobre a sociedade romana no cenário de 69 d.C.

Galba, então *princeps*, contava com a ajuda de dois apoiadores para a administração dos negócios, Tito Vínio, cônsul, e Cornélio Lacão, Prefeito do Pretório, ambos próximos amigos do Príncipe. Junto a eles, temos Ícelo, um dos libertos do Imperador, transformado em equestre pelo soberano, que adotou o nome de Marciano, se tornou um dos indivíduos mais influentes no seu governo. Suetônio afirma que apesar de Vínio e Lacão serem sujeitos odiosos, Galba se fazia um “excelente Príncipe, mas suas boas ações não lhe granjeavam tanto reconhecimento quanto as más o faziam odioso” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 14, 1-2). Contudo, Tácito atribui ao poder destes indivíduos uma pesada carga pejorativa, chegando a afirmar que “a fraqueza de Galba reforçava as ambições dos amigos, escancaradas para uma grande fortuna já que em alguém fraco e covarde se cometeria uma falta com menor medo e com maior benefício” (TÁCITO. *Histórias*, I, 12, 3).

Assim, elevado a pauta da adoção para o círculo íntimo de Galba, isso parece ter criado um verdadeiro debate sobre quem deveria suceder o imperador, buscando tensionar o poder conforme seus interesses políticos. Vínio tensionou a favor de Otão, pois além de amigos, Vínio tinha uma filha solteira que pretendia casar com o herdeiro imperial (TÁCITO. *Histórias*, I, 13). Enquanto Lacão e Ícelo acordavam em apoiar qualquer um que não fosse Otão, por motivos não muito claros. O escolhido para ser o herdeiro de Galba veio a ser Pisão, e não o jovem Otão. Mas porquê? Para Wellesley se tratava de Otão considerar uma falta de caráter colocar alguém que o apoiou em seu levante contra Nero, como se escolhesse meramente por seu apoio político. Ademais “o homem era manipulador, egoísta, vaidoso e um caçador de popularidade. Ele vestia uma peruca, colocava perfume em seus pés e na marcha para Roma se suspeitava de que havia se preocupado com sua aparência num espelho” (WELLESLEY. 2000, p. 17).

Com somente estes aliados vinculados a Galba, Ronald Syme afirma que o imperador estava isolado no poder e que lhe faltavam laços de amizades e parentesco e alianças para que pudesse melhor distribuir o poder entre seus apoiadores. A adoção, portanto, se tratou também de uma tentativa de trazer mais aliados à sua causa, um método legítimo de estabelecimento de alianças. Assim, Syme atribui a este isolamento político os oito anos que o Imperador passou na Hispânia enquanto governador. Assim, teve que recorrer a pessoas de amizades distantes para confiar cargos de seguranças, sendo Vínio somente legado na Terraconenses¹¹⁰. Lacão

¹¹⁰ Nordeste da atual Espanha.

apesar de Prefeito do Pretório não passava de um oficial atrelado ao governador, e o outro se limitava a um liberto.

Definindo brevemente a adoção, devemos afirmar que esta existia legalmente na sociedade romana desde o início do período republicano e sua criação remetia às Leis das Doze Tábuas. Hugh Lindsay, em seu trabalho *Adoption and Heirship in Greece and Rome*, observa que a “adoção provia um método conveniente para aqueles sem herdeiros de escolher entre um parente próximo, filho de um amigo, durante seu tempo de vida, para preencher sua posição” (LINDSAY, 2011, p. 359). Ao contrário do usual no Ocidente moderno, a adoção de adultos no período era mais usual e não visava a criação da pessoa, mas a transmissão de sua herança e de sua linhagem e também a ascensão de alguém responsável pelos ritos fúnebres após sua morte. Importante notar que a adoção no mundo romano em comparativo aos gregos era menos comum devido ao ativo papel das mulheres na sociedade, pois era quase comum recorrer ao lado feminino para perpassar a linhagem caso ela tivesse um filho, como foi o caso de Agripina, mãe de Nero. Assim, Lindsay demonstra no decorrer da obra que, tanto na sociedade romana quanto na grega, a adoção tinha um papel muito prático no âmbito familiar, mas também cumpria um papel imprescindível no ambiente político e imperial.

O ato da adoção foi decisivo nos rumos do Império, como vemos neste trabalho. Houve as adoções de Júlio César, sendo a mais marcante a de Otávio, que se proclamaria o mais legítimo de seus herdeiros. A adoção após isso se tornou não só um apetrecho familiar, mas de manutenção e perpetuação de poder entre as famílias imperiais. Houve o notório caso da adoção de Tibério por Augusto, e a tentativa de Galba de permanecer no poder em 69 d.C. ao adotar Licínio Pisão. Mas porquê em tempos de crise se optava por adotar em vez de eleger algum notório do Senado ou das magistraturas provinciais? De acordo com Veyne a resposta a esta pergunta se dava a partir do seguinte pretexto: “todo imperador tinha o direito (e quase o dever) de transmitir o trono a seu filho natural ou adotivo – e, na ocasião oportuna, reivindicava tal direito.” (VEYNE. 2013, p. 2-3).

Lindsay demonstra que havia um certo tipo específico de adoção para se criar um herdeiro. A *adoptio* visava exclusivamente transferir não só os bens, mas também a linhagem dinástica para o adotado. Neste modelo de adoção, o *pater familias* cedia o seu direito de vida e morte¹¹¹ sobre seu filho a outro *pater familias*, em muitos casos um amigo. Era necessário

¹¹¹ Pois como é dito no mais sagrado conjunto de leis romanas, “O pai terá sobre os filhos nascidos de casamento legítimo o direito de vida e de morte e o poder de vendê-los” (*The law of the twelve tables*. Tábua IV, 2).

que o adotado ficasse sob a tutela do pai adotivo, ou seja, sob o *patria potestas*¹¹². Esse modo de adoção era usual entre os membros da elite em “preocupação com o *pedigree* e a reputação tanto quanto para a aquisição de vantagens políticas acompanhadas de mudança de *status*” (LINDSAY, 2011, p. 358).

Havia também outro modelo de adoção chamado *adrogatio*, que visava a abdicação do culto familiar do adrogado para se inserir imaginativamente na família do adrogador, sendo herdeiro universal de sua nova família. Esse processo acontecia em uma reunião tradicionalmente redigida pelo *pontifex maximus*, a maior autoridade religiosa do império junto de 30 *lictors* que eram responsáveis pelo julgamento do caso e por imbuir de autoridade religiosa o processo. Quanto aos requisitos o adotante deveria ser idoso, passado dos sessenta anos, não ter filhos, não adotar mais de uma vez e também não adotar quem fosse mais rico. (ALMEIDA, 2014, p. 75 – 78; LINDSAY, 2011, p. 359). Percebemos que o processo de Galba se trata de uma adrogação, pois como apontado por Murison, Galba em 69 d.C. era cônsul e *Pontifex Maximus*, o que lhe dava pretexto legal para fazer qualquer coisa neste sentido sem muitos problemas. Este episódio também é importante, pois como aponta Murison, “o anúncio da adoção, que deu precedência aos soldados do que ao Senado e ao Povo reflete a realidade política e foi o elemento chave da adoção de Piso por Galba (MURISON, 1993, p. 73).

Devemos evidenciar também que Otão era um aliado de Galba, e que quando o velho governador foi aclamado ao Império, foi um dos primeiros a se levantar a favor do novo Imperador (TÁCITO. *Histórias*, I, 13, 6), mas evidentemente não se mostrou um aliado fiel e se aproveitou da má performance do Príncipe para usurpar seu poder. Portanto, conforme afirma Syme, “um novo Imperador requer firmes alianças e partidários úteis. Galba não estava bem servido [...] E também não estava Sérvio Galba equipado com suporte familiar ou de parentesco” (SYME, 1982, p. 460). Desta maneira, podemos reforçar também a importância dos laços familiares para a composição da atuação e da cena política. A família, casamentos e os laços parentescos também eram recursos que podemos reconhecer como fachadas usadas para se justificar e estabelecer o poder no cenário político de 69 d.C.

O que viria a ser filho adotivo de Galba é descrito como sério, inteligente, de boa família, robusto e de boa idade, enquanto Otão é descrito como alguém luxuoso, vicioso e até afeminado (TÁCITO. *Histórias*, I, 13-15; DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 8, 2 e XLIII, 5, 2). No cenário político da Guerra Civil de 69 d.C. e findados os descendentes do

¹¹² Poder paterno.

Divino Augusto após a morte de Nero, Licínio Pisão é indiscutivelmente um jovem de nobre linhagem da melhor qualidade, sendo um dos poucos a superar Galba neste posicionamento social. É provável que este Pisão tenha algum grau de parentesco com Pisão Calpúrnio, da Conspiração Pisoniana de 65 d.C., porém pertence a uma hereditariedade diferente¹¹³. Este é descendente de triúnviros, pertencendo por parte de pai aos Licínios Crassos Frugi e por parte da mãe às linhagens de Pompeu, Escribônia e Libo¹¹⁴. Desta maneira, Pisão poderia reclamar ancestralidade através do imaginário aos mais notórios da República. A linhagem patrícia de Pompeu, junto da plebeia, mais *nobile* de Crasso, significava muito se adicionada aos Sulpícios e Lutácios que facilmente se mesclam com as alianças e a linhagem estabelecida por Augusto a partir da aliança Júlio-Claudiana. Diante destes apontamentos, como podemos compreender estes indivíduos extraordinários como pequenos Imperadores? Afirmar isso é superestimar Augusto e seus descendentes e também criar uma história política enviesada, pois estes não foram os únicos a terem notoriedade política e social no primeiro século do Principado.

Pisão, todavia, não era descendente direto de Marco Licínio Crasso, como demonstra Ronald Syme (1960), em *Piso Frugi and Crassus Frugi*. Podemos perceber que se trata de laços que envolveram a *adoptio*, mas a naturalidade com que Tácito evidencia pelo discurso de Galba a descendência de Pisão, reforça que pouco importava o laço sanguíneo, pois a adoção romana se tratava de uma instituição baseada nas tradições religiosas e na herança memorialística. Portanto, como demonstra a Tabela 1 em nosso apêndice, Marco Licínio Crasso teve dois filhos, um que se estabeleceu como questor em 54 a.C., chamado Marco Crasso¹¹⁵, e outro que chegou ao consulado em 58 a.C., chamado Públio Crasso (SYME, 1980, p. 405). Crasso, o questor casou com uma ilustríssima Metela por volta de 62 ou 63 a.C., e tiveram um filho de mesmo *nomen*¹¹⁶ que chegou ao posto de cônsul em 30 d.C., que adotou um Piso Frugi. Após a adoção de Piso Frugi, este passou a se chamar Marco Crasso Frugi (SYME, 1980, p. 408; SYME, 1960, p. 12). Este Marco Crasso Frugi se casou com uma *ignota*, como podemos ver na tabela e tiveram um filho também de mesmo *nomen*, Marco Licínio Frugi¹¹⁷, e que ao que tudo indica

¹¹³ Provavelmente Pisão Calpúrnio advém da linhagem de Piso, o *Pontifex*, como aponta Ronald Syme em *The sons of Piso the Pontifex* (SYME, 1980, p. 335).

¹¹⁴ Ver tabelas 1 e 2 nos anexos.

¹¹⁵ Júlio César teria-o como Governador da Gália Cisalpina em 49 a.C. (SYME, 1980, p. 407).

¹¹⁶ Esta era filha de Quinto Cecílio Metelo Creto (cônsul em 69 a.C.), descendente de Quinto Cecílio Metelo (cônsul em 206 a.C.). Ou seja, Pisão também estava ligado à *gens* Metela (SYME, 1989, p. 505)

¹¹⁷ Cônsul em 27 a.C. (TÁCITO. *Anais*, IV, 62, 1).

é o pai biológico de Pisão, com Escribônia Libone, como podemos ver na Tabela I de nossos anexos.

Devemos reconhecer que o fato deste Pisão se casar com uma Escribônia realmente é um feito de destaque, pois, como dito, os casamentos *nobiles* não se limitavam aos laços matrimoniais, mas representavam alianças políticas e econômicas. Apesar de não nos propormos a analisar isso de perto agora, talvez este casamento signifique já um provável declínio da dinastia Júlio-Claudiana nos idos de Cláudio e a contestação da ancestralidade augustana, principalmente pelo fato desta ser filha de Pompeu Magno e de linhagem importantíssima também por parte dos Libones¹¹⁸. Tanto é que Pisão teve dois dos seus irmãos mais velhos mortos, Pompeu Magno¹¹⁹ e Crasso morreram pelas mãos de Cláudio e de Nero, respectivamente (TÁCITO. *Histórias*, I, 48,1-2).

Desta maneira, passamos a perceber como se deu a adoção de Pisão por Galba e quais os enunciados podemos retirar dos acontecimentos que se seguem. Galba teria decidido por adotar Pisão ao invés de Otão. Tácito narra o suposto discurso que Galba teria feito quando declarou o jovem romano o seu herdeiro:

Então conta-se que Galba, tomando a mão de Pisão, falou desta maneira: ‘Se eu como particular te adotasse, por meio da Lei Curiata diante dos pontífices, segundo o costume, para mim seria honroso aceitar a descendência de Gneu Pompeu e Marco Crasso em meus penates, e para ti seria notável ter acrescentado as glórias de Sulpícia e de Lutácia à tua reputação; assim com o consenso dos deuses e dos homens, fui chamado para o Império, e a tua notável índole e o teu amor à pátria impeliram-me para que eu ofereça a ti, que és tranquilo, o principado, a respeito do qual os nossos maiores lutavam com as armas e que eu obtive com a guerra [...]. Todavia Augusto buscou o sucessor na própria casa; eu, na República, não porque não tenha parentes ou companheiros de guerra, mas porque nem eu próprio aceitei o Império por ambição e seja prova da minha palavra não só os meus familiares, os quais pus em segundo lugar em relação a ti, mas também os teus. [...] Tens um irmão em semelhante reputação, mais velho, digno para esta fortuna, se tu não fosses melhor tal é a tua idade que já terá desprezado os desejos da mocidade, esta a

¹¹⁸ Ver Tabela 2 nos anexos.

¹¹⁹ Era casado com a filha mais velha do Imperador Cláudio e foi ordenado à morte pelo próprio sogro (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Vida de Cláudio, 29).

vida pela qual não tenhas que se justificar o passado’ (TÁCITO. *Histórias*, I, 15, 1-6).

Terminado o discurso de adoção e finalizada a adoção, Tácito discorre sobre a figura de Pisão que

não apresentou nenhuma perturbação ou alegria de espírito, nem aos que imediatamente fixaram os olhos nele nem depois com os olhares de todos voltados para ele. Palavra respeitosa em relação ao pai e imperador, sobre si mesmo foi ponderado; nada alterado no rosto ou na postura, como se mais pudesse do que quisesse governar. Desde esse momento foi debatido se a adoção seria anunciada diante da Rostra¹²⁰, acaso no Senado ou porventura nos acampamentos. (TÁCITO. *Histórias*, I, 17, 1-3).

Neste trecho, Galba diante dos pontífices da religião romana discursa visando legitimar sua permanência no poder por meio da união de quatro grandes linhagens romanas, por parte de Galba a Sulpícia e a Lutácia e por parte de Pisão a de Gneu Pompeu e Marco Crasso, todas linhagens de notável nobreza para os valores romanos. Revelar isso em público era se trajar de uma fachada que buscava se legitimar através da linhagem, pela ancestralidade notória, que representava importante recurso simbólico para a elite romana (SYME, 1939, p. 495). Além disso, ele atua enfatizando o fato de não ter escolhido para sua sucessão alguém entre sua própria família e seus amigos, não por não possuir opções, mas porque entre todos, ele teria escolhido o melhor e mais qualificado para sucedê-lo no cargo imperial. Assim, através desta atitude, tendo conhecimento do complicado cenário que o cercava, tomou à medida que julgou ser necessária para a sua permanência na qualidade de Imperador.

Em seguida, Tácito descreve a reação do mais novo César, que performa de forma calma, sem se mostrar excitado. Em seguida, decidem juntos qual o palco deve ser escolhido para performar o anúncio da adoção. Tácito apresenta três opções, três cenários diferentes que possuem plateias diferentes. A primeira é a Rostra, local público onde se faziam os discursos para a plebe, o segundo é no Senado, local que representa o poder da elite e da reminiscência republicana, e o terceiro são os acampamentos militares, onde ficavam estacionadas as tropas. Diante de qual poder escolhem Galba e Pisão performar? Qual poder buscariam tensionar a seu favor? Tácito logo afirma que

¹²⁰ Rostra ou Colunas Rostrais eram usadas para fazer também Tribunas Públicas no Fórum.

Pareceu ser conveniente dirigir-se aos acampamentos: isso deveria ser honroso para os soldados, cujo favor era obtido infelizmente por meio de suborno e intriga, de tal maneira que por boas maneiras não devendo recusar-se tal fato. Entretanto a expectativa pública, impaciente com o grande segredo, havia sitiado o Palácio, e aqueles que ocultavam uma notícia mal abafada a aumentavam (TÁCITO. *Histórias*, I, XVII, 4-5).

Tácito nos permite evidenciar um fator importantíssimo neste cenário de 69 d.C.: a crescente importância das tropas no jogo político. O fato de Galba, mesmo com suas ditas inclinações republicanas, ter escolhido os acampamentos para anunciar a sua adoção, demonstra o poder que as tropas pretorianas detinham no jogo político. Isso evidencia nesta configuração que chamamos de Principado que apesar dos senadores serem fator importante no complexo cenário de tensão de poderes, já não possuem os mesmos mecanismos de adesão como na República, pois o poder passou a residir cada vez mais no fator bélico, sobretudo na figura do general, performances que Galba e Vespasiano buscaram endossar.

2.6 A Conspiração de Otão

Apesar da biografia de Otão ser desenvolvida somente no capítulo seguinte, vemos a necessidade de dissertar previamente sobre a figura de Otão, pois o início do protagonismo de Otão se entrelaça com o fim do de Galba, visto que o jovem e seus aliados foram os principais atores e responsáveis pela morte do Imperador Galba e de seu herdeiro. Portanto, as ações de Otão no que diz respeito à vida de Galba serão introduzidas neste momento embora os aspectos mais detalhados de sua vida e de seu governo constarão no capítulo seguinte.

Como dito, Otão tramava uma conspiração contra Galba, sobretudo por já se imaginar enquanto César e futuro Imperador após a morte de Galba e também por motivos materiais. O jovem, já decidido, precisava agir arditamente, pois a qualquer momento poderia ser morto, mas decidiu tomar atitude o quanto antes, se aproveitando da *auctoritas* vacilante de Galba¹²¹ e enquanto Pisão não se estabelecia enquanto César, pois as transições de poderes eram oportunas para grandes empreendimentos (TÁCITO. *Histórias*, I, 21, 4-5). Tácito também

¹²¹ “Otão poderia ser morto: por isso era preciso agir e com audácia, enquanto era vacilante a *auctoritas* de Galba e a de Pisão ainda não estivesse enraizada” (TÁCITO. *Histórias*, I, 21, 4). Enfatizamos o uso do termo *auctoritas* por Tácito, pois é evidente que a velhice de Galba e o descontentamento das tropas pela ausência de donativos comprometeu seu caráter e suas virtudes aos olhos dos soldados, e consequentemente, o seu comando. Além disso, Pisão por ter sido adotado apenas poucos dias também não teve chance de se exibir e performance diante das tropas, afim ampliar sua autoridade. *Auctoritas* deve ser reconhecida não só como soberania militar, mas também de caráter.

revela que Otão já pretendia há algum tempo o cargo Imperial, e já performava de acordo com sua ambição. Segundo o autor romano, Otão

já há muito tempo havia atraído para si as afeições dos soldados com vistas à esperança da sucessão ou com vistas à preparação do atentado: no caminho, na marcha do exército, nas paradas, ele chamando por nome os mais antigos dos soldados e nomeando-os de camarada, numa lembrança da comitiva neroniana; reconhecia alguns, perguntava por outros e ajudava com dinheiro ou com favor, introduzindo muitas vezes queixas, conversações ambíguas a respeito de Galba e outros motivos para a agitação do soldado (TÁCITO. *Histórias*, I, 23,1).

Essa passagem demonstra de forma muito evidente o que categorizamos por performance política. Otão, visando atingir o poder, buscou conquistar para si o poder mais importante na capital durante cenário político de 69 d.C. As atitudes de Otão são muito mais do que orgânicas, são propositais e pensadas. Seu desejo de poder, pelo motivo que fosse, o conduziu a tomar determinadas atitudes, como cortejar os soldados, chamá-los por seus nomes e também estabelecer um certo grau de proximidade e intimidade, chamando-os de camaradas. Não somente, mas é responsável por implantar parte do descontentamento contra Galba, por quem queria ser adotado.

Com o ânimo das tropas urbanas e dos auxiliares estacionados em Roma abalado¹²², Otão decide no dia 15 de janeiro colocar em prática um plano que havia orquestrado. Aconteceu da seguinte forma, segundo a documentação textual analisada. Galba, como de costume, oferecia um sacrifício diante do templo de Apolo¹²³; ali, as vísceras revelavam um mau agouro e que alguém estava tramando contra a vida do Imperador e que se tratava de um inimigo doméstico. Otão foi ao encontro do Imperador naquela manhã, e Galba o recebeu com um beijo, pois era do círculo íntimo do Imperador. Dissimulando, Otão interpretou internamente os auspícios ruins contra Galba como sendo boas notícias, pois naquela manhã o novo Imperador seria aclamado. E de novo Tácito coloca Otão como um performer, pois não muito depois, o seu principal liberto, Onomasto, anunciou que haviam chegado um arquiteto e alguns construtores, seus consultores numa suposta compra de uma casa. Este era na verdade o sinal

¹²² Tácito conta que as promessas de Sabino sobre os donativos haviam sido adiadas, neste momento nos encontramos em janeiro, já havia passado seis meses da morte de Nero, em junho do ano anterior (TÁCITO. *Histórias*, I, 25, 3-4). Este era o principal motivo das insatisfações das tropas estacionadas em Roma

¹²³ De acordo com Suetônio, se tratava do Templo de Saturno (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Vida de Otão, 6)

de que o plano estava pronto e estava para ser executado, o arquiteto eram seus partidários e os construtores, os soldados, pois estavam ali para construir um novo Imperador (TÁCITO. *Histórias*, I, 27; SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão,1; DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 5, 1-3). Otão fingindo ir ver a suposta casa, se encaminhou na verdade para os acampamentos e lá vinte e três soldados da guarda da cidade saudaram-no como Imperador. Mais soldados, ao longo do caminho até o acampamento, entraram no golpe (TÁCITO. *Histórias*, 27,2). Suetônio apresenta uma versão vergonhosa e quase cômica da aclamação do Otão, pois narra da seguinte forma:

Escondendo-se apressadamente numa liteira de mulher, dirigiu-se para o acampamento; quando os carregadores ficaram esfalfados, desceu e pôs-se a correr; suas sandálias, porém, se desamarraram e precisou deter-se; então os companheiros, sem mais esperar, tomaram-no aos ombros e o saudaram imperador. Chegou à praça de armas rodeado de soldados que o aclamavam de gládio em punho, pois todos os que ia encontrando juntavam-se a ele, como se houvessem sido cúmplices e partícipes da conjura. Dali, mandou tropas para matar Galba e Pisão (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 6)

Nos quartéis, Tácito afirma que já não haviam mais indecisões entre os soldados, dado ardor das tropas, os soldados rasos diziam para que se vigiassem os comandantes. Otão, conseguindo ali mesmo o juramento da legião e das armadas navais, teria proferido o seguinte discurso, nos quais Tácito nos lista todos os motivos pelos quais Galba foi substituído em seu papel por Otão:

“Como eu proceda em relação a vós, companheiros de armas, não posso afirmar, porque nem ousa me chamar simples cidadão, eu que foi denominado príncipe por vós, nem ousa me chamar de príncipe, com outro governando. [...]. De tal maneira se evidencia que não podemos morrer nem nos salvar a não ser em conjunto; a doçura é própria de Galba, acaso já se comprometeu, visto que ele tenha massacrado – sem ninguém reclamando – milhares de soldados absolutamente inocentes. O horror surge em meu ânimo todas as vezes que recorro o começo funeste e esta única vitória de Galba: como ante os olhos da cidade ordenasse serem dizimados aqueles que suplicando se entregaram, os quais ele havia recebido em juramento. Com estes auspícios entrou na cidade, que glória ele trouxe para o principado a não ser a de

Obultrono Sabino e a de Cornélio Marcelo mortos na Hispânia¹²⁴ [...]. Que província, que acampamentos, em qualquer parte, estão a não ser ensanguentados e corrompidos ou, como ele próprio proclama, castigados e corrigidos? Pois aquilo que outros chamam das ações criminosas, ele chama de remédios, enquanto com falsos nomes nomeia severidade ao que é violência, economia ao que é avareza, disciplina a punições e a vossas repreensões. São sete meses da morte de Nero e Ícelo já saqueou mais do que o Policletos, os Vatínios e os Egíalos tomaram¹²⁵. Com menor avareza e licenciosidade teria procedido Tito Vínio se ele próprio tivesse governado: atualmente não só nos considerou subjugados como se fôssemos seus, mas também desprezíveis como se fôssemos estranhos. Só sua casa é suficiente para o donativo que a vós nunca se concede e que diariamente se lança na cara. E para que nem sequer houvesse esperanças no sucessor de Galba, manda vir do exílio quem, devido ao aspecto sombrio e à avareza, julgava o mais semelhante a ele mesmo; por meio de uma notável tempestade vistes, companheiros de armas, que os deuses desprezam a infeliz adoção. É o mesmo ânimo do Senado, é o mesmo o do povo romano; [...]. Não vos chamo para a guerra nem para o perigo: as armas de todos os soldados estão conosco. Nem uma única coorte civil defende neste momento Galba, mas o detém; logo que vos veja, logo que receba meu sinal, somente esta será a batalha: quem me atribua o maior mérito. Não há nenhum lugar para a hesitação neste projeto, que nada pode ser louvado a não ser se levado até o fim” (TÁCITO. *Histórias*, II, 37, 1-10).

Desta forma Otão/Tácito condensa os motivos para a usurpação de Galba, e as características que detinha para ser ele um péssimo Imperador, apesar de sua fama como militar e de seu ranque social. Otão reforça, no discurso, reforça o aspecto avarento e cruel de Galba, citando os momentos e os nomes de quem foi assassinado. Também deslegitima a adoção de Pisão, que qualifica como infausta, devido à uma tempestade que ocorrera, e ilegítima pelo fato de o Imperador ter escolhido alguém tão péssimo e parecido como ele mesmo., que não tardaria

¹²⁴ Sabemos que Obultrono provavelmente é da Ordem Senatorial e, ao tempo de Nero, temos certeza de que fora Questor do Erário, responsável pelas finanças do Império. (TÁCITO. *Anais*, XIII, 28, 3)

¹²⁵ Eram servidores de Nero. Policreto foi um liberto de Nero e com largos poderes sob o governo seu governo. Sobre Vatínio Tácito comenta que era “uma das grandes monstruosidades da corte de Nero. Sendo aprendiz de sapateiro, e corcovado, mas homem muito jovial e engraçado, fez sua primeira entrada na corte como bobo e subiu depois a tal valimento como delator de todos os cidadãos virtuosos, que pelo crédito, riquezas e meios de fazer mal chegou a exceder em perversidade ainda aos mais eminentemente perversos (TÁCITO. *Anais*, XIV, 39; XV, 34).

a ser cruel e avarento como o próprio Imperador ao sucedê-lo. O trecho também nos ilustra bem o pensamento e o comportamento de Galba, que preferia agir como um general republicano, duro e tradicional, que preferia por punir em vez de pagar, chamando de “remédio” tais “crimes” em vez de se performar como um benfeitor das tropas.

Júlio Marcial era quem conduzia a guarda nos acampamentos. Tácito não apresenta certeza se ele entrou na revolta por medo da morte ou por já estar inserido na conspiração, mas fato é que também foi o responsável por fornecer a maioria como apoio de Otão, assim como os demais tribunos e centuriões pelas suas insatisfações ou por atraí-los com promessas (TÁCITO. *Histórias*, I, 28, 1; DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 6).

Em seguida, ao fim do dia, Otão fez sua entrada no Senado, atuou dizendo em poucas palavras que havia sido arrebatado na rua e constrangido a assumir o poder, mas que o exerceria segundo a vontade de todos (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 7). Desta maneira, percebemos a importância da atuação para a dissimulação na tentativa de criar um consenso em torno da aclamação de Otão. Sua postura de que foi constrangido a assumir o poder pela vontade dos seus, e não pela sua própria, nos revela a tentativa de atingir um *consensus* perante a elite senatorial em torno da sua aclamação.

A trama foi descoberta por Pisão, que discursou as seguintes palavras diante dos degraus do Palácio:

Seis dias se faz, companheiros de armas, desde o qual, desconhecedor do futuro e se era para ser desejado ou temido este nome, fui escolhido César; e em que situação o destino da minha família ou da República, isso foi posto em vossa mão, não porque devido ao meu nome recearei um acontecimento mais desagradável, dado que fui experimentado de forma extrema nas situações adversas, que eu aprenda que nem sequer nas situações favoráveis há menos perigo: lamento a sorte de meu pai, do senado e do próprio Império, se por nós hoje é necessário morrer ou, o que é igualmente lamentável entre os bons, matar. Da última sedição tínhamos o consolo: a cidade não ensanguentada e as situações políticas transformadas sem discórdia; parecia previsto que, com a adoção, nem sequer existiria depois de Galba pretexto para a guerra. Não arrogarei nada de nobreza ou de moderação; com efeito em comparação com as de Otão não é necessário o relato das minhas virtudes. Seus vícios, dos quais somente se vangloria, derrubaram o Império quando também agia como amigo do imperador. Acaso ele mereceria o Império devido ao hábito e ao

modo de andar ou devido àquele embelezamento de mulher? Enganam-se aqueles aos quais a luxúria ilude com uma aparência de liberalidade; ele saberá gastar inutilmente, mas não saberá doar. Agora ele desejou em seu ânimo não só adultérios como também encontros e orgias com mulheres; crê esses os prêmios do principado, cujo desejo e prazer estejam nas próprias mãos, mas a vergonha e a desonra nas mãos de todos; ninguém com efeito alguma vez governou com boas obras um Império adquirido por meio da infâmia (TÁCITO. *Histórias*, I, 29-30).

E termina seu discurso afirmando que “nem é mais o que se oferece pela morte do príncipe do que aquilo que se oferece aos que são inocentes, mais receberéis assim de nós o donativo pela fidelidade, o mesmo que os outros pelo crime” (TÁCITO. *Histórias*, I, 30, 11).

Importante Tácito denotar que tal acontecimento ocorreu nos degraus do Palácio pois como demonstrado por Luciene Munhoz de Omena e Altino Silva, toda cidade possui repercussão no imaginário de seus moradores e com Roma, capital do Império, não seria diferente. A cidade não é somente um amontoado de pedras, mas suas ruas, construções e monumentos possuem valor simbólico no imaginário de quem a contempla. Portanto, a cidade de Roma deve ser compreendida também como teatro político, e seus monumentos funcionam como um meio amplificar o alcance do discurso (OMENA; SILVA, 2008, p. 14-15). Assim, este longo trecho discursado por Pisão nos degraus do Palácio Imperial, no coração da cidade de Roma, fica evidente o uso do espaço urbano para ampliar a sua autoridade, e amplificar o alcance de legitimação da sua fachada masculina, virtuosa e qualificada que se contrasta de forma quase antagônica ao desqualificado Otão, que por seu julgamento possuía uma fachada feminina, luxuosa e desvirtuada.

Se pronunciar às escadas, da mesma forma que os antigos no período da República, nos dá indícios de que Pisão seria equilibrado e isso traria a harmonia que o Império Romano precisava. Já Otão, que supostamente propagava uma falsa liberdade, com sua feminilidade traria mais desordem do que estabilidade, além de que, por sua luxúria, gastaria mais com sua pessoa e com sua vaidade do que com o povo romano. Tudo isso no cenário político imperial faria de Pisão um ator mais qualificado que o seu antagônico Otão. Novamente vemos o recurso aos valores morais da sociedade romana sendo utilizado numa tentativa de estabelecimento e legitimação. Contudo, se este discurso de Pisão realmente aconteceu, ou uma fração dele, já era tarde demais. As graças das tropas já estavam a favor de Otão. O descontentamento criado por Galba pelo adiamento do donativo, seu isolamento familiar, parental, e consequentemente

político, e seus comportamentos de excessiva tirania e falta de clemência foram suficientes para que fosse usurpado do poder. No fim de seu discurso, como vimos, Pisão tenta persuadir com promessas do pagamento dos donativos, mas neste momento era mais fácil assassinar o velho Imperador do que confiar a ele o pagamento e, principalmente, o perdão, pois vários pretorianos já haviam morrido ou perdido seus postos ao longo de seu governo.

Não percebemos na Conspiração de Otão a real causa da morte de Galba, muito menos o fato dele ter adotado Pisão em vez de Otão. Defendemos que foi a performance adotada por Galba e sua má compreensão do cenário político que levaram à sua morte. A fachada de um general de extremo rigor, combinada com sua avareza, tanto por não ceder os donativos aos guardas pretorianos e por seu largo número de assassinatos em seu primeiro governo formaram uma péssima performance para Galba. Apesar da dupla Galba Augusto e Pisão César¹²⁶ comporem a melhor linhagem desde os casamentos dos fins da República, entendemos que suas performances, sobretudo a do Imperador Galba, não foram as necessárias para se estabelecerem no cenário político de 69 d.C.

Portanto, é inegável que a ancestralidade em todas as documentações é algo simbolicamente fundamental para a aquisição de poder no Império Romano. A descendência dos familiares certos facilitava a aquisição de cargos públicos e as heranças se mostravam importantes, pois além do *nomen* e das riquezas, incluíam laços pessoais, como a associação com a família imperial precedente¹²⁷, o que facilitaria as vias na escalada do *cursus honorum*, assim como laços de *amicitia*, patronato/clientela, libertos e escravos. Todavia, o evento de 69 d.C. é a prova de que para ascender e se manter no cargo imperial, mais importante do que a ancestralidade era a performance no governo, os atos que demonstravam a capacidade administrativa do Imperador, a efetivação das alianças necessárias, o estabelecimento dos acordos corretos, a indicação dos homens certos para os cargos adequados.

¹²⁶ Como aponta Goldsworthy, após a morte de Júlio César, seu nome passou a ser usado por todos os imperadores – ou relativos – mesmo sem laços de parentesco. Seu nome se tornou um título que simbolizava um poder supremo e legítimo (GOLDSWORTHY, 2006, p. 1). César vai ser o título concedido aos dois filhos de Vespasiano, Tito e Domiciano, para indicar sua proximidade com o Augusto.

¹²⁷ Galba, como é mencionado, cresceu na corte augustana, junto com Tibério, e conheceu Otávio Augusto pessoalmente, como narra Suetônio. Num suposto presságio, Augusto teria dito as seguintes palavras a Galba quando este era criança: “também tu, filho, gozarás de nosso poder” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 4). e teria se relacionado com Lúvia, que lhe concedeu favores (PLUTARCO. *Vidas Comparadas*. Vida de Galba, 3,2) e sido gracejado por Agripina (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Vida de Galba, 5), esta, provavelmente a pessoa mais importante no fim do Principado de Cláudio e no início do de Nero

O *imperium* e o governo provincial já não eram exclusividade dos membros descendentes das antigas famílias. Há o fato também de que o Egito, região importante do Império, pois tinha função primordial no fornecimento de trigo para a capital, foi apropriado como um protetorado por Augusto. O líder dos Júlio-Claudianos, diferente do usual, passou a encarregar não Governadores Provinciais de status *nobile*, mas membros da ordem equestre que respondiam direto ao *Princeps* para administrarem as terras egípcias, conduzindo as rendas para o erário do Imperador e não para o cofre do Estado no *aerarium Saturni* (TÁCITO. *Histórias*, I, 11, 1). Todavia, percebemos que se trata exatamente de um eclipse, não de um completo esgotamento dos *nobiles*. Na Guerra Civil de 69 d.C., percebemos como havia ainda indivíduos, para além dos Júlio-Cláudios, que podiam ambicionar o poder Imperial. Por isso relegar toda a autoridade aos membros destas Dinastias é simplificar o cenário político a um jogo de tensão unilateral. Não compreender outros atores que também podem se tornar protagonistas seria não inserir a Guerra Civil de 69 d.C. neste contexto, e acabar por escrever uma história quase medíocre.

Assim, os acontecimentos descritos devem ser compreendidos como uma verdadeira “pepita de ouro” no Principado. O ano de 69 d.C. vem para nos evidenciar que a instabilidade republicana não acabou com Otávio Augusto e que a reconfiguração de República para o Principado ainda estava em andamento em 69 d.C. Houve um constante processo de renovação e eliminação de ilustres para tentar se permanecer no estado de concórdia, numa tentativa falha de retirar os mais ilustres do jogo político. Evidencia também que havia um modelo muito específico de governante, que não era nem exclusivamente um *Imperator*, nem somente um *Princeps*, mas um performer que conciliava os dois. O imperador deveria enquanto general respeitar os laços tradicionais de clientela com as tropas, e também respeitar a elite senatorial e os *nobiles*, performando enquanto um primeiro cidadão. Este foi um processo iniciado por Augusto, mas que não foi concluído por ele, pois seus descendentes não performaram de acordo. Vespasiano é quem iria estabelecer o modelo criado por Augusto e compreendeu o cenário suficientemente bem para atuar enquanto um membro do generalato, pelas reminiscências do fim da República, mas sob a fachada de um *Princeps*, para se estabelecer e formar sua Dinastia Flaviana.

O *imperium* na *Urbs*, ou seja, o domínio da Guarda Pretoriana também pode ser reconhecido como a principal forma de tensionar o poder na capital do Império neste momento. Sem o apoio das tropas militares da cidade, Otão jamais teria realizado a sua conjuração e o maior erro de Galba foi não agradar e não controlar os oficiais encarregados delas. Além disso,

devemos relatar a diferença entre esta conspiração e aquela no início deste capítulo, a Conspiração Pisoniana. Acontece que a conspiração de Otão não foi um ato consensual entre a elite romana e os membros do Senado. O Imperador, como demonstrado ao longo da narração dos fatos, tratou diretamente com os oficiais militares. Não é mencionado na documentação um grande número de membros ilustres que desejassem derrubar Galba, mas apenas os setores insatisfeitos, que sabendo da revolta na Germânia, ficaram ainda mais instigados em não querer lutar pelo Imperador Ancião.

Dito isto, vamos narrar o fim da Conspiração Palaciana de Otão e as mortes de Galba e de seu herdeiro. O Imperador após o discurso de Pisão se encerrou no Palácio Imperial com seus aliados políticos, Tito Vínio, Ícelo, principal liberto e secretário de Galba, Lacão, o Prefeito do Pretório, e seu filho adotivo. Galba, após discussões sem saber que medida tomar, enviou Pisão aos acampamentos para tentar dissuadir as tropas (TÁCITO. *Histórias*, I, 34, 1-3). Contudo, o César logo ouve um rumor de que Otão fora morto. Não se sabe ao certo se esse rumor foi implantado pelos otoninos para atrair Galba para fora do Palácio, mas um cavaleiro apareceu diante do Imperador, com um gládio banhado em sangue, e afirmou que o sangue era do traidor Otão. O imperador, por sua vez, teria perguntado ao cavaleiro: “com ordem de quem você fez isso?”¹²⁸

De acordo com Ygor Klein Belchior os boatos em sociedades pré-literária ou pré-industrial “são imprescindíveis para organizar os grupos revoltosos e fomentar insurgências contra os poderes dominantes” (BELCHIOR. 2018, p. 28). Assim, podemos perceber que tanto o rumor, surgindo de forma orgânica ou planejada, pode ter um papel significativo no decorrer dos acontecimentos, podendo ser um ponto definidor, podendo ser considerados evidências históricas em contexto como os de Guerra Civil, e Belchior reitera que boatos podiam ter a mesma validade e confiabilidade de um testemunho escrito para autores como Suetônio (2018, p. 28). Assim, vemos que os boatos, enquanto um recurso literário, também devem ser considerados fontes de análises para se pensar tanto o discurso documental quanto acontecimento histórico em momentos de guerra civil, pois um desses rumores pode ter sido o

¹²⁸ Todas as três documentações apontam essa fala. Ela nos serve para ilustrar a severidade da performance de Galba diante da indisciplina militar, que, mesmo após ter notícia de Júlio Ático teria matado o traidor, não o deveria ter feito pois seu general, Galba, não o teria ordenado (TÁCITO. *Histórias*, I, 35, 2-3). Esse trecho nas documentações aparece em tom de denúncia, mas ilustra quão antiquada era este tipo de performance, que foi o motivo da ruína de Galba no início de seu Principado e estava presente até o seu último momento de vida.

responsável pela morte do Imperador Galba e outro quase possibilitou um massacre senatorial tempos depois no episódio da “Conspiração” contra Otão.¹²⁹

Mas o rumor cumpriu sua função e o Imperador andou pela cidade e se dirigiu ao Fórum¹³⁰, onde foi emboscado por cavaleiros e soldados, espancado e degolado. Na narrativa de Suetônio, o corpo permaneceu intocável até um soldado raso decepar a cabeça; já no relato de Dião Cássio, o corpo imperial, após ser abusado de diversas maneiras, teve sua cabeça cortada e empalada numa lança (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 19-20; DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 7, 3-4; TÁCITO. *Histórias*, I, XXXV e XL, XLI). Tácito comenta que “nem a visão do Capitólio, nem o sentimento religioso dos templos que estavam próximos, nem os antigos e os futuros príncipes” (TÁCITO. *Histórias*, I, XL) foram capazes de dissuadir a investida dos soldados sobre Galba, que “junto ao lago do Cúrcio e com o pânico daqueles que o levavam, Galba foi lançado para fora da liteira e se atirou para frente”, ali “Camúrio, soldado da Décima Quinta legião, teria trespassado o pescoço dele, afundado a espada. Os demais esquartejaram cruelmente as pernas e os braços e se acrescentaram numerosas feridas por causa da barbárie e da violência no já mutilado corpo” (TÁCITO. *Histórias*, I, 49, 2-7). Faleceu logo em seguida Tito Vínio, e o César por cinco dias¹³¹, Pisão, pagou com a vida por sua adoção, pois foi arrastado para a porta do templo e lá foi degolado (TÁCITO. *Histórias*, I, 43, 3). Diz-se que Otão não havia recebido nenhuma morte com maior alegria e que não examinou nenhuma cabeça com maior cuidado, pois acreditava que a morte de Pisão, seu adversário, era um direito humano e divino. Assim, sua cabeça encontrou a de seu pai espetada também numa vara e foram levadas entre os símbolos das coortes junto às águias das legiões (TÁCITO. *Histórias*, I, 44, 1-2).

Podemos perceber então que existe um relacionamento muito específico com o corpo e a morte de soberanos na sociedade romana. Michel Foucault aponta que “o corpo do rei não era uma metáfora, mas uma realidade política: sua presença física era necessária ao funcionamento da monarquia” (FOUCAULT, 1984, p. 145). Percebemos algo desta singularidade também no mundo romano, visto que Vespasiano sagrado Imperador, antes mesmo de ir para Roma ser

¹²⁹ Ver página 134, onde discorremos sobre uma sedição que iniciou por um rumo de que Otão estava por ser vítima de um golpe senatorial.

¹³⁰ Ou ao Capitólio, para oferecer mais sacrifícios (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 7, 3).

¹³¹ A adoção aconteceu no dia 10 de janeiro de 69 d.C. e sua morte e a de seu pai se deu em 15 de janeiro. Murison adiciona que os assassinatos e o golpe de Otão ocorreram de forma planejada e foram executados com grande rapidez (MURISON, 1993, p. 62).

oficializado pelo Senado, já acreditava ter seu corpo divino e fez práticas taumatúrgicas em Alexandria, na província do Egito. Portanto, não é exagero afirmar que o corpo imperial romano era revestido de uma fachada religiosa e misteriosa que implicava na prática taumatúrgica. Assim, no cenário da guerra civil, o corpo de um Augusto e de um César também tinham seu peso simbólico na vida prática. Para demonstrar soberania, não bastava matá-los; necessitava molestá-los e utilizá-los para afagar a necessidade de poder dentro de si. Como devia ser a sensação de maltratar o corpo morto do indivíduo mais poderoso que há pouco estava vivo? O que nos revela a prática de colocar as cabeças de um Augusto e de um César em lanças e sair mostrando-as, como num triunfo, exceto que não se tratavam de troféus de povos conquistados, mas sim de cabeças de atores políticos que há pouco atuavam plenas de vida? A plebe, portanto, cumpre papel importante nesse teatro, pois a encenação é feita para ela e para quem quer que ousasse se opor ao partido vencedor.

O corpo de Galba, de acordo com Tácito, ficou grande tempo abandonado e vulgarizado por mil escárnios. Foi o liberto de Árgio, um dos principais servos do Imperador, enterrou-o em uma humilde sepultura nos jardins privados do próprio imperador. A cabeça que estava pendurada e dilacerada pelos exércitos e criados, foi encontrada só no dia seguinte, exatamente no túmulo de Pátrobo, um liberto de Nero e que havia sido castigado por Galba. A cabeça foi postumamente adicionada ao corpo cremado do Imperador Ancião.

Assim, morreram Sêrvio Sulpício Galba¹³² e Lúcio Calpúrnio Pisão Frugi Licínio, este que sequer teve tempo de adicionar Sulpício ao seu nome ou de aparecer em cunhagens de moedas com seu pai Imperador¹³³. Esse foi o fim de uma Dinastia que poderia ser tão ilustre e estabelecida quanto a Júlio-Claudiana, mas que pereceu devido à performance odiosa de Galba aos militares estacionados em Roma. Ascendeu então Marco Sálvio Otão ao Principado. Nesta data também, dia 15 de janeiro de 69 d.C., é o verdadeiro início do ano de 69, o começo do Ano dos Quatro Imperadores.

Uma das primeiras medidas de Otão foi enviar uma delegação para informar sobre o novo Príncipe que fora aclamado em Roma e tentar trazer as províncias e os militares à calma.

¹³² De acordo com Sobral, existe um certo radicalismo na narrativa da morte de Galba por Suetônio. Sobral afirma que Suetônio “pretende dissolver a figura do imperador – este se transforma em um mero objeto nas mãos dos adversários e é sacrificado com igual crueldade que o mesmo lhes impusera como o estrangulamento, a degola e outras formas de tortura” (SOBRAL, 2007, p. 81). Desta maneira, Sobral coloca Suetônio como um juiz, perante toda a soberba e os crimes cometidos pelo Imperador ao longo de seu governo.

¹³³ Como aponta ironicamente Kenneth Wellesley (2000, p. 15). em *O César de cinco dias*.

Todavia, em vez da concórdia, encontrou a guerra, pois os oficiais de Vitélio já se adiantavam rumo a Roma. E esta é a nossa deixa para o Segundo Ato deste teatro, ou seja, o terceiro capítulo desta Dissertação, no qual discorreremos sobre os antepassados, a vida, e a performance de Otão diante do Império. E em seguida finalizamos com suas decisões diante das instabilidades que ocorriam em Roma e o desenrolar da Guerra Civil contra Vitélio, até o dia de sua morte.

TERCEIRO CAPÍTULO

SEGUNDO ATO

Assim, entra em cena o outro pretendente à adoção de Galba: Otão, o favorito de Tito Vínio e aspirante ao cargo imperial. Otão ficou insatisfeito por não ter sido ele o eleito, então, motivado por seus escravos, libertos e por amigos, decidiu ele mesmo tramar contra o Imperador e seu novo filho. As motivações de Otão para conspirar contra Galba são várias. Para Tácito, é uma questão atrelada ao caráter do indivíduo, característica intrínseca à narrativa taciteana. Todavia, podemos compreender melhor e dar mais complexidade a este ato através da problematização de Tácito e das demais narrativas. Para isso, discorreremos agora sobre a figura de Otão, sua performance e sua conspiração. Otão assumiu como Imperador logo após o golpe conspiratório que usurpou de Galba e Pisão, no dia 15 de janeiro de 69 d.C., num movimento rápido e compulsório que levou a morte tanto o Imperador quanto seu César.

3.1 Marco Sálvio Otão: Um imperador afeminado entre os vícios e as virtudes

O autor Paul Roche compreende as ações de Otão contra Galba como um de *coup d'état*¹³⁴ (2008, p. 109). Esta expressão, golpe de estado, nos permite pensar no acontecimento e na ascensão de Otão por completo, visto que, podemos compreender a fase secreta das atitudes de Otão, as tramas, como uma conspiração, e a fase da ação, a tomada do poder e o movimento de estabelecimento de Otão como um golpe orquestrado por Otão e seus aliados próximos. Todavia, este golpe foi executado com a ajuda da Guarda Pretoriana e das tropas estacionadas em Roma que se viam insatisfeitos com Galba e buscaram para sua própria conveniência trocar o Imperador. Desta forma, este será o objeto desta etapa, buscamos compreender como Otão se comportou após o seu golpe conspiratório após ser feito Imperador, dissertamos também, portanto, acerca da sua performance política e atuação enquanto alguém que foi alçado ao papel de Imperador, visto que, conforme aponta Tácito:

[...] Otão, contra a expectativa de todos, não se entorpecia com os prazeres nem com a preguiça: adiados os prazeres, dissimulada a luxúria e disposta convenientemente todas as coisas para o decoro do poder e, por isso mesmo,

¹³⁴ Não só, mas Charles Murison também define o acontecimento como *coup d'état* (1993, p. 81). Desta forma, nos referimos ao acontecimento também como golpe de estado, ou simplesmente golpe.

maior medo traziam essas falsas virtudes e os vícios que deveriam voltar. (TÁCITO. *Histórias*, I, 71, 1).

Tácito nos permite evidenciar que Otão, feito imperador, mudou seus comportamentos, se obrigou a performar de uma forma diferente de quando era apenas um cidadão privado, se distanciar de certos atributos que estigmatizavam maus imperadores e atuar conforme aquilo que imaginava ser um bom imperador. Entretanto, no discurso taciteano fica evidente o tom de desconfiança pois era questão de tempo até que Otão voltasse a ser a pessoa vil e, portanto, tirana, ao se estabelecer no poder. Logo, esta nova performance não passava uma maquiagem do seu verdadeiro caráter.

Conforme relata Tácito, para a aplicação do golpe, instigava Otão “a sua luxúria, enorme até mesmo para um príncipe; a falta de recursos, a custo até para um simples cidadão; a ira contra Galba, a inveja de Pisão; também inventava um medo para que desejasse o império mais ardentemente” (TÁCITO. *Histórias*, I, 21, 1). Diante disso, é este o principal retrato de Otão que a literatura perpetuou, mas, percebemos que através da documentação, há falhas nas narrativas que nos permitem desvendar certa imagem deste Otão retórico e que este Imperador, por foi vítima de um processo de distorção da sua imagem.

Sabemos também que Otão viveu grande parte da vida antes do golpe isolado pois nos tempos de Nero foi mandado para a Lusitânia por ter casos com a futura esposa do Imperador, Popeia Sabina, mas também por ser um possível rival de Nero. Assim, viveu como embaixador na Província da Lusitânia entre os anos de 59 a 68 d.C. (TÁCITO. *Anais*, XIII, 46; TÁCITO. *Histórias*, I, 13, 5), quando finalmente tomou o grupo de apoio a Galba contra Nero, se livrando de seu exílio nove anos depois.

Tácito e Suetônio narram de forma semelhante os motivos do isolamento de Otão. De acordo com os autores, Popeia Sabina era casada com um homem da ordem equestre, um Rufro Crispino, mas que praticava adultério pela sedução de Otão e do Imperador Nero. Ela se separou e ambos dividiram a mesma mulher, mas quando Otão quis gracejá-la somente para si, Nero teria decidido por cancelar o casamento de ambos e exilar seu rival (TÁCITO. *Anais*, XIII, 45, 4 e 46, 1-2; SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 3). Tácito discorre ainda que Popeia teria preferido Otão, pois segundo ela: “ele era um homem de espírito magnífico e refinado, ela dizia, nele ela via coisas que mereciam a mais boa fortuna, enquanto Nero se limitava às concubinas e servas” (TÁCITO. *Anais*, XIII, 46, 2-3). Contudo, devemos levar em consideração que os *Anais* é uma obra posterior às histórias e que Tácito abordou discursos

diferentes em ambas as obras. Assim, parece que os elogios a Otão, neste momento da narrativa nos *Anais*, só serve para reforçar ainda mais a caricatura de Nero que Tácito pretendia criar naquele momento específico da narrativa.

3.2 Família e antecessores de Otão

Marco Sálvio Otão era um jovem *nobile* cujos ancestrais, de uma linhagem nobre, pertencia a Ferêncio. Era filho Lúcio Otão e de Álbia Terência, que tiveram também Lúcio Ticiano, irmão mais velho e que foi importantíssimo para o curto período em que Otão governou (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 1). O Imperador nasceu no mesmo ano do consulado de Camilo Arrúncio e Domício Enobarbo, que se trata do ano de 32 d.C., por volta do dia 17 de abril, como podemos concluir ao observarmos as cronologias dos *Anais* de Tácito e da *História Romana* de Dião Cássio (TÁCITO. *Anais*, VI, 1,1; DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, XVII, 1, 1-2; LXIII, 15, 2²).

A vida do pai do conspirador Lúcio Otão nos explica a proximidade entre os Salvio Otões e os Júlio Cláudios, visto que Lúcio foi um dos principais subordinados de Tibério e Cláudio. Conforme narra Suetônio, Lúcio “gozou a tal ponto das graças do imperador Tibério, com quem muito se parecia, que a maioria das pessoas o considerava seu filho. Exerceu magistraturas urbanas, o Pró-Consulado da África e comandos extraordinários, tudo com máxima severidade” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 1). Não somente, mas quando se encontrava na Ilíria, mandou executar na própria praça de armas, em sua presença, alguns soldados que arrependidos após se revoltarem contra Cláudio haviam matado seus oficiais. Por esta atitude de severidade e fidelidade, o Imperador Cláudio e o Senado mandaram erigir uma estátua sua no Palácio e o admitiram na lista de patrícios, sendo estas as maiores das honras possíveis de se ganhar do *Princeps*, admitiu Suetônio. Lúcio Otão se casou com Álbia Terência, mulher de ótima condição familiar e ambos tiveram dois filhos, Lúcio Sálvio Otão Ticiano e Marco Sálvio Otão, de mesmo *nomen* do pai (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 1).

Não só o pai, mas o irmão do Imperador também tinha importantes posições sociais. Lúcio Ticiano atingiu o consulado no ano de 52 d.C. junto de Fausto Sula (TÁCITO. *Anais*, 12, 52,1). Também é conhecido um sobrinho de Otão, filho de Ticiano ao qual pretendia adotar, que partiu com ele na campanha contra Vitélio, por volta de abril de 69 d.C., e este último lhe enviou uma carta consolatória após a derrota de seu tio Imperador (TÁCITO. *Histórias*, II, 48, II, 48). Percebemos posteriormente como o Imperador Otão usou de seu irmão para angariar

poder e ajudar na administração dos negócios públicos. Infelizmente as informações acerca de Ticiano também são poucas.

Isso explica a presença de Otão na corte do Imperador Nero desde a adolescência, pois pela proximidade das famílias, Otão cresceu no berço do poder Imperial e por isso se fazia conhecido de todos, desde os mais antigos, como Galba, e também dos mais novos sob o governo de Nero. Tácito, em seus *Anais*, cita a presença de Otão, que junto de Senecião, fazia parte da corte neroniana, por volta de 54-55 d.C. (TÁCITO. *Anais*, XIII, 12). E assim, pelas boas graças de Nero, Otão obteve sem dificuldade um posto privilegiado entre os amigos do último Imperador Júlio-Claudiano (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 2). Desta forma seu exílio significava não só sua saída de Roma e seu afastamento de Pompéia Sabina através de uma inimizade pessoal com o Imperador, mas também seu isolamento político da corte imperial, o apagamento de sua pessoa, a retirada do seu papel do centro da cena política da *Urbs*.

Infelizmente não gozamos de mais detalhes acerca dos antepassados de Otão, visto que, ao contrário de Galba, este não pertencia à uma linhagem republicana, o que nos limita, pois, a documentação com as quais trabalhamos também é limitada neste aspecto.

3.3 O pós-golpe: o breve Império e a performance do Imperador Otão

3.3.1 Otão e a memória de Nero

Como dito, Otão antes mesmo de sequer pensar em se tornar Imperador já era próximo da corte Imperial, crescendo junto com Nero e, muito provavelmente, dividindo parceiras sexuais, sendo uma delas, o motivo do término da amizade de ambos. Antes do exílio de Otão ordenado por Nero na Lusitânia, estes sujeitos eram contemplados em conjunto pelo Senado, nos teatros, nos jogos, o que explica a futura associação de Otão ao Imperador Nero, principalmente por parte da plebe. Plutarco na sua *Vida de Otão* afirma que: “para agradar a muitos, não se esquivou, a princípio, a ser apelidado de Nero nos teatros; e quando foram levantadas em público algumas estátuas de Nero ele não o impediu” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 3, 1-2).

Há fortes evidências também de que, pelo menos por certo tempo, Otão aderiu o nome de Nero ao seu, buscando vincular-se além da aparência e da proximidade pessoal, mas também por meio da herança política. As evidências acerca desta prerrogativa são semelhantes, visto

que Plutarco afirma, usando como fonte Clúvio Rufo¹³⁵, que tiveram algumas ordens imperiais que Otão chegou a assinar como Otão-Nero. (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 3, 2). Suetônio afirma nos seguintes termos “a escória do povo chamou-o de Nero sem que ele fizesse menção de protestar; ao contrário, segundo alguns autores, nos documentos e primeiras cartas que endereçou a certos governadores de província, acrescentou esse sobrenome à sua assinatura” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 7). Otão também restituiu os oficiais e libertos de Nero às suas antigas prerrogativas, ou seja, fez deles os seus agentes no governo já que não poderia confiar certos serviços ao de Galba e, devido à sua para se estabelecer no poder, tomou a escolha mais fácil, colocando os oficiais de Nero na administração do governo (ROCHE. 2008, p. 114).

Diante disso tudo Dião Cássio atribui uma característica pejorativa ao sobrenome Nero usado por Otão, descrevendo o ocorrido da seguinte forma, logo após Otão se tornar Imperador:

Além do mais ele foi gentil no discurso e efetuou modéstia no seu comportamento, e ele continuou jogando beijos por seus dedos para todos fazendo-os promessas. Mas os homens [Senadores]¹³⁶ não tardaram a perceber que seu governo era certo de ser mais licencioso e severo que o de Nero. De fato, ele imediatamente adicionou Nero a seu próprio nome (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 6,5²).

O autor grego certamente compartilha de um processo discursivo, assim como Tácito, Suetônio e Plutarco¹³⁷, que, não só categoriza Nero e Otão como maus imperadores, mas que foi responsável por desumanizá-los ao longo do tempo, associando estes à feminilidade e licenciosidade sexual, correlacionando estes atributos à tirania. Estas características fazem parte daquilo que se compreende por “arquétipo tirânico”. Esta é uma ferramenta retórica que tem a função de ilustrar os maus exemplos imperiais, usada pra vincular as qualidades de feminilidade, passividade sexual, embriaguez em excesso, gluttonia e libido descontrolada a

¹³⁵ Clúvio Rufo, governador da Hispânia no período da Guerra Civil entre Otão e Vitélio, e desertou para o lado de Vitélio em 69 d.C. (TÁCITO. *Histórias*, I, 76, 2-5).

¹³⁶ Grifo nosso.

¹³⁷ Contudo, devemos apontar que de acordo com nossa leitura Plutarco, de todos os quatro, é o que menos tece críticas a Otão e que se mostra mais objetivo ao criar seu retrato deste Imperador, mais preocupado em narrar os acontecimentos durante o governo deste do que caracterizá-lo como afeminado, luxuoso e medroso.

certos imperadores (CHARLES, ANAGNOSTROU-LAOUTIDES. 2014, p. 202). Um recurso certamente muito usado nos três primeiros Imperadores da Guerra Civil de 69¹³⁸.

Tácito nos dá um bom exemplo quando compara Otão e Vitélio, pois “temiam-se menos os prazeres indolentes de Vitélio do que os caprichos bastante ardentes de Otão: o assassinato de Galba havia acrescido a este terror e o ódio; contra aquele ninguém lhe atribuía o início da guerra. Devido ao ventre e à gula, Vitélio era vergonhoso para si mesmo; Otão, mais funesto para a república, era regulado pela devassidão, violência e audácia” (TÁCITO. *Histórias*, II, 31, 1).

Os autores e Michel B. Charles e Eva Anagnostou-Laoutides em uma pesquisa de termos bem atuais vão além das fontes que abordamos, ou seja, Tácito, Suetônio, Plutarco e Dião Cássio, e investigam em Filóstrato¹³⁹ a ocorrência deste discurso na figura de Otão. De acordo com vossa leitura Otão é representado como um *mollis*, uma qualidade que se refere a um tipo de masculinidade que é normalmente associada ao desejo de ser penetrado, o que não é esperado de alguém que tinha assumido a posição imperial. Desta forma, Otão supostamente teria sido penetrado pelo Imperador Galba quando, o mais novo, afeminado, ainda fazia parte da corte do mais velho, o viril (CHARLES, ANAGNOSTROU-LAOUTIDES. 2014, p. 202). Portanto, Otão é retratado como alguém que é luxuoso, afeminado e indeciso ou imprudente, principalmente nos discursos de Suetônio e Tácito que reverberaram e chegaram em autores posteriores, como Filóstrato e Dião Cássio.

Parte desta distorção do retrato de Otão também pode ser atribuída a um possível processo de *damnatio memoriae* que este sofreu após sua morte. O processo de danação da memória é um traço da cultura romana que, como vários outros, sofreram mudanças ao serem incorporados pelo poder imperial. Com o auxílio do *Oxford Latin Dictionary* podemos perceber que a palavra *damnatio* é, na verdade, a junção de duas palavras: *damno* + *tio*. *Damno* tem por definição: “Passar por julgamento em caso civil ou criminal, condenado”¹⁴⁰; Já *tio-tionis* é um

¹³⁸ Como já fora dito, nossos primeiros trabalhos se dedicaram a investigar a ocorrência deste arquétipo nos Imperadores da Guerra Civil de 69 nas *Histórias* de Tácito. Ver Ana Teresa Marques Gonçalves e Bruno Henrique Souza Costa *As descrições das características físicas dos imperadores romanos nas Histórias de Tácito* (séc. I – II d.C.) (2018).

¹³⁹ Filósofo grego do III séc.

¹⁴⁰ *DAMNO*. In: *Oxford Latin dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1968, p. 483.

sufixo que tem a função “de denotar a ação do verbo”¹⁴¹. Portanto, literalmente, é um processo de julgamento da memória de uma pessoa após a sua morte¹⁴².

Mas indo além das implicações legais e indo pra esfera histórica e social, discursiva e imaginária, o processo de danação da memória de uma pessoa servia para buscar legitimar aquele em que residia no poder através da difamação discursiva de quem o precedeu. Este processo também estava intrínseco ao de destruição das estátuas. De acordo com Varner, as estátuas

“Como expressão vital da autoridade política e prestígio, esculturas imperiais permeavam todos os aspectos da sociedade romana. Representações do Imperador e de sua família eram proeminentemente exibidas ao público, sacralizadas e cultivadas em espaços domésticos e disseminada ordenadamente para alcançar múltiplas audiências. O poder dessas imagens estava em sua habilidade de se comunicar com diferentes camadas da sociedade, desde os iletrados e escravos até os mais educados membros da elite romana” (VARNER, 2004, p. 1).

As estátuas romanas, assim como os bustos, tinham implicações no imaginário político romano fortíssimas. As estátuas eram constantemente consideradas extensões do corpo de quem elas representavam (VARNER. 2004, p. 4). Por isso a mutilação das estátuas por insatisfações contra o Imperador, ou contra suas condutas eram formas de resistência da plebe ou também daqueles que faziam oposição ao Imperador. Em momentos de Guerra, como na Guerra Civil de 69 mais de uma vez houveram episódios de destruição das imagens imperiais por membros de outra facção como uma forma de distorcer a memória e a imagem daquele indivíduo na sociedade. E Otão certamente não é uma exceção.

Dito isso ressaltamos que há indícios da danação das memórias de Otão e de suas estátuas durante o governo dos Flávios, sobretudo durante o de Vespasiano. Arther Ferrill (1965) afirma que Vespasiano, durante sua revolta contra Vitélio, em 69 d.C., foi responsável por uma propaganda positiva para com a memória de Otão, buscando fazer vinculações de aparência e de linguagem entre as moedas que cunhou durante sua revolta e as que Otão cunhara enquanto vivo. Esta aproximação se fazia necessário a coalização dos Flávios pois Vespasiano

¹⁴¹ Tio. In: Oxford Latin dictionary. Oxford: Clarendon Press, 1968, p. 1943.

¹⁴² Temos também um processo inverso e também muito original da cultura romana, a *consecratio*, pela qual se diviniza a pessoa após sua morte, buscando consagrá-la na memória romana, criando seu templo da pessoa deificada e atribuindo um dia de seu rito aos fastos, o calendário romano.

visava obter o suporte das antigas tropas de Otão para sua causa, um movimento que deu certo, visto que conseguiu a adesão de boa parte da Guarda Pretoriana de Otão. Contudo, após vencer a guerra e se estabilizar no poder Vespasiano pretendia criar uma nova dinastia, e para isso precisava re-disciplinar as legiões para evitar rebeliões futuras e também se distanciar da dinastia anterior, sobretudo de seu último representante, Nero. Portanto, não se fazia mais sustentável politicamente promover positivamente a memória de Otão, que se vinculou pessoalmente à memória do último imperador Júlio-Claudiano, declarando a si mesmo Otão-Nero. Portanto, Vespasiano, assim como Otávio Augusto antes dele e Septímio Severo após ele, buscava se consagrar enquanto libertador da República e do Império. Para isso, seus antecessores precisariam participar do grupo retórico de tiranos e maus imperadores, o que incluía Nero, Otão e Vitélio. (FERRILL. 1965, p. 267 - 268). Varner afirma que existem evidências de destruição das imagens de Otão, e que os olhos, o nariz e os lábios foram danificados após seu suicídio (VARNER. 2004, p. 108). Não só isso, mas Ferrill afirma ainda que a política de danificação e apagamento da memória de Otão tomou continuidade sob seus sucessores pois seu nome foi excluído de menções de moedas restauradas sob Tito e Domiciano (FERRILL. 1965, p. 269).

Retornando para o assunto Otão-Nero, Otão foi além e buscou ainda a vinculação material com o último dos Júlios-Claudianos e como primeira coisa que fez no poder foi abrir um crédito de cinquenta milhões de sestércios para que ele fosse o mais novo dono da Casa Dourada (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 7). Este edifício foi uma mansão encomendada por Nero no coração da capital do Império. Foi construída usando o espaço deixado pelo incêndio em 64 d.C. Contava com vinhedos, cascatas, fontes e jardins dentro de um edifício magnífico, que cobria todo o Monte Palatino, e até mais. A entrada principal contava com a presença de uma estátua colossal do Imperador Nero, que após sua morte será renomeada de *Colossus Neronis* para *Colossus Solis*. Sobre grande parte deste edifício, posteriormente, foi construído o Anfiteatro Flávio, que atualmente é comumente chamado de Coliseu¹⁴³. Portanto, não é preciso dissertar muito sobre este monumento para entendermos o esplendor desta casa, visto que Tácito o descreve da seguinte maneira:

Contudo Nero serviu-se das ruínas da pátria para sobre elas fabricar um palácio em que o ouro e as pedras preciosas não causavam tanta maravilha, por serem já muito vulgares, e uma ostentação ordinária do luxo, como os

¹⁴³ Para mais detalhes sobre a *Domus Aurea* ver o dicionário topográfico de L. Richardson Jr. (DOMUS AUREA. In: *A new topographical dictionary of ancient Rome*. 1992, p. 119).

campos e os lados, e por uma parte as artificiais solidões e desertos formados por bosques espessos, e por outra as largas planícies, e longas perspectivas, que dentro do seu imenso circuito se viam (TÁCITO. *Anais*. 15, 42,1).

Todavia, Tácito aponta outro discurso acerca da associação entre Nero e Otão, e aponta uma certa indecisão no Imperador Otão. O historiador latino nos revela que, apesar do exílio sofrido quando Nero fora Imperador, a popularidade do último dos Júlios-Claudianos entre a plebe ainda era fervente e que o apoio da plebe era significativo para o Imperador. Desta forma “houve aqueles apresentassem imagens de Nero, e também por alguns dias o povo e o soldado, como se atribuísem nobreza e decoro, aclamaram a Otão como Nero Otão. Ele próprio conservou-se indeciso, por medo de vetar ou pudor de admitir” (TÁCITO. *Histórias*, I, 78, 3-4). Mas o que percebemos é que Otão estava recente no poder e que precisava enfrentar uma Guerra Civil contra Vitélio. Certamente Otão não queria abrir mão de todo esplendor e popularidade que a vinculação Nero poderia trazer para si, mas também não o poderia fazer abertamente pois a memória de Nero como governante, no contexto da Guerra Civil de 69 d.C., não era o tipo de Imperador que a elite gostaria de cultivar novamente, levando em consideração a impopularidade de Nero entre a elite no fim de sua vida, já relatado anteriormente.

Disto isto parece consenso entre nossas documentações que Nero, nos idos de 69, tinha uma reputação tão negativa diante da Ordem Senatorial quanto positiva diante da plebe. Desta forma, Otão, que ainda não se encontrava estabelecido no poder, optou por se desvincular de Nero para que não atraísse as inimizades senatoriais que poderia galgar como herdeiro político de Nero. Plutarco revela da seguinte maneira: “[...] ao perceber que os primeiros e os mais ilustres cidadãos se mostravam desagradados, pôs fim à ‘prática” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão. 3.2). Suetônio relata o mesmo, afirmando que por temer à elite senatorial que ainda tinha ódios por Nero, Otão se desvincula do nome do Imperador anterior, evitando atrair conflitos para sua pessoa (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 7; ROCHE. 2008, p. 114).

Desta forma, podemos perceber que se tratou de um movimento político esperto de Otão em perceber a encruzilhada que aquilo poderia se colocar e que, sabiamente, evitou. Assim, percebemos que mesmo apesar de Otão ser constantemente descrito como um afeminado, indeciso e luxuoso, o que implicaria inconsequência em sua personalidade, havia habilidade política suficiente barrar sua vinculação com Nero para que se evitasse motins na *Urbs*, mesmo num momento tão crítico como este da Guerra Civil contra Vitélio. Tanto é que, como

percebemos, Otão de fato partiu para a Guerra contra Vitélio e não há nenhuma menção de confusão em Roma durante sua ausência.

3.3.2 Otão e sua performance diante dos aliados de Galba

Diante da guerra já anunciada contra Vitélio, Otão precisava se estabelecer de forma rápida e efetiva em Roma, não podendo se dar ao luxo de ter uma imagem pública que instigasse incertezas em apoiá-lo. Por isso perdoou Mario Celso, que atuava como Consul Designado ao lado de Galba, de forma orquestrada e planejada (ROCHE. 2008, p. 109-110; PLUTARCO. *Otão*. I, 1-2). Com isso o imperador visou angariar os partidários de Galba para o seu lado antes que apoiassem Vitélio e acabasse isolado em Roma, da mesma forma que ocorrera a Nero contra Galba. Um dos principais objetivos performáticos de Otão para se legitimar após o golpe: se conciliar com a elite política de romana, isto é, a Ordem Senatorial, perdendo Mário Celso:

Ordena ir para o Capitólio Mário Celso, cônsul designado, retirado do furor dos soldados por uma simulação de encarceramento: pretendia-se com isso um título de clemência a partir de um homem ilustre e odiado aos partidos. Celso reconheceu com firmeza o seu crime de lealdade conservada para com Galba e espontaneamente atribuiu a si mesmo como exemplo. Otão, não como se lhe perdoasse, mas recorrendo aos deuses como testemunhas de uma mútua reconciliação, considerou-o de imediato entre os amigos íntimos e logo o escolheu entre os comandantes para a guerra; e permaneceu em Celso, como se de acordo com o destino, uma lealdade irrepreensível e deplorável também a favor de Otão. Alegre para os patrícios da cidade e celebrada pelo povo a salvação de Celso, nem sequer foi desagradável para os soldados, que admiravam a mesma virtude com a qual se encolerizavam. (TÁCITO. *Histórias*, I, 71, 2-5).

Assim, o novo Imperador recorre a um aspecto muito comum aos romanos que buscavam aprovação entre a elite, a *clementia*, recurso utilizado também por Nero durante seu o primeiro momento de seu governo, sob a tutoria de Lúcio Aneu Sêneca (OMENA. 2011, P. 160-1). Dião Cássio menciona a relação de ambos muito brevemente ao listar os porquês de Otão não ser apreciado pelos romanos: “sua vida e hábitos, sua intimidade com Esporo e por manter em seus serviços os favoritos de Nero, isto alarmou todo mundo” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, 63, 9, 1). Percebamos o tom de desconfiança de Dião para com a relação entre Otão e seu principal secretário e liberto. Para Cássio, as relações dos *Princeps* e as

principais delegações deveriam ser dadas exclusivamente para pessoas da aristocracia romana, sobretudo os membros do Senado e *nobiles*.

Otão, que emergiu a partir de um golpe conspiratório num evento explosivo e espontâneo, tinha as de legitimidade bem mais fragilizadas do que alguém que fora aclamado pelas tropas provinciais e marchado a Roma, como fizera Galba. Estando em Roma, portanto, necessitava de apaziguar os que ali estavam da forma mais urgente possível pois Vitélio, enviado para comandar as tropas estacionadas na Germânia Inferior, foi saudado Imperador pelas tropas e assumiu este comando no mesmo período em que Otão usurpara Galba em Roma (TÁCITO. *Histórias*, I, 9, 2), agravando ainda mais a situação. Otão logo após assassinar Galba e seu herdeiro, descobriu sobre aclamação de Vitélio e enviou-lhe uma carta pedindo para que estes virassem amigos no exercício do Império, oferta recusada por Vitélio (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Otão, 8).

Todavia, Otão não se omite em assassinar, até publicamente, alguns outros aliados do antigo Imperador Ancião. Na versão de Tácito da performance de Otão, o Imperador se preocupa em mandar assassinar Cornélio Lacão de forma mais discreta, mas Marciano Ícelo, liberto do Imperador Galba e uma das pessoas mais influentes de seu governo, manda assassinar em público: “Como se fosse para o exílio em uma ilha, o prefeito Lacão foi furado com um golpe por um recrutado que Otão havia enviado antes para a sua morte; sobre Marciano Ícelo, reconhecido como liberto, foi morto publicamente.¹⁴⁴” Paul Roche sobre estes eventos aponta que “espetáculos públicos também tinha que dar prosseguimento ao golpe. O liberto de Galba, Ícelo, foi crucificado. Isto era politicamente necessário para Otão dado à oposição de Ícelo, mas também é uma expressão pública contra o poder do liberto do predecessor de Otão” (ROCHE. 2008, p. 110). Portanto, colocando estes eventos nos termos de “espetáculos públicos” podemos interpretar essas atitudes de Otão como uma performance necessária para se estabelecer no poder durante o pós-golpe. Acusar a certos aliados de seu antecessor e perdoar a outros faz parte da liturgia do cargo Imperial recém adquirido, ainda mais sob um golpe. O fato de mandar assassinar a Cornélio Lacão de forma mais discreta, pois esse atuava como prefeito, e, portanto, como alguém importante num cargo tradicionalmente ocupado por membros da elite senatorial

¹⁴⁴Reparamos, contudo, que sobre Ícelo Tácito escreve especificamente *in Marcianum Icelum ut in libertum palam animaduersum*. (TÁCITO. *Histórias*, I, 46, 8). Observamos então que na tradução feita por Frederico da Silva o termo *animaduersum* que fora traduzido como “morto”, pode significar também crucificado, como pontuado Paul Roche (2008, p. 110).

ou equestre, também nos é um forte indício de que Otão calculava suas escolhas, visando estabilidade.

Em outro caso sobre um dos principais homens de Galba, Otão, de acordo com Tácito, é pressionado pelos seus partidários para que Ofônio Tigelino também seja privado de sua vida. Tácito nos conta que:

Um Ofônio Tigelino de pais obscuros, infância vergonhosa, velhice sem pudor, alcançou por meio dos seus vícios – porque esse caminho era mais rápido – o comando dos vigilantes e do pretório e outros prêmios das virtudes; em seguida praticou a crueldade de, depois a cobiça e os crimes sexuais, corrompendo Nero para todo tipo de atentado e ousando algumas coisas sem o conhecimento de Nero e enfim desertor e traidor do próprio imperador: daí não pediram com mais insistência outro para a punição, diferente o estado de espírito naqueles em que havia o ódio a Nero e naqueles em que havia a saudade de Nero. Foi protegido junto a Galba pela influência de Tito Vínio, alegando a própria filha ter sido salva por Tigelino. (TÁCITO. *Histórias*, I, 72, 1-3).

Desta forma percebemos que houve uma vinculação de Otão e Nero não apenas por suas semelhanças físicas e de caráter, mas como já dito, também houve uma aproximação política e pelos laços de poder e de memória. A decisão de ordenar o suicídio de Tigelino permitia a sua assimilação com o último Júlio-Claudiano como seu vingador, embora tenha decidido poupar a vida de Flávio Sabino, que fora Prefeito do Pretório no mesmo período, que também abandonou Nero e grande responsável por seu isolamento político. Contudo, poupou a vida deste em um movimento político necessário, pois Flávio Sabino era irmão mais velho de Vespasiano Flávio¹⁴⁵, o comandante da Guerra da Judéia e que contava com três legiões sob seu comando (TÁCITO. *Histórias*, I, 76, 7-8).

3.3.3 Otão e sua performance às tropas e ao Senado

O modo que Otão veio a conseguir o poder pode nos explicar umas das características mais marcantes de seu breve governo: O amor que seus soldados e membros da sua Guarda Pretoriana tinham por ele. O autor J. Master explica que ao conseguir a púrpura por meio de

¹⁴⁵ O último dos quatro Imperadores da Guerra Civil de 69 d.C. Puseram à frente da cidade Flávio Sabino, seguindo os pareceres de Nero, sob o qual havia ocupado o mesmo encargo, muitos observando nele o irmão Vespasiano” (TÁCITO. *Hist.* I, 46).

um golpe conspiratório, Otão, pela ilegitimidade de seus atos, estava em débito para com suas tropas e com seus oficiais e por isso precisou ceder em suas decisões, visto que um Principado alcançado por um crime não pode ser assegurado por um retorno repentino à restrição e rigidez antiquada, da mesma forma que fizera Galba, um dos principais motores para as traições que sofrera (MASTER. 2012, p. 90). E por isso, Otão permitiu ser governado, abrindo mão de grande parte de sua autoridade, pois era o necessário, e concedendo benesses aos soldados.

“Todas os lugares retumbavam com os clamores e com o tumulto e com a exortação mútua, não como entre o povo e a plebe em que há variadas vozes em improdutiva adulação, mas da maneira que, avistando a um soldado entre aqueles que chegavam, procuravam agarrá-lo com as mãos, abraçavam-no com as armas, colocavam-no ao lado, pronunciavam o sacramento, elogiavam ora o imperador aos soldados, ora os soldados ao imperador. Nem Otão deixava, estendendo as mãos, de reverenciar a multidão, lançava beijos, e servilmente todos os acontecimentos em prol do poder absoluto. (TÁCITO. *Histórias*, I, 37, 3-4).

Portanto, fica evidente que Otão, desde o início do seu Principado, tivera interesse em uma relação muito específica com as tropas que ali estavam, pois sua autoridade sobre as tropas não se originava dos aspectos militares, mas pelo aspecto de benfeitor que cultivara, para o qual performara. Assim, percebemos que mesmo sem a glória militar, Otão vai ser um dos Imperadores da Guerra Civil militar mais adorados pelos seus, mas que nos discursos da documentação, percebemos que se trata de uma adoração vil e licenciosa, pois não inspirava os soldados à obediência e à autoridade dos seus subordinados, visto que a relação que se construía era diretamente entre o Príncipe Otão e as tropas e não entre a *res publica* e as tropas.

Em seguida, Otão usando desta aura de benfeitor e se aproveitando do descontentamento de boa parte das tropas com Galba, para controlá-los, busca ceder novos benefícios a estes:

[os soldados rasos] obtinham o ócio militar por meio de extorsões e roubos ou por meio de serviços próprios de escravos. Naquele tempo os soldados mais ricos eram oprimidos com o trabalho e com a crueldade até que comprassem a isenção do serviço militar. Quando se haviam enfraquecido além da apatia esgotados pelos gastos, voltavam para o pelotão pobres em vez de ricos, incapazes em vez de decididos, e por outro lado muitos, corrompidos por causa da falta e da indigência, lançavam-se com violência para as revoltas e discórdias e, no extremo, para as guerras civis. Todavia Otão, para que não

afastasse as disposições de espírito dos centuriões em relação à liberalidade do exército, comprometeu parte do seu rendimento público devendo pagar as isenções anuais, medida sem dúvida útil e assegurada depois pelos bons príncipes com a continuação desse sistema. (TÁCITO. *Histórias*, I, 46, 4-7).

Desta forma Otão se responsabilizava pessoalmente pela aposentadoria dos soldados mais importantes para a formação da opinião nos exércitos, os centuriões, e indo na direção oposta à de Galba, pois se comprometia a agradar o destacamento militar financeiramente, facilitando o acesso à aposentadoria.

Otão buscou também se desvincular da imagem pública de Galba pelos meios iconográficos e se contrapor à ideia de velhice atribuída ao Imperador anterior, sobretudo por parte da plebe¹⁴⁶. Desta forma, em vez da representação com nariz curvado, corte de cabelo militar, linhas naso-labiais profundas e testa franzida, a juventude de Otão é enfatizada com todos os recursos possíveis. O recurso mais marcante do seu retrato numismático são suas quedas de apertados cachos que se estendiam para trás da coroa de louros (ROCHE. 2008, p. 2003). Desta forma, Otão buscou se aproximar e até vincular sua imagem com a de Nero e se distanciar de Galba, ao passo que tentava deixar claro que não se aproximaria do modelo de governo de Nero, buscando atribuir a si ideia de *clemencia* e buscando um discurso conciliador.

Este posicionamento conciliatório se confere à medida buscava por legitimidade de poder. Para isso optou por fornecer mais prestígio a quem já tinha e também trazer mais senadores para seu grupo de apoio. Tácito afirma nas suas *Histórias* que

Todavia Otão acrescentou como grau máximo de consideração as dignidades de pontífice e a de áugure a velhos já honrados de prestígio, ou restabeleceu como consolação a jovens nobres voltados recentemente do exílio os sacerdócios dos avós e pais. Devolvida a Cádio Rufo, Pédio Bleso e Sevino P. a categoria senatorial. Haviam caído por crimes de peculato sob Cláudio e Nero" (TÁCITO. *Histórias*, I, 77, 4-6).

Dião Cássio relata a mesma postura do Imperador no pós-golpe, afirmando que “ele estava se empenhando para conciliar o Senado e remetendo sentenças a muitos de seus membros e garantindo vários favores a outros” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, 8, 2²). Logo

¹⁴⁶ De acordo com Tácito “A própria idade de Galba era objeto de escárnio e aversão para os habituados à juventude de Nero e, como é costume do povo, para aqueles que comparavam os imperadores pela forma e beleza do corpo” (TÁCITO. *Histórias*, I, 7, 5).

percebemos que esta considerável performance benevolente também aparece em Plutarco e Dião Cássio, o primeiro com uma visão positiva acerca do Imperador e o segundo considerando como uma mera dissimulação. Plutarco descreve da seguinte maneira e reitera nossa afirmativa de que Otão performava em busca de apoio para a guerra contra Vitélio, alterando sua performance após assumir o poder. O biógrafo descreve da seguinte maneira:

“Se os que o estimavam e nele tinha confiança, estavam admirados com a presente transformação, já outros achavam as medidas necessárias para aquele momento, em que ele procurava popularidade por causa da guerra. É que já fora anunciado de fonte segura que Vitélio tinha assumido a dignidade e o poder de imperador” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 4,1)

Já Dião Cássio compartilha de uma visão mais mordaz e próxima da de Tácito, que descrevia a situação da seguinte maneira: “uma vez que ele entrou no cargo imperial, ele não poderia recuar; então pagou pelas penalidades, apesar de muitos atos moderados para conciliar o povo. Não era sua natureza se comportar daquele jeito, mas desde que tinha uma situação problemática nas suas mãos por causa de Vitélio, ele não podia afastar todos os outros” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 7, 2-3). Portanto, podemos perceber que a maior preocupação de Otão era atuar conforme a emergência pedia: conciliar tropas, elite e povo, para que não enfrentasse Vitélio com desfalques e também procurando evitar motins dentro de Roma, da mesma forma que ele criara a Galba. Portanto, Otão também precisava conciliar duas performances na *Urbs* romana, a de adoração por parte da plebe e dos soldados rasos, e a de um indivíduo moderado e bem medido ao Senado, o que certamente representava um desafio.

Diante destes trechos o que se pode evidenciar é que Plutarco nos apresenta um Otão enquanto um ator político que performa conforme as demandas exigem. Plutarco é o que menos aponta a suposta falha de caráter em Otão como derivada de sua suposta feminilidade ou então de licenciosidade sexual, correlacionando estes elementos à sua performance de governo. A descrição feita por Tácito e Dião Cássio nos apresenta um retrato de Otão muito diferente, um Otão que apenas adiava os prazeres e dissimulava a luxúria pelo decoro e conveniência do poder, pois o medo e a necessidade de apoio traziam essas falsas virtudes e que logo haveriam os vícios de retornar aos hábitos de Otão (TÁCITO. *Histórias*, I, 71, 1). Tanto que conforme denota Murison “Tácito vê a *dissimulatio* como a chave para o caráter de Otão” (MURISON. 1993, p. 132). Portanto, o que temos são dois tipos de retratos do mesmo Otão. Desta forma fica elucidado em de Tácito, Dião Cássio e Suetônio o quanto seus relatos de Otão são carregados de significados pejorativos e desumanizantes, que buscam caracterizá-lo como

alguém afeminado, desvergonhado sexualmente e não contundente no exercício de poder por conta destas características (ANAGNOSTROU-LAOUTIDES, CHARLES. 2014, p. 210).

Portanto a passagem de Plutarco sobre a “transformação” de Otão Imperador, junto com as demais evidências, em nossa análise constatamos que há pelo menos dois “Otões” de que podemos ter noção: um antes de assumir o poder, enquanto um cidadão privado, o que foi exilado por Nero e se aliou a Galba em 68, e outro Otão que ao assumir o cargo Imperial optou por se adereçar de toda essa fachada que veio com a liturgia política do cargo. Contudo, se formos levar em consideração o ponto de vista discursivo, o mais correto é afirmar que há quatro Otões, cada um correspondente às descrições feitas por Tácito, Suetônio, Plutarco e Dião Cássio.

O que podemos perceber o quão apropriado é compreendermos o evento da Guerra Civil de 69 e seus indivíduos enquanto atores políticos. O poder imperial, fazia de forma ainda mais emergencial, devido à a situação de instabilidade e de guerra civil, que o Imperador assumisse uma performance, atuação e teatralidade¹⁴⁷ que atribuísse ao Imperador as fachadas convenientes para atingir um grau de estabilidade e legitimidade diante da elite e dos exércitos¹⁴⁸. Estas fachadas¹⁴⁹, portanto, podem ser pensadas como as próprias características que se buscava num bom Imperador, atributos como *moderatio* e *clementia*, através das quais Otão buscou se enquadrar num perfil benevolente e conciliador¹⁵⁰ para a elite ao passo que buscava adoração entre a plebe. Otão, durante seus dois meses em Roma¹⁵¹ queria ser amado pelo povo, como Nero fora e agradar aos militares, como Galba não fizera, sem querer representar uma ameaça para a elite senatorial. É esta a performance que o Imperador Otão buscou durante seu Principado. Uma das formas que usava para ser contemplado pelo povo o

¹⁴⁷ “Todo poder político obtém finalmente a subordinação por meio da teatralidade” (BALANDIER.1982, p. 10).

¹⁴⁸ Embora Otão também performasse para a plebe, conforme informa Dião Cássio:

¹⁴⁹ Como aponta Goffman sobre interação social, impressão e regulamentação de conduta: “Independentemente do objetivo particular que o indivíduo tenha em mente e da razão desse objetivo, será do interesse dele regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam. Este controle é realizado principalmente através da influência sobre a definição da situação que os outros venham a formular. O indivíduo pode ter influência nesta definição expressando-se de tal modo que dê aos outros a espécie de impressão que os levará a agir voluntariamente de acordo com o plano que havia formulado” (GOFFMAN. 2014, p. 15-16).

¹⁵⁰ Keneth Wellesley concorda conosco ao afirmar da seguinte maneira “[...] é impossível deduzir quais qualidades políticas Otão poderia ter desenvolvido num longo governo. Mas é claro que uma vez no poder ele tentou ser conciliador. Sua maneira era afável, ele era um bom orador e capaz de manter sua cabeça numa crise” (2000, p. 58).

¹⁵¹ De 15 de janeiro, quando assumiu o comando após o golpe conspiratório, até o fim de Março, quando foi dar Guerra a Vitélio.

era através do ato de “constantemente frequentar teatros durante seus esforços de agraciar a multidão” (DIÃO CÁSSIO. *Histórias Romanas*. 63, 8, 2²).

Passados aproximadamente um mês das ordens de que certos notórios retornassem do exílio, Otão antes de partir para a Guerra, tem uma última preocupação com estes sujeitos, pois

Otão concedeu aos que haviam retornado do exílio os restantes dos bens confiscados por Nero que ainda não haviam voltado para o Fisco, donativo muito justo e magnífico na aparência, mas há muito tempo inútil no proveito por causa da execução apressada da cobrança" (TÁCITO. *Histórias*, I, 90, 1).

De acordo com Percebemos na passagem que havia certa emergência nas ações do então Imperador e uma preocupação muito específica: O medo de sair de Roma sem deixar aliados suficientes na cidade. Sua temeridade é justificável à medida que chegou ao poder no dia 15 de janeiro de 69 d.C. através de um golpe conspiratório, algo considerado ilegítimo (Tácito *Histórias* I, 83, 1) e somente dois meses depois precisou sair da cidade para dar guerra a Vitélio. Era pouquíssimo tempo para que legitimasse seu poder na *Urbs* romana, ainda mais com sujeitos como Flávio Sabino à espreita, este que já haviam indícios de querer trazer para si o poder imperial TÁCITO. (*Histórias*, I, 5, 1-2; PLUTARCO. *Vida de Galba*, I, 8, 1-6).¹⁵². E por isso, num movimento sábio do Imperador, que buscava conservar o poder entre os seus ao partir para a guerra, Otão “confiou a paz da cidade e os cuidados do Império ao irmão Sálvio Otão Ticiano” (TÁCITO. *Histórias*, I, 90, 4) e não ao Prefeito da Cidade, como de costume, que naquele período era Flávio Sabino (TÁCITO. *Histórias*, I, 46, 2). Isto confirma a hipótese de que um dos principais meios de se assegurar o poder na Roma Imperial se dava por meios dos laços de parentesco. Adrian Goldsworthy afirma que “Augusto pôde confiar à sua família estendida o comando das guerras mais importantes do seu principado, porém poucos dos que o sucederam puderam fazer o mesmo” (2016, p. 356).

Otão usou da mesma estratégia quando precisou deixar seu irmão em Roma e posteriormente, quando convocou este para o comando das legiões, pois escalou seu irmão Ticiano como um dos principais generais da guerra civil contra Vitélio¹⁵³ (PLUTARCO. *Vidas*

¹⁵² Sabino também gerou preocupação no governo de Galba (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Galba, 11).

¹⁵³ E somente após trazer seu irmão para o campo de batalha é que escalou Flávio Sabino para a Guarda da Cidade, de acordo com Plutarco “quer estivesse a prestar homenagem a Nero (pois deste recebera Sabino o cargo, que Galba lhe retirou), quer tratasse antes de mostrar boa vontade e confiança para com Vespasiano, ao aumentar o poder de Sabino” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Vida de Otão, 5,4).

Paralelas, Vida de Otão, 8, 2). Tácito aponta que Ticiano foi colocado à frente dos exércitos pois os soldados julgavam mal todas as ações dos comandantes de Otão, ainda desconfiados de suas ações, suspeitando de sua fidelidade ao Imperador (TÁCITO. *Histórias*, II, 23, 7-10) Isso demonstra que Otão tinha boa percepção do campo político e esclarece a nós a influência que tinham pessoas vinculadas sanguineamente ao Imperador na ampliação deste campo¹⁵⁴. Pois como afirma o sociólogo Pierre Bourdieu da seguinte maneira:

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações (BOURDIEU. 1989, p. 164).

Portanto fica evidente que através do uso de seu irmão, Ticiano, Otão buscava estender seu campo de atuação no campo político aonde fosse conveniente buscando, através de uma relação mandante e mandatário, visando suprir a ausência de sua representação e do seu corpo ao partir para a guerra. Otão, o faz ainda na sociedade romana, de forma aprimorada, através do corpo de seu irmão. O poder que Ticiano exerce através de Otão é conferido de maior autoridade pois este está legitimado através do vínculo sanguíneo que tem com o então Imperador, reforçando a importância que a *gens* e as relações de parentesco tinham para as relações de poder ainda no período Imperial. Diante do demonstrado acima fica evidente que Otão governou bem, durante seu pouco tempo de Imperador. Murison afirma que “a conduta de Otão dos assuntos enquanto Imperador em Roma foi inteligente e sua contraofensiva em direção a Otão, embora um pouco atrasada, foi perfeitamente sensível de um ponto de vista estratégico” (MURISON. 1993, p. 133).

¹⁵⁴ Embora o que Tácito queira evidenciar com esta fala é que um relacionamento tão íntimo entre as tropas e o Imperador, como neste caso de Otão, é maléfico para a República, pois a autoridade dos comandantes é questionável, pois quanto mais íntimas as tropas e o Imperador, menor o poder da elite sobre as tropas. O que é abominável para alguém da alta aristocracia, como Tácito e Dião Cássio.

3.4 A “Conspiração” contra o Imperador Otão: o surto pretoriano

Neste momento nós nos debruçamos sobre um acontecimento bem singular e marcante do governo de Otão e que, pois durante a leitura das documentações que descrevem o governo de Otão não podemos deixar de notar todas as documentações fazem menção a este ocorrido. O acontecimento se trata de uma sedição entre as tropas próximas de Roma e, mesmo que não tenham havidos muitos mortos, Tácito, Suetônio, Plutarco e Dião Cássio fazem questão de mencionar e descrever o ocorrido, o que certamente nos quer dizer algo. Murison também observa esse fator (MURISON. 1993, p. 122).

No título do item conspiração se encontra entre aspas pois, ao que tudo indica, se tratou apenas de um rumor, de algo imaginado entre os soldados, não havendo evidências na documentação de uma conspiração de fato. Pois qual o interesse desses autores em destinar tempo e espaço em suas obras com uma sedição que não resultou na morte de ninguém? Que mensagem eles gostariam de passar aos seus contemporâneos ao narrarem a “conspiração”? Para respondermos a esta pergunta vamos primeiro consultar estas documentações, narrar este acontecimento e percebermos como as tropas, Otão e a elite atuaram diante do ocorrido.

Antes disso, percebemos a necessidade de se diferenciar rumor e opinião pública para os romanos. Belchior aponta que durante o período romano, políticos e Imperadores patrocinavam rumores acerca de si, como Vespasiano mais tarde naquele ano, ainda no período da Guerra Civil de 69 d.C., que enviou soldados a Roma para que se espalhasse bons dizeres acerca de si, fazendo com que as pessoas nas ruas tivessem uma melhor impressão dele, afim de melhorar a opinião pública sobre sua pessoa. Eram informações as vezes forjadas para que se descobrissem que era a favor e contra o sujeito imperial (BELCHIOR. 2018, p. 41-2). Contudo o boato aqui tratado, ao que tudo indica, não foi algo meticulosamente pensado, nem programado por um *Princeps* que queria favorecer a imagem pública de si ou identificar inimigos. Aparece estar algo mais próximo de um “delírio coletivo”, no sentido estrito de que foi algo espontâneo, não verídico, involuntário e que pelas circunstâncias tensas do momento, tomou proporções em uma velocidade em que nenhum dos integrantes do rumor teve tempo de checar a sua veracidade. E na verdade, tomou essa proporção de forma tão veloz pela vontade que os sediciosos tinham de confirmar sua hipótese: a possibilidade de Otão estar sendo vítima de um golpe conspiratório senatorial em curso.

Acontece que no meio tempo entre a aclamação de Otão e o momento em que ele partiu para a guerra contra Vitélio, surge um rumor entre as tropas de que Otão corria risco de vida e que ele estava sendo alvo de uma conspiração. Nas palavras de Tácito Embora esse acontecimento seja mencionado em todas as documentações, ele feito de forma mais detalhada por Tácito e Plutarco. Murison nomeia o acontecimento como de *The praetorian outbreak*, que tradução livre pode ser entendida por: O surto pretoriano.

Este acontecimento que deve ter tido sua ocorrência entre a última semana de fevereiro e meados de março de 69 d.C. (MURISON. 1993, p. 121), e este momento em Roma é tido por Roma estar num momento duma “atmosfera tensa e cheia de suspeitas” (WELLESLEY. 2000, p. 57). O que aconteceu é que Otão, ajeitando os preparatórios para a guerra contra Vitélio, mandou chamar a Décima Sétima Legião que estava estacionada em Óstia para Roma. Para este serviço o Imperador adereçou um tribuno dos pretorianos: Vário Crispino. Então Crispino, chegado lá e aberto o arsenal, pediu para que se carregassem as carroças com as armas no período da noite¹⁵⁵, quando parte dos soldados por rumor, pela embriaguez e pelo horário -cair da noite -começaram a desconfiar de que estava em curso uma conspiração para assassinar ao Imperador (TÁCITO. *Histórias*, I, 80, 2-3; PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 3,4; DIÃO CÁSSIO; *História Roman*, LXIII, 9, 2; MURISON. 1993, p. 122; GREENHALGH. 1975, p. 61). Nas palavras de Tácito foi “uma sedição que se levantou e quase foi a ruína para Roma” (TÁCITO. *Histórias*, I, 80, 1).

O que se seguiu foi uma verdadeira sedição em que os pretorianos dispararam para Roma em direção ao Palácio do Imperador (MURISON. 1993, p. 123). O legado enviado por Otão não conseguiu conter os soldados e, tribunos e centuriões foram acusados de traição. Os soldados estavam convictos de que Crispino fora enviado para levar as armas contra Otão e não a favor deste e que tudo se tratava de um *plot* senatorial contra a vida do Imperador (WELLESLEY. 2000, p. 57). Este argumento foi o vencedor. Há também a possibilidade de que alguns estivessem fomentando a agitação, pois este tipo de ocorrência propiciava as pilhagens. Tácito e Suetônio mencionam que o tribuno Crispino fora degolado pelos próprios soldados e também dois centuriões que resistiram à sedição, o que é um exemplo do caos originado pelo relacionamento íntimo do Imperador com as tropas como algo danoso para a *res publica*. De gládios à mostra, os homens assaltaram as carroças com as armas e montados em

¹⁵⁵ Suetônio por outro lado descreve que as armas fossem transportadas para Roma em navios, pelos marinheiros da frota, mas a informação do serviço ser executado de noite é confirmada pelo biógrafo latino (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Vida de Otão, 8, 2).

cavalos dirigiram-se para Roma e para o Palácio do Imperador, com pretensões de salvarem o Imperador daqueles que supostamente queriam lhe fazer mal (TÁCITO. *Histórias*, I, 80, 4-5; PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 3,5; MURISON. 1993, p. 120).

Naquele momento da noite, enquanto os homens estavam a ir para Roma, Otão estava num banquete Imperial, em seu palácio, e tinha em sua presença nada menos que oitenta senadores, muito deles com suas esposas presentes. Os convidados, membros da mais alta elite da *Urbs*, ao descobrirem as movimentações das tropas, ficaram sem saber se na verdade seria uma revolta acidental dos soldados ou se era uma trama do Imperador para assassina-los. Otão neste momento é descrito como alguém perplexo e que, embora estivesse ele mesmo com medo dos convidados, ele também os causava terror. (TÁCITO. *Histórias*, I, 81, 1; PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 3,6-7). O Imperador sem perder sua presença de espírito então toma a atitude de enviar os Prefeitos do Pretório para acalmarem a ira de seus soldados, eram estes Plócido Firmo e Licínio Próculo, enquanto os convidados eram retirados por outra porta (TÁCITO. *Histórias*, I, 81, 2; PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 3,6-9; WELLESLEY. 2000, p. 57; GREENHALGH. 1975, p. 62).

A cena a seguir descrita exclusivamente por Tácito é uma prosa com tom trágico e dramático. O historiador latino descreve da seguinte maneira:

Então fugiram os magistrados em todas as direções, retirando suas insígnias evitando a multidão de companheiros e servos¹⁵⁶; os velhos e mulheres procuraram diversos caminhos da cidade através da escuridão; poucos em suas casas; a maioria procurava as moradas dos amigos e inseguros esconderijos, quando para cada qual havia um cliente mais humilde. Nem sequer as portas do Palácio contiveram o ímpeto dos soldados para que não invadissem a festa, pedindo com insistência que Otão se apresentassem diante deles, após ferirem o tribuno Júlio Marcial e o prefeito da legião Vitélio Saturnino [...], De todas as partes armas e ameaças, ora contra os centuriões e tribunos, ora contra todo o Senado, enlouquecidos os ânimos por cego pavor e, como não podiam destinar alguém específico para a violência, exigindo a licenciosidade de ir contra todos, até que contra o decoro do Império Otão, os conteve com rogos e com lágrimas: retornaram para os acampamentos contra a vontade e não isentos de culpa (TÁCITO. *Histórias*, I, 81, 3 e 82, 1-3).

¹⁵⁶ Para que não fossem reconhecidos como senadores e mortos pelos soldados.

O que podemos evidenciar a partir deste trecho é que estava em jogo os interesses de dois setores da sociedade romana: os soldados rasos e uma parte da aristocracia. O fato de os soldados acharem que havia uma trama senatorial e que os altos comandos dos exércitos participavam deste ocorrido é muito significativo à medida que concluímos que as tropas agiram da maneira que agiram para garantir seus próprios interesses em contraposição possíveis interesses dos Senadores e dos altos comandos do exército, que certamente poderiam ter benefícios em assassinar Otão e entregar o Império a Vitélio afim de garantir concessões deste quando chegasse à Roma. Todavia, ao que tudo indica, eram apenas rumores.

No dia seguinte Roma se encontrava “como se fosse uma cidade tomada: as casas fechadas, pouca gente pelas ruas, triste a plebe; abaixados para terra os semblantes dos soldados e mais tristeza do que arrependimentos. Em manípulos¹⁵⁷, dirigiram-lhes a palavra os prefeitos Licínio Próculo e Plócio Firmo” (TÁCITO. *Histórias*, I, 81, 3-4) que os repreenderam. Contudo, o que aconteceu é que após a conversação e as represálias, Otão entrou nos acampamentos ele mesmo. É sabido que Otão afirmou ao exército que nada haveria de temer sobre a vida do Imperador e que receberam cada um mil duzentas e cinquenta dracmas por cabeça¹⁵⁸, sendo somente dois presos e tido como culpados pela sedição. No dia seguinte ele se dirigiu para o acampamento e elogiou os soldados, agradecendo-os pela preocupação e demonstração de afeto (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 3, 12; WELLESLEY. 2000, p. 58).

O dia seguinte é descrito somente por Tácito, e na versão deste, Otão faz um longo, belo e eloquente discurso, que encerra o acontecimento. Por este discurso não ser mencionado em nenhuma outra documentação e não ter nenhuma referência a uma versão oficial, podemos considerar que as palavras descritas no discurso a seguir remetem mais ao pensamento de Tácito do que de Otão¹⁵⁹:

¹⁵⁷ Unidade do exército romano.

¹⁵⁸ Na versão de Plutarco é esta a quantia, mas a de Tácito são cinco mil sestércios, valores que parecem ser equivalentes.

¹⁵⁹ Um exemplo tácito disto é analisado por Keneth Wellesley em um ensaio de nome *Can you trust Tacitus?* (1954), no qual o autor analisa um discurso feito por Cláudio nos *Anais* e compara com a versão oficial emitida pelo Imperador. Os resultados são discrepantes e a versão taciteana do Imperador Cláudio é defasada, desengonçada e pobre, em contraste da versão oficial que era rica retoricamente e em eloquência (1954, p. 26). Portanto, se Tácito modificou o discurso de Cláudio que tinha uma versão oficial, o que não faria com os discursos feitos de forma não oficial e não registrados?

Não vos exortaria a fim de vossos afetos para a amizade de minha pessoa, camaradas de armas, nem vos incitaria para o ânimo em relação ao valor (ambos com efeito brilhantemente sobram), mas vim devendo solicitar a vós moderação de vosso ardor e conduta de vossa ternura para comigo. O início do último tumulto nem pela ambição nem pelo ódio, os quais impeliram muitos exércitos para a discórdia, nem sequer foi por causa da recusa aos perigos ou do temor a eles: a vossa excessiva dedicação inflamou o tumulto com mais violência do que com mais reflexão; com efeito muitas vezes consequências perigosas seguem as causas honestas dos acontecimentos, caso não recorras ao juízo. Vamos à guerra. Acaso a natureza dos fatos ou a velocidade das oportunidades permite serem ouvidos em público todos os mensageiros, todas as resoluções serem deliberadas com todos os presentes? É necessário que os soldados tanto ignorem certos fatos quanto saibam de outros: assim a autoridade dos comandantes neles mesmos, assim há o rigor da disciplina, de maneira que em muitos casos seja útil também somente os centuriões e os tribunos serem ordenados. Caso se permita cada um questionar por que razão que seja ordenado, ao ser aniquilada a obediência o império também desaparece. [...]. Vós, na verdade, fizestes isso em defesa de mim; mas no correr por várias partes, nas trevas e na confusão de todas as coisas, o momento favorável também pode se revelar contra mim [...]. As artes da guerra se consistem antes em obedecer, camaradas, do que em discutir as ordens dos comandantes, e o exército mais resistente no próprio perigo é aquele mais calmo diante da crise. Que existam armas e ânimos para vós; para mim deixai a deliberação e o comando de vossa bravura. A culpa foi de poucos, o castigo será de dois; os demais façam desaparecer a lembrança dessa noite vergonhosa. Nem em qualquer parte algum exército ouça aquelas vozes contra o Senado. A cabeça do Império e as honras de todas as províncias – por Hércules [...]. Vitélio apoderou-se de alguns povos e possui certa imitação de exército, e o Senado está conosco: desta maneira se faz que deste lado tenha reunido a República e do outro lado os inimigos da República (TÁCITO. *Histórias*, I, 83, 2-9; 84, 1-7).

Temos ciência da extensão da fala, mas diante de sua riqueza sobre o que este trecho nos elucida sobre o discurso taciteano e senatorial e também acerca do que representa a instabilidade ocasionada por uma Guerra Civil, especialmente por esta ocorrida em 69 d.C.

Apesar do discurso inteiro ser bastante autoexplicativo, há alguns pontos que gostaríamos de ressaltar. O primeiro ponto é sobre a falta de liderança. Os primeiros dois terços do texto representam o quanto a liderança e a hierarquia estavam quebradas pelo clima conspiratório e instável originado pela Guerra Civil que estava se desenrolando. Quando através de Otão, Tácito pede por moderação por parte do exército e reflexão antes da ação, nos ilustra que Tácito tem antes de tudo o pavor da indisciplina e da quebra da hierarquia nos exércitos¹⁶⁰. Ressaltamos que eram os senadores a quem os sediciosos culpavam de conspirar contra o Imperador e que havia oitenta senadores na casa do Imperador, aonde esperavam matar os supostos culpados. A tragédia por fim não aconteceu, mas o simples fato de quase ter tido ocorrido é o suficiente pra fazer com que nossas documentações, todos da elite romana, se sentissem amedrontados. Um segundo ponto do discurso que podemos analisar é a apologia senatorial feita por Tácito ao fim do discurso. O historiador ao colocar estas palavras na boca de Otão procura na verdade engrandecer e proteger a própria ordem, ordem de seus amigos e familiares e de seus leitores. Tácito procurou desviar a culpa do Senado e evitar que tais acontecimentos voltassem a se repetir contra eles, buscando reestabelecer uma importância que não há mais no Senado desde a fundação do Império por Otávio Augusto. Há também algo importante a se mencionar, pois na última parte do trecho fica evidente que, apesar de estar institucionalmente lesado no período imperial, o Senado ainda tinha um peso simbólico importante para a legitimidade Imperial, visto que o Imperador em Roma é considerado legítimo enquanto Vitélio é considerado “inimigo da República”. De fato, estes são na verdade os motivos do porquê todas as fontes documentais mencionarem este evento, sobretudo Tácito e Plutarco¹⁶¹. Dião Cássio, apesar de passar pelo ocorrido com brevidade, emite uma opinião

¹⁶⁰ Quem mais aborda o tema da insubordinação dos soldados e a falta de liderança dos Imperadores e dos generais de batalha no discurso taciteano da obra *Histórias* é o autor J. Master. Segundo este “Uma das explicações para o prolongamento do caos militar e social nas *Histórias* é a falha de liderança. Tácito entra oportunidades constantes para pontuar ou exemplificar a deficiente liderança atuada pelos Imperadores e generais de cada lado nas guerras civis, seja por sua incompetência, por sua desonra ou por simples falta de cuidado, nenhum comandante saiu bem sucedido em performar suas tarefas de forma admirável” (MASTER. 2012, p. 89).

¹⁶¹ Ressaltamos novamente que todos tinham o status senatorial, exceto por Suetônio. Portanto, há duas interpretações possíveis para se pensar o porquê de o relato de Suetônio sobre esta Conspiração Imaginada ser o mais modesto e também o motivo dele ser o único a não emitir uma opinião direta sobre o ocorrido, nem acerca do comportamento do Imperador ou do comportamento do exército. A primeira é: por não ser de ranque senatorial Suetônio não se sentiu tão ameaçado pelos ultrajes que o exército cometeu contra o Senado. A segunda é: devida à longa e detalhada descrição feita por Tácito, o biógrafo não ousaria desafiar seu colega de letras, pois, como denota Hadrill “Suetônio foi muito modesto ou honesto para desafiar Tácito” (HADRILL. 1995, p. 9) em sua escrita. Então, por Tácito já ter escrito sobre o assunto, Suetônio teria evitado escrever mais sobre o mesmo ou até contrapor os escritos de seu colega historiador, visto que a biografia possuía como uma de suas funções a de complementar à história e não de desafiá-la (HADRILL. 1995, p. 9-10).

bastante crítica e contundente logo antes, que também se aplica ao seu próprio período e o governo dos Severos: “

[...] ele (Otão) mostrou que o cargo imperial estava à venda e colocou a cidade sob o poder de espíritos fracos; além disso porquê ele convenceu os soldados do fato de que eles podiam tanto matarem quanto criarem um César. Ademais, ele colocou os soldados numa posição audaz e sem controle por seus presentes e atenções excessivas que invadiram o palácio enquanto havia um número de senadores estavam jantando com Otão [...]. Mesmo por este comportamento os homens receberam dinheiro e logo no começo assumiram que seus atos foram devido à sua afeição a Otão” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 9, 2-3).

É perceptível no discurso de Dião Cássio a insatisfação com a relação estabelecida entre as tropas e o Imperador diante deste acontecimento de instabilidade e falta de liderança, responsável por tal ameaça ao Senado. Para Dião se os altos comandos não estivessem nas mãos de “espíritos fracos”, ou seja, se Otão incluísse mais Senadores e *nobiles* em seu governo, tal acontecimento dificilmente teria ocorrido. O autor denomina a relação e atuação do César para com as tropas como uma compra e não como uma autoridade imposta e legítima, visto que este ultraje das tropas aconteceu pela falta de liderança dos subordinados escolhidos por Otão, o que denota uma falha no próprio Imperador.

Desta forma, devemos abordar e esclarecer um ponto muito importante para o contexto da Guerra Civil. A falta de liderança dos superiores como principal problema das instabilidades que ocorreram em 69 d.C. O autor Jonathan Master em seu texto para o *A companion to Tacitus* (2012) afirma que

Uma das principais prolongações para a prolongação do problema militar nas *Histórias* é a falta de liderança. Tácito encontra oportunidades constantes para pontuar ou exemplificar a deficiência de liderança interpretada pelos Imperadores e seus respectivos generais no ano das guerras civis. Se oi incompetência, traição desonrosa, ou simplesmente falta de cuidado, nenhum comandante foi bem sucedido em performar seu papel de forma inteiramente admirável [...]. Dos numerosos exemplos de liderança falha nas *Histórias*, os casos do Imperador Otão e de um general Herdônio Flaco podem ser vistos como exemplário (MASTER. 2012, p. 89).

Ainda sobre este acontecimento Wellesley afirma que este “espetáculo foi degradante, e ilustrou essencialmente a ausência de poder do Senado e a covardia de seus membros” e conclui afirmando que “O governo de Otão durou, de fato, dois meses, e desde o começo, pelas documentações que temos de um período sobreposto por preocupações militares o que torna impossível deduzir quais qualidades políticas Otão aplicaria num governo mais longo” (WELLESLEY. 2000, p. 58). Tudo isso ocorreu pois Otão deu ordens para que os armamentos fossem transferidos por navio do Acampamento Pretoriano, logo fora de Roma, para Óstia, e um jeito conveniente de fazê-lo era através das embarcações. Por isso os soldados estavam pegando em armas, para transferi-las, quando alguns acharam que se tratava de uma insurreição (MURISON. 1993, p.129).

Desta forma, não é exagero dizer que Otão, por suas supostas características de feminilidade, luxuosidade e licenciosidade sexual, é utilizado por Tácito como espécie de bode expiatório. Ou seja, um exemplo retórico de mal imperador e, portanto, um exemplo a não ser seguido, mesmo sem que este tivesse de fato governado como Imperador tempo suficiente para que se tirasse tais conclusões.

3.5 A Guerra Civil de Otão contra Vitélio

3.5.1 A disposição das províncias

Vitélio foi enviado para governar a Germânia após as insurgências das tropas contra seu comandante anterior em primeiro de dezembro de 68 d.C. Os germanos, que foram os responsáveis pelo fim da rebelião de Júlio Vindex na *bellum neronis*, queriam ser recompensados por seu papel desempenhado, como já dito. Só que ficaram frustrados por não terem recebido nada, e, de fato, foram seus inimigos, os gauleses, que foram beneficiados pelo Imperador e eximidos de tributos por terem apoiado a aclamação de Galba ao lado de Vindex. Portanto, Vitélio que fora enviado para pôr fim à rebelião em nome de Galba, acabou por ser ele próprio aclamado ao Império em primeiro de janeiro de 69 d.C. Vitélio foi saudado Imperador pelas tropas em um município chamado Colônia Agripina, na Germânia, enquanto se quebravam estátuas de Galba. Fábio Valente no dia seguinte, general da Germânia superior o saudou Imperador publicamente, e por isso foi lhe dado a maior porção das tropas (TÁCITO. *Histórias*, I, 52-6).

Por isso, apesar de peculiar, não há surpresa nenhuma no fato de Otão descobrir a revolta de Vitélio somente após o seu golpe de estado em Otão. Se Vitélio foi aclamado ao Império em

1 de janeiro de 69 e Otão assumiu como Imperador em 15 de janeiro, há apenas 14 dias de espaço-tempo entre esses dois acontecimentos. Levando em consideração a distância entre a Itália e a Germânia e a ausência dos meios de comunicação dos tempos modernos, faz sentido com que aqueles em Roma ainda não estivessem cientes da rebelião ainda em meados de janeiro. Conforme relata Murison, este período do Principado de Otão foi complexo, turbulento e muitas vezes incoerente pelas documentações que nos chegou, e por isso, as vezes precisamos usar uma abordagem mais “lógica” do que “histórica” para criar uma narrativa que faça sentido ao leitor (MURISON. 1993, p. 81).

Assim, Vitélio, passou a ter o controle de ambas as germânicas, Ulterior e Inferior (TÁCITO. *Histórias*, I, VIII, 3 -8). Após ser aclamado Imperador o governador Valério Asiático da Bélgica também lhe declarou apoio, assim como Júnio Bleso, enviado de Galba para governar a Gália Ludgunense (MORGAN. 2006, p. 81). Conforme marchou em direção a Roma, entre os meses de fevereiro e março, algumas províncias mais próximas foram desertando para o lado viteliano, sendo estas a Hispânia, que estava sob governo de Clúvio Rufo, a Aquitânia, sob o comando de um Júlio Cordo e também a Gália Narbonense, que estava entre o rumo de Vitélio e Roma (TÁCITO. *Histórias*, I, 76, 2-5). Estas províncias, todavia, desertaram para o lado de Vitélio não por seu desempenho na guerra, nem por sua fama como general, mas por medo e pela fama das legiões do Reno, que por ser uma legião de fronteira em constante combate, estavam treinadas e experiente ao combate mais do que qualquer uma no Império (MORGAN. 2006, p. 81).

Já Otão em meados de março de 69, sabemos que além da Itália, Otão contava com as legiões da Dalmácia, Panônia e Mésia¹⁶². Em seguida Vespasiano e Caio Licínio Muciano¹⁶³ e suas respectivas legiões estacionadas em Jerusalém e na Síria juraram lealdade a Otão¹⁶⁴. Logo a seguir a Egito, o norte da África, Cartago e as demais cidades também penderam para o lado otônino. (TÁCITO. *Histórias*, I, 76, 7-8). Este evento é explicado por Tácito ao pontuar que as províncias mais distantes da dominação romana estavam a favor de Otão “não pela afeição aos lados, mas porque havia uma grande importância no nome de Roma e no esplendor do Senado”

¹⁶² Províncias localizadas ao norte-nordeste do Mar Adriático e da Macedônia

¹⁶³ Dupla importantíssima e que posteriormente à morte de Oto, irão em conjunto lutar pelo Império e sobrepujar Vitélio, após aclamação de Vespasiano e aliança deste com Muciano, governador da Síria (TÁCITO. *Histórias*, II, 4, 6)

¹⁶⁴ Com Vespasiano na Judéia estavam as seguintes legiões: Décima *Fretense*, Quinta *Macedônica* e a Decima Quinta *Apolinar*. Já com Muciano estavam: a Quarta *Cítica*, Sexta *Ferrata*, Décima terceira *Fulminata* e a terceira *Gálica*.

(TÁCITO. *Histórias*, I, 76, 6). Desta forma, praticamente todo o lado Oriental do Império estava a favor de Otão.

Numa provável tentativa de evitar a deserção das províncias e de manter o apoio delas consigo, Tácito informa que Otão concedeu benesses aos hispanos e lusitanos, assim como aos lingones (povo gaulês). Também concedeu cidadania romana à província da Bética¹⁶⁵ e a cidades na Mauritânia¹⁶⁶ (TÁCITO. *Histórias*, I, 78, 1; DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 8, 3).

Em seguida o Imperador entra num impasse estratégico, sem saber se adiantava a batalha aos vitelianos ou se esperava a chegada de reforços para atingir maioria numérica. Suetônio sem muitas ponderações conclui que “Otão decidiu oferecer batalha imediatamente, ou por não conseguir permanecer mais na incerteza e achar que terminaria tudo antes da chegada de Vitélio, ou por se sentir impotente para conter o ardor dos soldados” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 9). Quem apresenta um discurso diferente acerca desta tomada de decisão é Plutarco, pois atribui parte da indecisão a outros atores do círculo de Otão. O biografista aponta que tanto Próculo, que falava em nome da Guarda Pretoriana, quanto Ticiano eram a favor de dar batalha imediata aos vitelianos, enquanto Paulino e Mário Celso estavam a favor de esperar os reforços da Mésia e da Panónia, o que certamente deixaria os otoninos em larga vantagem numérica. O biógrafo grego acrescenta que o próprio Otão escreveu recomendando que não tivesse pressa, já que as tropas da Mésia estavam por chegar (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 8, 1-6). Mas Otão mudou de ideia ao ser pressionado pelos pretorianos, esses que tinham grande peso nas decisões do Imperador. A pressão acontecia por parte dos pretorianos pois

“experimentavam então ao máximo uma verdadeira campanha militar e sentiam saudades dos divertimentos, do modo de vida pacífico e das festividades que tinham em Roma, pelo que estavam incontroláveis na sua ânsia de dar combate, convictos de que iriam destroçar os inimigos mal se lançassem sobre eles. Parecia que também o próprio Otão não se conseguia controlar mais tempo à face da incerteza, nem aguentar, por falta de hábito e por moleza, os cálculos dos perigos, mas, por exausto pela ansiedade,

¹⁶⁵ Região sul da Hispânia

¹⁶⁶ Corta Norte-Oeste da África, banhada pelo Mediterrâneo.

apressava os assuntos para um desfecho à sorte, de olhos fechados, como um salto de escarpa” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 9, 2);

Desta forma percebemos como o discurso de Plutarco e Suetônio destoam acerca da performance de Otão em campo de batalha. Diferente do que foi descrito por Suetônio, Plutarco também atribui a responsabilidade a outros atores, dando outras possibilidades de interpretação sobre as decisões feitas pelo Imperador. Na versão de Plutarco, o maior aliado de Otão, seu homem de confiança, seu irmão Ticiano, é a favor de que o combate fosse feito de forma apressada. Há também a participação da guarda imperial na decisão, composta principalmente por pretorianos, pois certamente participavam do campo de influência e de tomada de decisão do Imperador, que também estavam desejosos do combate devido à sua ânsia para retornarem a Roma (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 9, 1-3). Isso acontece pois como reforça Wellesley “Ele – Otão – era apreensivo com todos exceto pela Guarda Pretoriana, que o colocou no poder” (WELLESLEY. 2000. p, 55). Ou seja, percebemos que, apesar de caber a Otão a decisão, parte do seu corpo de apoio também teve peso na sua decisão de dar combate ao exército inimigo ainda em abril, com um número páreo e não com um número superior, o que certamente foi decisivo nos resultados da primeira Batalha do Bedríaco.

Diante disso Master conclui que Otão tinha dificuldades adicionais com a liderança e a guerra em parte por suas companhias. O Imperador, de acordo com o autor, optou pelo pior conselho dos menos experientes, que vinha de seu irmão e do Prefeito da Guarda Pretoriana (MASTER. 2012, p. 89-90).

3.5.2 Principais generais e legiões

Os principais nomes mencionados a favor de Otão à época da batalha decisiva, a Primeira Batalha de Bedríaco, eram os seguintes¹⁶⁷:

1. Lúcio Ticiano, irmão e co-cônsul do Imperador.
2. Licínio Próculo, o Prefeito do Pretório à época, descrito como alguém próximo de Otão e de ter favorecido seu golpe de estado contra Galba¹⁶⁸.
3. Suetônio Paulino, líder da Infantaria.¹⁶⁹

¹⁶⁷ PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 5, 5.

¹⁶⁸ TÁCITO. *Histórias*, I, 46, 1.

¹⁶⁹ De acordo com Tácito, o mais versado na arte da guerra (TÁCITO. *Histórias*, II, 31, 1; 34, 5).

4. Mário Celso, ex-aliado de Galba, perdoado por Otão e líder da cavalaria¹⁷⁰.
5. Ânio Galo.¹⁷¹
6. Vestricio Espurina, defensor da cidade de Placência no cerco feito por Cécina.

Os principais nomes citados a favor de Vitélio eram¹⁷²:

1. Fábio Valente, comandante das tropas da Germânia Superior e principal general das forças de Vitélio.
2. Aulo Cécina, comandando as legiões da Germânia Inferior.

Então por volta de meados de março, 15, O Imperador Otão foi para guerra, como dito, com tropas ainda porvir, e sem esperar as tropas que lhe garantiria a vantagem numérica. Certamente havia uma ansiedade em sua pessoa para enfrentar Vitélio. Suetônio comenta que “Otão saiu em campanha com diligência e mesmo certa pressa, sem levar em conta as considerações religiosas” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 8,), o que certamente caracteriza o Imperador como alguém imprudente.

Com ele marchavam as tropas da Dalmácia e da Panônia, ao total, quatro legiões, a Sétima *Galbiana*, Décima Terceira *Gemina*, Décima Primeira *Claudia Pia Fidelis* e Décima Quarta *Gemina*. (TÁCIO. *Histórias*, II, 11,). E estas, sob o comando de Galo e Espurina, juntariam a cinco coortes pretorianas e o destacamento dos equestres à Legião Primeira *Adiutrix*, e um destacamento de dois mil gladiadores que Tácito descreve como uma “assistência degradante” (TÁCITO. *Histórias*, II, 11, 4-6) mas também sabemos que vieram três legiões da Mésia para a Itália (MURISON. 1993, p. 96; TÁCITO. *Histórias*. II, 46). Sob o comando da força naval Otão colocou os nomes Suédio Clemente, Antônio Novelo e Emílio Pacense, contudo, apesar de ter o maior predomínio naval, Otão não parece ter feito uso efetivo destas forças, sobretudo por sua morte precoce e pela estreiteza de seu governo, tanto que Tácito é o único a mencionar a marinha neste ponto da guerra (TÁCITO. *Histórias*, II, 12).

Com Vitélio e Fábio Valente, o principal general, tinha sob seu comando a Legião Quinta *Alaudae*, a Primeira *Germanica*, Décima Quinta *Primigenia* e a XVI, uma *vexillatio*, ou

¹⁷⁰ Embora Plutarco aponte que “Celso e Paulino, embora carregassem o título de conselheiros e amigos, não possuíam autoridade nem poder efetivo nos assuntos de estado” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Otão, 7, 7; TÁCITO. *Histórias*, II, 34, 5).

¹⁷¹ Que parecia estar afastado das decisões dos comandantes por estar machucado devido a uma queda de cavalo (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Otão, 8, 6). embora Tácito complementa que sua de opinião fora consultada, enviada por mensageiros (TÁCITO. *Histórias*, II, 33, 1).

¹⁷² Ver PLUTARCO, *Vidas Paralelas*. Otão, 5, 1; TÁCITO. *Histórias*, I, 61; I, 52-53; II, 30.

seja, um destacamento de reforço que poderia ter número e origens variadas, tendo pedaços e centúrias vindos de diversas legiões. Já a Cécina foi confiada as unidades da Germânia Ulterior, a Vigésima Primeira *Rapax*, com uma *vexillatio* de homens da Quarta *Macedonica* e da Vigésima Segunda *Primigenia*, com tropas auxiliares em torno de nove a dez mil homens. (MORGAN. 2006, p. 84). Também sabemos que a Britânia havia se virado para o lado de Vitélio após sua aclamação, dando-lhe oito mil homens. O que lhe garantia aproximadamente vinte mil legionários mais dez mil *auxilia* em números totais com Vitélio na reta guarda e que nem chegariam a participar de fato da guerra, já que foi travada por Valente e Cécina que marcharam na dianteira (WELLESLEY. 2000, p. 56; MURISON. 1993, p. 86).

Dião Cássio afirme ter quarenta mil de cada lado à batalha do Bedríaco, o que parece ser um número exagero, a análise de Murison parece conferir essa possibilidade. Murison confirma que o número somado entre as legiões de Vitélio e as tropas *auxilia* – tropas germânicas sob comando romano –, somavam entre quinze e dezesseis mil homens sob o comando de Cécina, vinte mil sob comando de Valente e mais trinta mil na retaguarda com Vitélio. (MURISON. 1993, p. 85-6). Portanto, tomando por base essas estimativas, as tropas do lado viteliano que lutaram nesta primeira batalha do Bedríaco em 14 de abril foram em torno de trinta e cinco a trinta e seis mil soldados e auxiliares. Já do lado otônino temos também uma situação, pois como dito, Otão fez chamar as legiões da Dalmácia, Mésia e Panônia. Contudo, Murison estima que somente partes das tropas estivessem presente. Da XIII *Gemina*, por exemplo, estima-se que somente uma *vexillatio* estivesse presente, o que seria dois mil homens e não os aproximadamente sete mil e quinhentos homens que corresponderiam à Décima Terceira em seu estado integral¹⁷³. O autor ainda reitera que “não se ouviu nada da XI *Claudia* ou da VII *Galbiana* em conexão com a batalha do Bedríaco, então devemos assumir que elas não chegaram a tempo” (MURISON. 1993, p. 98). Assim apenas as *vexillatio*, mandadas na dianteira, haveriam chegado da Mésia para a primeira batalha do Bedríaco em 14 de abril. Assim podemos estimar que da Mésia chegaram seis mil homens e não dezessete mil, o total íntegro destas duas legiões. (MURISON. 1993, p. 98-99; 110-111).

Nessa condição, Murison nos leva a crer, ao contrário da documentação, que Otão lutou contra Vitélio em desvantagem e não em condições páreas, como a documentação nos permite entender. Tanto que o autor afirma que “as forças que marcharam a oeste do Bedríaco para

¹⁷³ Já que uma legião integralmente corresponderia cinco mil e quinhentos homens, mas considerando as tropas auxiliares e *vexillatio* poderiam chegar a 10 mil soldados (MURISON. 1993, p. 85).

Cremona *não* eram todas as tropas dos otôninos” (MURISON. 1993, p. 112). Wellesley também apresenta os números e aponta que as forças de Otão no vale do Pó dificilmente ultrapassaria os trinta mil homens, enquanto o exército que o confrontava se aproximava dos cinquenta mil. (WELLESLEY. 2000, p. 69). Todavia, como vimos com Murison, apenas em torno de trinta e seis mil estavam na dianteira com Valente e Cécina, mas Vitélio ainda conservaria maior quantidade de forças por conta da pressa de Otão e seus conselheiros.

Mas antes da Primeira Batalha do Bedríaco houveram algumas faíscas e pequenas vitórias da infantaria de Otão (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 9). Nestas escaramuças, ou seja - um combate de menor importância que visam seja uma vitória para aumentar a moral, uma posição estratégica ou então cortar uma linha de suprimentos - Cécina pretendia adquirir uma vitória antes da chegada de Valente e fazer um quartel general. Assim Cécina foi dar batalha aos otôninos em Placência, cidade otônina sob proteção de Espurina, localizada próxima aos Alpes, no norte da Itália. Após um dia de combate, é descrito que Cécina, sem sucesso após um cerco vergonhoso, desistiu do ataque e foi atacar Cremona, cidade onde estabeleceu o seu quartel general (WELLESLEY. 2000, p. 62). Ao se dar conta dos movimentos de Cécina, Espurina informou Ânio Galo, por carta, das intenções de seus inimigos e sobre o sucesso otôninos na defesa de Placência (TÁCITO. *Histórias*, II, 21 -23). Galo, ao saber disso, pausou o avanço em direção aos Alpes e estacionou as tropas em Bedríaco, uma aldeia localizada entre Verona e Cremona, “conhecida e desgraçada por dois desastres romanos” (TÁCITO. *Histórias*, II, 23). Dois desastres, pois, além de ser o teatro do combate entre as tropas de Otão e Vitélio, em abril, também foi o solo em que ocorreu outra grande batalha naquele mesmo ano, na qual se deu a vitória de Vespasiano sobre Vitélio, em outubro de 69 d.C. Placência nos parece ser um local estratégico no norte da Itália, visto que César em 49 a.C. também fez base lá na sua Guerra Civil contra Pompeu. Este tipo de conquista também parece ser de suma importância numa guerra civil não só pela conquista em si e pela submissão de uma cidade rival, mas pelos depósitos de suprimentos que elas podem guardar, o que pode garantir uma boa vantagem estratégica sobre o inimigo caso a guerra se prolongue (GOLDSWORTHY. 2016, p. 293, 299).

Depois disso as forças de Vitélio decidiram se unir para dar batalha juntos às tropas de Otão. Fábio Valente que estava com grande parte das forças se une então a Cécina na frente de batalha, no acampamento militar feito em Ticino¹⁷⁴ (TÁCITO. *Histórias*, II, 27, 1; 30, 1). Neste

¹⁷⁴ Cidade localizada ao sul dos Alpes, à 80 km de Cremona,

momento Tácito explica de forma ainda mais clara porque a pressa era útil para os vitelianos e de forma bem detalhada nos fornece um panorama da situação dos generais e das tropas de Vitélio: O principal problema era o fornecimento de trigo, pois haviam esgotado as Gálias com a própria passagem do exército, e a falta de reforços, caso necessitasse. Também não haviam reforços marítimos pra fazer o fornecimento de alimentos e mantimentos aos vitelianos. Por outro lado, os ortoninos, dispunham de toda a abundância que o oriente podia fornecer, além das cidades da Itália, protegidas com muralhas e homens, que poderiam fornecer trigos e reforços, além das tropas já mencionadas da Mésia, Panônia e Dalmácia que estavam a caminho. (TÁCITO. *Histórias*, II, 32, 2-5). Goldsworthy assinala que, a depender da situação da guerra e da estação do ano, o alimento tanto quanto o abastecimento de água podia se tornar um assunto crítico (GOLDSWORTHY. 2016, p. 293).

Uma grande empresa militar, ou seja, criação e mobilização de exército para os fins bélicos de grande dimensão, tem um alto custo, tanto de manutenção quanto emocional. Isso faz com que o chefe do empreendimento e seus subordinados lidem com criação de acampamentos e manutenção de mantimentos e de humor dos soldados rasos, que no período de Guerra Civil, se torna ainda mais instável e sedicioso por ser uma luta contra membros do mesmo Império e até conterrâneos, o que aumenta exponencialmente as chances de rumores, espionagem e sedições. Júlio César, mais de um século antes também haveria de sofrer tais pressões, pois em sua luta contra Pompeu também teve problemas pois os soldados reclamavam dos donativos de quinhentos denários por homem que César havia prometido (GOLDSWORTHY. 2016, p. 293). Goldsworthy aponta ainda que esse “motim – como tantos outros que aconteceram ao longo da História – havia sido, em parte, produto de um período de inatividade, o qual permitira que um descontentamento menor fermentasse (GOLDSWORTHY. 2016, p. 294).

Após a decisão de atacar tomada por Otão e seus próximos, Ticiano e Próculo, o Imperador decide deixar o campo de batalha e se reter na cidade de Brixelos (TÁCITO. *Histórias*, II, 33, 4. SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 9; PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 10). Esta decisão é tida como especialmente vergonhosa, “porque não só retirava aos combatentes a veneração e a honra de se sentirem sob o olhar dele, se estivesse presente, como ainda, ao levar embora consigo um corpo da guarda dos mais poderosos e mais devotos dos cavaleiros e peões, como que amputou o gume das forças” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 10). Tácito aponta outro ponto sobre a saída de Otão do campo de batalha, pois, apesar da decisão de colocar Ticiano, seu irmão, no campo, o

maior problema era que as tropas confiavam unicamente no Imperador e ele unicamente nas tropas, portanto, “havia deixado na incerteza a autoridade dos comandantes” (TÁCITO. *Histórias*, II, 23, 5). Dião Cássio também reprovou a atitude do Imperador, afirmando que “Otão se retirou do campo de batalha, declarando que ele não podia testemunhar uma batalha entre parentes – como se ele tivesse se tornado Imperador de uma forma legítima e não tivesse assassinado os cônsules e o César do Imperador na própria Roma” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 10, 2). Ou seja, Dião Cássio além de apresentar outro motivo para a esquiva do Imperador do campo de batalha, o fato deste não querer ver uma guerra civil, apresenta Otão como um hipócrita, expondo a contradição de alguém que supostamente não gostaria de presenciar uma batalha entre romanos, mas que foi o responsável por um golpe de estado conspiratório que terminou com a morte de romanos na própria capital.

Não só, mas Tácito apresenta ainda o alto comando das forças de Otão como generais atrapalhados, pois

“Ao partir Otão para Brixelos, nas mãos de seu irmão Ticiano a honra do império, na posse do prefeito Próculo a força e o poder político, Celso e Paulino, como se ninguém servisse a competência deles e inútil seu nome de comandantes [...]. Decidiu-se que o acampamento seria avançado para cerca de quatro milhas de Bedriaco e isso de tal maneira inábil que, ainda que na primavera e tão numerosos os rios de todos os lados, os soldados seriam atormentados pela falta de água. (TÁCITO. *Histórias*, II, 39, 1-2).

Em Tácito nenhum dos nomes é mencionado, mas Plutarco, como que dando nome aos bois, nomeia Próculo, o Prefeito do Pretório, por este acampamento “incompetente e inútil” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 1). Próculo, o mesmo responsável por fazer este acampamento desajeitado foi um dos principais responsáveis por fazer Otão adiantar o combate, como já dito anteriormente.



Mapa do Norte da Itália (MORGAN. 2006, p. 191).

3.5.3 A Primeira Batalha do Bedríaco¹⁷⁵

O início da batalha é confuso, e as versões mais completas estão nas *Histórias* de Tácito e na *Vida de Otão* de Plutarco. Para isso adotamos a ora a versão de Tácito, ora a versão de Plutarco de forma que se complementem, pra fornecer uma narrativa mais completa e rica em detalhes.

Finalmente o grosso dos dois exércitos se encontrariam fora dos muros de Bedríaco, e o seu início se deu em meados do mês, por volta do dia 14 de abril. Dião Cássio aponta que na primeira batalha do Bedríaco, em campo, haviam quarenta mil homens de cada lado, sinalizando o peso militar que ali se encontrava (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 10, 3). Tácito começa o relato afirmando que Otão “aflito pela demora e impaciente por causa da expectativa” (TÁCITO. *Histórias*, II, 40, 3) ordenou o ataque. E então, pelo lado viteliano, Cécina que estava a cuidar da construção de uma ponte, sabendo da movimentação das tropas correu para os acampamentos e encontrou os soldados prontos para batalha com a ordem de marcha já dada por Fábio Valente (TÁCITO. *Histórias*, II, 41).

O terreno do combate é descrito como irregular, com muitos arbustos e demasiado apertado para tamanho número de soldados, ainda mais com as valas e os fossos que foram construídos e os arbustos densos encontrado nas regiões, portanto as legiões se dividiam grupos separados (TÁCITO. *Histórias*, II, 41, 4-5; PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 12, 3). “Na elevação da estrada combatia-se com os corpos e apoiava-se com os escudos abandonado o arremesso de dardos, com as espadas e com as machadinhas destroçavam os capacetes e as couraças: reconhecendo-se entre si e visíveis aos demais” (TÁCITO. *Histórias*, II, 42, 6). Só duas legiões é que pareceram lutar em suas formas plenas. Segundo Plutarco, a Vigésima Primeira *Rapace*, de Vitélio e a Primeira *Adiutrix*, de Otão. Os homens de Otão “eram fortes e valentes, mas fazia então pela primeira vez a experiência da guerra e do combate; os de Vitélio, habituados embora a numerosos conflitos, eram já veteranos e para além da idade” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 12, 4).

Após os otoninos arrebataram a linha de frente do inimigo e tomarem sua águia, os de Vitélio reagruparam e mataram o comandante da legião, um Orfídio Benigno (TÁCITO.

¹⁷⁵ É tido como a primeira pois uma segunda batalha ocorre também nas proximidades de Bedríaco e Cremona naquele mesmo ano, por volta de outubro entre Antônio Primo, legado de Vespasiano, e Cécina, que ia a frente do exército de Vitélio. A batalha acabou com a vitória de Antônio que invade Roma e acaba tomando a cidade, num trágico episódio em que o Capitólio se incendia. (GREENHALGH. 1975, p. 142-143)

Histórias, II, 43, 1). A Décima Terceira *Gemina* de Otão foi repelida pela Quinta Legião *Alaudae*. A Décima Quarta de Otão também foi derrotada por um maior contingente dos soldados de Vitélio em combate (TÁCITO. *Histórias*, 43, 3). Desta forma, os comandantes de Otão fugiram do campo de batalha enquanto Cécina e Valente fortificavam seus soldados com as tropas (TÁCITO. *Histórias*, 43, 4). O corpo de gladiadores de Otão também participou do combate e lutaram contra a cavalaria Batava convocada por Vitélio, estes eram bárbaros germanos habitantes de uma ilha do Reno. Neste embate a cavalaria dos batavos, ordenada por um Alfeno Varo levou a melhor e aniquilou a tropa de gladiadores encomendada por Otão (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 12, 7; TÁCITO. *Histórias*, II, 43, 4). Plutarco narra de forma única a participação dos pretorianos de Otão em combate que dentre todos, foram os que “combateram de forma mais desonrosa [...], que não só foram capazes de chegar ao alcance da mão dos inimigos, mas ainda infundiram medo e confusão nos que se mantinham no lugar, ao fugirem pelo meio deles” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 12, 9).

Desta forma é descrita a derrota do exército de Otão pela documentação. Após isso, as tropas de Otão se retiraram para dentro da cidade do Bedriaco, aonde estava Ânio Galo, responsável por acolher os feridos e os derrotados. Após a batalha nem Licínio Próculo nem Paulino se atreveram a entrar nos acampamentos com medo deles próprios serem assassinados pelas tropas e serem culpabilizados pelos desastres ocorridos nos campos de batalha. (TÁCITO. *Histórias*, II, 44, 3; PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 13, 1). Reunidos então na cidade Mário Celso, Ticiano e os demais com patente, em assembleia, Celso convenceu os que ali estavam a enviar um acordo de paz, pois não fazia mais sentido causar mais morte a romanos (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 13, 3-5). O irmão do Imperador, Ticiano, no comando do *imperium* na ausência do Imperador, mandou dois emissários para tratar de fazer um acordo com Cécina e Valente. Na versão de Tácito é mencionada apenas uma delegação, mas por Plutarco sabemos que os dois emissários são Mário Celso e Ânio Galo (TÁCITO. *Histórias*, II, 45, 2; PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 13, 6). Porém, Ticiano se arrependeu de ter enviado a embaixada e tentou fazer os que estavam na cidade resistir, mandou homens aos muros para defenderem a cidade, mas já era tarde demais (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 13, 11). Quando Cécina retornou com a paz e a embaixada enviada, e “estendeu a mão direita, ninguém resistiu; antes, uns saudando os soldados do alto dos muros, outros abrindo as portas, saíam e se misturavam aos recém chegados. E ninguém ofendeu ninguém, mas eram só manifestações de amizade e apertos de mão, e todos prestaram juramento e se passaram para a causa de Vitélio. (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 13, 12-

13). E Tácito narra que “Então vencidos e vencedores derramados em lágrimas, amaldiçoando com lamentável alegria a sorte das guerras civis; nas mesmas tendas uns aliviavam os ferimentos dos irmãos e outros os dos parentes” (TÁCITO. *Histórias*, II, 45, 5).

Posto essa tragédia sobre as guerras civis, sobre como, apesar dos ódios e rivalidades momentâneos entre as legiões, fica evidente a moral e o apelo sentimental na literatura sobre quanto é prejudicial para Roma e para seus cidadãos as guerras civis. Sobre como se tratava de lutar contra seus próprios familiares, parentes e amigos. Tácito cita muitos exemplos ao longo das guerras civis, que durou apenas cerca de um ano, mas que foi suficiente pra gerar inúmeras desgraças aos romanos. Um deles é de um soldado que perdeu o pai em um motim, quando Vitélio estava a chegar em Roma após sua vitória sobre Otão (TÁCITO. *Histórias*, II, 88, 2-3). Há também um trágico caso de um parricídio acidental, pois um suposto Júlio Mansueto que servia na legião *Rapax*, havia deixado um filho jovem em casa. Quando adulto o filho foi alistado por Galba na Sétima legião Galbiana. Ambos teriam se encontrado mais tarde em lados opostos, lutando na guerra civil de Vespasiano e Vitélio, onde o pai teria matado o filho. Tácito narra que o filho “por casualidade encontrou o pai; o feriu e o derrubou, e quando se pôs a analisar o moribundo, foi reconhecido e o reconheceu. Se abraçando e chorando sob o ensanguentado, suplicava com voz de lástima que se apaziguassem a alma do pai e que não lhe fossem hostis como a um parricida” (TÁCITO. *Histórias*, II, 25, 2).

Enquanto a batalha se desenrolou e os exércitos e os generais do Imperador Otão foram derrotados, Otão estava, como dito, em Brixelos. Portanto, agora vamos para um novo momento da narrativa na qual nos empenhamos em descrever o suicídio do Imperador Otão, seus discursos, os motivos para tirar sua própria vida e, portanto, trazer à tona o fim de sua performance e de seu governo. Nos empenhamos em trazer a versão de cada autor e o que cada um atribui ou coloca no seu respectivo retrato de Otão e suas motivações para que este se suicidasse.

3.6 A honrosa morte do Imperador: o suicídio de Otão

Sabemos que Otão morreu aos trinta e sete anos no dia 16 de abril de 69, governando pouco mais de três meses, o governo mais curto entre os príncipes do Ano dos Quatro Imperadores enquanto Vitélio foi sagrado Imperador formalmente em Roma no dia 19 de abril de 69 (MURISON. 1993, p. 91; MORGAN. 2006, p. 139). Contudo, ao contrário da morte de Galba, que foi descrito de forma bem modesta pela documentação, a de Otão é amplamente desenvolvida, tanto por Tácito como pelos demais, pelos motivos que vemos adiante.

Embora para nosso trabalho compreender as formas da morte, os discursos acerca desta e seus efeitos seja um fator importantíssimo, para os autores que trabalharam e fizeram grandes obras com a temática da Guerra Civil de 69 e o Ano dos quatro Imperadores, como Keneth Wellesley, Gwyn Morgan, Charles Murison e P. A. L. Greenhalgh, nossas principais referências sobre o tema, a morte do Imperador não é devidamente trabalhada e analisada. O que deixa um grande vaco interpretativo acerca deste momento.

A exemplo de Greenhalgh, que faz belo trabalho em narrar o acontecimento de 69 d.C. em sua obra *The year of the four emperors* (1975) em toda sua extensão, mas sobre a morte do Imperador Otão ele se dedica somente a duas páginas, se limitando a afirmar apenas que “Otão se sentiu repentinamente cansado. Ele estava emocionalmente e fisicamente drenado e pela provação das últimas horas” (GREENHALGH. 1975, p. 103).

Murison por sua vez, também não desenvolve muito a morte do Imperador, mas faz afirmações interessantes. O autor afirma que a morte de Otão, aos olhos da documentação, é um verdadeiro paradoxo. Pois para estes “Otão era um vagabundo podre, durante sua vida, mas que no período e na maneira de morrer se revelou um verdadeiro romano, sem receios em se sacrificar para o bem do Estado como um todo” (MURISON. 1993, p. 131). Mas logo em seguida assinala que essa visão acerca do Imperador foi criada em cima do Otão jovem, antes de ser enviado para a Lusitânia, e que lá, enquanto administrador da província, agiu de forma energética, eficiente e honesta. E, portanto, essa afirmação, junto com a forma com que conduziu seu principado, nos permite concluir que Otão “quando assume uma tarefa de maior importância, a melhor face de sua natureza se acerta e seus consideráveis talentos entram em jogo” (MURISON. 1993, p. 133).

Como já dito, Otão morre ao fim de seu governo através de um suicídio, após perder a guerra. Mas não se trata de uma morte ordinária, mas de uma morte bem incomum e considerada notória e nobre. Mas como alguém como Otão, lascivo, vicioso e covarde, de acordo com as nossas documentações como já supracitados, conseguiu alcançar uma morte honrosa e digna de ser comentada e enaltecida em todas as documentações? E por que o contraste entre sua conduta e sua morte é tão marcante para Tácito, Suetônio, Plutarco e Dião Cássio? É a pergunta que procuramos responder a partir deste ponto.

No dia 14 de abril de 69 Otão já recebe em Brixelos as primeiras notícias da derrota de seu exército para Cécina e Valente nos arredores de Bedriáco. Primeiro chegaram aos ouvidos

do Imperador rumores imprecisos, mas logo alguns feridos fizeram seus relatos da derrota. (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 15, 1).

Ao comentarem a morte dos Imperadores, Plutarco e Suetônio demonstram autoridade sobre o que escrevem por suas fontes vivas, que lhe prestaram relatos acerca dos acontecimentos. Plutarco usa um Méstrio Floro, um varão consular que lhe concedeu cidadania romana, e que fazia parte do exército de Otão, “não por opção, mas por forças das circunstâncias” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 14, 2). Já Suetônio reivindica a autoridade da escrita a pessoa de seu pai, Suetônio Leto, que atuou no exército de Otão como Tribuno Augusticlavo da décima terceira legião. De acordo com seu pai, o biógrafo comenta que “Otão execrava a tal ponto as guerras civis que um dia, à mesa, tremeu de horror vindo um conviva lembrar o fim de Cássio e Bruto. Acrescentou que Otão não teria se insurgido contra Galba caso não tivesse certeza de que tudo se resolveria sem guerra” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 10).

Embora seja consenso entre a documentação de que Otão morreu de forma honrosa, os relatos se diferem acerca da motivação principal para o suicídio e sobre a forma de como realmente Otão passou suas últimas horas vivo.

De acordo com Suetônio o estopim para o suicídio do Imperador se deu após o suicídio de um soldado que ao trazer notícias ao Imperador da batalha foi acusado de deserção e de covardia. Diante das acusações, para provar que não era um desertor, se suicidou à frente de todos, inclusive do Imperador (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 10, 1). Este momento também é retratado em Dião Cássio, só que o soldado aparece como um cavaleiro que indaga da seguinte maneira diante do Imperador “Gostaria que essas notícias fossem falsas, pois mais feliz eu seria se tivesse eu morrido e você sido vencedor. Desta forma, eu devo perecer de todo jeito, para que ninguém pense aqui que prezo mais pela minha vida” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 10, 1-2). Ao presenciar tal atitude o Imperador dispensou seu irmão, seu sobrinho e todos os amigos de seus serviços e escreveu duas cartas, uma para sua irmã e uma para Messalina, viúva de Nero com quem pretendia se casar. Em seguida proferiu somente as seguintes palavras: “não exporia ao perigo soldados tão corajosos, aos quais tanto devia” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 10). Suetônio se limita a esta frase-discurso medíocre para tratar do discurso pré-morte do Imperador, apontando uma versão bem mais simplista do que todos os demais autores.

Ao apontar o caráter nobre de sua morte e o choque que esta promove em si e nos demais, Suetônio aponta o contraste entre a sua aparência e seu caráter, durante sua vida, e suas motivações para seu suicídio e a forma com que o conduziu:

“O físico e as maneiras de Otão não correspondiam de forma alguma a tamanha coragem. Com efeito, ao que se conta, era de estatura breve, inseguro sobre os pés, de pernas cambadas; tinha vaidades quase femininas, pois fazia-se depilar, e, como lhe rareavam os cabelos, usava uma peruca tão bem-feita e ajustada que ninguém o percebia; barbeava-se diariamente e aplicava ao rosto miolo de pão molhado, hábito que contraíra desde que lhe despontou a primeira barba, para que ela não voltasse a crescer; com frequência celebrava mesmo, publicamente, o culto de Ísis, em trajes de linho, segundo os ritos. Eis por que, cuido eu, sua morte causou espanto: ela não se harmonizava de forma alguma com sua vida” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 12).

Portanto, fica evidente na opinião de Suetônio que Otão não era viril e virtuoso o suficiente para colocar a vida dos outros antes da sua e muito menos forte para conseguir tirar a própria vida sozinho. Muito pelo contrário, Otão era afeminado, detentor de vaidades femininas, depilado e vaidoso. Todas essas características são incompatíveis com alguém que tirou a morte da mesma forma que Otão tirou.

A versão de Plutarco por sua vez é mais desenvolvida se comparada à versão do biógrafo latino. Plutarco dedica quatro parágrafos inteiros para a descrição e discurso pré-morte do Imperador. O autor grego aponta que a confiança e afeto dos soldados para com o Imperador era tamanha que

nenhum se foi embora ou se passou para os vencedores, nem se viu nenhum procurar os seus interesses quando o Imperador estava desesperado, mas vieram todos uniformemente à porta dele: chamavam-lhe Imperador, e, quando ele apareceu, voltavam-se para ele e desfaziam-se em súplicas, apertavam-lhe as mãos, prostravam-se diante dele, derramavam lágrimas, imploravam que não os abandonasse, que não os deixasse nas mãos dos inimigos, que os usasse de corpo e alma ao seu serviço (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Otão, 15, 2-3).

Ao narrar a fidelidade das suas tropas, Plutarco também põe na boca de Otão o seguinte discurso, bem mais longo e nobre do que na versão de Suetônio:

Este dia, camaradas de armas, tenho-o como mais bem aventurado do que aquele em que, pela primeira vez, vocês me fizeram imperador, pôr os vossos sentimentos e perceber a grandeza de alma. Mas não me privem de uma maior bem aventurança – a de morrer dignamente por tantos e tão nobres cidadãos. Se fui digno do Império Romano, é preciso que não poupe a alma pela pátria [...]. esta guerra não se faz contra Aníbal, contra Pirro ou contra os Cimbros, mas ambos os lados lutam contra romanos: vencedores ou vencidos, lesamos a pátria. É que até o bem do vencedor é um mal para aquela. Acreditem...¹⁷⁶ amiúde, que a minha morte é melhor do que meu governo. Pois não estou a ver como o meu governo possa ser uma vantagem tão grande para os Romanos como a minha entrega pela paz e pela concórdia, para que a Itália não veja mais um dia assim. (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Otão, 15, 2-3).

Já com um discurso muito bem elaborado, Plutarco apresenta um Otão com a maior das nobrezas possíveis, disposto a abrir mão não só de seu governo e do amor de seus apoiadores, mas da própria vida sozinho¹⁷⁷ para que seus compatriotas não fossem mortos com o desenrolar de mais batalhas na Guerra Civil. Também ressalta que as guerras civis são feitas de romanos contra romanos, e não contra um inimigo externo para a dominação de um povo e, portanto, para o engrandecimento da República. Ademais, Plutarco complementa que o Imperador fez chamar seu sobrinho Sálvio Coceiano, ao qual pretendia adotar após a guerra e disse as seguintes palavras: “Esta, meu rapaz – disse ele – é a minha última recomendação para ti: nem te esqueças por completo de que tiveste um tio César, nem os recordes em demasia” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Otão, 16, 4). Uma evidência certamente de que Otão, após se tornar *Princeps* e sobretudo ao fim de sua vida que se tornara uma pessoa mais sábia e nobre, aconselhando seu próprio sobrinho a ter *moderatio*¹⁷⁸, para que prese por sua vida afim de que não fosse ser assassinado pelos Imperadores ainda porvir.

¹⁷⁶ Texto lacunar.

¹⁷⁷ Ao contrário de Nero que, como descrito por Suetônio, fora incapaz de tirar a própria vida sozinho e por isso, solicitou a ajuda de Epafrodito, seu liberto (SUETÔNIO, *As Vidas dos Doze Césares*. Nero, 49).

¹⁷⁸ Uma *moderatio* muito semelhante à desenvolvida por Tácito na sua obra *Agrícola*, tanto que Tácito emite exatamente a mesma opinião “não se esquecesse de Otão ter sido um dia o tio dele, mas que não se lembrasse demasiadamente” (TÁCITO. *Histórias*, II, 48, 6). Essa *moderatio* instigava o medo aos Imperadores para que sujeitos que possuíssem antepassados notórios ou feitos dignos de destaque não entrassem na mira dos césares e fossem impelidos a morte (FRITZ. K. V. Tacitus, Agricola, Domitian, and the problem of the Principate. In: *Classical Philology*. 1957, p. 75). Sálvio Coceiano, entretanto, parece ter se esquecido das recomendações de seu tio pois, como relata Suetônio, comemorou o aniversário do Imperador Otão sob o governo de Domiciano e foi morto por isso (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Vida de Domiciano, 10).

A versão de Dião Cássio conflui com a de Plutarco, e o historiador grego também descreve um belo discurso e as motivações nobres para o suicídio do Imperador. De acordo com Cássio o Imperador proferiu as seguintes palavras:

[...] Eu odeio guerras civis, mesmo que seja eu o conquistador; e eu também adoro a todos os romanos, mesmo aqueles que não estão do meu lado. Deixe Vitélio ser o vencedor, já que isso agrada aos deuses; e deixe as vidas de seus soldados serem poupadas, já que isso me agrada. Com certeza é o melhor e mais justo que apenas deva perecer em vez de muitos, e eu devo preferir recusar por causa de um só homem a envolver o povo romano em guerra civil e causar o perecimento de uma grande multidão de humanos (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 13, 1-3).

Dita essas palavras, os soldados se sentiram tão admirados que imploraram por sua vida, para que ele os liderasse, causaram tumultos para evitar o suicídio de seu Imperador, contudo, Otão usando o exemplo do cavaleiro que se matou por ser considerado um desertor, afirmou que “Certamente eu não devo me mostrar inferior a este soldado, cujo qual assassinou a si próprio por trazer notícias da derrota ao seu Imperador. Eu certamente devo segui-lo em seus passos, para que nunca mais presencie ou ouça tal acontecimento de novo” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 13, 1-3).

Já na versão taciteana não consta o soldado que tirou a própria vida ao trazer as más notícias da guerra, mas apenas que apesar das notícias ruins, os amigos do Imperador o instruíam para que não desistisse da guerra, afim de que se esperasse as tropas porvir e que eles próprios lutariam, caso preciso, sendo estes os pretorianos e as legiões da Mésia. Plócio Firmo, Prefeito do Pretório de Otão suplicou para que Otão não desistisse de um exército tão leal e soldados tão merecedores (TÁCITO. *Histórias*, II, 46, 2-7).

Contudo, mesmo ciente de que ainda tinha chance na Guerra Civil, o Otão de Tácito profere o seguinte discurso:

“Expor por mais tempo aos perigos este ânimo, este vosso valor, considero um preço demasiado grande para a minha vida. Quanto mais esperança mostrais, se me fosse do agrado viver, tanto mais bela será a minha morte. [...] A guerra civil foi começada por Vitélio e, como lutaríamos pelo Principado com as armas, ali foi o início: para que não mais que uma vez lutemos, por minhas mãos darei o exemplo e a partir deste

momento a posteridade avalie Otão. Vitélio terá o proveito do irmão, da esposa e dos filhos: a mim, não me é preciso vingança nem consolações. Outros terão ocupado mais tempo o Império, mas ninguém o terá deixado tão corajosamente. Acaso eu permita tão grande juventude romana, tão numerosos exércitos gloriosos serem aniquilados novamente e morrerem pela República? Vá comigo este vosso ânimo como se vós tenhais morrido por mim, mas sejam sobreviventes. Nem por muito tempo demoremos eu, para vossa salvação, e vós, para a minha firmeza. Falar mais a respeito das situações extremas é papel de covardia. Tende vós o principal exemplo de minha determinação: que eu não me queixo de ninguém, pois acusar deuses ou homens é próprio daquele que queira viver.” (TÁCITO. *Histórias*, II, 47, 1-12).

Nesta versão Tácito nos elucida a nobreza de sua morte ao mencionar que Otão, apesar de ter governado por apenas 90 dias (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 15, 2), teve a morte mais honrosa do que todo os outros. Tácito também aponta a benevolência de Otão e a sensatez de seu suicídio ao mencionar que, por ter poupado irmão, a esposa e os filhos de Vitélio, o novo Imperador não precisará se vingar de seus familiares. Tácito chega a emitir ainda seguinte opinião: “O próprio Otão merecia clemência do vencedor por seu prematuro fim, não com efeito por um extremo desespero, mas por causa do exército pedindo o combate que ele tenha rejeitado para a República uma maior ruína” (TÁCITO. *Histórias*, II, 48, 4-5). Após o discurso, na versão de Tácito, Otão ordena que se deem navios e carroças para os que vão partir, distribui somas de dinheiro aos que pretendiam fugir (TÁCITO. *Histórias*, II, 48, 2).

Desta forma fica evidente o motivo do choque de nossas documentações com relação à morte do Imperador. Não se esperava de um sujeito como Otão, afeminado, luxuoso e vicioso uma morte tão honrada e nobre. Se esperava de Otão, contudo, que este fosse odioso e ambicioso, aponto de não levar em consideração as vidas que estavam subjugadas a ele, ou então que fosse covarde e fraco a ponto de não conseguir se suicidar. Esperava-se, portanto, um total desprezo pela vida e de seus soldados com relação à sua, e que o Imperador, por sua vez, buscasse fugir e postergar sua morte de todas as maneiras possíveis. Isso é ainda mais evidente quando contrapomos a forma da morte e a performance ao fim da vida de Otão e de seu sucessor, Vitélio, que ao perder a Guerra contra Vespasiano em dezembro de 69 d.C., tem seu fim descrito da seguinte forma por Tácito:

“Tomada a cidade, Vitélio é levado à casa da esposa no Aventino em uma liteira pela parte traseira do Palácio para que – se tivesse evitado o dia em um

esconderijo – se refugiasse em Terracina junto às cortes e a seu irmão. Depois por causa da inconstância do caráter e, o que é a natureza do pavor, como todas as circunstâncias sobretudo os presentes o desagradassem, voltou para o Palácio [...]. A inquietação e o silêncio do lugar aterrorizaram-no; ele experimenta os lugares fechados, arrepia-se com os vazios; e cansado por causa de seu infeliz andar de um lado para o outro e ocultando-se em vergonhoso esconderijo, é arrastado para fora por Júlio Plácido” (TÁCITO. *Histórias*, IV, 84, 7-9).

Assim sendo, vemos que ambos indivíduos viciosos e de caráter questionável no julgo romano podem performar de formas diferentes ao morrer. Otão, com uma morte das mais nobres e Vitélio com uma das mais vergonhosas, se escondendo e amedrontado. E Tácito reafirma ao se referir às mortes dos Imperadores, conclamando que “Sem dúvida, antes do fim de um e de outro, em que Otão ganhou uma notável e Vitélio uma muito vergonhosa” (TÁCITO. *Histórias*, II, 31, 1). Portanto, podemos perceber que as demais documentações reverberam e emitem opiniões bem semelhantes à de Tácito acerca da morte de Otão, e que, para os romanos, muito significativo é a performance ao morrer.

Quem apresenta uma versão alternativa e crítica sobre o suicídio de Otão é J. Master, que aponta o seguinte: “seu suicídio após sua derrota na batalha do Bedríaco também sugere que ele não sabia quando desistir. Se ele encontrasse melhores decisões e administrasse seus homens com mais energia no começo e no fim, talvez tivesse tido sucesso como Imperador” (MASTER. 2012, p. 90). Portanto, vemos que Otão, embora fosse um bom político, não deve ser considerado um bom general.

Dito isto e apresentado as representações das últimas horas de vida do Imperador, a forma com que se suicidou o Imperador, devemos tratar sobre as reações das pessoas à sua morte. Portanto, dissertemos agora sobre a forma de seu suicídio e sobre o efeito de uma morte imperial no mundo romano, uma morte tida como uma das mais honrosas e dignas possíveis para a documentação que nos chegou.

Suetônio afirma que Otão, após fazer todos os preparamentos necessários, tomou dois punhais cujas pontas estivessem bem afiadas e dormiu um sono profundo. Ao acordar, sob o nascer do sol, feriu-se com um só golpe por baixo do mamilo esquerdo. Aos primeiros sons do gemido os soldados correram para socorrer, mas o Imperador deu apenas instruções para que o

sepultassem sem demora. A reação dos soldados nos elucida bem o já mencionado amor que seus soldados tinham para seu Príncipe. Suetônio narra os efeitos da morte do Imperador assim: “Inúmeros soldados que se achavam presentes, após cobrir de beijos as mãos e os pés do cadáver que jazia por terra, vertendo abundantes lágrimas, proclamando-o o mais corajoso dos homens, o modelo dos imperadores, suicidaram-se imediatamente, ali mesmo e não longe da pira de Otão. (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 11-12).

Já no relato de Plutarco, tão detalhado quanto o de Suetônio, o autor revela que, antes ainda do suicídio, ao acordar, tratou com um liberto assuntos senatoriais. Já decidido que iria se matar, falou da seguinte maneira “Vai agora e trate de te mostrar aos soldados, se não queres ser morto de forma horrenda às mãos deles, como se me tivesses ajudado a morrer” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 17, 4). Desta forma, Plutarco aponta um Otão ainda mais resoluto em não prejudicar alguém próximo de si, um Otão, que ao fim da vida pois foi clemente e misericordioso com seu liberto. O autor grego ainda reitera que o efeito da morte do Imperador também causou grande lamúria, e o narrou da seguinte forma:

“Desataram os escravos em lamentos e logo a choradeira tomava conta de todo o campo e da cidade. Os soldados, aos gritos, lançavam-se para a porta a chorar, indignados, e acusavam-se a eles próprios, por não terem guardado o imperador nem o terem impedido de morrer por eles. E nenhum se foi embora, procurando cada qual a sua salvação, apesar de os inimigos estarem próximos, mas, depois de prepararem o corpo e levantarem uma pira, acompanhavam o cortejo em armas os que se haviam antecipado para terem a honra de se posicionarem debaixo do leito fúnebre e de o transportarem. Quanto aos outros, uns lançavam-se para beijar a ferida do morto; outros agarravam-lhe as mãos; outros prostravam-se em adoração à distância. E alguns, depois de colocarem tochas por baixo da pira, degolaram-se a eles próprios, claramente sem terem recebido quaisquer benefícios do falecido, nem temerem sofrer algo de terrível da parte do vencedor. Mas parece que em nenhum tirano ou rei se vira nunca um amor ou tal paixão de governar, como o desejo ardente que aqueles demonstravam em serem governados e em obedecer a Otão” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 17, 5-11).

Otão, conforme complementa Plutarco, foi enterrado ali mesmo, em Brixelos, e Plutarco descreve sua tumba como modesta, que não causava inveja nem pelo tamanho nem pelas inscrições. Ao fim da biografia emite a seguinte opinião: “Se não viveu de forma mais

conveniente do que Nero, morreu de forma mais nobre” (PLUTARCO. *Vidas Paralelas*, Vida de Otão, 18, 1-3).

O relato de Dião Cássio, por sua vez, não é mais rico do que os demais, e se limita a delinear que Otão se matou com um punhal e que alguns se suicidaram junto de seu túmulo. Mas sua opinião discursiva acerca deste Imperador e de sua morte são de se levar em consideração. Cássio faz um comentário reiterando a contradição entre a morte e a vida de Otão, apenas afirmando que “Após viver mais desgraçadamente do que todos os homens, morreu da forma mais nobre; e apesar de ter alcançado o império da forma mais vil, a forma com que saiu dele foi a mais honrável.” (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 15).

Por último, temos Tácito que, como de habitual, se empenhou em descrever ricamente a morte do Imperador e apresentar detalhes dramáticos. Tácito revela que o sono da última noite do Imperador foi impedido por um tumulto que se fazia nos acampamentos, pois alguns soldados queriam ir ameaçar Vergínio Rufo¹⁷⁹. Após acalmá-los, aqui Otão também experimentou dois punhais e guardou um embaixo da cabeceira. Quando acordou, durante a primeira luz, se jogou contra um dos punhais. Tácito revela ainda outra importante informação, e que nos permite questionar a validade integral do discurso de Otão sobre seu suicídio se tratar apenas de prevenir mais mortes (TÁCITO. *Histórias*, II, 59, 1-6). Isso se dá pois Tácito revela que o enterro de Otão foi apressado pois este “havia pedido isso com empenhadas súplicas para que a cabeça não fosse cortada para não servir de ultraje” (TÁCITO. *Histórias*, II, 59, 8), da mesma forma que este e seus soldados fizera com Galba após o golpe de estado conspiratório que Otão fizera contra o Imperador anterior apenas três meses antes. Isso nos permite interpretar o suicídio de Otão não apenas como nobreza, para que se evitassem mais mortes, mas também como uma forma de evitar a mutilação do seu corpo e do sofrimento que os soldados de Vitélio poderiam causar ao Imperador, caso fosse capturado pelas tropas inimigas ou traído pelas próprias tropas.

O historiador latino também nos comprova a versão dos autores anteriores de que uma quantidade razoável de pessoas se suicidou durante o enterro do Imperador, contudo, acrescenta que seu corpo fora levado pelas coortes pretorianas, com louvores, choro e com beijos na ferida e nas mãos. Durante o enterro alguns soldados “se mataram não por punição nem por medo,

¹⁷⁹ Na versão de Plutarco acontece de forma diferente, visto que para o autor grego os soldados foram em busca de Vergínio Rufo para que convidar-lhe a assumir o poder ou para que se apresentasse como embaixador deles ao irem se apresentar e jurar lealdade a Vitélio (PLUTARCO. *Vidas paralelas*. Otão, 18, 5-6).

mas por imitação da honra e por amor ao príncipe. E em seguida indistintamente em Bedriaco, em Placência e em outros acampamentos praticou-se esse gênero de morte” (TÁCITO. *Histórias*, II, 59, 12-13). Portanto, pelo menos na versão taciteana, os efeitos da morte imperial não atingiram somente os soldados que estavam ali presente em Brixelos, mas também em outras províncias, provavelmente Roma, aonde o Imperador certamente era popular.

Destas formas agiu e morreu Otão, aos trinta e sete anos de idade, por volta do dia 17 de abril de 69 d.C., faltando apenas 11 dias para seu aniversário de trinta e oito anos, governando por apenas três meses. (DIÃO CÁSSIO. *História Romana*, LXIII, 15, 2²).

Assim percebemos que em todas as documentações, em diferentes graus, há um interesse em relatar não só a morte de Otão, mas os efeitos que tal morte desenvolveram naqueles que prezavam e amavam seu Imperador, sendo estes principais efeitos o, luto, pesar e suicídio daqueles mais próximos do Imperador. Assim, esse episódio da atuação de Otão, como descrito por nossas fontes, nos revela importantes traços da cultura romana acerca da morte na Antiguidade, pois de fato tal assunto era relevante para a sociedade romana, a ponto de ter um gênero literário específico para o luto, estas são, as consolatórias. Esta por sua vez, é uma área de debate que já conta com uma extensa tradição no debate acadêmico, sobre a qual autores de bastante competência já dissertaram.

Como afirma Valerie Hope (2007), a morte possui diversos significados para os romanos, existem formas boas e ruins de morrer. No caso do ato de tirar a própria através do enforcamento, por exemplo, pode ter significados diferentes de acordo com a posição que se ocupa na sociedade romana. Para a elite, o suicídio pelo enforcamento significava covardia, para outros com menos prestígio e sem reputação a perder, era uma possibilidade de morrer sem demasiada dor. O autor aponta ainda que o suicídio possuía um significado bastante diferente do contemporâneo, apontando que, era um ato visto como um intencional e consciente e não como um ato causado por doença ou desbalanço mental. Para os membros da elite, nos fins e início da República, o suicídio não significa um ato negativo de desespero, mas uma escolha racional e razoável de destruir a si próprio (HOPE. 2009, p, 32). Ademais, o autor explica que:

“Um bom suicídio era aquele que tinha motivos sólidos e que foi cumprido bravamente. Considerada uma decisão a ser tomada e estimada em vez de uma decisão impulsiva a ser feita. Suicídio poderia ser um assunto da honra aristocrática e um privilégio. Se toda morte era inevitável, era um privilégio

poder escolher seu momento, seu local e seus meio de tirar a própria vida, evitando destruições futuras de sua reputação, desastres para sua família e possível abuso do seu corpo [...]. Um suicídio escolhido racionalmente poderia ser grandemente admirado e descrito em detalhes” (HOPE. 2007, p. 34-35).

Portanto, percebemos os motivos listados por nossa documentação para enquadrar a performance de Otão no ato de seu suicídio confere como uma excelente morte na tradição romana. Otão teve a melhor das mortes pois escolheu tirar a própria vida de forma consciente, calma e racional, como listado por Hope, mas o Imperador Otão foi além e escolheu performar para poupar não só a sua família e seu corpo das desgraças da guerra civil, mas também para conservar as vidas romanas que estava sob seu domínio. Percebemos esta característica no discurso e performance de Otão como um dos pontos mais marcantes de sua morte. E por isso a forma da morte de Otão é um ato considerado tão digno e nobre para a documentação que nos narra este acontecimento, pois além de não ser um tipo de atitude esperada de um Imperador considerado afeminado, de contrariar as expectativas, Otão o fez para poupar vidas dos soldados romanos, ou pelo menos performou para que nossa documentação assim fosse convencida.

B. F. Harris, por sua vez, busca as explicações para este suicídio de Otão e as respostas para ter ocorrido do jeito que ocorreu, parte, na doutrina estoica. O autor afirma que esta doutrina, desenvolvida pelos filósofos gregos, foi postumamente interpretada pelos romanos do fim da República e dos tempos imperiais e que Sêneca, por exemplo, aceitava o direito básico que um homem virtuoso tinha de tirar a própria vida caso a fortuna a tornasse intolerável. Por isso o autor afirma que nesta doutrina “Não era somente uma questão de sabedoria do homem ao tirar a própria vida, mas na verdade seu dever, quando ele percebia que os deuses apontavam as circunstâncias claramente nesta direção” (HARRIS. 1962, p. 74). Todavia, sabemos que Otão não era estoico, e que Tácito também não, mas temos a informação que o autor admirava estes comportamentos e os homens do Senado que o praticavam, e por isso narrou a morte de Otão como mais um desses exemplos, “inspirado pelos motivos mais altamente patrióticos, o fim da angústia na guerra de sua nação” (HARRIS. 1962, p. 75). Portanto, Tácito aproveita a oportunidade que o suicídio de Otão permitiu para criar mais um exemplo retórico, um modelo de comportamento a ser seguido.

Sobre os efeitos da morte do Imperador, o luto e o suicídio das tropas de Otão, como foi descrito, precisaríamos compreender o que são estas características no mundo antigo. Se a morte do Imperador foi bela, descrita como honrada e bem medida, a dos seus seguidores em

contrapartida, que se mataram após ele e por ele, pode ser considerada uma morte vil. Devemos fazer uma certa análise pois, a morte dos seguidores de Otão, que morreram por amor ao seu Imperador, pode significar fidelidade, mas também a morte por irracional por motivos passionais. E a morte pelo amor, que para nós do século XXI sob visão romântica pode parecer também uma morte nobre, para os romanos, por outro lado, era considerada uma morte vil e vergonhosa. Isto se dá, pois, este tipo de morte é conduzido pela paixão e pela irracionalidade dos atos, e, portanto, por pessoas de caráter fraco. Hope descreve exatamente isso ao apontar que “O amor poderia levar ao desespero e à morte, mesmo que suicídio fossem raramente o resultado final. Se matar por amor é, portanto, uma falha em auto controlar-se emocionalmente, não seria um bom e racional suicídio para um homem” (HOPE, 2007, p. 37). Portanto, o que a documentação também nos permite concluir é que Otão, apesar de ter se suicidado de forma tão nobre, estava cercado de pessoas vis e viciosas, que por não conseguirem controlar seu impulso e amor por seu falecido Imperador, preferiram se matar de forma irracional. É exatamente isso que Tácito e Plutarco buscam criticar ao mencionar o “amor” das tropas por seu Príncipe. Nos é ambíguo de início por não partilharmos da mesma rede semiológica dos romanos, mas podemos perceber que se trata necessariamente de uma qualidade ruim o fato de se suicidarem por seu Imperador. Se formos além do nosso olhar de leitor, e buscarmos a compreensão nas entrelinhas, percebemos que a menção dos soldados de Otão se suicidarem (que também é ressaltado em todas as documentações), se trata na verdade de um discurso que procura evidenciar uma deficiência de caráter àqueles que eram mais fiéis a Otão, e portanto, uma falha própria do Imperador, por se circular de pessoas vis e apaixonadas ou de responsabilizar o próprio Imperador por corromper as tropas com sua luxúria, viciosidade e licenciosidade sexual.

Tanto que o autor Han Baltussen em seu texto *Personal grief and public mourning in Plutarch's Consolation to his wife* (2009) discute os efeitos da morte no caso de Plutarco e de sua esposa após a morte prematura de sua filha. Assim, Plutarco após a morte de sua filha e vendo o luto de sua esposa escreve para sua esposa uma carta consolatória. Para o Baltussen, a carta de consolo de Plutarco é uma obra pós-clássica que exhibe diversos sinais da tradição da qual participa e que “nos servem como um exemplo útil para explorar o desenvolvimento da psicoterapia antiga” (BALTUSSEM. 2009, p. 69). De acordo com Baltussen, Plutarco desenvolve uma lógica de moderação, de que o luto e a tristeza em demasia pela perda de um ente querido é um comportamento de um feminino desvirtuoso, enquanto o feminino da boa mulher, tinha comportamento virtuoso. Contudo, o que significa este comportamento de luto

bom e ruim à hora da morte de um ente querido? Para Plutarco, um comportamento que expressava sofrimento era necessário para o processo de cura do luto, mas este sofrimento em excesso, acompanhado de manifestações exageradas como cortar o cabelo e se mutilar em demasia, representava um comportamento que não devia ser seguido. Desta forma, Plutarco busca exaltar sua esposa e, conseqüentemente sua família, nos seus âmbitos público e privado, atribuindo a ela bons comportamentos de luto e de pesar, afirmando o quanto ela foi comedida em seus comportamentos apesar da morte prematura da filha. (BALTUSSEN. 2009, p. 77-87).

Dito isto e dado este último exemplo, fica ainda mais evidente o tom de denúncia de não só de Plutarco, mas também de Tácito, Suetônio e Dião Cássio, ao descrever os suicídios por amor e o exagero dos soldados de Otão após sua morte.

Tendo feitas estas ponderações, apenas um último relato de Suetônio sobre a morte do Imperador Otão que nos esclarece como este, apesar de suas controvérsias e dos bons comportamentos enquanto Imperador, foi vítima de um discurso depreciativo. No último parágrafo da biografia de Otão, Suetônio, apesar de todas as críticas tecidas ao Imperador, admite que: “Enfim, a maior parte das pessoas, após tê-lo amaldiçoado enquanto vivia, o acumulou de elogios depois que morreu, chegando-se a afirmar correntemente que, se matara Galba, fora menos para dominar que para restabelecer a República e a liberdade” (SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*, Vida de Otão, 12). Portanto, sabemos que apesar de todas as documentações apresentarem retratos bem semelhantes acerca da pessoa de Otão, percebe-se que este Imperador foi por muitos amados e adorado, principalmente entre suas tropas, existindo um discurso alternativo ao do Otão afeminado, conspirador e tirânico dissimulado. Contudo, pela brevidade de seu governo e pela *damnatio memoria* que sofreu, não nos chegou muito sobre este “outro lado” do discurso acerca da pessoa de Otão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos então que o Principado é uma complexa forma de poder que faz parte de um longo processo histórico de reconfiguração e transformação durante o último século do período Republicano. Houveram três guerras civis que foram, ao mesmo tempo, fatores de promoção de transformação histórica e consequência das mesmas, que resultou num contínuo processo de concentração de poderes na mão dos políticos e generais da elite romana. Desta forma, a partir da ascensão de Otávio e de sua performance política de concentração de poderes políticos e sobretudo militares, Augusto se tornou o primeiro *Princeps* e, portanto, Imperador de Roma, iniciando um novo modelo político a partir da fundação da Dinastia Júlio-Claudiana. Desta forma, o poder em Roma precisou ser reinterpretado e novas formas de legitimidade para o estabelecimento e manutenção do poder imperial passaram a ser consideradas e configuradas visando a conservação do poder neste novo modelo político.

Com o cargo que Augusto angariou, por ser uma magistratura extremamente complexa e que não contava com formato jurisprudencialmente normalizado nem que possibilitava uma sucessão automática para seus herdeiros, o domínio do palanque político ainda se fazia instável, apesar de todas as medidas de concentração de poder tomadas por Otávio e seus partidários. E temos por principal evidência a estas considerações a Guerra Civil de 69 d.C. e as formas com que se deram as ascensões de Sérvio Sulpício Galba e Marco Sálvio Otão nos anos de 68 e 69 d.C.

Imperador Nero, descendente de Augusto e filho adotivo do Imperador anterior, Cláudio, foi vítima de uma revolta na Gália liderada por Júlio Vínex na primeira metade de 68, que contou com a aclamação de Sérvio Sulpício Galba, o general de maior reputação vivo naquele momento e Governador da Hispânia. Após isso, tanto por seus interesses quanto por sua performance política, Nero, com o descontentamento da elite senatorial e militar romana, acabou sendo isolado do poder quando seus generais, enviados para combater Júlio Vínex e por seus Prefeitos do Pretório, Flávio Sabino e Petrônio Turpiliano, que desertaram de sua causa e passaram a integrar o lado opositor. Com isso podemos considerar que Nero, por sua performance na qual compreendia ser um indivíduo e *Princeps* de gênio e caráter superior aos demais membros da elite romana, com uma atuação política que não compreendia aos interesses e às expectativas da elite senatorial e militar do Império, principalmente, da *Urbs* romana, foi retirado do teatro político e substituído em seu papel de protagonista imperial por Galba.

Com a atuação de Galba, um ancião que já constava com aproximadamente 72 anos de idade, percebemos através dos discursos das documentações por nós utilizados que, apesar de ser um dos generais de maior renome de seu tempo, Galba ao se tornar Imperador não correspondeu às expectativas que se esperava de seu papel, sobretudo por sua rigidez e avareza, quando o que se esperava era o oposto, ou seja, um *Princeps* que favorecesse aqueles que o apoiaram em sua ascensão. A performance de Galba nos permite concluir que ser um general de grande fama não basta, pois o Imperador precisa atuar como camarada, colega e bem feitor das tropas, ampliando e pagando os donativos aos soldados e concedendo benefícios aos Guardas Pretorianos. Todavia, ao não corresponder essas esperanças e gerar descontentamento tanto entre as tropas estacionadas em Roma quanto nos pretorianos, outro ator político se dispôs a entrar na disputa pelo papel principal, iniciando o acontecimento que conhecemos como “Ano dos Quatro Imperadores”.

Galba, ponderando a situação e considerando sua avançada idade, achou que o descontentamento com seu governo se tratava da sua ausência de filhos, portanto buscou um herdeiro como forma de legitimar seu poder e ter alguém para quem pudesse transferir a legitimidade do cargo, buscando apoio de novas famílias e, assim, evitando novas Guerras Civis, da mesma forma que Augusto fizera I século antes. A busca de um novo filho e o método da adoção passaram a ser, portanto, a principal aposta de Galba para atingir o consenso do Império em torno de si, pois necessitava de um herdeiro político tanto para angariar outros apoiadores ao seu governo quanto para ter alguém para quem pudesse transmitir sua autoridade e o imbuir dos elementos necessários para a transição da magistratura imperial após sua morte. Conforme já narrado, haviam dois principais pretendentes ofertados pelos subordinados de Galba o que acabou gerando um impasse, visto que um era Otão, um jovem bem colocado na elite romana, que fora aliado a Galba desde de sua aclamação ao Império, que, porém, não possuía uma ancestralidade tão atrativa quanto a de seu oponente. O outro era também um jovem, Pisão, que embora não estivesse no centro do teatro político do Império durante os governos anteriores, possuía uma ancestralidade notória e que em termos de legitimidade genealógica, muito acrescentaria à de Galba e, por esse motivo, foi o escolhido para ser César e co-imperador junto de Galba.

Otão que por sua amizade com o Imperador Galba, pelo apoio que tivera concedido a ele, como descrito pela documentação, tinha certeza de que haveria de ser ele o escolhido para suceder o Imperador, pois já estava se aproximando dos soldados, lidando com eles de forma afável e colaborativa. Contudo, ao descobrir que não foi ele o escolhido, seja por motivos

financeiros ou por temor à sua própria vida (pois a probabilidade de ser assassinado ou induzido à morte por Pisão, com quem tivera tido uma rivalidade óbvia), optou por se aproveitar do descontentamento das tropas para com o Imperador ancião e decidiu maquinar uma conspiração que culminou num golpe. O desfecho do acontecimento resultou na morte de Galba e de seu herdeiro e Otão como um Príncipe alçado ao poder pela Guarda Pretoriana.

Todo esse acontecimento, que compreendemos nessa dissertação como os “Episódio da Adoção” e a “Conspiração de Otão” são acontecimentos fundamentais para a compreensão do Principado enquanto forma política. Cada escolha de cada um de seus atores, sejam eles Galba, Otão, Pisão, Tito Vínio, Cornélio Lacão e Marciano Ícelo são fundamentais para a compreender o acontecimento de 69 d.C., o Principado enquanto forma política e também os meios de manutenção do poder e de legitimidade imperial. Galba, que performa como um bom general, respeitando muito dos valores republicano e a questão da ancestralidade, opta por um filho que acrescente em nome e ancestrais, visando uma Dinastia sólida e com *gens* poderosa, assim como Augusto fez ao somar as *gens* Júlia e Claudiana. No entanto Galba acaba por se esquecer do papel basilar do Imperador enquanto um bem feitor das tropas e das legiões e ignora o papel fundamental que os setores militares, sobretudo a Guarda Pretoriana na Capital, também possuíam para a manutenção de seu poder. Mesmo assim, embora Galba tivesse performado mal, ele já reconhecia mais autoridade nas tropas do que no Senado, tanto que ao adotar Pisão como seu filho, o apresenta primeiro aos acampamentos, denotando maior importância aos soldados do que aos senadores, um sintoma de que a reconfiguração das formas de estabelecimento e legitimidade de poder já estava em curso.

Desta forma podemos perceber que as tropas durante a Guerra Civil de 69 são peças-chaves para se compreender o cenário político que se formou. Os Imperadores nesta Guerra Civil se tornaram os protagonistas não por meramente serem consagrados *Princeps* pelo Senado, mas por serem aclamados e saudados imperadores pelas tropas às quais foram designados ou por conseguirem apoio das tropas. Portanto, não é exagero afirmar que, em grande parte, a verdadeira forma de aquisição do poder no contexto do Principado, durante o período de vacância ou decadência dinástica, estão nas tropas provinciais. São através delas que os generais são aclamados, como foi o caso de três dos quatro Imperadores da Guerra Civil de 69. Todavia precisamos ressaltar também que, como percebemos ao longo desta dissertação, ser aclamado e atingir o *status* de Imperador não significa tudo, visto que para se abranger uma legitimação imperial também se fazem necessários vários processos simbólicos e materiais, que compreendemos ao longo desta dissertação como performance e atuação.

Certas escolhas - ou a falta delas - feitas pelo Imperador e seus subordinados nos revelam muito sobre como o Imperador buscava expressar os tons de seu governo para aqueles na *Urbs* ou fora dela. A decisão de Galba, por exemplo, de anunciar sua adoção primeiro nos acampamentos e não no Senado nos mostra naquele momento as prioridades do Imperador e a relevância que cada estrato representava para a manutenção de seu governo. Assim, da mesma forma que, quando deixa de pagar ou atrasa o donativo, Galba também passava uma mensagem, a de que se fossem segui-lo, que o fizessem pela nobreza de sua linhagem, por sua fama, autoridade e pelo cargo que ocupava, não pelo dinheiro que supostamente deveria conceder, o que se mostrou um comportamento ultrapassado.

Da mesma forma, embora diferente, se deu a performance de Otão, que também expressou os tons de seu governo através de suas escolhas e na sua forma de agir. Quando foi saudado Imperador, ao perceber que Nero ainda era muito adorado pela plebe e por certa parte da corte imperial, aderiu o nome deste ao seu próprio se denominando Otão-Nero. Contudo, ao entender que este tom performativo desagradava à elite senatorial, sobretudo, retirou esta escolha e também impediu que outros o fizessem. A partir de então, descobrindo que sua unanimidade fora violada ao perceber que Vitélio também fora saudado Imperador e que já não era mais o único Imperador, Otão mudou ainda mais sua performance, fazendo-a mais salutar para as elites romanas e para os setores militares ali presentes, sobretudo a Guarda Pretoriana. Isto fez, ao que nos parece, mesmo com outro Imperador em cena, que Otão obtivesse considerável grau de aprovação na *Urbs*, sobretudo entre o destacamento militar pretoriano.

Isso fica evidente no episódio do banquete, que a despeito de sua singularidade e de seu aspecto caótico, se mostra muito importante para a compreensão do desempenho e governo de Otão e da tensão na qual o Principado se encontrava. Otão, por seu excelente relacionamento com as tropas e com a plebe, decidiu fazer um banquete para os senadores, com os quais também desejava se conciliar. Porém foi surpreendido por suas tropas que, por rumores, vieram a crer que seu Imperador estava prestes a ser vítima de uma conspiração senatorial. Desta forma, mandando fugir os membros do Senado pelas portas dos fundos enquanto discursava para as tropas, Otão conseguiu acalmá-los e fê-los reconhecer de que não havia conspiração alguma contra sua pessoa, ao que se soubesse. Portanto, percebemos o grau de proximidade que o Imperador construíra com as tropas ali estacionadas desde o momento em que começara a os bajular ainda sob o governo de Galba para tramar seu golpe conspiratório. Essa relação chegou ao ponto, como vimos, de muitos soldados tirarem sua própria vida após o suicídio do Imperador depois de sua derrota para Vitélio na Primeira Batalha do Bedríaco. Isso pode ser

reconhecido como um sintoma da proximidade de Otão por sua excelente relação criada com seus subordinados imediatos para ganhar apoio e para executar o seu golpe contra Galba, mas também uma forma de se estabelecer naqueles momentos instáveis, criando um vínculo direto entre os soldados rasos e ele próprio. Contudo, para a documentação isso representava uma distorção da essencial forma hierárquica do Império e das legiões, retirando a influência dos altos comandantes do exército de membros da elite romana e adereçando-a para si mesmo. Prática extremamente reprovável diante da nossa documentação, composta por membros da elite aristocrática do Império, mas que sabemos ter sido uma atuação inteligente e prática considerada as circunstâncias da Guerra Civil.

Não só isso, mas Otão também tomou certas atitudes políticas importantes ao se tornar Imperador. Buscando mostrar sua clemência para os demais membros da elite, conservou a vida de Mario Celso, varão consular e um dos principais aliados de Galba. Não somente, mas deu importante posição simbólica para este durante a Guerra Civil contra Vitélio colocando no seu círculo próximo de generais embora não tivesse concedido de fato nenhuma autoridade de comando. Com os mesmos fins também poupou a vida de Flávio Sabino, mas principalmente para não atrair desavenças com Vespasiano Flávio que comandava a Guerra da Judeia. Com isso Otão demonstrava agir com habilidade política, procurando atingir um grau de aceitação em torno de sua pessoa durante seus primeiros meses, sobretudo após as notícias de que havia outro Imperador aclamado nas germânicas – Vitélio. Com os atos de clemência, Otão buscou performar de forma diferente de seus antecessores, pois buscou não mandar matar muitos membros da elite pois intentava uma visão de clemente de si perante a opinião pública. Esse era um comportamento inesperado dos cidadãos imperadores como Otão, que no imaginário, que por possuírem hábitos afeminados dentro costume romano, tendiam a ser cruéis e tiranos por falhas intrínsecas ao seu caráter.

Otão, ao assumir a púrpura, também mandou assassinar Marciano Ícelo, principal liberto de Galba e Cornélio Lacão e Ofônio Tigelino, ambos Prefeitos do Pretório de Galba. A Ícelo, Otão comandou que o assassinato ocorresse publicamente, Lacão que fosse assassinado de forma discreta e Tigelino induzido ao suicídio. Lacão e Ícelo morreram por se posicionarem de forma sistemática contra sua adoção e por serem os principais subordinados de Galba, já Tigelino pela demanda da plebe, pois, havia traído Nero. Portanto, entendemos que Otão ao zelar por sua opinião pública escolhe o formato do assassinio de seus rivais declarados, sabendo que não fazia mal algum para sua imagem a ordem de matar o liberto do antigo Imperador publicamente, mas aos ex-Prefeitos do Pretório, por outro lado, ordenou matar silenciosamente

para não chocar outros membros da elite que fossem contrários a ele. Essas escolhas se tratam, portanto, de ações e ordens que denotam o tom performático do ator político, compreendendo performance mais do que mera ação física e verbal num certo espaço, mas que também busca compreender os comandos pensados para passar certa impressão de si diante do cenário político e para os demais atores que compõem a cena.

Diante disso ressaltamos também a preocupação de Otão com o cenário político em Roma no momento da partida para a guerra contra Vitélio. Otão no primeiro momento decide marchar junto das tropas para ir de encontro a Vitélio, portanto, deixa seu irmão Ticiano na Capital para comandar o Império. Tanto sua decisão de marchar junto das tropas quanto de usar seu irmão, que, pelo laço de parentesco representava a extensão do seu poder imperial, representam atitudes sábias de Otão no jogo político. Nisso, as decisões de Otão foram muito bem pensadas visando o temor que Flávio Sabino representava, pois, como dito, à época, como Prefeito, era um dos sujeitos mais poderosos do Império pela posição que ocupava, por seus feitos contra Nero no ano anterior e também pelo comando que seu irmão, Flávio Vespasiano, tinha no oriente contra os judeus na Guerra da Judeia.

Na guerra contra Vitélio, embora tivesse boas condições de sair vitorioso Otão performou mal. Ele não se cercou dos melhores, aceitou os piores conselhos e acabou por oferecer as mesmas condições batalha - ou até mesmo lutado em condições inferiores - para Vitélio, quando poderia estar em vantagem numérica e de posição estratégica. Ademais, Otão também não compareceu no campo de batalha e permaneceu em Brixelos, mantendo consigo parte das tropas e renegando aos combatentes do campo de batalha o privilégio de combaterem sob os olhos do Imperador. Na Primeira Batalha do Bedríaco, em meados de abril de 69 d.C., os generais de Vitélio foram mais competentes e se sobressaíram sobre os otôninos, vencendo o combate, o que levou Otão ao suicídio.

Após sua derrota, o que a documentação evidencia é um retrato de Otão muito distinto do Otão que armara o golpe conspiratório contra Galba. Otão, que até então fora caracterizado como alguém vicioso, luxuoso, afeminado e ambiciosos, após ser derrotado e ter presenciado o suicídio de um soldado que fora acusado de deserção, passou a ser descrito como bem medido, complacente e até virtuoso durante o processo de sua morte. A evidência maior disso se deu através de seu suicídio, pois, Otão o performou da melhor forma possível, pelo menos de acordo com Tácito, Suetônio, Plutarco e Dião Cássio. O suicídio do Imperador, que performou para parecer um suicídio nobre, visando poupar vidas romanas e pôr fim às Guerras Civis afim de

acabar com as desgraças que assolavam a República, é tido como um contraste quase inconcebível com a pessoa de Otão representada anteriormente, visto que todos demonstram tom de choque entre os contrastes que haviam dentre o Otão desvirtuoso e luxuoso e o Otão Imperador no momento de sua morte.

Mesmo assim, tendo em vista a análise semiológica feita, podemos perceber que Otão, embora tivesse escolhido a forma e o tempo da própria morte e que o tivesse feito com calma e racionalidade, estava acompanhado de pessoas que não tiveram as mesmas competências. Através da análise feita, ficou evidente ainda o tom crítico sobre Otão, que apesar da melhor das mortes, durante sua vida e governo, se cercou de pessoas viciosas, ou que pelas próprias atitudes do Imperador, corrompeu aqueles em sua corte, pois, tiraram a própria vida de forma completamente passional, demonstrando um luto exacerbado e desmedido.

Desta forma, observando as figuras de Otão e Galba, podemos perceber dois tipos arquétipos evidenciados pelo discurso, sobretudo o taciteano, mas que corroboram nas outras fontes, exceto por Dião Cássio sobre a figura de Galba. Mas o que se evidencia são dois sujeitos em diferentes fases da existência, um jovem e outro já em avançada idade, e os diferentes apetrechos discursivos que se utilizaram para criarem seu próprio retrato de cada um deles. Galba, enquanto um varão de avançada idade, e que supostamente deveria ter sabedoria, paciência e reflexão, é categorizado como alguém consumido por sua crueldade e mesquinhez, com o caráter e aspecto físico degradante. Todas essas características, sobretudo no discurso de Tácito e Suetônio, impossibilitou sua presteza ao governar, fazendo com que ele próprio fosse governado por seus subordinados. Já Otão é dotado de juventude e ímpeto físico, mas que pela feminilidade e vicissitude de seu caráter, é categorizado como impaciente, desmedido, frágil, e incapaz de se cercar de bons conselheiros em tempos de guerra. Mesmo assim a documentação o aponta como um verdadeiro romano ao fim de sua vida, talvez no intento de demonstrar que estes tipos de sujeitos são melhores tirando a própria vida de modo a conservar a paz do que governando.

Por fim podemos perceber o quanto as análises históricas têm a ganhar ao considerarmos os conceitos de atuação, performance e teatro político para entendermos certos períodos, acontecimentos e personagens históricos. A história, se aliada a estes conceitos conseguem compreender e analisar certos períodos e indivíduos sem fazer uma história meramente narrativa, mas analítica e semiologicamente rica. Compreender certos atores políticos como protagonistas não se trata, todavia, de fazer uma história tradicional dos “grandes homens” e,

certamente, este não foi o objetivo deste trabalho. Aplicar este método de análise se trata justamente de inserir os protagonistas numa cena, ou campo de atuação, na qual eles jamais estão sozinhos, o que nos obriga a analisar os atores coadjuvantes e termos uma capacidade analítica mais densa e complexa dos acontecimentos e do cenário como um todo. Se trata, deste modo, de evidenciar os outros atores que também performaram com ou contra os Imperadores, de inserir estes atores e seus interesses próprios na trama e de compreender seus motivos e repercussões naquele cenário político, portanto, indo além da exclusiva análise discursiva. Se nosso trabalho não elencou mais personagens históricos subalternos ou se não lhes deu mais complexidade é porquê certamente a documentação não nos possibilitou. Mas o historiador assim como um diretor teatral pode (e deve) mudar o escopo da trama e alterar o próprio protagonista, elencando qualquer sujeito histórico como o principal de sua história, buscando delimitar e traçar sua atuação política, seja esse novo protagonista um imperador, um senador, um liberto ou militar romano. Porém as limitações impostas pelo fator histórico da passagem do tempo e dos discursos emitidos pela documentação — visto que os autores que usamos como fontes documentais pertencem aos seus respectivos estratos sociais e, portanto, escreveram com certa finalidade — nos limitam em nossos afazeres e, por mais que nos esforcemos em desafiá-los, há certas barreiras que são intransponíveis nos trabalhos historiográficos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A) DOCUMENTOS TEXTUAIS

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Galouste Gulbenkian, 2008.

CASSIUS DIO. *Roman History*. Trad. Earnest Cary. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

CÍCERO. *As Catilinárias*. Trad. Padre Antônio Joaquim. Bauru: EDIPRO, 2005.

_____. *De Oratore*. Trad. E. W. Sutton (et. all). Londres.: Harvard University Press. 1957.

Inscriptiones Latinae Antiquissimae. Edit. Theodoro Mommsen. Berlim: Georgium Reimerum. 1868. Data de acesso: 10/09/2020. Sítio: <http://arachne.uni-koeln.de/item/buch/2636>.

PLUTARCO. *Vidas de Galba e Otão*. Trad. José Luiz Lopes Brandão. São Paulo: Clássica Digitália Brasília, 2012.

RES GESTAE DIVI AUGUSTI. Tradução, introdução e comentários de P.A. Brunt e J.M. Moore. Oxford: Oxford University Press, 1983.

SÊNECA. *Apocoloquintose do Divino Cláudio*. Trad. Giulio Davide Leoni. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. *Medeia*. Trad. Giulio Davide Leoni. São Paulo: Abril Cultura, 1980.

SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo. GERMAPE, 2003.

_____. *Lives of the Caesars*. Trad. Catherine Edwards. Oxford: University Press, 2008.

_____. *The Twelve Caesars*. Trad. J. C. Rolfe. London: William Heinemann, 1959.

TÁCITO. *Anais*. Trad. J. L. Freire de Carvalho. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Brasileira, 1957.

_____. *Historiarum Libri*. Trad. Frederico de Sousa Silva. São Paulo: Ed.USP, 2015.

_____. *Histórias*. Trad. José Luiz Moralejo Alvarez. Madrid: AKAL, 1990.

_____. *Agricola and Germany*. Trad. A. R. Birley. Oxford: University Press, 1999.

_____. *Diálogo dos oradores*. Trad. Antônio M. de Rezende; Júlia B. C. de Avelar. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. *The Annals*. Trad. A. J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing, 2004.

The law of the twelve tables. Trad. E. H. Warmington (et al). London: William Heinemann; Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1938.

B) OBRAS DE REFERÊNCIA

BERGER. Adolf. *Encyclopedic dictionary of roman law*. Philadelphia: The American Philosophical Society. 1953.

LAROUSSE. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 2001.

RIDLER, Vivian. *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Claredon Press, 1968.

VAAN. Michiel de. *Etymological Dictionary of Latin and the other italic languages*. Leiden/Boston: Brill. 2008.

C) OBRAS GERAIS

AGNOLON. A. *Uns epigramas, certas mulheres: a misoginia nos epigrammata de marcual (40 d.C. – 104 d.C.)*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 221. 2007.

ALMEIDA. E. S. A adoção romana: adrogatio e adoptio. Algumas notas delineadoras, desde a lei das XII tábuas até o Corpus Iuris Civilis. *Revista Direito e Desenvolvimento*. João Pessoa, v. 5, n. 9, p. 273-294, 2014.

ARTAUD. Antonin. *O teatro e seu duplo*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BALANDIER. Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BALTUSSEN. H. Personal grief and public mourning in Plutarch's Consolation to his wife. *The american Journal of Philology*. Vol. 130, N. 1, pp. 67 – 98, 2009,

BARNES. T. D. The composition of Cassius Dio's "Roman History". *Classical Association of Canada*. Phoenix: v. 38, n. 3, p. 240-255, 1984.

BARROS, M. *A construção do Fórum de Augusto e o templo de Mars Ultor e a obra de Vitruvius: repensando a aemulatio dos cânones arquitetônicos gregos no período augustano (séc. I A.C/I D.C)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

BEARD. Mary. *The Roman Triumph*. Harvard: University Press 2007.

_____. *S.P.Q.R.: Uma História da Roma Antiga*. São Paulo: Planeta, 2017.

BECK, Hans. et. al (org.). *Consul and res publica: holding high office in the roman republic*. Cambridge University Press, 2011.

BELCHIOR, Ygor K. “Aquele único e longo ano de Galba, Otho e Vitélio” (TÁC. Dial. 17): as guerras civis de 69. *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*. Espírito Santo, n, 1, p. 170-187, 2013. Data de acesso: 09/08/2020. Sítio: <https://doi.org/10.17648/rom.v0i1.6260>

_____. *Iam victum fama non visi caesaris agmen* (Luc. PHARS. 2, 600): Os boatos nas guerras civis entre Pompeu e César (54-48 a.C.). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

BILLOWS. Richard. A. *Julius Caesar: the colossos of Rome*. New York: Routledge, 2009.

BOURDIEU. Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRUNT. P. A. The revolt of Vindex and the fall of Nero. *Latomus*. Bruxellas T. 18, Fasc. 3, p. 531-559, 1959. Data de acesso: 17/05/ 2020. Sítio: <http://www.jstor.org/stable/41521388>

BURKE. Peter. *A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luíz XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CAMPBELL. Brian. *The roman army, 31 BC-AD 337: a Sourcebook*. Londres e Nova York: ROUTLEDGE, 1994.

CAMPOS. R. da C. *Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado (14-37 d.C.)*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

CATRAOGA. Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHARLES. M. B.; ANAGNOSTROU-LAOUTIDES. E. Unmaning an Emperor: Otho in the Literary Tradition. In: *The Classical Journal*, Vol.. 109, N. 2, Dez, 2013- Jan. 2014, pp. 199-222.

CHARTIER. Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Algés: Difusão 2002.

COELHO. A. L. S. Nero e seu Principado: as visões de um debate. *Revista Rumos da História*. Vitória, v. 2, n. 7, p. 3-19, 2019.

_____. As leis augustanas e o amor ovidiano: um jogo de adesões e confrontos. *Codex – Revista de Estudos Clássicos*. Rio de Janeiro, v.. 6, n. 1, p. 16-31, 2018.

COLINGWOOD. R. G. *A ideia de história*. Porto: Presença, 1994.

COHEN, Renato. *Performance como linguagem: Criação de um tempo-espaço de experimentação*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

COPELIOVITCH. Andrea. Artaud e a utopia do teatro. *Revista.doc*, Ano VIII, n. 03, Jan-Junho, p. 01-16, 2007.

DILKE. O. A. W.; DILKE. M. S. Terracina and the Pomptine Marshes. *Greece & Rome*. Cambridge. v. 8, n. 2, p. 172 – 178, 1961. . Data de acesso: 10/08/ 2020. Sítio: <http://www.jstor.org/stable/641649>

ECK. Werner. *The age of Augustus*. Deborah Lucas Schneider et al (trad.). Oxford: Blackwell, 2003.

ELIAS. Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realiza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

EMMA PAGÁN, Victoria.. *Conspiracy narratives in Roman History*. Texas: University of Texas Press. 2004.

FAVERSANI. Fábio. Tirano, louco e incendiário: BolsoNero. Análise da constituição da assimilação entre o Presidente da República do Brasil e o Imperador Romano como *allellopeieisis*. *História da historiografia*. V. 14, n. 33, pp. 375 – 395, 2020. Data de acesso:06/08/2020.Sítio:<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1573>

FERRILL. A. Otho, Vitellius, and the propaganda of Vespasian. In: *The Classical Journal*. V. 60, n. 6, pp. 267-26, 1965. Data de acesso: 06/09/2020. Sítio: <https://www.jstor.org/stable/3294284>

FOUCAULT. Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRANCESCA. Santoro L. *Tragedy, rhetoric, and the historiography of Tacitus Annales*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.

FRITZ. K. V. Tacitus, Agricola, Domitian, and the problem of the Principate. In: *Classical Philology*. Vol. 51, N. 2. Abril, 1957, p. 73 - 97.

FUNARI, Pedro P.; GARRAFFONI, Renata S. *Historiografia: Salústio, Tito Lívio e Tácito*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2016.

GAGNEBIN. Jeanne M. *Lembrar esquecer escrever*. São Paulo: Trinta e Quatro, 2006.

GALINSKY. Karl. *Augustan Culture: an interpretative introduction*. New Jersey: Princeton University Press. 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas* - Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIBBON. Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOLDSWORTHY. Adrian. *Caesar: life of a colossus*. New Haven: Yale University Press, 2006.

_____. *Em nome de Roma: os conquistadores que formaram o Império Romano*. São Paulo: Planeta Brasil, 2016.

GONÇALVES. Ana Teresa M. Romanos e Partos: Atividades bélicas na República e no Principado. In: *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa, n. 13, p. 11 – 20, 2005. Data de acesso: 10/06/2020. Sítio: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/issue/view/958>

_____. *A construção da imagem imperial: formas de propaganda nos governos de Septímio Severo e Caracala*. (Tese em História Econômica) – Doutorado em Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

_____. Imagem, poder e amizade: Dião Cássio e o debate Agripa-Mecenas. In: *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. Fábio Duarte Joly (Org.). – São Paulo: Alameda, 2007.

GRANT. Michael. *From Imperium to Auctoritas*. Cambridge: University Press, 1962.

GREENHALGH. P. A. L. *The Year of the Four Emperors*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1975.

GRIFFIN. Miriam T. *Nero the end of a Dynasty*. Nova York: Routledge. 1984.

GRIMAL. Pierre. *História de Roma*. São Paulo: Ed.Unesp, 2011.

GRUEN. Erich S. *Culture and national identity in Republican Rome*. Nova York: Cornell Univeristy Press, 1992.

GUARINELLO. Norberto L. *Uma morfologia da história: formas da História Antiga*. *Politeia*. Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003.

HARRINGTON. D. Cassius Dio as a military historian. *Acta Classica*. África do Sul, v. 20, p. 159-165, 1977.

HARRIS. B. F. Tacitus on the death of Otho. *The Classical Journal*, Vol. 58, n. 2, Novembro, 1962, pp. 73-77. Data de acesso: 24/05/2020. Sítio: <http://www.jstor.org/stable/3294672>

HINGLEY. Richard. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.

HOPE. Valerie. *Death in Ancient Rome: A sourcebook*. Londres e Nova York: Routledge, 2007.

JOLY. Fábio D. Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: Uma leitura da Vida de Nero. *História*. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 111-127, 2005.

KAMM. Antony. *Julius Caesar. A life-Routledg*. Nova York: Routledge, 2006.

KEPPIE. Lawrence. *The making of the roman army: from republic to empire*. London: Routledge, 1998.

KONRAD, C. F. From the Gracchi to the First Civil War (133 – 70). In: *A companion to the Roman Republic*. ROSENSTEIN, E.; MORSTEIN-MARX. A. (eds.) Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p. 190 – 212.

KRAAY, C. M. The Coinage of Vindex and Galba A. D. 68, and the continuity of the Augustan Principate. In: *The Numismatic Chronicle and Journal of the Royal Numismatic society*. Sexta Série, Vol. 6, n. 3/4 (1949), pp. 129-149. Data de acesso: 02/02/2021. Sítio: <http://www.jstor.org/stable/42661414>

KRAGELUND, Patrick. Galba's "pietas," Nero's victims and the Mausoleum of Augustus. *Historia*. Berlim, v. 47, n. 2, p. 152-173, 1988

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana S. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

LEME, A. L. Galba, Otão e Vitélio: o modelo dos Príncipes de Guerra Civil (68-69 d.C.) na crítica de Suetônio. *Revista Mosaico*. Goiânia, v. 10, p. 277-286, 2017. Data de acesso: 07/05/2020. Sítio: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/5920/3433>

LEVICK, Barbara L. Verginius Rufus and the four emperors. *Rheinisches Museum für Philologie, Neue Folge*. Berlim, v.128, n 3/4, p. 318-346, 1985. Data de acesso: 06/07/2020. Sítio: <http://www.jstor.org/stable/41233559>

_____. *Vespasian*. Nova York: Roulledge, 1999.

LINDSAY, Hugh. Adoption and heirship in Greece and Rome. In: *A Compaition to families in the Greek and Roman worlds*. Oxford: Blackwell Publising, 2011, p. 346 – 360.

LOBUR, John Alexander. *Consensus, Concordia and the formation of roman imperial ideology*. Nova York: Routledge, 2008.

MORALEJO ÁLVAREZ, J. L. Introdução Em: *Histórias*. Trad; José Luiz Moralejo. Madrid: AKAL. 1990.

MARTIN, Thomas R. *Roma Antiga: de Rômulo a Justiniano*. Porto Alegre: L&PM, 2014.

MARTINS, Paulo. *Imagem e poder: Considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Edusp, 2011.

MASTER, J. The Histories. In: *A companion to Tacitus*. PAGAN, V. E. (Edit.). - Oxford: Blackwell Publishing Ltd. 2012, pp. - 84 - 100.

MENDES, Norma M. O sistema político do Principado. In: SILVA, Gilvan V. da.; MENDES, Norma M. (eds.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

_____. *Roma Republican*. São Paulo: Ática, 1988.

MILLAR, Fergus. *A Study of Cassius Dio*. Oxford: Clarendon Press, 1964.

MONTANELLI, Indro. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1969.

MORGAN, Gwyn. *69 A.D.: The Year of Four Emperors*. Oxford: University Press, 2006.

MURISON, Charles L. *Galba, Otho and Vitellius: careers and controversies*. Zurich/Nova York: SPUDASMATA OLMS, 1993.

_____. Galba in Germany, A.D. 43?. In: *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Ed. 34, n. 2. 1985, pp. 254-256.

OMENA, Luciane M. de; SILVA, Aaltino S. A cidade e a pedra: poder, autoridade e identidade na urbe romana. *Litteris*, V. 01, p. 1-15, 2008.

_____. A performance de Nero: entre encenação e ritualização. In: *Dinâmicas sócio culturais na antiguidade mediterrânea: memórias, identidades, imaginários sociais*. SOUZA, A. M. de et.al (orgs.) – Goiânia: Ed. Da PUC Goiás. Pp. 137 – 164. 2011.

OSGOOD, Josiah. *Caesar's legacy: Civil war and emergence of the Roman Empire*. Cambridge: University Press, 2006.

PACHECO, Alexandre. As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu. In: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Anais. Londrina, 2005, p. 1- 6.

ROCHE, P. The public imagery of the Emperor Otho. In: *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Ed. 57, N. 1. 2008, pp. 108-123.

SALLER, Richard P. *Personal Patronage under the Early Empire*. Cambridge: University Press, 1982

SHURTER, Edwin D. B. *The rhetoric of oratory*. Nova York: The Macmillan Company, 1912.

SILVA, Maria Aparecida de O. Galba, Oto e Vitélio. In: SILVA, Maria Aparecida de O.; Porto, Vagner C. (Orgs.) *Imperadores Romanos, de Augusto a Marco Aurélio*. Teresina/São Paulo: LABHAN/UFPI; LARP/MAE/USP, 2019, p. 119 – 136.

SMITH, C. J. *The Roman Clan: the gens from ancient ideology to modern anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SOBRAL, Aldo E. A. *Suetônio revelado: o texto narrativo biográfico e a cultura política em “As Vidas dos Doze Césares”* (Tese de Doutorado em Letras Clássicas). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Marcelo M.; MOTA, Thiago E. A. A Apropriação das Tradições: Elementos Imagéticos e a Reacomodação do Sistema de Valores Honoríficos nos Usos de Coroas no Mundo Clássico. *Roda da Fortuna*. Barcelona, v. 7, n. 1, p. 83 – 115, 2018.

STANISLAVSKI, Constantin. *A criação de um papel*. Pontes de Paula Lima (trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

SWAIM, Simon. *Hellenism and Empire: language, classism and power in the Greek world AD 50-250*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

SYME, Ronald. Piso Frugi and Crassus Frugi. *The Journal of Roman Studies*. London, v. 50, p. 12-20, 1960.

_____. The sons of Crassus. *Latomus. Bruxellas* t. 39, fasc. 2, p. 403-408, 1980.

_____. The sons of Piso the Pontifex. *The American Journal of Philology*. Johns Hopkins, v. 101, n. 3, p. 333-341, 1980.

_____. *Tacitus*. Oxford: Clarendon Press, 1958.

_____. *The Augustan Aristocracy*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

_____. The partisans of Galba. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. Stuttgart. Bd. 31, H. 4 (4th Qtr., 1982), pp. 460-483.

TATUM, J. W. The final crisis. In: *Companion to the roman republic*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p. 190 – 212.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino-português*. Porto: Gráficas reunidas, 1942.

VARNER, Eric R. *Mutilation and Transformation: Damnatio memoriae and roman imperial portraiture*. Leiden – Boston: Brill, 2004.

VEYNE, Paul. O indivíduo atingido no coração pelo poder público. In: *Indivíduo e poder*. Lisboa: Setenta, 1987.

_____. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

_____. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *O império greco-romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

WALLACE-HADRILL, Andrew. Civilis Princeps. Between Citizen and King. *The Journal of Roman Studies*. London, v. 72, p. 32-48, 1982.

_____. *Rome's cultural revolution*. Cambridge: University Press, 2008.

_____. *Suetonius*. Londres: Bristol Classical Press, 2004.

WELLESLEY, Kenneth. **The year of the four emperors**. Nova York: Routledge, 2000.

_____. Can you trust Tacitus? In: *Greece and Rome*. Vol. 1, Issue, 01, fevereiro 1954, p. 13-33.

WIRSZUBZKI, Charles. *Libertas as a political ideal at Rome during the late republic and early principate*. Cambridge: University Press, 1968.

WOODMAN, A. J. *Rethoric in classical historiography*. - Londres e Nova York. Routledge: Taylor & Francis Group. 1988.

WOOLF, Greg. *Roma: a história de um império*. São Paulo: Cultrix, 2017.

D) SITES CONSULTADOS

<https://arachne.uni-koeln.de/Tei-Viewer/cgi-bin/teiviewer.php?manifest=BOOK-ZID878758>

Data de acesso: 10/09/2020.

<https://www.jstor.org> Data de acesso: 10/08/2020.

<http://www.jstor.org/stable/3294672> Data de acesso: 24/05/2020.

<https://doi.org/10.17648/rom.v0i1.6260> Data de acesso: 09/08/2020.

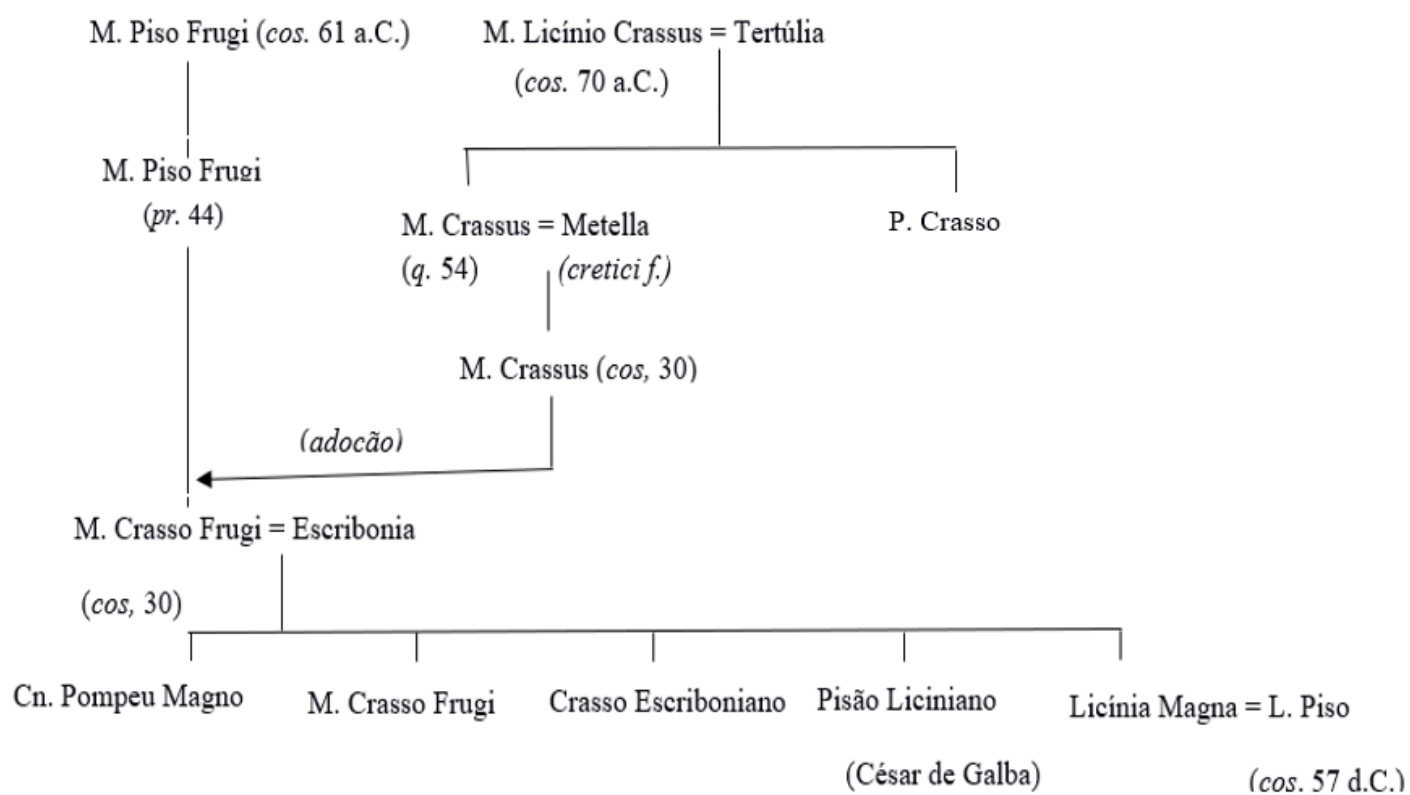
<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1573> Data de acesso: 06/08/2020.

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/issue/view/958> Data de acesso: 10/06/2020. Sítio

<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/5920/3433> Data de acesso:
07/05/2020.

Tabelas ¹⁸⁰:

Tabela 1: Dinastia de Marco Crasso, Licinianos e Frugis



¹⁸⁰ As tabelas foram inspiradas nas de Syme, contudo, com algumas alterações. SYME. Ronald. Genealogic Tables. In: *Augustan Aristocracy*. - Oxford: Clarendon Press. 1989, p. 505.

Tabela 2: Dinastia de Pompeu e Libones

